



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGL)

GUSTAVO CÂNDIDO PINHEIRO

A (RE)PRODUÇÃO E A INTERPRETAÇÃO DE IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS
NO CONTEXTO DA UNILAB

FORTALEZA
2020

GUSTAVO CÂNDIDO PINHEIRO

A (RE)PRODUÇÃO E A INTERPRETAÇÃO DE IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS
NO CONTEXTO DA UNILAB

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Linguística Aplicada.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Izabel Santos Magalhães.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação Universidade
Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

P719(Pinheiro, Gustavo Cândido.

A (re)produção e a interpretação de ideologias linguísticas no contexto da
UNILAB / Gustavo Cândido Pinheiro. – 2020.

216 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2020.

Orientação: Profa. Dra. Maria Izabel Santos Magalhães.

1. Ideologias linguísticas. 2. Discursos. 3. Línguas. 4. Identidades linguísticas. 5.
Práticas comunicativas.. I. Título.

CDD 410

GUSTAVO CÂNDIDO PINHEIRO

A (RE)PRODUÇÃO E A INTERPRETAÇÃO DE IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS
NO CONTEXTO DA UNILAB

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Linguística Aplicada.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa Dra. Maria Izabel Santos Magalhães (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Ana Beatriz Barbosa de Souza
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Lucineudo Machado Irineu
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Raimundo Ruberval Ferreira
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Júlio César Rosa de Araújo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa que possibilitou, em termos práticos, o desenvolvimento desta pesquisa.

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), por ter autorizado a realização das atividades da pesquisa e por ter me permitido integrar, de algum modo, por um tempo, esse maravilhoso universo plural que a caracteriza.

A minha orientadora, Izabel Magalhães, por aceitar com entusiasmo o tema desta pesquisa, mesmo quando eu não tinha clareza sobre como desenvolvê-la, pelo apoio e pela generosidade em apontar caminhos em prol do desenvolvimento desta pesquisa da melhor forma possível.

À Luisa Martín Rojo, minha supervisora durante o estágio de doutorado sanduíche na *Universidad Autónoma de Madrid* (UAM), pela acolhida, por compartilhar leituras e experiências de investigação e pela disponibilidade de dialogar sobre os princípios e os procedimentos desta pesquisa, de modo a aprimorá-la. Sou igualmente grato aos participantes do grupo de pesquisa em *Multilingüismo, Identidades Sociales, Relaciones Interculturais y Comunicación* (MIRCO), da UAM, especialmente Lara Alonso, Noelia Fernández, Elisa Hidalgo, Philippe Humbert, Katrin Ahlgren e Cristian Sterling pelos debates e discussões que contribuíram muito para meu amadurecimento como pesquisador.

À profa. Claudiana Nogueira de Alencar, minha primeira orientadora, ainda na FECLESC/UECE, por me indicar os primeiros passos na investigação científica e me mostrar que a ciência da linguagem pode ser mais do que a descoberta da verdade, pode ser uma maneira de intervir na vida social. Sua forma de encarar a pesquisa foi/tem sido uma inspiração para mim.

Aos professores Júlio Araújo e Mônica Magalhães, pelos ricos ensinamentos sobre o maravilhoso domínio das relações entre discurso e texto. Suas aulas são exemplos práticos de como ser um profissional de excelência.

A minha esposa, Vanessa, pelo amor e pelo companheirismo que me motivaram na escrita desta tese.

Ao prof. Lucineudo Machado Irineu, pelo apoio em momentos complicados e pela grandiosidade de ressaltar sempre o lado humanitário da academia.

Aos colegas dos grupos de pesquisa que tenho participado nos últimos anos, pela interlocução valiosa que tem me aprimorado como estudioso do discurso. Entre eles: Beatriz, Maria Clara, Ana Paula Rabelo, Monique, Rebeca e Claudênia, do o Grupo de Estudos em Discurso, Identidade e Prática Social (GEDIP) e Silva Júnior, Iara, Fernando Henrique, Lucas, Suellen e Fernanda, do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso Crítica (GPADC).

À profa. Dina Maria Machado Martins Ferreira, pelas sempre valiosas conversas e dicas imprescindíveis para a sobrevivência na vida acadêmica e pela energia crítica que seu brilhantismo intelectual desperta em todos que a conhecem de perto.

Aos amigos e colegas, pelo companheirismo e compartilhamento de muitos momentos durante o doutorado, em especial John Maycon, Benigna, Auricelio, Imaculada e Diltino.

A meus pais, Zulene e Valdeci, e meus irmãos, Samuel e Getúlio, pelo amor, carinho e apoio que, direta e indiretamente, incentivaram-me a continuar meus objetivos, mesmo quando parecia muito difícil.

RESUMO

A pesquisa aqui relatada foi desenvolvida em um contexto situado caracterizado pela presença de pluralidades linguísticas, étnicas e culturais que resultam da criação e funcionamento das atividades acadêmicas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em Redenção, cidade do interior do estado do Ceará. Contexto esse atualmente marcado por embates de crenças e valores a respeito de questões sobre as línguas, sobre os atores sociais que as usam e sobre práticas comunicativas. Objetivo desta pesquisa foi analisar a produção/reprodução e a interpretação de ideologias linguísticas que circulam no âmbito institucional e no entorno dessa universidade internacional. Para tanto, como aparato teórico-metodológico, recorro aos conceitos epistemológicos e às categorias analíticas das pesquisas sobre Ideologias Linguísticas (WOOLARD, 1998; GAL, 1998; MARTÍN ROJO, 2003, 2010, 2017; BLACKLEDGE, 2005, 2012; DEL VALLE; 2007; DEL VALLE; ARNOUX, 2010; PENNYCOOK, 2013) e das pesquisas sobre Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001a; 2001b; 2003; 2012; MAGALHÃES, 2000, 2005; VIEIRA; RESENDE, 2016; MAGALHÃES, MARTINS, RESENDE, 2017). A interpretação dos dados aponta que discursos específicos presentes no contexto investigado têm ligações indissociáveis com ideologias linguísticas que atravessam tempos históricos e espaços geográficos outros e que tais ideologias, muitas vezes, podem perpetuar práticas locais de estigmatização e de exclusão.

Palavras-chave: discursos; ideologias linguísticas; línguas; atores sociais; práticas comunicativas.

RESUMEN

La investigación aquí presentada se desarrolló en un contexto caracterizado por la presencia de pluralidades lingüísticas, étnicas y culturales que resultan de la creación y del funcionamiento de las actividades académicas de la Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), en Redenção, una ciudad en el interior de Estado de Ceará. Ese contexto está marcado actualmente por enfrentamientos de creencias y valores sobre temas sobre las lenguas, sobre los actores sociales que las usan y sobre las prácticas comunicativas. Nuestro objetivo fue analizar la producción / reproducción e interpretación de ideologías lingüísticas que circulan dentro del ámbito institucional y alrededor de esta universidad internacional. Por lo tanto, como aparato teórico-metodológico, recurri a los conceptos epistemológicos y a las categorías analíticas de las investigaciones sobre ideologías lingüísticas (WOOLARD, 1998; GAL, 1998; MARTÍN ROJO, 2003, 2010, 2017; BLACKLEDGE, 2005, 2012; DEL VALLE; 2007 ; DEL VALLE; ARNOUX, 2010; PENNYCOOK, 2013) e de las investigaciones sobre Análisis Crítico del Discurso (FAIRCLOUGH, 2001a; 2001b; 2003; 2012; MAGALHÃES, 2000, 2005; VIEIRA; RESENDE, 2016; MAGALHÃES, MARTINS, RESENDE, 2017). La interpretación de los datos indica que discursos específicos presentes en el contexto investigado tienen vínculos inseparables con ideologías lingüísticas que atraviesan tiempos históricos y otros espacios geográficos y que tales ideologías, a menudo, pueden perpetuar prácticas locales de estigmatización y de exclusión.

Palabras-clave: discursos; ideologías lingüísticas; lenguas; actores sociales; prácticas comunicativas.

Convenções de transcrições

Sinais	O que significam
(hipótese)	Hipótese do que ouviu
MAIÚSCULA	Entonação enfática
::	Alongamento de vogal ou consoante
?	Entonação ascende, como uma pergunta
...	Pausa de pequena extensão
(...)	Suspensão de trecho da transcrição original
((comentário))	Comentários do transcritor
[Sobreposições de vozes ou falas simultâneas
()	Incompreensão de palavras
“ ”	Citações, reproduções de discurso direto

Observação:

As convenções de transcrição aqui utilizadas foram adaptadas a partir de Koch (2007). Todos os nomes utilizados nas transcrições são fictícios, exceto o do pesquisador.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 IDEOLOGIAS LINGUÍSTICAS: UMA QUESTÃO DE PESQUISA SOCIOCULTURAL	26
2.1 As noções de ideologia.....	26
2.2 Ideologia linguística, um conceito antropológico.....	30
2.3 Monolinguismo como ideologia homogeneizante.....	38
2.4 Identidades em contextos plurilíngues e pluriculturais.....	45
2.5 Ideologias linguísticas em espaços de recepção de migrantes.....	52
3 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA COMO MÉTODO INTERPRETATIVO	60
3.1 Análise de Discurso Crítica para o estudo das ideologias linguísticas.....	60
3.2 Especificidades da pesquisa em ADC.....	62
3.3 Linguagem e sociedade investigadas pelo viés do discurso.....	66
3.4 Discursos ideológicos e ideologias linguísticas: articulações conceituais.....	73
3.5 Categorias de análises textuais.....	76
3.5.1 <i>Avaliação</i>	76
3.5.2 <i>Implícito e suposição</i>	79
3.5.3 <i>Intertextualidade</i>	82
3.5.4 <i>Interdiscursividade</i>	85
4 DESENHO METODOLÓGICOS	89
4.1 Paradigmas metodológicos.....	89
4.2 Pesquisa etnográfico-discursiva como abordagem qualitativa.....	92
4.3 Ética na pesquisa.....	96
4.4 Procedimentos de coleta/produção de dados.....	99
4.5 Participantes.....	103
4.5.1 <i>Observações situadas</i>	106
4.5.2 <i>Seleção dos documentos oficiais</i>	108
4.5.3 <i>Entrevistas</i>	109
4.6 Síntese.....	110
5. ANÁLISE DOS DADOS	111

5.1 Uma descrição preliminar.....	111
5.2 Relações entre discursos sobre diversidade e discursos sobre as línguas.....	116
5.3 Lusofonia: identidade baseada em uma ideologia.....	139
5.4 Língua portuguesa, integração e cooperação.....	160
5.5 Discussões.....	182
6 CONCLUSÕES.....	190
REFERÊNCIAS.....	201
APÊNDICE 1.....	213
APÊNDICE 2.....	216

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surgiu, em termos gerais, de nossas inquietações e interrogações constantes nos últimos anos sobre a colonialidade epistêmica que atravessa alguns discursos contemporâneos que circulam na vida social, inclusive, no que se refere à produção de conhecimentos científicos (QUIJANO, 2010; GROSGOUEL, 2010; SANTOS, 2010a, 2010b). De maneira específica, nasceu de observações situadas prévias que fiz na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)¹, unidade de Redenção, Ceará, sobre sentidos recorrentes que inicialmente compreendia como sendo embasados, muitas vezes, por determinadas crenças, concepções, ideias e valores, eventualmente, eurocêntricos/coloniais sobre línguas, variedades linguísticas, práticas comunicativas, falantes, comunidades linguísticas, entre outros assuntos relativos ao âmbito sociolinguístico no espaço institucional da UNILAB.

Nesta tese busco apresentar algumas respostas a tais inquietações e interrogações a partir de uma análise que focaliza o que tem se convencionalizado chamar de ideologias linguísticas (WOOLARD, 1998; GAL, 1998; BLACKLEDGE, 2005; DEL VALLE, 2007; MARTÍN ROJO, 2010; BLOMMAERT, 2014a). Nesse sentido, esta pesquisa enfoca as ideologias linguísticas produzidas/reproduzidas e interpretadas na UNILAB. Para tanto, recorro aos conceitos e às categorias da Análise de Discurso Crítica – tanto em sua versão inicial (FAIRCLOUGH, 2001a, 2003, 2012), como em suas abordagens mais recentes (VIEIRA, RESENDE, 2016; MAGALHÃES, MARTINS, RESENDE, 2017) – como aparato teórico-metodológico para orientar meu olhar sobre os dados.

A escolha pela noção de ideologia linguística e pela Análise Discurso Crítica como orientações teóricas e metodológicas se deu por elas integrarem conhecimentos transdisciplinares que julgo pertinentes para ajudar a entender o fenômeno, ao mesmo tempo linguístico e social, que investigo no contexto da UNILAB em Redenção, Ceará.

¹ Em um primeiro momento desta pesquisa, digamos, a fase exploratória, ao vivenciar o ambiente da UNILAB, percebi determinadas crenças e representações sobre língua portuguesa, sobre outras línguas e sobre as práticas comunicativas dos atores sociais que vivenciam o espaço da UNILAB. Isso se deu após algumas visitas ao *Campus* da Liberdade em Redenção-CE, por ocasião de encontros do grupo de pesquisa Interação e Diversidade Discursiva na Lusofonia, do qual participei durante o ano de 2015.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) é uma instituição pública federal de ensino superior situada na região Nordeste do Brasil, constituída por quatro *campus*, três deles no estado do Ceará, mais precisamente, na microrregião cearense denominada de Maciço de Baturité, nas cidades de Redenção e Acarape e um no estado da Bahia, na cidade de São Francisco do Conde. Os nomes das respectivas unidades acadêmicas são: (1) o Campus da Liberdade, primeiro campus construído e durante muito tempo considerado o principal setor destinado às atividades de ensino, pesquisa e extensão (atualmente setor administrativo, ainda que com algumas atividades acadêmicas); (2) o Campus das Auroras, setor destinado exclusivamente às atividades acadêmicas. Esses dois localizados em Redenção-CE, a 56 Km de Fortaleza, capital cearense; (3) o Campus dos Palmares, setor também destinado exclusivamente às atividades acadêmicas, situado em Acarape-CE, a 54 Km de Fortaleza e (4) o Campus de São Francisco do Conde, na região do recôncavo baiano, localizado em município do mesmo nome, a 67 km da capital Salvador.

A referida instituição foi criada a partir da lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010 e vincula-se ao Ministério da Educação (MEC). Uma de suas principais características é operar a partir dos princípios de integração e de cooperação (noções a serem explicitadas mais a frente) entre os países membros, quais sejam: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor Leste. Em outras palavras, entre os Estados Nacionais que pertencem à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), com ênfase nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Variados pesquisadores (GOMES; VIEIRA, 2013; SOUZA; MALOMALO, 2016; MALOMALO; LOURAU; SOUZA, 2018) sugerem que, em grande medida, a UNILAB é fruto de determinadas noções e concepções políticas que ganharam força nos últimos anos entre os países do Sul Global (notadamente, países sul-americanos, africanos e asiáticos). Entre essas concepções aparece em destaque a ideia de cooperação Sul-Sul, ou seja, a cooperação solidária entre as nações que historicamente foram (e muitas vezes ainda hoje são) subalternizadas através de processos históricos políticos específicos.

De acordo com esses pesquisadores, a noção de cooperação surge em meados da década de 1950, momento em que os governos de países africanos e asiáticos recém-independentes passaram a mobilizar encontros geopolíticos a fim de construir fundamentos sólidos visando solucionar problemas sociais e econômicos comuns. Dizem ainda que tais noções começaram a fazer parte da diplomacia brasileira a partir de meados dos anos 1990 e foram ganhando força nos anos seguintes, de 2000 em diante (MALOMALO; LOURAU; SOUZA, 2018), momento em que o Brasil e outros países emergentes lidavam com diferentes mudanças geopolíticas.

A ideia de uma universidade que contemplasse a cooperação e a integração entre os povos que oficialmente falam a língua portuguesa foi, portanto, ganhando fôlego nesse momento, sobretudo, em meio a transformações sociais, políticas e econômicas vivenciadas no então governo Lula (2003-2010). Em outras palavras, foi nesse momento de sua história que o Brasil passou a se envolver, de maneira mais enfática, com determinados países, considerando-os parceiros, seja porque falam “a mesma língua”, seja porque “têm histórias e experiências comuns”, segundo pontuam as próprias diretrizes oficiais da UNILAB (2010). Dito de outro modo, foi precisamente nesse período que

O governo brasileiro construiu uma política externa de cooperação Sul-Sul, na qual os países da América Latina e da África, especialmente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), passaram a ocupar lugar de destaque. O princípio que rege essa nova política externa brasileira é a solidariedade. Por isso, ela é conhecida como cooperação solidária ou diplomacia solidária. (SOUZA; MALOMALO, 2016, p. 265).

Aliados aos movimentos políticos supracitados, são também influentes nesse contexto o conjunto de ações do governo federal visando interiorizar e expandir a educação superior no território brasileiro, com a finalidade de propiciar o acesso de segmentos sociais, regiões e setores mais pobres da população brasileira a esse nível educacional. Pode-se citar aqui o conjunto de ações do governo brasileiro ligadas ao então acréscimo de investimentos em ciência, tecnologia e cultura, notadamente, com a construção de novas universidades e institutos federais. Segundo as diretrizes oficiais desta universidade (UNILAB, 2010), tais ações foram operacionalizadas por meio do

REUNI (Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras), bem como via o Plano Nacional de Educação/PNE 2000-2010 e o Plano de Desenvolvimento da Educação/PDE, ambos lançados pelo então presidente da república em abril de 2007 e tiveram o objetivo de expandir a rede pública federal de educação superior para regiões brasileiras ainda carentes desse serviço, como, no caso da UNILAB, a região do Maciço de Baturité e a região do Recôncavo Baiano.

Nesse sentido, portanto, a UNILAB foi fundada objetivando o cumprimento de uma dupla missão: interiorizar e internacionalizar a educação superior brasileira, ou seja, por uma lado, a interiorização, através de medidas que visam contemplar regiões ainda carentes de um educação/formação superior pública e, por outro lado, a internacionalização, por meio de ações conjuntas que visam “promover a cooperação Sul-Sul com responsabilidade científica, cultural, social e ambiental, especificamente com os países que têm o português como língua oficial” (UNILAB, 2010a, p. 6).

A escolha de Redenção, no estado do Ceará, como o principal lugar para o desenvolvimento das atividades acadêmicas da UNILAB deve-se, além do fator “interiorização do ensino superior”, ao simbolismo que a referida cidade carrega historicamente como sendo o marco nacional da abolição da escravidão, em 25 de março de 1883 – considerada, atualmente, data Magna do Ceará (GOMES, 2014). Além disso, destaca-se que essa iniciativa “aponta também para um encontro da nacionalidade brasileira com sua história, à medida que terá por foco tornar-se um centro de pesquisa e formação de jovens brasileiros em interação com estudantes de países onde também se fala a língua portuguesa”.

Por ser uma universidade que contém atores sociais advindos de diferentes países, dos quatro continentes do mundo, a principal característica da UNILAB é, portanto, a pluralidade. Um aspecto da pluralidade na UNILAB que é bastante evidente é, sobretudo, a sua diversidade linguística. Segundo Oliveira (2013), nos países que integram a CPLP, a língua portuguesa convive com um total aproximado de 339 outras línguas. Esse fato faz com que as sociedades que têm sido denominadas de lusófonas apresentem 5% do total de línguas do mundo. Aliado a isso, como destaca Faraco (2012), a CPLP tem uma rica e ainda não tão valorizada pluralidade de variedades linguísticas. A

diversidade linguística, portanto, é uma dimensão importante da UNILAB, isto é, faz parte da pluralidade desse espaço, junto com a já amplamente documentada diversidade cultural, étnico-racial, religiosa, sexual dessa instituição (SOUZA; MALOMALO, 2016; MALOMALO, 2018; MALOMALO; LOURAU; SOUZA, 2018).

Um aspecto dessa pluralidade é visível em alguns dados oficiais registrados pela própria universidade. Em nossa última consulta à Assessoria de Comunicação da UNILAB, em fevereiro de 2020, obtive informações importantes sobre o número de estudantes (da graduação e da pós-graduação) e de professores atualmente. Números esses que nos dão uma boa ideia da composição, em termos de lugar de origem dos atores sociais integrantes da UNILAB. Vejamos:

Na graduação, um total de 5639 estudantes matriculados, sendo 4198 brasileiros (74, 45 %), 839 guineenses (14, 88 %), 406 angolanos (7, 20 %), 70 caboverdianos (1, 24 %), 67 são-tomenses (1, 19 %), 48 moçambicanos (0, 85 %), 9 timorenses (0, 16 %) e 2 italianos (0, 04%)². Em um total de vinte quatro cursos, entre eles: humanidades, pedagogia, enfermagem, administração, letras língua portuguesa, agronomia, história, engenharia de energias, ciências sociais, relações internacionais, ciências biológicas, sociologia, química, matemática, física, engenharia de computação, farmácia, antropologia, letras língua inglesa, ciências da natureza.

Na pós-graduação, um total de 178 estudantes matriculados, sendo 165 brasileiros (92, 70 %), 11 guineenses (6, 18 %), 1 caboverdiano (0, 56 %) e 1 moçambicano (0, 56 %). Em um total de oito cursos, entre eles: o mestrado em sociobiodiversidade e tecnologias sustentáveis, o mestrado em enfermagem, o mestrado interdisciplinar em humanidades, o mestrado em ensino e formação docente, o mestrado em energia e ambiente, o mestrado em matemática e rede nacional, o mestrado em antropologia e o mestrado em ciências da linguagem.

O corpo docente é constituído por um total de 383 professores, sendo 350 brasileiros, 6 caboverdianos, 6 guineenses, 5 moçambicanos, 3 portugueses, 1 cubano, 1 costarriquense, 1 colombiano, 1 peruano, 1

² Dados retirados do site oficial da UNILAB. <http://www.unilab.edu.br/unilab-em-numeros/>.

argentino, 1 beninense, 1 congolense, 1 angolano, 1 espanhol, 1 francês, 1 italiano e 1 russo³.

A inserção desses estudantes e professores na cidade de Redenção-CE, de forma mais ampla, e, especificamente, na UNILAB, tem permitido a aproximação de alteridades plurilingues, pluriculturais, pluriétnicas e, ao mesmo tempo, tem colocado em contato diferentes concepções de mundo, percepções socioculturais, crenças, saberes e cosmovisões, por vezes, contrastantes, isto é, maneiras de distintas de conceber a “realidade”, enfim, tem possibilitado encontros étnicos, culturais, linguísticos e, sobretudo, axiológicos/valorativos. Como assinala Woolard (1998), o contato com a diferença pode gerar uma série de hierarquias e conflitos valorativos relacionados com as crenças sobre línguas, práticas comunicativas, falantes, comunidades e identidade linguísticas, que, no campo da Antropologia Linguística têm sido denominado de ideologias de língua(gem) ou ideologias linguísticas.

Um olhar sobre as transformações contemporâneas no âmbito das teorizações nos estudos da linguagem a respeito dos processos que permitiram a ampliação dos contatos entre pessoas, culturas, identidades, discursos e, sobretudo, a respeito das crenças que os atores sociais adotam sobre questões de língua, linguagem e comunicação, faz-se necessário para melhor delinear o problema desta pesquisa.

Em um texto que já se tornou um clássico nos Estudos Críticos da Linguagem, Pennycook (1998) defende uma abordagem de pesquisa orientada por uma agenda intervencionista/transformadora que reconhece, em nossos tempos, que os limites entre as ciências humanas e sociais estão cada vez mais tênues. Por conta disso, esse pesquisador defende que uma abordagem crítica deveria se pautar, principalmente, por uma prática científica que seja relevante ética e politicamente, ou seja, que desenvolva estudos transdisciplinares voltados a interrogar questões entendidas como problemas sociais para grandes segmentos da população, tais como: desigualdade, pobreza, racismo, falta de acesso a bens simbólicos e materiais, entre muitos outros, visto que, tais problemas não são disciplinares.

³ O site oficial não informa a percentagem referente ao corpo docente. <http://www.unilab.edu.br/unilab-em-numeros/>.

Seguindo essa direção, nos últimos anos, têm sido crescentes pesquisas que focalizam áreas temáticas de interesse (PENNYCOOK, 2006). Como aponta Moita Lopes (2006), tem havido uma “preocupação com novas teorizações calcadas em novos modos de entender a vida social com base em críticas à modernidade, em teorias pós-modernas críticas, em teorias *queer*, em teorias feministas, em teorias anti-racistas, em teorias pós-coloniais” que se pautam em uma coligação anti-hegemônica.

Muitas investigações, após o “espaço aberto pela virada linguística e cultural nas ciências sociais” (PENNYCOOK, 2006, p. 72), de alguma forma, passaram a ser “espaços dinâmicos de investigação intelectual”. As misturas, hibridizações, mesclas teóricas e metodológicas parecem sinalizar como devemos operar epistemologicamente nos tempos atuais. Nesse sentido, variados pesquisadores têm defendido a necessidade de atualizarmos nosso ferramental teórico, metodológico e analítico de forma a conseguirmos lidar com fenômenos típicos de como as línguas e a linguagem são praticadas no mundo contemporâneo, em questões, por exemplo, como superdiversidade, mundo digital, multimodalidade, migrações constantes, novas configurações identitárias, enfim, um mundo cada vez mais dinâmico, fluido e contingente em termos de sociabilidade (MOITA LOPES, 2013b).

Nessa linha, trabalhos recentes pertencentes aos estudos linguísticos teóricos e aplicados (RAJAGOPALAN, 2011; JACQUEMENT, 2005; MOITA LOPES, 2013a, 2013b; BLOMMAERT, 2010, 2014; BLOMMAERT; RAMPTON, 2011; HELLER, 2012; MARTIN-JONES; GARDNER, 2012; FABRÍCIO, 2013) têm debatido alterações vigentes no momento sócio-histórico em que vivemos, e, sobretudo, suas consequências para teorizações e metateorizações da pesquisa. Eventos como as crescentes ondas de migrações e o desenvolvimento das tecnologias de comunicação mais recentes são credenciados como fatores que aprofundam, atualmente, hibridismos, misturas, intersecções de culturas, línguas, identidades e discursos.

De acordo com Blommaert e Rampton (2011, p. 1), “nas últimas duas décadas, a globalização tem alterado a face da diversidade cultural, social e linguística em sociedades ao redor do mundo”⁴. Segundo esses mesmos

⁴ There is a growing awareness that over the past two decades, globalization has altered the face of social, cultural and linguistic diversity in societies all over the world.

pesquisadores, não se deve pensar, no entanto, que o conjunto de processos (culturais, econômicos, políticos, linguísticos etc.) que chamamos de “globalização” são acontecimentos recentes, ao contrário, ondas de globalização são recorrentes na história da humanidade. O que acontece, de fato, é que esses processos são novos em intensidade, alcance e escala (BLOMMAERT, 2010). Também não se deve presumir, por globalização, que o mundo se converteu em uma aldeia, ou mesmo que esteja acontecendo simplesmente homogeneizações culturais.

Conforme Jacquement (2005), uma das características deste momento são os fluxos transculturais, transidiomáticos e desterritorializados em que línguas, culturas identidades e discursos se misturam, sobretudo, por conta do aumento da mobilidade e da complexidade em que vivenciamos atualmente. Para Blommaert (2010), o que se vê, contemporaneamente, são migrações cada vez mais numerosas e também cada vez mais diversificadas, no que diz respeito aos destinos buscados e à diversidade de sujeitos migrantes. O crescimento da dinamicidade, fluidez e contingência deste mundo deve-se também aos avanços no campo informacional-tecnológico-digital, que facilita a circulação de informações (para aqueles que têm acesso), fazendo os textos e os discursos viajarem (BLOMMAERT, 2010; FABRÍCIO, 2013), e pondo em contato os imigrados com seu país de “origem”, fator que não era comum nas migrações anteriores aos anos noventa (BLOMMAERT; RAMPTON, 2011). Além disso, nos permite, sem sair de casa, por meio da tela um computador ou de um celular, conhecer grande parte do mundo, com seus valores, discursos e ideias centrais. De acordo com Fabrício (2013, p. 149), essa faceta do contemporâneo tem possibilitado

Vivências de uma “multiterritorialidade” associada aos avanços, no campo informacional, da internet e da cibercultura – territórios que, ao resignificarem e ampliarem nossos horizontes espaço-temporais e comunicacionais, catapultam as possibilidades de outra espécie de roteiro: os percursos virtuais em escala transglobal.

Essas percepções estão em confluência com revisões críticas teórico-metodológicas que estão sendo desenvolvidas em outros campos acadêmicos. Segundo Canclini (2008), a diminuição de referenciais identitários tradicionais é uma característica ocasionada pela transnacionalização das tecnologias e bens

culturais comercializáveis no século XXI, em que as culturas se interpenetram e se cruzam, nas palavras desse autor “nossa identidade já não pode ser definida pela associação exclusiva a uma comunidade nacional” (CANCLINI, 2008, p. 131). De acordo com Canclini (2008), uma reformulação em direção a uma antropologia híbrida e intercultural pode trazer de volta a relevância social dessa disciplina, visto que

Só uma ciência social – para a qual se tornem visíveis a heterogeneidade, a coexistência de vários códigos simbólicos num mesmo grupo e até em um mesmo sujeito, bem como os empréstimos e transações interculturais – será capaz de dizer algo significativo sobre os processos identificados nesta época de globalização. Hoje a identidade, mesmo em amplos setores populares, é poliglota, multiétnica, migrante, feita com elementos mesclados de várias culturas. (CANCLINI, 2008, p. 131).

Para melhor captar esses processos que estão em curso, Blommaert e Rampton (2011) recorrem ao conceito de superdiversidade desenvolvido pelo sociólogo Vertovec (2007). A superdiversidade se caracteriza por ser uma exacerbação da diversidade, em outras palavras, seria a diversificação da diversidade (BLOMMAERT, 2010). Nesse sentido, faz-se importante atentar para o fato de que tais alterações em andamento no mundo contemporâneo “têm efeitos linguístico-discursivos locais em nossas vidas sociais, que precisamos avaliar” (MOITA LOPES, 2013b, p. 103). Como vem pleiteando Rajagopalan (2003, p. 25) há mais de uma década, “devemos com urgência, rever muitos dos conceitos e categorias com os quais estamos acostumados a trabalhar, no intuito de torná-los mais adequados às mudanças estonteantes, principalmente em nível social, geopolítico e cultural, em curso neste início de milênio”.

Seguindo essa direção, Blommaert (2010), em sua discussão sobre a necessidade de um enfoque diferente para a Sociolinguística em tempos de globalização e superdiversidade, mostra-nos que uma série de acontecimentos tem deslocado conceitos estáveis presentes no que agora é chamado de Linguística Modernista (RAMPTON, 2006; BLOMMAERT, 2013; MOITA LOPES, 2013b). Entre esses conceitos aparece a própria ideia de língua nacional. Para esses pesquisadores, a Linguística junto a outras áreas ajudou a produzir o mundo moderno, ou seja, a construção do imaginário nacionalista e a associação imediata e simplista entre uma língua, um país e uma cultura

foram arquitetados, entre outras disciplinas das chamadas ciências humanas, por descrições científicas de linguistas.

De acordo com Blommaert (2010, 2014b), a Sociolinguística necessita rever muitos de seus pressupostos modernistas se quiser ser relevante nestes tempos em que vigoram a mobilidade, a complexidade e a imprevisibilidade. Construtos como o de “comunidade linguística”, “falante nativo”, “língua materna” e “grupo etnolinguístico” são agora amplamente criticados por basearem-se em “classificações a priori” (BLOMMAERT; RAMPTON, 2011, p. 5). Segundo Blommaert (2014b), as línguas, junto a outras características sociais e culturais das pessoas, foram imaginadas principalmente como relativamente fixas no tempo e no espaço, como sedentárias, por assim dizer. Uma língua (ou uma variedade linguística) era algo que “pertencia” a uma “comunidade linguística” definida (e, portanto, teria limites definidos e claros). Essa comunidade linguística vivia em um mesmo lugar e tempo e, por consequência disso, compartilhava imensas quantidades de conhecimentos.

Ao invés disso, no mundo contemporâneo (de intensas trocas culturais, diminuição de fronteiras físicas e virtuais, ou seja, de flagrante heterogeneidade) as línguas, as variedades linguísticas e as identidades dos falantes estão cada vez mais híbridas (BLOMMAERT, 2014b). De modo que “o pertencimento a um grupo agora parece ser muito menos claro, menos permanente e menos relevante em si do que parecia há quinze anos” (RAMPTON, 2006, p. 114). A pesquisa sociolinguística, alinhando-se a esse momento histórico, deveria considerar o que as pessoas estão fazendo “transidiomaticamente nas práticas linguísticas como recurso comunicativo” (MOITA LOPES, 2013b, p.103), e, nesse sentido, abordar, por exemplo, como falantes e escritores ao redor do mundo “assumem diferentes formas linguísticas; como eles se alinham a diferentes grupos em diferentes momentos e fases” (BLOMMAERT; RAMPTON, 2011, p. 5). Com isso, Blommaert (2008, 2010, 2013) argumenta em favor de “uma integração mais estreita entre Sociolinguística, Etnografia e Análise do Discurso” (BLOMMAERT, 2008, p. 93). Um estudo da linguagem e das línguas que considere a mobilidade, a superdiversidade e as histórias situadas etnograficamente.

Esse cenário geopolítico de mobilidade e complexidade é encontrado atualmente no contexto de diversificação da diversidade que a Universidade da

Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira vem possibilitando, sobretudo, pelo crescente número de migrações de indivíduos oriundos de distintos países que têm a língua portuguesa como oficial, mas que agem em mundos sociais perpassados por variadas culturas, diferentes línguas, múltiplas cosmovisões etc. Em outras palavras, situa-se, atualmente na UNILAB, encontros entre alteridades, negociações identitárias e conflitos valorativos a respeito de concepções sobre língua(s), cultura(s) e identidade(s).

Como já apontado, a UNILAB recebe estudantes bilíngues e multilíngues dos países africanos que têm a língua portuguesa como oficial, como também recebe brasileiros de outras regiões do país, ou seja, é um espaço de convivência de práticas linguísticas diversas, conhecidas na literatura especializada como línguas, dialetos, interlínguas, pidgins, crioulos, variedades etc. Nesse sentido, percebi, em meus primeiros contatos com o contexto investigado, a constituição de um cenário sociolinguístico e discursivo que se apresentava como um potencial lócus do que, em Antropologia Linguística, se convencionou chamar disputas ideológico-linguísticas.

Uma discussão mais aprofundada sobre os efeitos discursivos operacionalizados pelas distintas ideologias linguísticas que circulam no tecido social será postergada para a seção de fundamentação teórica, no entanto, cabe aqui ressaltar que essa noção surge com antropólogos (WOOLARD; SCHIEFFELIN, 1995; WOOLARD, 1998; GAL, 1998; KROSKRITY, 2000) que estavam interessados em entender o papel das representações sociais sobre as línguas, seus usos e seus falantes como crenças sobre *status*, correção, adequação, oficialidade, legitimidade, unidade, identidade, alteridade, distinção etc. que muitas vezes são politicamente investidas e frequentemente naturalizam e perpetuam estigmas, preconceitos, relações de poder e desigualdades e que, nos dias atuais, estão cada vez mais presentes em diferentes pesquisas do que vou categorizar nesta tese como Estudos Críticos da Linguagem, a saber: pesquisas em Sociolinguística Crítica (MARTÍN ROJO; 2003, 2004, 2010, 2017, 2019; BLACKLEDGE; PAVLENKO, 2001; BLACKLEDGE 2005, 2012; BLOMMAERT, 2010, 2014; HELLER, 2010, 2014; BLOMMAERT; RAMPTON, 2011; MOYER, 2012; REITER; MARTIN ROJO, 2015); pesquisas em Linguística Aplicada Crítica (PENNYCOOK, 2013; SIGNORINI 2013; CAVALCANTI, 2013; SILVA, 2013, 2014; PINTO, 2013,

2014; MOITA LOPES, 2013, 2015; MAKONI; PENNYCOOK, 2015; CAVALCANTI; MAHER, 2018; LOPES; SILVA, 2018) e pesquisas em Glotopolítica e/ou Políticas Linguísticas Críticas (DEL VALLE 2007; DEL VALLE; ARNOUX, 2010; DEL VALLE; MEIRINHO, 2016).

Em meu ponto de vista, as pesquisadoras e os pesquisadores que operam com a noção de ideologia linguística trazem grandes contribuições a respeito de como crenças socialmente compartilhadas sobre as línguas e a linguagem produzem e reproduzem determinadas relações sociais e organizam a própria vida sociocultural. No entanto, no geral, essas investigações, embora trabalhem com noções como ideologia, valores, poder, linguagem ou mesmo discurso etc., tendem a negligenciar aspectos léxico-gramaticais ou textuais presentes nos eventos sociais analisados. Pode-se dizer que lhes falta uma atenção maior ao que Fairclough (2003) chama de Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO). Acredito que se pode ter uma melhor compreensão sobre os fenômenos sociais e linguísticos debatidos pelos estudos de ideologia linguística ao se adotar princípios e procedimentos da ADTO. Nesta pesquisa, portanto, procuro sanar a pouca atenção que tem sido dada às estratégias textuais presentes nos eventos, com uma articulação entre os estudos transdisciplinares sobre ideologia linguística e a Análise Crítica de Discurso (FAIRCLOUGH, 2001a, 2003, 2012; VIEIRA, RESENDE, 2016; MAGALHÃES, MARTINS, RESENDE, 2017).

Outro ponto importante a se considerar é o fato de que, nos estudos que investigam questões de ideologia linguística, ainda são escassas pesquisas que investigam a língua portuguesa ou mesmo contextos em que a língua portuguesa figura como uma das línguas alvo de ideologias linguísticas em disputa. Além disso, há escassez em análises/investigações que discutam as conseqüentes dimensões políticas das análises feitas, como, por exemplo, encaminhamentos para gestão e planejamentos linguísticos que visem o futuro da(s) língua(s), bem como os direitos linguísticos de seus falantes (OLIVEIRA, 2013a; CAVALCANTI; MAHER, 2018).

Em nossa pesquisa, determinadas ideologias linguísticas sobre a língua portuguesa terão centralidade. Dados da pesquisa de Oliveira (2013b) nos mostram a importância que a língua portuguesa vem tendo no cenário internacional contemporâneo. A língua portuguesa encontra-se atualmente

inserida em quatro continentes (América, África, Europa e Ásia) e tem em torno de 221 a 245 milhões de falantes como primeira ou como segunda língua. Segundo Oliveira (2013b), o português chegou, em 2010, ao posto de quinta língua mais usada na internet, com cerca de 83 milhões de usuários, e ainda, é língua com *status* de oficialidade em 26 organizações internacionais, entre as quais estão a União Europeia, o Mercosul, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), diga-se de passagem que a língua portuguesa também é atuante em organizações diplomáticas como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), e a União Postal Internacional (SIGLA).

Nesse sentido, parece inegável que são necessárias pesquisas que considerem as ideologias linguísticas sobre o português de maneira geral, sobre o português no Brasil (uma vez que, segundo Faraco (2012), 85% dos falantes de português no mundo são brasileiros) e, no caso desta pesquisa, sobre ideologias a respeito da língua portuguesa em contextos multilíngues como é o caso do entorno da UNILAB em Redenção, Ceará.

Com os resultados dessas pesquisas, pode-se, a partir de saberes práticos e empiricamente embasados, auxiliar na discussão e na construção de políticas públicas (sobretudo, políticas linguísticas) que orientem compreensões mais apropriadas sobre como somos (ou temos sido) enquanto sociedade, de modo a visibilizar a pluralidade linguística da UNILAB e da Comunidade Lusófona e, como não poderia ser diferente, de modo a combater os estigmas linguísticos e as discriminações a eles relacionadas (WOOLARD, 1998, 2007; MARTÍN ROJO, 2003, 2010, 2017).

Em síntese, nesta pesquisa, analiso questões ideológico-linguísticas que circulam no âmbito institucional e no contexto situado da UNILAB, através de análises sistemáticas sobre as percepções do que vou chamar de posição oficial da UNILAB, por um lado, e sobre as percepções de atores sociais que vivenciam esse espaço universitário, por outro lado. Para tanto, articulo pressupostos teórico-metodológicos dos estudos sobre ideologias linguísticas

nas pesquisas em Antropologia Linguística e nos Estudos Críticos da Linguagem com conceitos epistemológicos e categorias analíticas da Análise de Discurso Crítica.

O objetivo geral é analisar a produção/reprodução e a interpretação de ideologias linguísticas que circulam no âmbito institucional e no contexto situado da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Os objetivos específicos são (a) examinar ideologias linguísticas que orientam as percepções do que chamo de posição oficial (institucional) da UNILAB; (b) verificar ideologias linguísticas que orientam percepções de agentes sociais (professores e estudantes) que vivenciam o contexto situado da UNILAB; (c) comparar as estratégias textuais-discursivas mobilizadas tanto pelos agentes sociais quanto pela posição institucional da UNILAB em suas percepções ideológico-linguísticas situadas e, por fim; (d) produzir conhecimentos empiricamente embasados que auxiliem em uma educação cidadã contemporânea sobre questões ideológico-linguísticas naturalizadas.

Passo agora a relatar os próximos capítulos que integram esta tese.

No capítulo 2, apresento reflexões conceituais provenientes de pesquisas anteriores sobre ideologias linguísticas em contextos multilíngues, multiculturais e multiétnicos no mundo contemporâneo com a finalidade de nos apropriar de conceitos e de categorias que nos ajudem a desenvolver o objeto de estudo desta pesquisa. No capítulo 3, apresento minha compreensão sobre como o aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica, com sua atenção simultânea aos aspectos linguístico-textuais e aos aspectos socioculturais que constituem os discursos, é capaz de auxiliar pesquisas que versem sobre ideologias linguísticas e, de fato, qualquer investigação que lide com questões que envolvem axiologias, valores e posicionamentos.

No capítulo 4, ressalto o modo como me localizo em um paradigma qualitativo, particularmente a perspectiva etnográfico-discursiva, e apresento os passos metodológicos que utilizei para coletar/produzir o *corpus* desta pesquisa. No capítulo 5, interpreto os dados da pesquisa a partir de um olhar atento sobre os recursos linguístico-textuais mobilizados nos textos das diferentes fontes investigadas, bem como estabeleço relações entre os dados

do *corpus* desta pesquisa e as teorizações prévias sobre ideologias linguísticas.

No capítulo 6, teço algumas considerações finais sobre os pontos centrais desta pesquisa, pontuo a relevância teórica e social dos estudos sobre ideologia linguística, ressalto a possibilidade de analistas críticos de discurso dialogarem cada vez mais com essa noção e, por fim, aponto o que ainda pode ser investigado por pesquisas futuras.

2 IDEOLOGIA LINGUÍSTICA: UMA QUESTÃO DE PESQUISA SOCIOCULTURAL

2.1 As noções de ideologia

É inegável que o termo “ideologia” apresenta variados sentidos para diferentes pensadores, teóricos, pesquisadores nas ciências humanas e sociais. Em vista disso, para muitos, esse conceito é de difícil tratamento, de difícil síntese. Ideologia seria uma noção complexa e escorregadia. Muitos preferem não a utilizar como categoria heurística que ajude a entender os fenômenos da vida social. No entanto, ainda acredito no potencial desse conceito. Um olhar retrospectivo baseado em pesquisadores que traçam um pouco do histórico do conceito de ideologia (EAGLETON, 1997; THOMPSON, 2011) nos ajudará a entender alguns dos fios conceituais tecidos em torno dele.

A noção de ideologia surge no final do século XVIII como categoria analítica de, na época, um novo campo do conhecimento autodenominado de Ciência das Ideias, mais especificamente, as reflexões filosóficas de Destutt e Tracy sobre o papel das ideias na conceituação do mundo (THOMPSON, 2011). Daí em diante, no decorrer do tempo, diferentes pensadores utilizaram esse termo, dialogando diretamente ou não com a Ciência das Ideias de Destutt de Tracy, em suas tentativas de melhor compreender muitos aspectos das relações sociais. Thompson (2011) ressalta nomes como Napoleão, Lenin, Marx, Mannheim, Lukács, ao passo que Eagleton (1997), além dos supracitados, lembra-se de autores como Hegel, Habermas, Gramsci, Adorno, Bakhtin, Medvedev, Voloshinov, Williams e Bourdieu. Pensar a noção de ideologia, portanto, é, inevitavelmente, entrelaçar e dar continuidade à diversidade de vozes desses distintos pensadores e pesquisadores.

Para apresentar a diversidade conceitual em torno dessa noção, Eagleton (1997, p. 15) lista uma série de definições usadas em diferentes momentos por diferentes correntes teóricas:

- (1) O processo de produção de significados, signos e valores na vida social;
- (2) Um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social;
- (3) Ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante;
- (4) Ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante;
- (5) Comunicação sistematicamente distorcida;
- (6) Aquilo que confere certa posição a um sujeito;
- (7) Formas de pensamento motivadas por interesses sociais;
- (8) Pensamento de identidade;
- (9). Ilusão socialmente necessária;
- (10) A conjuntura de

discurso e poder; (11) O veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; (12) Conjunto de crenças orientadas para a ação; (13) A confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal; (14) Oclusão semiótica; (15) O meio pelo qual os indivíduos vivenciam relações com uma estrutura social; (16) O processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural.

Eagleton (1997), observa que as definições acima não são todas compatíveis entre si. Algumas são declaradamente negativas, já outras nem tanto, algumas são declaradamente neutras, há ainda as que são ambigualmente neutras e negativas ao mesmo tempo. Portanto, muitas dessas definições são diretamente opostas ou contrapostas, “se, por exemplo, ideologia significa qualquer conjunto de crenças motivadas por interesses sociais, então não pode simplesmente representar as formas de pensamento dominantes em uma sociedade” (EAGLETON, 1997, p. 16).

Segundo esse pesquisador, determinadas tradições são mais epistemológicas (consideram mais a questão da verdade ou falsidade de dadas ideias), enquanto outras são mais sociológicas (consideram mais as condições sócio-históricas e culturais de surgimento de dadas ideias). Algumas das teorizações embutidas nas definições acima remetem a questões sobre crenças que visam enganar ou manipular, ou seja, dizem respeito à falsa consciência, ilusão e distorção da realidade, “ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante” (EAGLETON, 1997, p. 16), outras não focalizam essa questão, ao invés disso, tematizam a função das ideias como auxiliares das práticas e das ações dos seres humanos na vida em sociedade “conjunto de crenças orientadas para a ação” (EAGLETON, 1997, p. 16).

A abordagem desenvolvida por Thompson (2011) segue uma linha que preserva o caráter negativo das ideologias, chamada por ele de perspectiva crítica, e se contrapõem às perspectivas que ele denomina de neutras. Isso quer dizer que, para esse pesquisador, a própria caracterização de um fenômeno como ideológico, já traz implicada a condenação desse fenômeno, ao contrário das perspectivas neutras em que não se relaciona ideologia, necessariamente, com questões de poder e dominação que deveriam ser problematizadas.

Thompson (2011), em diálogo com determinados autores que escreveram sobre o assunto, desenvolveu uma formulação particular para o

conceito de ideologia. Após rever anos de discussões sobre o conceito, ele traça uma linha de pensamento que aproveita alguns aspectos das tradições anteriores ao passo que rejeita outros. Em sua concepção, estudar a ideologia é estudar como a produção de sentidos (em formas simbólicas: falas, imagens, textos e outras semioses) serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Nessa perspectiva, o critério de negatividade das concepções de ideologia de Karl Marx e de outros pensadores é mantido. No entanto, a questão da verdade ou falsidade é descartada como condição obrigatória. Assim, na perspectiva de Thompson (2011), para que um fenômeno seja nomeado de ideológico, não precisa necessariamente ser falso ou enganoso, visto que relações de poder podem ser estabelecidas e sustentadas via formas simbólicas consideradas verdadeiras ou legitimadas como tal.

Thompson (2011) postulou ainda que as relações de poder em nossas sociedades estão relacionadas não somente com questões de classe social, isto é, a exploração do trabalho de uns sobre outros no âmbito econômico, tal como pensado por determinadas correntes marxistas, uma vez que há um amplo espectro de relações que podem ser consideradas desiguais e que são vividas por distintos segmentos de atores sociais. Nas palavras desse pesquisador:

Ao estudar a ideologia, podemos nos interessar pelas maneiras como o sentido mantém relações de dominação de classe, mas devemos, também, interessar-nos por outros tipos de dominação, tais como as relações sociais estruturadas entre homens e mulheres, entre um grupo étnico e outro, ou entre estados-nação hegemônicos e outros estados-nação localizados à margem do sistema global. (THOMPSON, 2011, p. 78).

De maneira semelhante, Eagleton (1997, p. 18) acentua que crenças, ideias, valores ou concepções específicas que circulam na sociedade são ideológicos quando estão relacionados aspectos que envolvem o poder ou mesmo o embate conflitivo entre grupos sociais, ou seja, “o termo ideologia, em outras palavras, parece fazer referência não somente a sistemas de crenças, mas a questões de poder”. Tais ideologias não são necessariamente ligadas às distorções da realidade e dizem respeito a uma diversidade de lutas simbólicas:

questões de classe, raça, gênero, sexualidade, religião, nacionalidade, aparência, idade entre outras.

Segundo esse autor, nem toda ideia ou crença pode ser considerada ideológica. Pode-se ter convicções ou concepções sobre variados assuntos, inclusive, bastante inflexíveis, como, por exemplo: escovar os dentes, a minha saúde bucal etc. No entanto, tais convicções por si só não necessariamente serão denominadas de ideológicas. Por sua vez, “se sou obsessivo quanto a escovar os dentes porque se os ingleses não se mantiverem saudáveis os soviéticos dominarão nossa nação débil e desdentada” (EAGLETON, 1997, p. 1997, p. 18), dessa forma faz sentido usar a palavra “ideologia”. De maneira análoga:

Uma discussão entre marido e mulher, à mesa do café, sobre quem exatamente deixou que a torrada se transformasse naquela grotesca mancha negra não é necessariamente ideológica; só o seria se, por exemplo, começasse a envolver questões como potência sexual, opiniões sobre o papel de cada um dos sexos e assim por diante. (EAGLETON, 1997, p. 21).

Desse modo, ainda que, nessa perspectiva, nem todo conjunto de crenças possa ser denominado de ideológico, há um grande número de ideologias que circulam na vida social. Quer dizer, somente sociedades que não fossem divididas, desiguais, hierarquizadas, com distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos (se é que um dia houve sociedades assim) seriam, por definição, não ideológicas, ou seja, seriam sociedades em que não haveria lugar para as ideologias.

De outro modo, diferente de Thompson (2011), Eagleton (1997) não relaciona ideologia somente com ideias, crenças e valores associados à criação, naturalização e legitimação de hegemonias dominantes (estabelecer e sustentar relações de dominação), mas também com ideias, crenças e valores de oposição, de contraponto, de resistência. Se não fosse assim, como classificar as crenças dos movimentos feministas e dos movimentos antirracistas, por exemplo? Será que as concepções feministas e antirracistas são “não-ideológicas” quando desprestigiadas e subalternizadas, mas “ideológicas” se passarem a ser prestigiadas e hegemônicas?

Portanto, Eagleton (1997) prefere conceber e utilizar uma concepção mais abrangente de ideologia. Sem, no entanto, desprezar os ensinamentos das concepções em que se considera a noção de ideologias como sendo essencialmente negativas. Segundo ele, “as duas acepções de ideologia, tanto a mais ampla quanto a mais restrita, têm sua utilidade; trata-se apenas de reconhecer a incompatibilidade entre elas, já que provêm de histórias políticas e conceituais divergentes” (EAGLETON, 1997, p. 20). Sob esta visão, as ideologias seriam melhores pensadas como ideias, crenças e valores influenciados socioculturalmente e materializados em alguma forma de linguagem, adotadas por homens e mulheres para promover, preservar e legitimar ou desafiar, corrigir e reconstruir determinadas ordens sociais que se encontram em disputa.

Gostaria de ressaltar que tanto para Eagleton (1997) como para Thompson (2011), a linguagem (línguas, textos, signos, semioses etc.) é pensada como o lugar da materialização das ideologias, bem como que esses dois pesquisadores influenciaram bastante as reflexões sobre ideologia nas perspectivas teórico-metodológicas que nos auxiliam a compreender meu problema de pesquisa. O primeiro, um nome bastante recorrente nas pesquisas transdisciplinares sobre ideologias linguísticas, noção que irei discutir na próxima seção. O segundo, uma influência notável para a Análise de Discurso Crítica, perspectiva que discutida no próximo capítulo. O que aproxima essas perspectivas, é precisamente o fato de que, em alguma medida, todas elas interessam-se pelo papel da linguagem como lugar de constituição da própria vida social.

2.2 Ideologia linguística, um conceito antropológico

Nesta seção, apresento, mais detidamente, algumas reflexões epistemológicas sobre a noção de ideologias linguísticas empreendidas por diferentes pesquisadoras e pesquisadores (WOOLARD, 1998; GAL, 198; BLACKLEDGE, 2005; DEL VALLE; ARNOUX, 2007; DEL VALLE; ARNOUX, 2010; MARTÍN ROJO, 2010, 2017; PENNYCOOK, 2013) as quais julgo como profícuas para ajudar a desenvolver meu objeto de pesquisa. Mais especificamente, procuro mostrar nossa interpretação sobre a maneira como se constitui esse que é ao mesmo tempo um conceito operativo e o nome de um

campo de pesquisa transdisciplinar, com a finalidade de me apropriar de reflexões conceituais e de categorias analíticas elaboradas por pesquisas anteriores que puderam me auxiliar a desenvolver meu objeto de pesquisa.

Apesar de, nos últimos anos, ser bastante recorrente em pesquisas nos Estudos Críticos da Linguagem (BACKLEDGE, 2005; 2012; DEL VALLE, 2007; HELLER, 2010; DEL VALLE; ARNOUX, 2010; BLOMMAERT; RAMPTON, 2011; BLOMMAERT, 2014a; MARTIN ROJO, 2010; 2013; 2017; PENNYCOOK, 2013; MAKONI; PENNYCOOK, 2015; CAVALCANTI; MAHER, 2018), a germinação das teorias sobre ideologia linguística ou ideologias sobre as línguas e a linguagem se deu no final dos anos oitenta e início dos anos noventa, nos Estados Unidos, com antropólogos interessados no papel das ações via língua(gem) como articuladoras da vida sociocultural (WOOLARD, 1998, 2007; GAL, 1998; PHILIPS 1998; SPITULNIK, 1998; KROSKRITY, 2000, 2004). Um dos primeiros trabalhos na área foi o artigo de Woolard e Schieffelin (1994), publicado no periódico *Annual reviews of Anthropology*. Nos anos seguintes, foram organizadas as primeiras coletâneas com o propósito de compilar variadas pesquisas que já vinham sendo desenvolvidas sobre o tema, tais como *Language ideologies: practice and theory*, organizada por Schieffelin, Woolard e Kroskrity, em 1998 e *Regimes of language: ideologies, politics, and identities*, organizada por Kroskrity, em 2000.

É, portanto, com uma corrente de pesquisa antropológica conhecida como Antropologia Linguística e, posteriormente, com outras perspectivas científicas relacionadas a essa, tais como a Sociologia da Linguagem, a Etnografia da Comunicação, a Glotopolítica, a Sociolinguística Crítica entre outras áreas (pesquisas sociais e culturais que se interessam pelo componente linguístico das sociedades e culturas e/ou perspectivas de estudos linguísticos que dão ênfase aos aspectos socioculturais da linguagem) que a noção de ideologia linguística tem tido centralidade nas investigações acadêmicas.

A noção de ideologia linguística evidentemente tem grandes ligações com as reflexões sobre ideologia iniciada por filósofos e hoje apropriadas e compartilhadas por boa parte das ciências humanas e sociais. Como se sabe, a noção de ideologia tem uma longa história no pensamento ocidental, faz parte de reflexões variadas em um amplo espectro de pensadores nas ciências humanas e sociais, e, evidentemente, o sentido atribuído ao termo altera-se

consideravelmente nas diversificadas perspectivas adotadas pelos autores que utilizam esse conceito.

Como aponta Woolard (1998), de forma semelhante, os estudos sobre ideologia linguística passaram e passam por esse mesmo processo, a ponto de justamente ser uma das principais questões teorizadas por diferentes antropólogos da linguagem, ou seja, a difícil localização do conceito de ideologia linguística dentro do abrangente quadro de estudos sobre ideologia nas ciências humanas e sociais. Para a referida pesquisadora, entre antropólogas e antropólogos, existe uma extensa pluralidade de concepções do que seria uma ideologia linguística, sobretudo, no que diz respeito aos diálogos, às aproximações e/ou às reformulações teóricas efetuadas a partir de fontes primárias advindas de pensadores como Destutt de Tracy, Marx, Mannheim, Althusser, Voloshinov, Bourdieu, Gramsci, Willians, Foucault, Thompson, Eagleton, entre outros.

Desde suas primeiras elaborações até os dias atuais o conceito de ideologias linguísticas tem recebido diversas definições, como, por exemplo: (1) são representações explícitas ou implícitas que constroem a intersecção entre a linguagem e os seres humanos no mundo social (WOOLARD, 1998); (2) são concepções culturais sobre natureza, forma e sentido da língua e das práticas comunicativas como encenações de ordens coletivas que projetam compreensões sobre as pessoas (IRVINE; GAL, 2000); (3) são crenças e sentimentos sobre as línguas e seus falantes vinculados a determinados interesses (KROSKRITY, 2004); (4) são avaliações e apreciações sobre as línguas, seus falantes, seus usos, as culturas e identidades desses falantes com um potencial enorme de gerar diferenciações e desigualdades sociais (BLOMMAERT; RAMPTON, 2011).

De acordo com Woolard (1998, 2007), enquanto algumas pesquisadoras e pesquisadores utilizam “ideologia linguística” de duas formas. A primeira seria como um conceito descritivo que procura salientar aspectos gerais dos esquemas conceituais compartilhados entre os membros de segmentos e grupos sociais. A segunda, a partir de outras perspectivas, outros pesquisadores e pesquisadoras procuram ressaltar, com esse conceito, como as ideologias linguísticas orientam ações e atividades dos atores sociais situados e, ao mesmo tempo, são recursos que esses atores recorrem para

auxiliar suas compreensões e interpretações sobre o mundo e sobre as relações socioculturais a sua volta.

De acordo com Gal (1998), com o termo ideologia linguística, antropólogas e antropólogos pretendem fazer referência às crenças e às concepções culturais, inscritas em dadas sociedades, sobre as línguas e sobre seus falantes. Woolard (1998) entende essas crenças como representações sociais carregadas de interesses morais e políticos que têm como plano de fundo a inseparável interseção entre a língua(gem) e a dimensão social das atividades humanas. Tais representações são politicamente investidas, ou seja, relacionam-se, por um lado, à atualização, à (re)produção, à naturalização ou, por outro lado, ao desafio, ao questionamento, à transformação de determinadas ordens sociais mais amplas que vigoram em determinados lugares e momentos históricos, dessa forma, são ideias situadas que estão em disputa. Em minha compreensão, como irei discutir a seguir, as ideologias linguísticas são sempre relativas aos assuntos ou aos temas que enfocam: (1) as línguas; (2) os usos ou as práticas comunicativas; (3) os atores sociais (interlocutores das práticas de linguagem).

A partir dessas definições e reflexões elaboradas por Susan Gal e Kit Woolard, variadas pesquisas têm sido desenvolvidas mundo afora. Os trabalhos na área têm discutido, por exemplo, questões como ideias acerca do que conta como língua; valores classistas associados a determinadas formas linguísticas e seus efeitos na legitimação do *status quo*; ideologias puristas relacionadas com crenças sobre decadência de línguas; pressupostos ideológicos eurocêntrico em políticas públicas; concepções associadas a dadas línguas, seus falantes e suas culturas e/ou construtos linguístico-identitários em contextos multilíngues; essencialismos identitários; nacionalismo, xenofobia e racismo linguístico; negação de misturas e hibridismos linguístico-culturais na contemporaneidade; avaliações axiológicas acerca do status de dadas línguas; políticas linguísticas assimiladoras e segregadoras em instituições estatais; processos semióticos e discursivos que agrupam indivíduos em determinadas “coletividades” ou os diferenciam por interesses político-ideológicos entre outras questões. As pesquisadoras e os pesquisadores que abordam esses temas argumentam que grande parte desses estudos discutem as maneiras como representações sociais sobre as línguas e seus falantes, podem, em

determinados contextos, resultarem na naturalização de relações de poder e de estratificações sociais.

De acordo com Del Valle e Arnoux (2010), a noção de ideologia linguística enriqueceu o debate acadêmico anterior em torno do que antes era chamado de representações sociolinguísticas. Em outras palavras, as avaliações sociais relativas aos objetos linguísticos: línguas, variedades, sotaques, registros, gêneros textuais, modos de ler e de escrever entre outros, em que as representações implicam avaliações sobre esses objetos e sobre os sujeitos a eles relacionados.

As pesquisas que utilizam a noção de ideologia linguística estão interessadas em questões que estão relacionadas simultaneamente aos usos linguísticos e aos seus aspectos socioculturais e históricos. São estudos, portanto, que se pretendem transdisciplinares e, ao investigar crenças e representações que circulam na vida social a respeito das línguas e do que as envolve o fazem ressaltando que tais crenças e representações, não se direcionam somente às chamadas línguas naturais (estrito senso), mas antecipam e estabelecem laços entre a língua(gem) e a identidade, entre a língua(gem) e a política, entre a língua(gem) e a estética, entre a língua(gem) e a moralidade, entre a língua(gem) e sentimento de pertencimento comunitário etc. Tais ideologias, muitas vezes, sedimentam categorizações sociais aos quais os indivíduos recorrem para compreender e dar sentido ao mundo que os cerca (WOOLARD, 1998).

Na tentativa de mapear os sentidos que o conceito de ideologia linguística tem para antropólogos da linguagem, Woolard (1998) nos apresenta o que em sua compreensão configura-se como as quatro principais perspectivas. A primeira se refere a ideologia linguística como um acontecimento ideacional, ou seja, um fenômeno mental, de representações subjetivas, de crenças e de ideias. A segunda entende a ideologia linguística como posição social, ou seja, ideologia equivalente à visão de mundo de determinados segmentos sociais. Tais visões sendo dependentes de aspectos da vida material. Nessa perspectiva, a ideologia representa a si mesma como uma verdade universal. A terceira compreende a ideologia linguística como “significado a serviço da luta” por adquirir e manter o poder, ou seja, ideologia sendo uma ferramenta e uma prática específica dos grupos sociais dominantes.

Dito de outro modo, concepções e práticas de grupos subalternos são, por definição, não ideológicas. Por fim, a quarta perspectiva apresenta a ideologia linguística como distorção, ou seja, ideologia significando ilusão, erro, mistificação e falsa consciência.

Em linhas gerais, na interpretação desta pesquisadora, essas quatro abordagens podem ser agrupadas em duas, as perspectivas neutras (primeira e segunda) e as perspectivas críticas (terceira e quarta). As primeiras, procuram pensar representações, crenças, ideias como sistemas de pensamento que estão situados socialmente e compartilhados coletivamente não necessariamente relacionando-as a interesses ou relações de poder. As segundas, põem em relevo o fato de que estas representações, crenças, ideias são, muitas vezes, distorcidas ou mascaradas, e servem, em uma sociedade dividida, aos interesses opressores de um grupo sobre outro.

Segundo Woolard (1998), apesar do conjunto de trabalhos que vêm sendo desenvolvidos sobre ideologias linguísticas não seguirem uma bibliografia única e, portanto, haver variados enfoques, um princípio orienta todos eles, qual seja: buscam pensar as relações entre representações sobre as línguas, concepções culturais e poder social. Para tanto, ideologias e relações sociais são entendidas como mutuamente constitutivas, em última instância, nesse campo, pretende-se compreender tanto os processos sociais que criam e legitimam representações sobre as línguas como os efeitos concretos desses processos e representações nas relações sociais. De acordo com Kroskrity (2004), isso implica que, ao se estudar ideologias linguísticas, o analista geralmente se pauta não por um projeto neutro de descrição linguística, visto que, para os pesquisadores dessa perspectiva científica, as temáticas abordadas requerem perguntas reflexivas sobre nossos próprios compromissos éticos e políticos.

No entanto, uma questão persiste, qual seja: por se tratar de, na grande maioria, pesquisadores filiados à antropologia e à sociologia da linguagem, uma dúvida que pode surgir é justamente o porquê da centralidade do conceito de ideologia e não o de cultura como elemento heurístico na compreensão do mundo social. Quem melhor esclarece essa questão é Philips (1998), segundo esse autor, a alternativa terminológica significa um novo paradigma em Antropologia Linguística, uma mudança de perspectiva que procura assinalar

maior atenção “ao modo como a relevância e a supremacia de certas ideias particulares são em si mesmas formas de poder⁵” (p. 213). Nessa mesma direção argumentativa, Spitulnik (1998, p. 164) aponta que:

É importante enfatizar que as ideologias linguísticas e os processos de valoração linguística nunca são exclusivamente sobre a língua. As ideologias têm a ver, entre muitas outras coisas, com a construção e a legitimação do poder, a produção de relações sociais de igualdade e diferença e a criação de estereótipos culturais de tipos de falantes e de grupos sociais⁶.

Além de uma atenção maior às questões envolvidas entre as relações entre determinadas ideias e o poder que as atravessa e as legitima, o uso do conceito de ideologia linguística por antropólogos se deve também ao interesse de desenvolver pesquisas que, ao mesmo tempo, focalizem demandas microsociais (interacionais) e macrosociais (ordens sociais). Nas palavras de Gal (1998, p. 406): “a noção de ideologias linguísticas nos permite desenvolver um estudo integrado de fenômenos sociais que são considerados geralmente como pertencentes a diversas escalas de análise [...] a integração de diferentes níveis dos fenômenos sociais, o macropolítico e o microinteracional”. Nesse sentido, as pesquisadoras e os pesquisadores filiados a esse campo compartilham preocupações metodológicas provenientes da necessidade de investigar, simultaneamente, a dimensão situada-etnográfica e a dimensão social-histórica dos objetos estudados, em outras palavras, a vinculação entre usos linguísticos e processos sociais mais amplos.

Hill (1998) em sua discussão sobre o purismo linguístico mexicano assume decididamente a perspectiva da ideologia como falsa consciência proveniente das abordagens neomarxistas. Segundo Hill (1998), algumas ideias (incluindo ideias sobre línguas, seus falantes e suas culturas) são nebulosas, errôneas e distorcidas, sobretudo, por conta das ligações destas

⁵ The way in which the salience and prevalence of particular ideas are themselves forms of power.

⁶ It is crucial to stress that language ideologies and processes of language valuation are never just about language. Language ideologies are, among many other things, about the construction and legitimation of power, the production of social relations of sameness and difference, and the creation of cultural stereotypes about types of speakers and social groups.

com os interesses dominantes. Concordando em parte com a visão de ideologia de Hill, a antropóloga Susan Gal (1998) rejeita a posição que argumenta ser a ideologia linguística uma construção cultural politicamente neutra, tal como uma “cosmovisão” ou uma “visão de mundo” sobre a(s) língua(s) e os elementos sociais que a elas estão relacionados. No entanto, Gal (1998) também defende que as diversas ideias sobre questões linguísticas na vida social não são meras distorções de uma realidade a ser conhecida cientificamente pelo perito, antropólogo ou linguista. Relacionando noções como “poder simbólico” de Bourdieu e “hegemonia” de Gramsci à sua maneira de pensar o conceito de ideologia linguística, Gal (1998, p. 321) ressalta que

O poder também reside na habilidade que algumas ideologias têm para ser aprovadas ou consensualizadas. [...] Nesse sentido, algumas ideias e práticas são “dominantes” não simplesmente porque são produzidas ou mantidas por grupos dominantes, mas porque suas avaliações são reconhecidas e aceitas dentro da realidade vivida (ainda que parcialmente constituída) por grupos mais amplamente distribuídos na escala social⁷.

A partir de compreensões bastante aproximadas às supracitadas, Spitulnik (1998), em seu estudo sobre a desigualdade de acesso nas relações multilíngues efetuadas na rádio estatal zambiana, defende uma maior aproximação entre o conceito de ideologia como apreciação social oriundo de Voloshinov e o conceito de discurso como fator constitutivo de realidades sociais proveniente dos trabalhos de Foucault. De acordo com Spitulnik (1998, p. 164), a vinculação dessas duas perspectivas é importante, pois

resgata o conceito de ideologia da crítica pós-moderna que sustenta que a ideologia necessariamente pressupõe uma distinção entre aparência e realidade. Em alguns casos, as ideologias criam, de fato, aparências que mistificam ou falsificam realidades. Em outros, são simultaneamente aparência e realidade, ou seja, uma verdade vivida “dentro do verdadeiro”.⁸

⁷ Power resides as well in the ability of some ideologies to gain the assent or agreement [...]. In this sense, some ideas and practices are “dominant” not simply because they are produced or held by dominant groups, but because their evaluations are recognized and accepted by, indeed partially constitute, the lived reality of a much broader range of groups.

⁸ (...) rescues the concept from the postmodern critique that ideology necessarily presupposes a distinction between appearance and reality. In some cases ideologies do create appearances that mystify or falsify realities. In other cases they are simultaneously appearance *and* reality — that is, a lived truth, “within the true”.

Nessa perspectiva, portanto, o conceito de ideologia linguística enfatiza o caráter discursivo dos processos de projeção/construção da(s) realidade(s), dito de outro modo, aquilo que, para segmentos da população, é vivido como “verdade” em dado momento histórico e naturaliza assim determinadas ordens sociais, muitas vezes injustas. Segundo Woolard (2007), as antropólogas e os antropólogos que trabalham com esse conceito, procuram salientar o papel das crenças axiológicas compartilhadas por grupos sociais na produção, na naturalização, na legitimação, na reprodução e na resistência, no combate e na reconfiguração de relações de poder.

Em síntese, para auxiliar a compreensão do que se trata quando se fala de ideologia linguística, Kroskrity (2004) postula cinco dimensões que resumem o conceito trabalhado por antropólogos, quais sejam: (1) as ideologias linguísticas refletem percepções sobre a linguagem e sobre as línguas construídas por interesses de grupos sociais ou culturais específicos; (2) as ideologias linguísticas são variadas, concebidas como múltiplas devido à significativa pluralidade de divisões sociais (classe, etnia, gênero, clã, região, gerações etc.); (3) os sujeitos podem apresentar diferentes graus de consciência sobre as ideologias linguísticas em seus atos cotidianos; (4) as ideologias linguísticas fazem a mediação entre estruturas sociais e uso linguístico; e, por fim, (5) as ideologias linguísticas têm papéis preponderantes na representação e na criação de variadas identidades sociais e culturais como, por exemplo, a nacionalidade, a comunidade, a etnia entre outras.

Na próxima seção, apresento alguns conceitos epistemológicos e algumas categorias analíticas que têm sido desenvolvidas por diferentes pesquisas sobre ideologias linguísticas em Antropologia Linguística e no que estou chamando de Estudos Críticos da Linguagem.

2.3 Monolinguismo como ideologia homogeneizante

Como observado, o estudo das ideologias linguísticas permite aos pesquisadores refletirem sobre variadas relações de poder que atravessam a esfera linguística (BLACKLEDGE, 2005, 2012; HELLER, 2010; BLOMMAERT; RAMPTON, 2011; MARTÍN ROJO, 2010, 2017; PENNYCOOK, 2013; MAKONI;

PENNYCOOK, 2015). Uma das questões mais debatidas nos últimos anos é, precisamente, a ideologia que se convencionou chamar de monolinguismo. Uma manifestação de ideologia linguística – por ter a(s) língua(s) como base – que esteve intimamente relacionada à criação dos estados nacionais no final do século XIX. Para a ideologia monolíngue, cada país deveria ter uma língua (e somente uma) que o identifique, caracterize-o e diferencie-o dos demais. De forma que, por exemplo, ao definir-se com inglês, português, espanhol ou francês o indivíduo fale e escreva, respectivamente, a língua inglesa, a língua portuguesa, a língua espanhola e a língua francesa. Essa correlação é concebida como uma obviedade nos discursos orientados por essa ideologia.

Como observa Hall (1997), em determinado momento histórico, o nacionalismo foi construído de modo a parecer algo inerente à humanidade. Em outras palavras, a ideia que fossemos concebidos e pensados sem pertencermos a uma nação específica parecia sinalizar uma grande tensão ao imaginário do homem moderno. Para esse autor, as nações (suas tradições, suas culturas e seus mitos de origem) foram efetivamente inventadas na modernidade. Gal (1998) acrescenta que assim como as nações, as línguas também foram imaginadas e coladas em dadas nações. Esse momento viu surgir, portanto, o lema “um povo, uma nação, uma língua”. De acordo como Martín Rojo (2017), o monolinguismo teve como um de seus efeitos práticos a solidificação do estado nacional liberal e fez isso, sobretudo, através da deslegitimação de variedades linguísticas diferentes do padrão e da deslegitimação de outras línguas diferentes da língua oficial (línguas que passaram a ser minorizadas, desprestigiadas, estigmatizadas etc.). Essa pesquisadora pontua ainda que

Sob essa ideologia, há pelo menos dois componentes ideológicos subjacentes. O primeiro é político: o uso e o predomínio de uma única língua traz coesão às nações. O segundo é social: o predomínio de uma única língua torna o acesso a todas as esferas da vida social mais fácil para todo o corpo social. Ao longo das últimas décadas, essas declarações tornaram-se cada vez mais controversas e foram denunciadas por sociolinguistas que questionam a imposição de uma

língua nacional unificada como condição de igualdade e de integração social⁹. (MARTÍN ROJO, 2017, p. 4).

Segundo Gal (1998), o monolinguismo opera em grande medida por meio do apagamento ideológico, isto é, uma orientação conceitual que tem como efeito a simplificação de determinadas realidades sociolinguísticas. Utilizando esse aparato epistemológico, Makoni e Meinhof (2006) e depois Makoni e Pennycook (2015) nos dão um bom exemplo do poder efetivamente exercido através desse tipo de ideologia linguística. Em suas reflexões, esses pesquisadores argumentam que o conceito de língua no continente africano passou necessariamente por um processo de invenção sociocultural. Invenção em que, notadamente, o projeto colonial cristão desempenhou uma função crucial na tarefa de importar suas visões de povo, nação e, evidentemente, de “línguas”, que deste modo podem ser entendidas como entidades ontológicas (com nomes e linhagem de família) e delimitadas. Isso se deu, sobretudo, através do interesse colonialista em evangelizar os povos tidos muitas vezes como selvagens. Evangelização que se dava, impreterivelmente, por meio de eventos e práticas de letramento em línguas europeias. No entanto, obviamente, isso não quer dizer que não houvesse linguagem ou comunicação nos países africanos antes do colonialismo, o que, de fato, o termo “invenção das línguas” procura apontar e problematizar é o poder constitutivo das ideologias linguísticas na produção de dadas realidades sociais (MAKONI; PENNYCOOK, 2015). Como os autores esclarecem:

Quando argumentamos que o encontro colonial facilitou a “emergência” ou o “surgimento” de línguas na África, não estamos dizendo que antes do colonialismo e do letramento não houvesse nenhuma oralidade na África ou que houvesse menos “fala” antes do colonialismo, mas que o “retrabalhamento” dessas formas orais em línguas e alguns de nossos modos atuais de pensar a língua na África são um produto do letramento e do colonialismo. (MAKONI; MEINHOF, 2006, p.196).

⁹ Beneath that ideology there are at least two underlying ideological components. The first is political: the use and prevalence of a single language brings nations cohesion. The second is social: the prevalence of a single language makes access to all spheres of social life easier for the whole social body. Over the past decades, both of these statements have become increasingly controversial, and have been denounced by sociolinguists, who question the imposition of a unified national language as a condition of equality and social integration.

Outro elemento apontado são as produções de censos sobre as línguas do continente africano elaborados por linguistas (e suas visões eurocêntricas) como um processo crucial dessa invenção linguística. A catalogação feita por cientistas da linguagem ignorou muitas percepções, crenças e noções que faziam parte do conhecimento local e impôs uma dada visão de mundo que acabou por apagar diferenças e características substanciais daquela realidade situada, tais como “o uso simultâneo de duas línguas” (muitas vezes não entendidas como línguas separadas por quem as usava) com a finalidade de criar “tipos específicos de realidades com o propósito de governabilidade” (MAKONI; MEINHOF, 2006, p.205).

A documentação sobre as realidades linguísticas africanas produziu uma imagem bem compartimentada sobre a relação língua-país, isto é, uma imagem em que se pensava uma língua para cada nação. Em outras palavras, a “imagem de uma situação sociolinguística africana constituída por numerosas unidades distintas e fronteiras linguísticas artificiais” (MAKONI; MEINHOF, 2006, p.206). A esse respeito, Irvine e Gal (2000) concluem que o pressuposto de que cada língua deveria corresponder a uma nação/povo foi também imposto por linguistas europeus em suas tentativas de interpretar as línguas que eles consideravam “exóticas” nas fronteiras dos países Balcãs. Isso acabou por patologizar a realidade sociolinguística multifacetada eslavo-macedônica. O plurilinguismo dessas “nações” foi concebido como um problema para o aparato interpretativo modernista (ideologicamente motivado) de tais linguistas.

Na esteira das pesquisas sobre ideologia linguística, alguns estudos recentes (KEATING; SOLOVOVO, 2011; FARACO, 2012; SIGNORINI, 2013; PINTO, 2014; MOITA LOPES, 2013; 2015; SEVERO, 2015, 2016; CAVALCANTI, MAHER, 2018; LOPES; SILVA, 2018) têm abordado ideologias desse tipo no cenário geopolítico e sociolinguístico contemporâneo em *sociedades em que a língua portuguesa é um recurso valioso*. Essas sociedades se caracterizam, em grande medida, por serem espaços plurilingues/translígues e pluriculturais/transculturais. Tais pesquisas atentam para ideias politicamente investidas sobre práticas linguísticas e suas vinculações com categorizações sociais, notadamente, relacionando-as aos processos sociais, culturais, políticos, econômicos, demográficos e diaspóricos

que caracterizam as línguas e as culturas em contato no momento sócio-histórico em que vivemos. Essas pesquisas têm problematizado as ideologias linguísticas relacionadas à língua portuguesa no século XXI. Construtos como “lusofonia”, “comunidades linguísticas”, “língua pura” ou mesmo a filiação diretamente latina da língua portuguesa têm sido questionados por operarem com visões eurocêntricas, essencialistas e/ou homogeneizantes.

O trabalho de Lopes e Silva (2018) mostra que, em contexto brasileiro, essa ideologia linguística perpassou as políticas educacionais oficiais (sobretudo, nos Parâmetros Curriculares Nacionais) e ajudou a naturalizar dada compreensão para e sobre nós mesmos, ou seja, a compreensão de que somos um país homogêneo e monolíngue, como salientam os pesquisadores

essa ideologia trata de forma não problematizada a hierarquização de línguas e dialetos no Brasil, escamoteando os processos políticos de produção da desigualdade linguística. A diferença linguística é assim vista como um *já dado*, como *algo natural*, cabendo à escola apenas pacificar e unificar – tratar do papel unificador da Língua Portuguesa. (LOPES; SILVA, 2018, p. 699).

Essa concepção de língua única como um ideal nacional, acrescentam eles, remonta a parte de nossa história:

Da Monarquia à República, apesar da extrema diversidade cultural e linguística que sempre caracterizou o território brasileiro, os governos sempre reforçaram a construção de uma imaginação de um país homogêneo e monolíngue. Segundo Soares (2002), de 1820 a 1920, fazia parte da política linguística do Brasil valorizar e impor a língua da coroa, pois esta era entendida como meio de civilizar os povos bárbaros e, ao mesmo tempo, banir as línguas dos povos indígenas, das populações vindas de países africanos e a língua geral, o *nheengatu* – esta última considerada uma invenção abominável e diabólica. Não foi por acaso que, nesse período, foi instituído o ensino de uma “língua que postulava uma modalidade única do português – com uma gramática única e uma ‘luta’ acirrada contra as variações, até de pronúncia”. (LOPES; SILVA, 2018, p. 696).

Para esses pesquisadores, assim como muitos outros, problematizar as ideologias linguísticas as quais nos deparamos constantemente equivale a pensar ou enfatizar a dimensão política de nossos estudos. Daí porque eles salientam a necessidade de um debate político a respeito do ensino de língua portuguesa (ou de qualquer outra língua aqui ensinada), focalizando as ideologias linguísticas. Segundo esses pesquisadores, precisamos problematizar essas ideias e sempre que possível propor alternativas. Eles

ainda argumentam que uma das saídas é fomentar uma pedagogia translingue e transcultural que oriente o ensino de língua portuguesa, uma perspectiva que busque deslocar determinadas naturalizações e desigualdades. Essa pedagogia seria uma maneira de melhor lidarmos com a diversidade que estamos imersos atualmente em nossas salas de aula brasileiras.

Segundo Gal (1998, 2012), o monolinguismo como ideologia tem feito parte de políticas que justificam o apagamento (eliminação) de línguas e, por consequência, o silenciamento de segmentos sociais específicos. Uma das maneiras que o monolinguismo ganha legitimidade é precisamente o que Blommaert (2014) tem chamado de artefactualização linguística. Segundo ele, algumas línguas ou variedades linguísticas passam a ter prestígio após serem transformadas em artefatos, isto é, uma coisa compreendida como um objeto concreto, com formas e regras bem estabelecidas (ou melhor, pensadas como bem estabelecidas). As línguas são artefactualizadas por meio de metadiscursos “especializados”, ou seja, descrições e análises (sobretudo através de manuais de estilo, gramáticas normativas ou descritivas e dicionários) elaboradas por estudiosos como gramáticos, linguistas, filólogos etc. Segundo essa ideologia, “essas formas e regras são tudo o que há na língua” (BLOMMAERT, 2014, p. 71). Em outras palavras, essa ideologia naturaliza e propaga a crença, agora já amplamente compartilhada, de que uma parte ínfima da língua, uma dimensão mínima dela pode ser compreendida como sendo “a língua” e ponto final. Em outras palavras, pode-se dizer que “os artefatos de descrição e análise tornam-se metonimicamente a língua propriamente dita e seus aprendizes são levados a estudá-los no intuito de se tornarem capazes de produzir a estonteante diversidade que caracteriza a língua real em contextos reais” (BLOMMAERT, 2014, p. 71).

A língua transformada em artefato passa a ter realidade material por meio de réplicas produzidas *in vitro*, a ponto de tais réplicas passarem a ser usadas na medição das performances ou práticas comunicativas *in vivo* dos sujeitos. Ou seja:

A réplica artefactualizada se torna a norma, a variante de linguagem boa e correta. Aqueles que se utilizam dela para falar inspiram identidades de prestígio e de classes média ou alta a partir dela. Aqueles que não o fazem acabam falando com “sotaque” – uma pequena diferença linguística medida em relação às imagens agora

institucionalizadas do que a língua “sem sotaque” deveria ser (sendo que “sem sotaque” é, invariavelmente, o sotaque da elite). (BLOMMAERT, 2014, p. 72).

A construção de uma língua artefaturalizada para servir de língua da nação teve como um de seus principais efeitos colaterais o silenciamento (ou apagamento simbólico) de várias outras línguas e/ou variedades linguísticas que potencialmente poderiam assumir esse posto. Blommaert e Rampton (2011) mostram-nos que projetos orientados por dadas ideologias linguísticas eurocêntricas nos fizeram operar com compreensões e valores de determinados grupos humanos (europeus). A partir deste momento, nos quais as línguas tais como as identidades culturais, deveriam ser entendidas como particulares, como, por exemplo, o inglês, o alemão ou o francês, nas palavras desses autores, as línguas, da forma como conhecemos hoje

são construções ideológicas atadas historicamente ao surgimento do Estado-Nação, no século XIX, quando a ideia de autonomia linguística livre de agência e intervenção individual atrelou-se à diferenciação dos povos em termos de essências espirituais (BLOMMAERT; RAMPTON, 2011, p. 4).

Em resumo, no referido momento histórico, as línguas foram transformadas em artefatos, em grande medida, por conta da criação de dicionários, gramáticas e descrições linguísticas, ou seja, as línguas, a partir de então, passariam a ter existência “real”, sendo diferenciadas em termos puros e delimitados e compostas por “sons estruturados, gramática e vocabulário projetado para se referir às coisas” (BLOMMAERT; RAMPTON, 2011, p. 4).

Em confluência direta ou indireta com as reflexões de Gal (1998) sobre os apagamentos/silenciamentos linguísticos, pesquisadores como Blackledge (2005, 2012), Maher (2013), Pennycook (2013), Severo (2011), Martín Rojo (2010) argumentam que a grande maioria das políticas públicas que focalizam as línguas mundo afora se orientam pela ideologia monolíngue (assim como pela visão de língua como artefato) e isso tem tido consequências para o cenário sociolinguístico contemporâneo. De acordo com essa ideologia, o plurilinguismo é contraproducente para a unidade da nação (BLOMMAERT; VERSCHUEREN, 1998; MARTÍN ROJO, 2010, 2017), bem como para a entrada de seus países em um almejado universo moderno e ocidental (BLACKLEDGE, 2005), e, portanto, quem opera com essa ideologia, deseja

projetos que visem à homogeneização e/ou à uniformização linguística das nações. Em outras palavras, a homogeneização opera por meio de uma ideologia linguística monolíngue, uma ideologia que tem como um de seus efeitos a invisibilização e a subalternização de determinadas línguas, variedades linguísticas, práticas comunicativas e, por conseguinte, os falantes e suas cosmovisões locais.

2.4 Identidade em contextos plurilingues e pluriculturais

Nesta seção, apresento uma reflexão conceitual baseada em relatos de pesquisas anteriores (WOOLARD, 1998; GAL, 1998; BLACKLEDGE; PAVLENKO, 2001; BLACKLEDGE, 2005, 2012; SILVA, 2013; FABRÍCIO, 2013) sobre as relações entre ideologias linguísticas e identidades sociais,. De modo específico, focalizando como essas identidades (relativas, muitas vezes, à comunidades imaginadas) são, em grande medida, frutos de processos discursivos orientados por aquelas (ideologias sobre línguas, falantes e grupos de falantes).

Nos últimos anos, a noção de “identidade” passou a ter bastante proeminência tanto para pesquisadores em ciências humanas e sociais quanto para o cidadão comum interessados nos destinos da *pólis* (RAJAGOPALAN, 1997, 1998). Em outras palavras, questões identitárias atravessam tanto a pesquisa quanto o debate público como um dos mais recorrentes focos de interesses individuais e coletivos. Dessa forma, a noção de identidade segue firme como elemento conceitual explicativo de lutas, embates, valores, desejos etc. que configuram a agência social das pessoas, em suas vivências em diferentes âmbitos da vida social. É por meio de determinadas identidades (categorizações ou categorias socialmente compartilhadas) que nós, seres humanos que agimos no mundo através dos usos que fazemos da linguagem, vamos criando, adotando, filiando-nos e/ou repensando e se contrapondo a determinadas identidades, de forma a produzir sentidos e nos situar identitariamente em contextos sociais em que as diversidades linguísticas, culturais, étnicas, raciais entre outras figuram como uma realidade social.

De acordo com pesquisadores como Rajagopalan (1998; 2003; 2013); Rampton (2006); Rajagopalan e Martins Ferreira (2006); Blommaert e Rampton (2011); Fabrício e Pinto (2013); Pinto (2013; 2014) e Cavalcanti e Maher

(2018), considerações sobre questões de identidade podem nos fazer entender melhor o que está acontecendo no mundo social contemporâneo, do aqui (espaço) e agora (tempo) em que estamos vivendo, por meio de um olhar atento sobre as categorizações que os agentes sociais têm utilizado para se autodefinir e definir ou “outros”. Tais categorizações produzem sentidos historicamente vinculados às tendências que prestigiam alguns ao passo que estigmatizam outros e, dessa forma, muitas vezes, reproduzem desigualdades, baseadas em categorias como classe social, sexo, gênero social, religião, raça ou cor da pele, língua ou variação linguística, lugar de origem entre outras etc. De acordo com Fabrício (2013), as reflexões sobre as identidades fornecem uma janela para compreendermos o mundo contemporâneo. É precisamente por esse carácter heurístico da noção de “identidade” que acredito em sua pertinência para essa pesquisa.

Como será visto mais a frente, as pesquisas sobre ideologia linguística ressaltam lutas simbólicas envolvidas em processos discursivos que acabam por produzir, reproduzir e/ou repensar determinadas identidade sociais. Nessa perspectiva, as identidades estão em constantes processos de (re)construção e são relacionadas às questões de poder. De acordo como Woolard (2012, p. 27)

se entendemos por ideologias as práticas significativas que constituem os sujeitos sociais, definitivamente teríamos que prestar atenção, por exemplo, à afiliação, à intimidade ou à identidade, que se encontram imbricadas de forma complexa com o poder, ainda que não sejam diretas e simplesmente equiparáveis a este.

Nesse sentido, tais reflexões aproximam-se bastante dos Estudos Culturais (HALL, 2000), para quem a identidade é compreendida como um processo constante de construção discursiva, em outras palavras, “como todas as práticas de significação” as identidades (ou as identificações) envolvem “um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de efeitos de fronteira” (HALL, 2000, p. 106).

Como argumenta a antropóloga Woolard (1998), as ideologias linguísticas não tratam exclusivamente das línguas, visto que, com frequência, abordam crenças sobre falantes e crenças sobre a comunicação que são socialmente situadas e estão ligadas às questões de identidade e de poder nas sociedades. Nesse sentido, muitas ideologias linguísticas (re)produzem sentidos sobre identidades para os atores sociais (muitas vezes

essencializadas) que falam e que escrevem em determinadas línguas, do tipo: se você é um falante de uma língua ou variedade linguística específica, você provavelmente deve ser um tipo específico de pessoa.

Segundo Blackledge e Pavlenko (2001), frequentemente, esses sentidos produzidos em torno de categorias identitárias com base em questões linguísticas ocasionam relações de poder, como, por exemplo, na Inglaterra. Nesse país, as pessoas que falam/escrevem utilizando formas linguísticas identificadas nas representações sociais compartilhadas como o *Standard Written English* (Inglês Escrito Padrão) são consideradas como membros de um setor privilegiado dessa sociedade, intelectuais ou mesmo indivíduos superiores, ou seja, pessoas mais valorizadas, prestigiadas. Nesse sentido, as formas linguísticas, ideologizadas, passam a simbolicamente e tecer relações entre os usos linguísticos e considerações sobre moral, sensibilidade, carácter, inteligência etc. dos atores sociais que as usam.

Visando discutir os processos de poder simbólico que atravessam as categorias identitárias produzidas em contextos multilíngues, Blackledge e Pavlenko (2001), Blackledge (2005) e Blackledge (2012) postulam distinções entre identidades assumidas, identidades impostas e identidades negociadas. Em síntese, essas categorias podem ser divididas em duas: identidades negociadas e identidades não negociadas (assumidas e impostas).

As identidades assumidas são aquelas que os próprios grupos, as coletividades ou os atores sociais individualmente aceitam como suas, em outras palavras, eles se percebem assim, identificam-se e agem como membros pertencentes a essas identidades.

As identidades impostas são aquelas atribuídas aos grupos, às coletividades e aos atores sociais por outras pessoas (externas ao grupo), muitas vezes por membros que exercem o poder em nossas sociedades (frequentemente não são assumidas pelos grupos a que são vinculadas), ou mesmo por discursos naturalizados a respeito de dados grupos sociais.

As identidades negociáveis são aquelas que os grupos, as coletividades e os atores sociais estrategicamente negociam pertencimento ou não a depender de uma série de motivos, de contextos e de situações. Essas são, geralmente, instáveis ou contestáveis. Dessa forma, os indivíduos podem resistir e repensar tais identidades (intercambiando sentidos) em pontos

específicos. As três, em diferentes graus, estão constantemente em fluxo no curso das interações sociais etc.

Blackledge e Pavlenko (2001) chegam a essa formulação após apropriarem-se do conceito de posicionamento interativo formulado por Davies e Harré (1990). Em Davies e Harré (1990), o posicionamento interativo é pensado fundamentalmente como uma categoria de análise de eventos comunicativos conversacionais. Blackledge e Pavlenko (2001) ampliam este conceito para abarcar todas as práticas discursivas que podem, por um lado, posicionar os indivíduos de maneiras específicas, quer dizer, colocá-los em dadas categorias ou, por outro, permiti-los se auto posicionarem, isto é, pensarem-se e reivindicarem sentidos específicos, ou seja, se identificarem com dadas subjetividades compartilhadas por grupos específicos. Nesse sentido, Blackledge e Pavlenko (2001) abrem a possibilidade de pensar o posicionamento interacional como fundante de identidades em diversos âmbitos, como em políticas públicas educacionais, em documentos oficiais do Estado, em políticas linguísticas diversas etc. Esses pesquisadores ressaltam que, em muitos casos, há tensões e conflitos permanentes entre escolhas identitárias dos sujeitos e atribuições identitárias feitas por outras pessoas sobre esses sujeitos.

Blackledge e Pavlenko (2001) pontuam, como exemplos de identidades impostas em contextos multilíngues, práticas governamentais de países europeus, como Inglaterra e Alemanha, ao posicionarem os atores sociais de diferentes nacionalidades em categorias como: (1) falantes competentes em nossa língua e (2) falantes não competentes em nossa língua. Essa última categoria identitária pensa os sujeitos como inferiores, não dignos de permanecer no que é considerado “nosso espaço nacional”. Os atores sociais (sobretudo, os falantes não nativos), eventualmente, podem discordar de tais imposições identitárias que mais do que linguísticas são políticas, ideológicas e sociais. No entanto, quando se trata da obtenção da cidadania nesses países, a lei exige certa, ou, como argumentam Blackledge e Pavlenko (2001), uma incerta proficiência linguística.

As pesquisas desenvolvidas pelos referidos autores ressaltam especificamente a questão do poder envolvido nessa complexa rede identitária. Como, por exemplo, estudos sobre a elaboração de provas de proficiência

linguística na Alemanha (PILLER, 2000) e na Inglaterra (BLACKLEDGE, 2005) para que as pessoas advindas de diferentes lugares do mundo (que ali já vivem) e que não são falantes nativos das línguas oficiais desses países possam obter a cidadania nacional, respectivamente, alemã e inglesa. Esses pesquisadores demonstram que tais testes (longe de serem objetivos) são atravessados por ideologias linguísticas sobre o(s) outro(s) que, entre outras coisas, dificultam e/ou impossibilitam o acesso de candidatos considerados “indesejáveis” à categoria de “cidadão nacional”.

De saída, as suposições dos testes são que certos grupos (por exemplo, muçulmanos: todos entendidos como pertencentes à mesma categoria de pessoas) terão dificuldade em língua inglesa e em língua alemã e, por conta disso, precisam fazer a prova de proficiência, enquanto outros indivíduos, de nacionalidades consideradas superiores (como todas as nacionalidades europeias, por exemplo) não precisam se submeter a esses testes. Os autores ressaltam que tais procedimentos fazem parte de dispositivos de poder que, via categorias identitárias específicas, têm como efeito a exclusão de determinadas pessoas. Em outras palavras, há nas referidas provas, ideologias que supõem e frequentemente impõem identidades para os imigrantes, do tipo: “vocês (seu povo) não são bem-vindos aqui”.

De maneira semelhante, a pesquisa de Silva (2013), no contexto de pluralidade linguística, étnica e cultural da cidade de Toronto, Canadá, demonstra alguns aspectos políticos envolvidos em negociações identitárias que têm a(s) língua(s) como epicentro. A partir de uma perspectiva sociolinguística crítica, este pesquisador investigou as ideologias sobre a língua portuguesa que se tornaram dominantes em uma comunidade diaspórica composta (sobretudo, mas não só) por cidadãos portugueses moradores dessa cidade. Essa investigação teve como foco de interesse a complexa tensão identitária em jogo no entorno investigado e suas relações com uma distribuição desigual de bens simbólicos e materiais para os atores pertencentes a essa comunidade. Nas palavras do próprio pesquisador:

Embora seja construída como monolíngue e homogênea, a comunidade portuguesa de Toronto conta com mais de 180.000 luso-descendentes e revela tensões entre diferentes maneiras de se falar português: entre, por exemplo, o que é localmente compreendido como padrão (português europeu continental) e as variantes

consideradas como não padrão (português do Açores, do Brasil e o uso alternado de inglês e português – portinglês)”. (SILVA, 2013, p. 170).

As reflexões apresentadas no relato de pesquisa de Silva (2013) sobre o contexto canadense são análogas às pesquisas supracitadas. Esse pesquisador mostra-nos que o Canadá enquanto nação independente assumiu para si uma narrativa de país plural, sobretudo após o ano de 1971, com uma política de fomento ao multiculturalismo. Por um lado, essa política buscava (em seu discurso oficial) ampliar compreensões sobre a diversidade cultural e linguística considerada sempre em termos binários (inglês-francês), compreensão que já não dava conta de caracterizar a realidade atual do país que, com a globalização, tornou-se cada vez mais diversificado. Segundo Silva (2013), a política multicultural canadense do tipo binária visava controlar a diversidade linguística “ao (des)autorizar quem podia entrar no país, quando e com qual acesso a quais tipos de trabalho” (SILVA, 2013, p. 173).

De acordo com Silva (2013), a política de multiculturalismo canadense, em uma compreensão equivocada, acabou pensando as etnias, as línguas e as identidades como essências autônomas que deveriam ser colocadas “em espaços homogeneizantes e separados do *mainstream* canadense” (idem, p. 173). Nesse sentido, fazia-se necessário definir com exatidão o que é ser português, chinês, paquistanês entre outras nacionalidades no Canadá e quais seus direitos e deveres. Nesse contexto, por exemplo, ser português é falar a língua portuguesa em suas variantes de Portugal. Em outras palavras, “apesar de um discurso festejando a diversidade, a política de multiculturalismo canadense legitima uma homogeneidade falsa e, muitas vezes, ignora e reproduz divisões internas e desigualdades” (idem, p. 173).

Uma categoria identitária que se encontra constantemente envolvida em processos de disputa e negociação de sentidos é, precisamente, a noção de identidade lusófona. Para linguistas como Gonçalves (2012) e Firmino (2011), a utilização do termo “lusofonia” para designar todos os países que têm a língua portuguesa como oficial, frequentemente, é vista com desconfiança por grande parcela da população das ex-colônias portuguesas no continente africano. Muitas vezes, apesar da resistência, angolanos, moçambicanos, guineenses,

tomenses, cabo-verdianos e timorenses negociam seu pertencimento a essa categoria, visto que o domínio da língua portuguesa e a inclusão deles na categoria de lusófonos lhes são constantemente apresentados como formas de obter benefícios materiais e simbólicos no futuro.

Com um viés um pouco mais crítico, Fabrício (2013) discute a identidade lusófona como um potencial semiótico que está permanentemente sujeito a conflitos. Em contraponto aos sentidos idealizados e cristalizados sobre lusofonia (geralmente provenientes de discursos lusocêntricos, em que se pensa a lusofonia como uma entidade transnacional fraterna, do tipo irmandade, que ressalta a união dos povos falantes de língua portuguesa) essa pesquisadora observou que, na prática, o que se tem visto frequentemente em contatos culturais de brasileiros e portugueses é a reciclagem de discursos ossificados e seculares sobre o “outro”.

Fabrício (2013) objetivou compreender, entre outras coisas, como nas práticas discursivas e semióticas contemporâneas a lusofonia (identidade cultural lusófona) é mantida, problematizada ou repensada por atores sociais que vivenciam realidades em que há uma intensificação do contato com a alteridade lusófona. Através da análise dos percursos de sentidos iniciados em uma matéria, em síntese, sobre o “segredo” das mulheres brasileiras em seduzir e casar com homens portugueses (mais de 2216 casamentos em 2009). Esta matéria revela explicitamente que imagens estereotipadas e generalizações que circulam em Portugal sobre uma suposta alteridade tropical exótica das brasileiras, como se todas fossem super sedutoras e do tipo “caçamarido” e que foi bastante comentada, naturalizada ou problematizada por brasileiros e portugueses em blogs e postagens do *Facebook* a ponto de, no processo, retomar outros estereótipos sobre “nós” e “eles”, sobretudo identitários (com bastantes aspectos linguísticos envolvidos), e que incentivaram debates mais amplos a respeito da discriminação e da xenofobia que muitos imigrantes brasileiros vivenciam em Portugal.

Uma vez que, com frequência, a tônica ainda é o desconhecimento sobre as outridades lusófonas, Fabrício (2013) argumenta que a definição de identidade lusófona harmoniosa “unida pela língua portuguesa”, tal como tradicionalmente tem sido caracterizada, não parece adequada para nossos

tempos. A lusofonia precisaria, portanto, ser pensada como plural, diversa, heterogênea, conflituosa e, sobretudo, estrategicamente negociada.

Como identificar-se, então, com uma “irmandade” lusófona sem sequer conhecê-la? E ao conhecê-la, como enfrentar o choque do contato com territórios e “outridades” plurais e descontínuas que, em sua diferença, podem afastar qualquer sentido ou desejo de pertencimento? Reconhecer contradições, fragmentação e desarmonia implicadas no conceito de lusofonia, assim como sua matriz colonialista, significa dele abrir mão? Haveria alguma positividade em sua manutenção? (FABRÍCIO, 2013, p.149).

Na próxima seção, discuto as ideologias linguísticas e as identidades a elas relacionadas que embasam discursos produzidos e reproduzidos em sociedades receptoras de migrantes.

2.5 Ideologias linguísticas em espaços de recepção de migrantes

Nesta seção, discuto algumas ideologias linguísticas que têm surgido, mais frequentemente, em contextos contemporâneos que se caracterizam por receber um grande número de migrantes provenientes de variadas partes do mundo. Contextos onde têm se intensificado a diversificação das diversidades (VERTOVEC, 2007). Variados pesquisadores têm apontado como problemáticas algumas ideias e crenças elaboradas por e/ou reproduzidas em sociedades receptoras de migrantes sobre os grupos sociais que chegam a seus países (PILLER, 2001; BLACKLEDGE; PAVLENKO, 2001; MARTÍN ROJO, 2003, 2010; BLACKLEDGE, 2005, 2012, MARTÍN ROJO; MIJARES, 2007; PENNYCOOK, 2013; PINTO, 2014; DIAS; PINTO, 2018).

Pesquisas como as de Martín Rojo (2003, 2010, 2013, 2019), Martín Rojo e Mijares (2007), apontam como ideologias linguísticas específicas têm operacionalizado crenças politicamente investidas sobre as relações “eu” versus “outro” ou “nós” versus “eles” e como o estudo de tais ideologias nos permite desenvolver compreensões heurísticas a respeito das relações sociolinguísticas estabelecidas em contextos de pluralidade linguística, étnica, cultural e social. De maneira específica, essas pesquisas têm investigado os Programas de Educação Linguística na Comunidade de Madrid, em nível secundário (correspondente à segunda metade do ensino fundamental brasileiro), notadamente, de dois tipos: (1) os programas de Enlace:

direcionados aos estudantes recém-chegados à comunidade que ainda não têm proficiência em língua espanhola, em sua maioria migrantes vindos de países sul-americanos, centro-americanos, médio-orientais e africanos; e (2) os programas de ensino bilíngue (espanhol-ínglês): direcionados à estudantes com conhecimentos linguísticos mais avançados em língua espanhola, independentemente de sua origem nacional, regional e étnica.

Em síntese, objetivo central das pesquisas desenvolvidas por Martín Rojo (2003, 2010) é a compreensão sistemática sobre como se dá a gestão da diversidade sociolinguística e cultural nos principais centros educacionais da referida comunidade. Em outras palavras, questões como: Quais valores são atribuídos às línguas, às variedades linguísticas, aos estudantes e às suas culturas? Como se dá as relações entre professores e estudantes? Ou as relações entre estudantes de diferentes origens geográficas? E ainda as relações entre falantes-ouvintes de diferentes línguas e variedades da mesma língua? etc. Tudo isso, com vistas ao entendimento de processos de inclusão e/ou exclusão dos atores sociais envolvidos nesses espaços educacionais. Os resultados desses trabalhos detectaram, como padrões qualitativos, quatro ideologias linguísticas principais que estão em constantes conflitos simbólicos, quais sejam: (1) ideologia integradora; (2) ideologia assimiladora; (3) ideologia segregadora; (4) ideologia marginalizadora.

Na ideologia linguística integradora, valoriza-se as características sociolinguísticas e culturais (isto é, a diferença e a diversidade) e ao mesmo tempo se busca uma integração entre “nós” e os “outros”, de maneira cidadã e respeitosa. Além disso, propõe-se desenvolver conhecimentos mútuos entre todos os envolvidos no contexto, inclusive com o objetivo de desconstruir quaisquer relações de poder entre os considerados dominantes/hegemônicos e os considerados subalternos/minoritários em seus diferentes matizes. Essa ideologia compõe frequentemente as políticas linguísticas dos programas educacionais (estrutura curricular, ementas, conteúdos etc.) e aparece também em pronunciamentos e relatos mais monitorados de diretores e professores.

Na ideologia linguística assimiladora, as características sociolinguísticas e culturais dos “outros” são compreendidas como ameaças à integração dos indivíduos. Por isso, segundo essa ideologia, faz-se necessário que “eles” (leia-se os estrangeiros, imigrantes) adotem “nossas” práticas sociolinguísticas e

culturais para que sejamos mais coesos e tenhamos uma boa relação. Dessa forma, ainda que se objetive o convívio salutar em termos de relações intergrupais, as características sociolinguísticas e culturais dos considerados “outros” são sistematicamente desvalorizadas. Em outras palavras, “eles” devem ser como “nós” se quiserem se integrar. Essa ideologia está bastante presente em práticas educacionais e em relatos menos monitorados de diretores, professores e estudantes. Porém, tem uma incidência menor nos programas educacionais.

Na ideologia linguística segregadora, aceita-se (ou melhor, tolera-se) as características sociolinguísticas e culturais dos “outros”. No entanto, não se têm o interesse de promover diálogos intergrupais, visto que não há, de fato, a vontade de interagir com “eles”. O raciocínio discursivo é: uma vez que “eles” são tão diferentes e não conseguem ser como “nós”, vivamos separados mesmo. Aqui, portanto, não há espaço para relações intergrupais. Essa ideologia é sistematicamente negada e nunca aparece explicitamente nas políticas linguísticas educacionais do Estado e nos relatos de professores. No entanto, alguns subentendidos sugerem sua atualização em práticas e eventos comunicativos.

Na ideologia linguística marginalizadora, as características sociolinguísticas e culturais dos “outros” e a promoção de relações intergrupais são simultaneamente desvalorizadas. Deste modo, a separação entre “nós” e “eles” é ainda maior entre todas. Essa ideologia, efetivamente, está orientada ao expurgo do “outro”, ao isoladamente “deles”. Entre outras razões, porque “nós” não temos a mínima empatia com nada que esteja relacionado a “eles”. Essa ideologia é ainda mais negada e tem uma incidência menor do que a ideologia segregadora apresentada acima. No entanto, eventualmente, aparece em relatos dos entrevistados.

Segundo as pesquisadoras, tais ideologias linguísticas são regidas por aspirações, anseios, desejos e percepções culturais a respeito do que é benéfico para a vida em sociedade (portanto, são políticas em essência). Desse modo, auxiliam na projeção de dois principais modelos de sociedade que têm efeitos concretos nas disputas de planejamento linguístico e educacional para o contexto situado em estudo, entre eles estão: (1) a projeção do modelo de sociedade em que se deseja a homogeneidade, que é orientado

por ideologias que aspiram ou reforçam relações de dominação; (2) a projeção de modelos em que se busca a interculturalidade e o respeito à pluralidade, orientados por ideologias que aspiram a uma distribuição democrática das relações de poder.

Em reflexões posteriores, Martín Rojo (2013, 2017) propôs, como desdobramento da noção de ideologia linguística assimiladora, o conceito de normalização linguística, que é uma noção epistemológica criada com a finalidade de examinar o exercício do poder como disciplinamento social no âmbito linguístico (MARTÍN ROJO, 2017). Esse conceito é uma apropriação elaborada a partir da noção de poder disciplinar (FOUCAULT, 1998) como tecnologia entendida como disseminada em variados espaços do tecido social. Segundo a referida pesquisadora, a normalização linguística é um tipo de ideologia linguística. Especificamente, refere-se a tecnologias de poder em instituições como escolas, mídia, igrejas etc. ou em ações e práticas sociais cotidianas do cidadão comum que, em alguma medida, estão a serviço de (ou tem como um de seus efeitos) moldar os comportamentos linguísticos e as subjetividades dos indivíduos, através de conceitos, categorias, definições, explicações, justificativas que direta ou indiretamente produzem e/ou reproduzem ideias e crenças consideradas as maneiras “normais” ou “naturais” de fazer as coisas no âmbito das línguas e de seus usos.

Com o conceito de normalização linguística, tem-se discutido, por exemplo, avaliações negativas sobre a diversidade linguística (em prol da homogeneidade); atitudes orientadas por ideologias de assimilação linguística – do tipo “eles devem agir como nós para serem aceitos aqui” – em escolas europeias que recebem estudantes filhos de migrantes; processos de reprodução de crenças sobre “a boa língua”, “o falante competente” etc.; a natureza “desviante” das variedades linguísticas de determinados grupos e práticas como a mistura de línguas, desvalorização de atores sociais considerados “falantes não competentes”, entre muitos outros objetos de pesquisa.

Dialogando bastante com essa noção, os relatos de pesquisa de Pennycook (2013, 2017) nos mostram o exercício do poder como normalização em ideologias linguísticas eurocêntricas que circulam em contextos africano e

asiático. Especificamente, esse pesquisador está interessado em políticas linguísticas que reproduzem ideologias específicas.

De acordo com ele, as políticas linguísticas são levadas a efeito por meio de deliberações interessadas não somente nas línguas em si, mas em ideologias linguísticas específicas, isto é, visões, compreensões, valores etc. Em outras palavras, para Pennycook (2013), as ideologias linguísticas são o próprio objeto das políticas linguísticas. Isso quer dizer que, ao insistir em ações específicas de planejamento linguístico, as autoridades estaduais, por exemplo, estão, de fato, insistindo em certas ideologias linguísticas. Dessa forma,

ao tratar ostensivamente da distribuição e da regulação das línguas, as políticas linguísticas são muitas vezes inteiramente sobre outras coisas, seja regulação educacional, ideológica ou cultural. E, nessa medida, também podem ser tentativas de planejar o discurso¹⁰. (PENNYCOOK, 2013, p. 2).

Pennycook (2013) interpreta o debate em torno do hibridismo linguístico em Cingapura (país plurilíngue por excelência, mas que tem o inglês como língua oficial) como uma questão que envolve ideologias e políticas linguísticas. Um dos focos de sua análise recai sobre o site do *Speak good english movement* (Movimento falar bem inglês). Em resumo, trata-se de uma campanha governamental desse país que utiliza materiais de correção linguística orientados por uma variação linguística britânica. No entanto, como atesta Pennycook (2013, p. 6), o próprio site apresenta o projeto como uma campanha que objetiva encorajar os cingapurianos a “falarem um inglês gramaticalmente correto”, ou seja, um inglês que seja compreendido universalmente por pessoas de diferentes países que estão visitando a nação.

Para tanto, o referido movimento postula uma série de recomendações para que a população de Cingapura, sobretudo às pessoas que trabalham em lojas ou que lidam com o comércio de maneira geral e estão em contato direto com turistas ou estrangeiros que visitam esse país, substituam os traços léxico e gramaticais locais de suas práticas linguísticas e variedades linguísticas por formas linguísticas consideradas menos étnicas. Segundo Pennycook (2013), a

¹⁰ While ostensibly dealing with the distribution and regulation of languages, language policies are often about something else entirely, be it educational, ideological or cultural regulation. And to this extent, they may also be attempts to plan discourse.

política linguística praticada pelo Estado através desse site e de outras práticas opera com suposições eurocêntricas importadas por meio, sobretudo, de avaliações negativas sobre as práticas linguísticas locais como o *singlish* (hibridismo entre inglês e singapuriano, a língua nacional), como também avaliações negativas sobre a utilização de elementos situados na própria forma local de falar inglês.

Em suas conclusões, Pennycook (2013) salienta os muitos equívocos na orientação argumentativa do movimento, como, por exemplo, a reivindicação problemática (para dizer o mínimo) de que as práticas linguísticas dos habitantes locais não seriam gramaticais, bem como o caráter normatizador, no sentido de impositor, de tais recomendações. Segundo esse pesquisador, o planejamento linguístico desse movimento vai além do especificamente linguístico. O que está em jogo é a regulação das interações, isto é, a regulação de práticas sociais e linguísticas consideradas não desejáveis. Uma forma de oferecer serviços mais agradáveis (menos étnicos) aos imigrantes que se comunicam em um inglês supostamente universal (ou, mais precisamente, em variedades linguísticas europeias ou estadunidenses) com alto valor no mercado das línguas. Segundo Pennycook (2013), o “Movimento falar bem inglês” sempre foi mais do que a utilização de formas linguísticas de prestígio, é, antes disso, uma questão política e ideológica, uma questão de governança, de mercantilização, uma maneira de disciplinar os corpos e suas subjetividades, isto é, de regular comportamentos e formas de ser particulares. Uma maneira de criar subjetividades mercantilizadas e subservientes às concepções coloniais de agir no mundo.

As pesquisas desenvolvidas por Pinto (2014) e posteriormente Dias e Pinto (2018) têm problematizado questões semelhantes às apontadas por Martín Rojo (2010) e Pennycook (2013). Com um olhar panorâmico sobre um momento de intensificação de visitas ao Brasil em decorrência, dentre outras coisas, da então ascensão brasileira no cenário geopolítico mundial com o Governo Lula e a relação deste país com os BRICS, a Pesquisa de Pinto (2014) focalizou as Atas do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), instituição responsável por mediar a entrada e a saída de pessoas no território nacional brasileiro. De maneira específica, esse estudo focalizou as concepções sobre língua(s) e as regulações de recursos simbólicos e linguísticos. Nessa

pesquisa, o interesse da pesquisadora foi compreender as ideologias linguísticas que circulam nesse órgão oficial (de certa forma, seu discurso oficial sobre as línguas e sobre seus falantes) e como dadas ideologias, quando articuladas a determinadas categorias de identidades nacionais, produzem acessos desiguais e diferenciados para as populações provenientes de diferentes países que, por distintos motivos, viajam ao Brasil.

Após análise de noventa e quatro atas publicadas no (CNIg) entre os anos de 2004 a 2013, Pinto (2014) chega a resultados que mostram que, desde 2006, as intersecções entre categorias de identidade e determinadas ideologias linguísticas tornam perversa a hierarquização de grupos marcados por categorias identitárias estereotipadas. Na compreensão de Pinto (2014, p. 122), “não apenas as concepções de língua que circulam nas atas, como também os recursos linguísticos são regulados em termos de permissões, exigências, promoções e proibições”. Em grande medida, a regulação que mais é focalizada nas atas é o que a pesquisadora chama de “monolinguismo brasileiro”. Para alguns, o monolinguismo brasileiro é imposto como exigência de entrada ao país, algo traduzível como “o Brasil fala apenas o português e o estrangeiro que aprenda o idioma oficial”, já, para outros, é permissível a entrada desde que o sujeito comprove desenvoltura comunicativa em língua inglesa. Em outras palavras,

Essas estruturas estão aqui organizadas em dois grupos sobre os quais incidem diferentemente permissões e proibições (ou exigências): o grupo daqueles que devem se submeter “ao ônus de se fazer entender” em nossa cultura nacional, *quem deve falar a língua portuguesa*, e o grupo daqueles que não precisam, *quem pode falar outras línguas*, que não estão submetidos à mesma ideologia do monolinguismo, mas a outra, a do inglês como língua franca no mundo globalizado. (PINTO, 2014, p. 123).

Assim, em outras palavras, para determinadas pessoas é imposta a ideologia do monolinguismo (aqui se fala português): em que o “estrangeiro” (haitianos, bolivianos e outros sul-americanos) deve aprender português; para outros, a ideologia da globalização e do contato via inglês como língua franca, em que para o “estrangeiro” (estadunidenses, coreanos, suecos e finlandeses) é aceitável saber o inglês. Essa diferença opera hierarquias que implicam

acessos desiguais – que se configuram em “barreiras” e “impedimentos” para outros e “autorizações” e “facilidades” para outros.

Como a pesquisadora ressalta constantemente, tais compreensões são orientadas por ideologias linguísticas que circulam oficialmente em gêneros discursivos autorizados pelo governo brasileiro. Essas ideologias têm consequências reais em desigualdades operacionalizadas via discursos sobre as línguas e o imaginário construído ou reproduzido sobre seus falantes. A seguir, discutirei alguns conceitos e categorias da Análise de Discurso Crítica que ajudarão a melhor compreender objeto desta pesquisa. |

3 ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA COMO MÉTODO INTERPRETATIVO

3.1 Análise de Discurso Crítica para o estudo das ideologias linguísticas

A escolha de estabelecer um diálogo entre as pesquisa sobre ideologias linguísticas e sobre a Análise de Discurso Crítica (doravante ADC) se deu por acreditar no potencial do instrumental analítico (conceitos e categorias) desta última, já bastante consolidado em pesquisas anteriores (MAGALHÃES, 2000, 2004, 2006, 2009, 2010, 2013, 2015; FAIRCLOUGH, 2001a, 2001b, 2003, 2012; MARTINS, 2004; RESENDE, 2008; COSTA, 2009; DIAS, 2011; GADELHA, 2013; JUNIOR, 2013; SILVA, 2014; LIMA, 2015; CAVALCANTE, 2016; VIEIRA; RESENDE, 2016; SILVA, 2017; MAGALHÃES, MARTINS; RESENDE, 2017), conseguir reunir procedimentos de análise textuais com o pensamento social e político relevante sobre o mundo contemporâneo em que a linguagem tem se configurando como um elemento central em processos sociais. Entendo que essa junção auxilia-me em um melhor entendimento sobre o funcionamento de questões ideológico-linguísticas.

Em nossa compreensão, ADC é um aparato teórico-metodológico-analítico bastante apropriado para pesquisas sobre ideologias linguísticas, uma vez que permite um melhor entendimento sobre a produção de sentidos via recursos linguístico-textuais, elementos essenciais em que as ideologias de maneira geral e as ideologias linguísticas de maneira específica se materializam. Além disso, com seu foco em relações entre linguagem e sociedade, a ADC permite que as pesquisas sobre ideologias linguísticas estabeleçam relações entre usos linguísticos situados e ordens socioculturais mais amplas que persistem em nossas sociedades. Em outras palavras, permite o entendimento de conexões entre a materialização de ideologias linguísticas que se manifestam em textos (em políticas públicas, em currículos educacionais, em legislações sobre as línguas, em políticas linguísticas etc.) como parte de práticas e estruturas sociais.

Ao recorrer à investigação detalhada dos recursos linguísticos e/ou estratégias discursivas utilizadas por atores sociais em seus textos e interações comunicativas, a ADC configura-se como uma importante aliada por conta de suas dimensões metodológica e analítica para as pesquisas sobre ideologias linguísticas e isso pode, por exemplo, evidenciar discursos que estigmatizam e/ou discriminam falantes, línguas minoritárias etc. Dessa forma, a ADC

permite aos pesquisadores entenderem como práticas discursivas específicas podem reproduzir (mas, em alguns casos, resistir) ideologias discriminatórias profundamente enraizadas em relação às línguas e seus entornos.

A capacidade analítica da ADC deve-se, em grande medida, ao fato de ela se constituir como uma ciência híbrida, mestiça, contaminada por diferentes áreas ou transdisciplinar (para usar uma terminologia mais aceita). Em seus procedimentos de análise de textos, a ADC se apropria e reinterpreta conceitos e categorias provenientes das tendências de estudos linguísticos mais ligados a questões como uso linguístico, funções, contexto situacional e sociocultural, interação, relação língua e sociedade, relação texto e contexto etc. tais como a Sociolinguística Interacional, a Etnografia da Comunicação, a Análise Conversacional, a Pragmática, os Estudos Enunciativos, as Abordagens de Gêneros Discursivos, a Sociorretórica, e, sobretudo, a Linguística Sistêmico-Funcional. De maneira específica, os relaciona com reflexões sobre temas como identidade social, globalização, poder, dominação, hegemonia, ideologia, classe social, gênero social, raça, discriminação, desigualdade, interesses políticos, reprodução, instituições, opressão, estrutura social, ordem social, resistência, emancipação, empoderamento entre muitas outras advindas de teorias das Ciências Sociais Críticas.

Ao procurar uma retroalimentação entre essas duas dimensões supramencionadas, as pesquisadoras e os pesquisadores da ADC buscam “por um lado, refletir sobre como a teoria social pode informar a análise de texto e, por outro, como a análise de texto poderia aprimorar a pesquisa social¹¹” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 7). A ADC, portanto, faz parte, assim como as pesquisas sobre ideologias linguísticas, do que tem se convencido chamar de abordagens de pesquisa transdisciplinares que não separam questões linguísticas de questões sociais. Uma segunda motivação dessa escolha teórica é a compatibilidade entre as reflexões elaboradas por pesquisadores da ADC e as reflexões das pesquisas sobre ideologias linguísticas desenvolvidas por antropólogos da linguagem e sociolinguistas críticos, sobretudo, no que se refere à centralidade de interesse em abordar problemas que perpassam as relações sociais, em parte constituídas via práticas linguístico-discursivas. Nas

¹¹ On the one hand, to consider how social research and theory might inform the approach to text analysis, and on the other hand, how text analysis might enhance social research.

palavras de Fairclough e Wodak (2000, p. 368) “as práticas discursivas podem ter efeitos ideológicos de peso, quer dizer, podem ajudar a produzir e reproduzir relações de poder desiguais entre (por exemplo) as classes sociais, as mulheres e os homens, as majorias e as minorias culturais ou étnicas, por meio da maneira como representam os objetos e situam os sujeitos¹²”. Em outras palavras,

a ADC oferece uma valiosa contribuição de linguistas para o debate de questões ligadas ao racismo, à discriminação baseada no sexo, ao controle e à manipulação institucional, à violência, à identidade nacional, à auto-identidade e à identidade de gênero, à exclusão social. (MAGALHÃES, 2005, p. 03).

3.2 Especificidades da pesquisa em ADC

Nos últimos anos, o interesse pela noção de discurso tem crescido vertiginosamente. Segundo Maingueneau (2015), diferentes tradições disciplinares nas ciências humanas e sociais, tais como a filosofia, a sociologia, a psicologia, a histórica, a pedagogia, a linguística, entre outras, têm dedicado algum espaço em suas reflexões, cada uma a seu modo, para pensar o papel do estudo sobre os discursos como uma maneira privilegiada de produzir conhecimentos a respeito do que mulheres e homens sentem, pensam, percebem, valorizam, desejam etc. Isso significa dizer que o estudo sobre os discursos têm permitido entender melhor as sociedades e as culturas em que tais mulheres e homens pertencem.

De acordo com esse pesquisador, por um lado, frequentemente são rotulados como estudos discursivos ou “teorias do discurso” abordagens que de alguma forma foram influenciadas por concepções pós-estruturalistas nas ciências humanas e sociais, tais como os Estudos Culturais, os Estudos Pós-Coloniais e as Teorias *Queer*, tendo como principais referências nomes como Michel Foucault, Stuart Hall, Judith Butler, Spivak, Laclau e Mouffe entre outros. Por outro lado, há perspectivas provenientes de instituições acadêmicas vinculadas à Linguística ou às Ciências da Linguagem. Essas últimas, segundo Maingueneau (2015), dão uma maior atenção aos elementos linguísticos (lexicais, gramaticais e textuais) em suas análises/interpretações sobre os

¹² Las prácticas discursivas pueden tener efectos ideológicos de peso, es decir, pueden ayudar a producir y reproducir relaciones de poder desiguales entre (por ejemplo) las clases sociales, las mujeres y los hombres, las mayorías y las minorías culturales o étnicas, por medio de la manera como representan los objetos y sitúan a las personas.

fenômenos investigados. Dentre essas, ele cita a Análise de Discurso de linha francesa e a Análise de Discurso Crítica.

A Análise de Discurso Crítica (ADC), corrente teórico-metodológica que adoto para investigar meu problema de pesquisa, é, portanto, uma das perspectivas científicas contemporâneas que têm se dedicado a compreender os fenômenos possíveis de serem investigados a partir da brecha epistemológica criada com a noção de “discurso”. Portanto, o conceito de discurso é central nessa área, uma noção que é, como pontua Maingueneau (2015) e também Vieira e Resende (2016, p. 14) “um conceito que é ao mesmo tempo, ligado aos estudos da linguagem e a diversos avanços das ciências sociais”.

De maneira específica, as pesquisas em ADC têm se voltados para problematização de questões que são ao mesmo tempo sociais e linguísticas e que atravessam nossas sociedades contemporâneas. Essa área de investigação tem se voltado para o debate de determinados problemas permeados, construídos ou naturalizados por discursos, de maneira a contribuir com reflexões e compressões situadas sobre tais problemas (MAGALHÃES; RESENDE; MARTINS, 2017). Segundo Magalhães (2004), a agenda proposta pela ADC a partir da análise textualmente orientada ofereceu contribuições significativas de linguistas para a compreensão de processos sociais relacionados às transformações contemporâneas no mundo social que de alguma forma são perpassados por dimensões discursivas. Nesse sentido, “não há como negar que o debate crítico a respeito do racismo e do sexismo, por exemplo, tem contribuído para uma consciência ética, não só na comunidade acadêmica, mas também em amplas parcelas da população” (MAGALHÃES; RESENDE; MARTINS, 2017, p. 33).

Para compreender fenômenos e questões ao mesmo tempo sociais e linguísticos, a ADC tem se notabilizado por se constituir, desde o seu início, como uma área interdisciplinar e transdisciplinar, uma vez que os objetos investigados exigem esse tipo de postura. Os problemas e questões de pesquisa em ADC não são disciplinares. Por exemplo, problemas sociais como o racismo, a homofobia, a violência de gênero, a xenofobia, exigem respostas, por essência, não disciplinares. Há nesses problemas sociais dimensões culturais, psicológicas, linguísticas, históricas etc.

A germinação dessa perspectiva de estudos deu-se com um grupo de pesquisadores da *University of East Anglia*, Inglaterra, no final dos anos 1970, mais precisamente os linguistas Fowler, Kress e Hodge. Tais pesquisadores, bastante influenciados pela Linguística Sistêmico-Funcional (MAGALHÃES, 2004), desenvolveram uma abordagem de estudo da linguagem que começou a problematizar “o papel da linguagem na estruturação de relações de poder na sociedade” (WODAK, 2004, p.228). Essa corrente ficou conhecida como Linguística Crítica (LC), e possibilitou um favorável clima de pesquisas interessadas em questões sociais atravessadas pela linguagem.

Para Wodak (2004), a ADC seria uma continuação dos desdobramentos iniciados pela Linguística Crítica, já Magalhães (2004) prefere enfatizar algumas diferenças entre essas duas correntes, acentuando, por exemplo, as contribuições específicas e as características da ADC no tratamento dos dados. No entanto, é seguro dizer que foi a partir do diálogo com as reflexões teóricas, metodológicas e analíticas desenvolvidas pela Linguística Crítica que pesquisadoras e pesquisadores como Ruth Wodak, van Dijk, Norman Fairclough, van Leeuwen passaram a se interessar por questões de ideologia, hegemonia e poder provenientes da linguagem em uso, mais especificamente, de textos concretos (escritos, falados ou multissemióticos) que circulam em sociedade. Esses pesquisadores consolidaram, por meio de um simpósio realizado em Amsterdã, no ano de 1991, os princípios teóricos e metodológicos do que ficaria posteriormente conhecida como a Análise de Discurso Crítica, uma linha de pesquisa que “almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem” (WODAK, 2004, p.225).

É imprescindível destacar o sentido do termo “crítica” na Análise de Discurso Crítica. Ressaltar, por exemplo, que as pesquisadoras e os pesquisadores que integram esse campo dão continuidade a uma tradição que rejeita a possibilidade de uma ciência “não valorativa” que, em última instância, remete aos postulados da Escola de Frankfurt (MAGALHÃES, 2004; VAN DIJK, 2008). Isto é, estudiosas e estudiosos críticos do discurso operam com uma determinada visão sobre o fazer científico, em outras palavras, “o ‘C’ de ADC justifica-se por seu engajamento com a tradição da ‘ciência social crítica’, que

visa oferecer suporte científico para a crítica situada de problemas sociais relacionados ao poder” (VIEIRA, RESENDE, 2016, p. 14).

Nesse sentido, analistas críticos de discurso operam com uma noção de ciência que admite que além de descrever e explicar os fenômenos estudados (prática também essencial para a ADC) os objetos de estudos são escolhidos tendo em vista elementos como motivações, valores, concepções do próprio pesquisador (SANTOS, 2010a; MAGALHÃES; RESENDE; MARTINS, 2017). Deste modo, esses objetos são selecionados precisamente, porque quem os pesquisa tem interesses pessoais sobre aquela questão e busca entendê-la melhor, procura produzir conhecimentos a respeito dos tópicos pesquisados e, de alguma forma, espera ajudar o maior número de pessoas com suas reflexões e discussões etc. Portanto, essa área concebe o fazer científico como uma prática que vai além de apenas descrever e explicar o funcionamento das línguas e da linguagem.

As pesquisas que se identificam como Análise de Discurso Crítica mostram na própria escolha dos objetos ou temas a serem investigados (o racismo, a xenofobia, o antissemitismo, o fascismo, o machismo, a homofobia, o neocapitalismo etc.) uma dada compreensão sobre seu fazer científico. Esses objetos de pesquisa são pensados como problemas sociais com importantes dimensões discursivas. São pesquisas que frequentemente lidam com relações de poder, dominação e desigualdade social. Tais escolhas revelam um determinado posicionamento, uma dada atitude que sinaliza o aspecto político desse campo de investigação.

Em meu ponto de vista, as pesquisas em ADC estão, comumente, relacionadas às análises críticas sobre como os discursos produzem, naturalizam, legitimam, reproduzem ou desafiam uma distribuição desigual de recursos simbólicos e materiais em nossas sociedades, frequentemente categorizadas como o exercício do poder, de hegemonias e de iniquidades sociais. Um olhar retrospectivo sobre a pesquisa em Análise de Discurso Crítica no Brasil sinaliza bem a posição crítica supracitada.

Pesquisas que problematizam relações de poder relacionadas às distribuições desiguais relativas ao acesso à educação superior (SILVA, 2017), ao acesso a direitos elementares do ser humano (CAVALCANTE, 2016), ao acesso à saúde e/ou à qualidade de vida em eventos de parto (GADELHA,

2013). Pesquisas que problematizam relações de poder vinculadas à construção de identidades e/ou alteridades estigmatizadas sobre pessoas com deficiência (LIMA, 2015; JUNIOR, 2013; MAGALHÃES, 2013). Pesquisas que problematizam relações de poder relacionadas à violência contra crianças e adolescentes (SILVA, 2014), à opressão e violência contra mulheres (DIAS, 2011). Pesquisas que problematizam relações de poder relativas ao machismo naturalizado na sociedade brasileira (MAGALHÃES, 2009), ao racismo institucionalizado na imprensa nacional (MARTINS, 2004), à desigualdade econômica e/ou à precarização de pessoas em situação de rua (COSTA, 2009; RESENDE, 2008).

Nesse campo de estudos, o pesquisador inglês Norman Fairclough e as pesquisadoras e os pesquisadores brasileiros como Magalhães (2010), Vieira e Resende (2016), Magalhães, Martins e Resende (2017) se destacam com suas abordagens particulares sobre a Análise de Discurso Crítica. Fairclough (2001a, 2001b, 2003, 2012) tem chamado sua abordagem de Teoria Social do Discurso, uma perspectiva que “é baseada na suposição de que a linguagem é uma parte irreduzível da vida social, dialeticamente interconectada a outros elementos sociais¹³” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 2). Magalhães (2010), além de trabalhar com a Teoria Social do Discurso, tem construído nos últimos anos uma visão própria, a Etnografia Discursiva. Na presente pesquisa, o arsenal conceitual e as categorias de análise da Teoria Social do Discurso e a visada qualitativa do que se convencionou chamar de Etnografia Discursiva orientam meu olhar sobre os dados. Apresento um pouco mais sobre essa perspectiva no capítulo sobre os passos metodológicos.

3.3. Linguagem e sociedade investigadas pelo viés do discurso

Para a ADC, ao pesquisar sobre os discursos produzidos e interpretados por atores sociais, devemos considerar, além das práticas de linguagem, os chamados elementos sociais não-linguísticos, isto é, os elementos que constam nas práticas sociais intimamente relacionados aos assuntos estudados. Nessa área, a linguagem (ou a semiose) é vista como um elemento do processo social, dialeticamente relacionado a outros elementos. Nesse

¹³ Is based upon the assumption that language is an irreducible part of social life, dialectically interconnected with other elements of social life.

sentido, as relações sociais, as atividades humanas, o poder, as hegemonias, as ideologias, as instituições, as crenças e os valores dos grupos sociais são em parte linguístico-semióticos e, dessa forma, internalizam a linguagem sem serem redutíveis a ela (FAIRCLOUGH, 2003, 2012).

Portanto, as pesquisas em ADC não são centradas somente no aspecto de linguagem das práticas estudadas, mas também nas relações entre linguagem/semiose e outros elementos sociais. Para Fairclough (2012), a natureza dessa relação varia entre instituições e organizações, grupos e atores sociais, bem como, eu diria, recebem diferentes atenções que dizem respeito à própria maneira como o problema de pesquisa é construído.

Nesse sentido, portanto, vejo as pesquisas em Teoria Social do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001a; 2001b, 2003, 2012) como um contínuo de tentativas de contribuir para uma análise social crítica, com foco sobre as relações entre linguagem (variadas semioses, incluindo a língua) e outros elementos sociais (relações de poder, ideologias, instituições, identidades sociais, entre outros). Nessa perspectiva científica, portanto, a ênfase da investigação é sempre posta na relação entre linguagem e sociedade. Nesse sentido, a noção de discurso heurísticamente dá conta dessas relações. No entanto, uma questão que particulariza essa área científica do conhecimento é, precisamente, sua vocação metodológica para com descrições e interpretações de discursos com foco em análises textualmente orientadas dos textos que compõem os dados investigados.

Uma das questões que melhor caracterizam a perspectiva teórico-metodológico da Teoria Social do Discurso é precisamente o que Fairclough (2001a; 2001b; 2003, 2012) tem chamado de relação dialética entre linguagem e sociedade. Em Fairclough (2001a), um dos primeiros modelos dessa perspectiva, a relação dialética é pensada a partir de duas instâncias: as práticas discursivas e as estruturas sociais. Neste modelo, por um lado, as práticas discursivas dos atores sociais são consideradas como motivadas, influenciadas por estruturas sociais e, por outro lado, a própria sociedade (conjunto de crenças, sistemas de conhecimentos, valores, ideias etc.) é pensada como um reflexo direto da atuação e intervenção das práticas discursivas desses atores sociais. Há, portanto, uma interinfluência ou uma retroalimentação entre essas as duas instâncias sociais. Dizer que entre

práticas discursivas e estruturas sociais há uma relação dialética, implica conceber que o discurso é formado socialmente e forma socialmente. Em outras palavras, as práticas discursivas são constituídas por e constitutivas do social, ou seja, “o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que são subjacentes” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 91).

Dito de outro modo, o discurso é, ao mesmo tempo, uma condição e um efeito das convenções sociais de um determinado momento histórico, convenções essas tratadas muitas vezes através de conceitos como estrutura social, estrutura societal ordem social etc. Quer dizer:

Por um lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não-discursiva, e assim por diante. (...) [por outro lado] o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 91).

Como estou argumentando, o conceito de discurso em ADC apresenta-se como uma noção empreendida por seus proponentes com a finalidade de descrever e de explicar as relações entre linguagem e sociedade, notadamente, os aspectos relativos às questões que envolvem poder, hegemonia e lutas em torno da naturalização e universalização de dadas ideologias. Aliado a um olhar dialético sobre essa relação, isto é, uma visão que procura evitar, por um lado, uma ênfase na determinação social sobre as práticas discursivas, em que os discursos seriam vistos apenas como reflexos de dadas estruturas sociais, e, por outro lado, evitar uma ênfase nas capacidades constitutivas dos discursos, em que as práticas discursivas seriam entendidas como construções permanentes, independentes das estruturas sociais que as antecedem.

Essas reflexões são apresentadas em Fairclough (2001a) como fazendo parte de um diálogo epistemológico que a ADC estabeleceu com determinadas tradições de análise. Estas, por sua vez, originaram no fazer prático do analista

o entendimento da divisão da interpretação em diferentes níveis de análise, a saber: a interpretação textual; a interpretação situada em contextos interacionais específicos; e a interpretação situada em contextos societários mais amplos, o que, em outras palavras, equivale

a tradição de análise textual e linguística detalhada na Linguística, a tradição macrossociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais e a tradição interpretativa ou microssociológica de considerar a prática social como alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum partilhados. (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 100).

Em modelos mais recentes, Fairclough (2003, 2012) tem procurado pensar essa relação dialética entre linguagem e sociedade de maneira triádica, ou seja, em termos de estruturas sociais, práticas sociais e eventos sociais (que são em parte atravessadas por linguagem). Para esse autor, há relações entre estruturas sociais (possibilidades e convenções linguísticas, culturais e sócio-históricas) e eventos sociais (incluindo textos e outros elementos do entorno comunicativo) mediados pelas práticas sociais (ordens de discurso, regularidades e recorrências). Nesta perspectiva, o estudo de um discurso é simultaneamente – como, por exemplo, um discurso racista – a observação de como ele se manifesta em termos de eventos, práticas e estruturas sociais.

Cabe neste momento salientar que, em ADC, o termo discurso é comumente usado em vários sentidos, incluindo: (1) discurso como prática de linguagem, um elemento de processos sociais; (2) discurso como o conjunto de representações ligadas a perspectivas particulares; (3) discurso como o uso da linguagem associada a um determinado domínio ou campo social (FAIRCLOUGH, 2003, 2012). O primeiro refere-se a linguagem/semiose como prática social. O segundo relaciona-se com as diferentes maneiras de produzir sentidos e se posicionar no mundo social como, por exemplo, discurso patriarcal, discurso feminista, discurso racista, discurso xenofóbico, discurso saudosista, discurso neoliberal entre tantos outros. O terceiro relaciona-se aos próprios espaços sociais produtores de discursos, como, por exemplo, o discurso político, o discurso religioso, o discurso educacional etc.

Com a finalidade de evitar confusões terminológicas corriqueiras entre “discurso como um elemento de práticas sociais” e “discursos como representações a partir de perspectivas específicas”, nessa pesquisa, utilizo

para a segunda definição mais recorrentemente o termo “representações discursivas”, ou mesmo tenho sempre o cuidado de incluir um adjetivo ou um sobrenome para o referido discurso (representação), algo como: discurso assimilador, discurso segregador, discurso eurocêntrico, discurso da língua franca etc. Quando utilizo apenas a palavra “discurso”, assim sem adjetivo, estarei me referindo à própria manifestação da linguagem como prática social.

Algumas vezes a segunda noção de discurso também pode ser confundida com a noção de texto. Magalhães, Martins e Resende (2017), apontam que, muitas vezes, os termos “texto” e “discurso” são tomados um pelo outro. Algumas pesquisas, por exemplo, utilizam expressões como “discurso do estudante”, “discurso do jornalista”, “discurso do participante da pesquisa” etc. As autoras e o autor ressaltam que “discurso” refere-se a uma recorrência de modos de representação, disponíveis para materialização ou articulação em textos individuais, e, portanto, não se deve falar em “discurso de alguém”, mas em ‘discurso articulado por alguém em sua representação’ (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 208). Melhor dizendo, os textos (como entidades mais concretas) articulam diversos discursos e, portanto, mais adequado seria dizer algo como “relato do estudante”, “texto do jornalista”, “depoimento do participante da pesquisa” etc. e conceber que esses textos são constituídos por discursos ou representações discursivas diversas.

Para pesquisadores como Fairclough (2001a, 2003, 2012), MAGALHÃES (2009, 2011) e MAGALHÃES, MARTINS e RESENDE, (2017), a noção discurso como uma prática social internamente interconectada a outras práticas (no primeiro sentido descrito acima) permite aos analistas uma compreensão sobre a estreita relação entre os domínios do agir (ações discursivas como maneiras de interagir por meio de gêneros), do representar (posicionar-se, construir representações discursivas) e do identificar-se com o que está sendo falado/escrito ou ouvido/lido (identificações discursivas). Essa tríade realiza-se em textos concretos como construções de sentidos denominadas por Fairclough (2003) de significados que são respectivamente: o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional. A formulação da noção de discurso como, simultaneamente, uma maneira relativamente estável de agir (gêneros), de representar (discursos) e de identificar-se (estilos) deve-se ao longo processo de

apropriações e reapropriações de conceitos e categorias analíticas elaboradas por Fairclough (2001a, 2003) e Chourialaki e Fairclough (1999) em seus diálogos com a perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional (VIEIRA; RESENDE, 2016).

Por meio dessa concepção, a ADC concebe uma estreita relação entre formas, funções e sentidos da linguagem e reconhece que os discursos estão sempre relacionados à maneira como léxico-gramaticalmente foram criados, ou seja, não são independentes das estratégias linguístico-textuais utilizadas. Em outras palavras, para analistas críticos de discurso, usar a linguagem (falando, escrevendo ou em outras semioses) não é simplesmente uma maneira de transmitir conteúdos lineares de informações, muitas vezes entendidos como transparentes. Mais do que isso, o discurso é uma prática social relativamente estável de agir, representar e identificar. As ideias, os valores, os posicionamentos sociais presentes nas representações discursivas (ou discurso no segundo sentido) não são independentes das construções linguístico-textuais tal como são produzidas (FAIRCLOUGH, 2001a; MAGALHÃES, 2004). E a maneira como nos identificamos com determinadas ideias e posições e/ou criamos categorias identitárias para os demais estão também relacionadas à ação e à representação. Ação, representação e identificação são, portanto, dimensões do discurso como prática social. Resumindo em poucas palavras, “pode-se afirmar que discursos (significados representacionais) são concretizados em gêneros (significados acionais) e inculcados em estilos (significados identificacionais), e que ações e identidades (incluído gêneros e estilos) são representados em discursos” (RESENDE, RAMALHO, 2006, p. 89). Portanto, a relação entre os três significados é dialética, ou seja, eles são separados apenas para melhor entender os fenômenos investigados.

Através das noções de significado acional, significado representacional e significado identificacional, a ADC propõe variadas categorias para analisar textos concretos. Por meio do significado acional (discurso como ação), o analista opera com as categorias de análise denominadas de estrutura genérica, intertextualidade e suposições (pressupostos e subentendidos). Discute-se, por exemplo, questões como as características de certos gêneros situados, por exemplo, sequências mais narrativas de um dado texto

pertencente a certo gênero discursivo ou sequências mais argumentativas de outro, e, por conseguinte, como a utilização desses elementos linguísticos pelos agentes sociais participam da inter(ação) social, de maneira relativamente estável, e, eventualmente, auxiliam na construção de sentidos potencialmente ideológicos e no exercício da hegemonia.

Por meio do significado representacional (discurso como representação), o analista opera com as categorias de análise denominadas de sentidos de palavras (em disputa), representação de atores sociais, interdiscursividade, transitividade e relações semânticas. Discute-se, por exemplo, como diferentes discursos estão ligados aos distintos posicionamentos e perspectivas de mundo, criados por representações específicas que tais discursos elaboram. Pode-se analisar, por exemplo, quais elementos dos eventos estão incluídos na representação desses eventos, quais deles são excluídos e aos quais é dada maior importância (FAIRCLOUGH, 2003). No entanto, é importante salientar que “os diferentes discursos não apenas representam o mundo “concreto”, mas também projetam possibilidades diferentes da “realidade”, ou seja, se relacionam a projetos de mudança do mundo de acordo com perspectivas particulares (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 71).

Por meio do significado identificacional (discurso como identificação), o analista opera com as categorias de análise denominadas de avaliação, modalidade e metáfora. Discute-se, por exemplo, como discursos (representações) são inculcados em identidades. Assim sendo, trata-se de como as pessoas se identificam ou são identificadas pelas outras em textos, dito de outro modo, como nos identificamos e como identidades são criadas discursivamente para grupos sociais. Segundo Magalhães (2010a), a luta ideológica presente nos textos opera com inclusões ou exclusões de representações identitárias a fim de concretizar propósitos específicos. Sobre essa questão Resende e Ramalho (2006, p. 77) afirmam que

a identidade e a diferença relacionam-se, pois, às maneiras como a sociedade produz e utiliza classificações, por isso são conceitos importantes em teorias críticas, interessadas na investigação de relações de dominação – o privilégio de classificar implica o privilégio de atribuir valores aos grupos classificados.

Na seção 3.5, discutirei as categorias de análise de textos que orientam nossa análise discursiva sobre ideologias linguísticas que circulam na UNILAB, saber: a suposição (pressupostos e subentendidos), a interdiscursividade, a intertextualidade e a avaliação (FAIRCLOUGH, 2003; VIEIRA; RESENDE, 2016; MAGALHÃES, MARTINS, RESENDE, 2017). A seguir, pontuo mais precisamente meu entendimento sobre as relações entre discurso e ideologia linguística.

3.4 Discursos ideológicos e ideologias linguísticas: articulações conceituais

Ao relacionar as reflexões sobre ideologia linguística com a Análise de Discurso Crítica, meu propósito é criar um aparato conceitual apropriado para investigar as relações entre ideologias linguísticas e os discursos que atravessam a produção e a interpretação de sentidos sobre as línguas, sobre os falantes e sobre a comunicação no contexto da UNILAB. Acredito que a discussão a respeito das relações entre linguagem e poder aproxima as pesquisadoras e os pesquisadores dessas duas tradições científicas. Especificamente, noto interesses e agendas de pesquisa em comum, como, por exemplo, os processos linguísticos que naturalizam determinadas ordens sociais e, muitas vezes, legitimam relações de poder no mundo social.

Percebo, portanto, algumas relações de proximidade entre esses dois campos de pesquisa. Notadamente, em relação às reflexões sobre o funcionamento de ideologias compartilhadas por grupos sociais. Dessa forma, em nossa compreensão, o que uma tradição tem chamado de discursos ideológicos (FAIRCLOUGH, 2001a; 2003, 2012; MAGALHÃES, MARTINS E RESENDE, 2017) pode ser relacionado ao que a outra tem denominado de ideologias linguísticas (WOOLARD, 1998, 2007, GAL 1998; BLECKLEDGE, 2005; MARTÍN ROJO, 2010; PENNYCOOK, 2013).

Na Análise de Discurso Crítica, as relações entre discursos e ideologias são bastante enfatizadas. Quer dizer, considerações a respeito de como os discursos são investidos ideologicamente são centrais em ADC. No entanto, essa perspectiva teórico-metodológica faz uma distinção importante entre discurso e ideologia. Esses dois conceitos não são tomados um pelo outro. Em outras palavras, ainda que, frequentemente, o objeto de estudo dessa

abordagem de ADC seja os discursos que, de algum modo, são atravessados por ideologias, há o entendimento de que nem todos os discursos são investidos ideologicamente na mesma medida. Para Fairclough (2001a, p. 21), pode-se dizer que um discurso é ideológico quando ele “incorpora significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder”, isto significa dizer que, quando o discurso está relacionado com lutas simbólicas pela hegemonia de dadas sentidos e compreensões sobre as coisas, objetos, ideias (valores, visões de mundo, sistemas de conhecimentos, crenças etc.) que, frequentemente, incorrem em embates entre segmentos da população. Nas palavras desse pesquisador

Em princípio, as relações de poder podem ser afetadas pelas práticas discursivas de qualquer tipo, mesmo as científicas e as teóricas. Isso impede uma oposição categórica entre ideologia e ciência ou teoria que alguns autores que escrevem sobre linguagem/ ideologia sugerem. Mas daí nem todo discurso é irremediavelmente ideológico. As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante. (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 121).

Em resumo, portanto, todos os discursos podem ser atravessados por ideologias, mas nem todos os discursos são preenchidos ideologicamente no mesmo grau. O conceito de ideologia abordado por Fairclough (2001a, 2003, 2012) resulta de seu dialógico epistemológico com a Teoria Social Crítica de John Thompson. Na acepção de Thompson (2011), as ideologias são entendidas como formas simbólicas que servem para estabelecer e sustentar relações de dominação. Sendo assim, elas são significações a serviço de perpetuar relações de poder. Em outras palavras, Thompson (2011) faz parte de um grupo de pensadores que teorizam questões ideológicas a partir de uma autodenominada posição crítica.

Para Thompson (2011), falar de ideologia equivale a falar de contextos sócio-históricos caracterizados por relações de dominação, dito de outro modo, caracteriza-se um fenômeno simbólico como ideológico, quando, necessariamente, em alguma medida, ele legitima relações de poder. De acordo com Thompson (2010), é importantíssimo deixar claro que sua análise

crítica de ideologias, não é, como se poderia presumir, uma forma de encontrar a verdade por trás da ideologia¹⁴, já que, como ele mesmo pondera

O que nos interessa aqui não é, nem principalmente, nem inicialmente, a verdade ou falsidade das formas simbólicas; antes, interessam-nos as maneiras como essas formas servem, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de dominação; e não é absolutamente o caso de que essas formas simbólicas servem para estabelecer e sustentar relações de dominação somente devido ao fato de serem errôneas, ilusórias ou falsas. (THOMPSON, 2011, p. 77).

Bastante influenciado por essa compreensão, Fairclough (2001a, p.117) diz que “as ideologias embutidas em práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de ‘senso comum’”. No entanto, percebo uma agência ativa na apropriação desse pesquisador em sua compreensão de ideologia. Em sua perspectiva, Fairclough (2001a) enfatiza, constantemente, o caráter de resistência dos sujeitos em situações de luta pela hegemonia dos sentidos ideológicos. Dessa forma, assim como podemos repetir ou reforçar convenções de senso comum anteriores, podemos também questioná-las ou desafiá-las em direção à mudança ou à transformação social.

As ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação de relações de dominação. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

De modo semelhante, em *Analysing Discourse: textual analysis for social research* esse pesquisador postula que “ideologias são representações de aspectos do mundo que podem ser usadas para contribuir no estabelecimento, manutenção e mudança das relações sociais de poder, dominação e exploração”¹⁵ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 9). Com isso, Fairclough (2001a, 2003) quer deixar claro que os aspectos ideológicos de determinados discursos

¹⁴ Em sua elaboração do conceito de ideologia, Thompson (2011) recorre a diversos filósofos e cientistas sociais. O autor classifica a concepção ligada a uma terceira fase do pensamento do filósofo Karl Marx de concepção latente de ideologia (errônea ou ilusória), desta concepção Thompson (2011) se apropria somente da crítica sociológica as relações de poder que ela permite pensar, deixando de lado a ideia de falsa consciência.

¹⁵ Ideologies are representations of aspects of the world which can be shown to contribute to establishing, maintaining and changing social relations of power, domination and exploitation (FAIRCLOUGH, 2003, p. 9).

podem ser questionados e, em vista disso, um trabalho de conscientização crítica poderia reduzir seus efeitos naturalizadores de desigualdades. Por outro lado, quando ele salienta que as ideologias também podem contribuir para a alteração ou reestruturação de dadas relações de dominação, deixa transparecer que não somente os discursos que reproduzem ordens sociais legitimadoras de relações de poder (discursos patriarcais, racistas, xenofóbicos etc.), mas também discursos que visam desafiar ou repensar tais relações de dominação (discursos feministas, antirracistas, de respeito à diversidade cultural etc.) também são investidos ideologicamente.

Nesta tese, busco articular a noção de ideologia linguística com o quadro conceitual da Análise de Discurso Crítica. Nesse sentido, objetivo construir uma definição de trabalho apropriada para esta pesquisa especificamente (mas que, eventualmente, pode ser reutilizada por outras pesquisas futuras). Uma definição que resulta do diálogo entre as diferentes perspectivas teóricas supracitadas. Argumento que alguns discursos podem ser investidos por ideologias relativas ao âmbito linguístico (por exemplo, das línguas, dos falantes e da comunicação), isto é, podem ser investidos por ideologias linguísticas (que são ideologias específicas). Nesse sentido, proponho pensar que, como qualquer discurso ideológico, as ideologias linguísticas podem ser encaradas como crenças, axiologias e valores compartilhados por dados grupos sociais e que, a rigor, funcionam, simultaneamente, por meio de ações discursivas relativamente estáveis, de representações discursivas relativamente estáveis e de identificações discursivas relativamente estáveis.

3.5. Categorias de análises textuais

3.5.1. Avaliação

Analistas de discursos críticos (FAIRCLOUGH, 2001a, 2003; VIEIRA; RESENDE, 2016) utilizam a noção de “avaliação” como categoria heurística para descrever e interpretar os valores envolvidos nas práticas de linguagem que analisam. Em outras palavras, para as pesquisadoras e os pesquisadores de ADC, as interações linguísticas e os textos são sempre, em grande medida, carregados por crenças e apreciações axiológicas de seus interlocutores. A escolha de palavras (sobretudo substantivos, adjetivos, verbos e advérbios) e de outros conjuntos de elementos léxico-gramaticais ou mesmo de construções

linguísticas maiores, tais como: frases, orações, períodos, parágrafos (se textos escritos) e turnos conversacionais (se textos orais) implicam uma dada valoração do ator social (produtor do texto) sobre os assuntos tratados, uma determinada apreciação. Essas apreciações refletem posições avaliativas que são compartilhadas por um grupo social.

Nesse sentido, a avaliação é precisamente a categoria de análise voltada à compreensão dos valores mobilizados por falantes-escritores em eventos discursivos que interagem. Tais avaliações frequentemente são encontradas, tanto explicitamente (na superfície textual) como implicitamente (via inferências feitas), na leitura dos textos. A avaliação também se manifesta em uma escala de intensidade, na qual termos podem variar de uma baixa intensidade até uma alta intensidade, como, por exemplo, quando se diz “eu gosto/adoro/amo o Brasil”.

Segundo Fairclough (2003, p. 171), essa categoria de análise textual pode ser investigada através de um olhar atento sobre as construções textuais que apresentem: (1) afirmações avaliativas; (2) afirmações com modalidades deônticas; (3) afirmações com verbos de processos mentais e (4) presunções valorativas. Vejamos cada uma delas¹⁶:

Em afirmações avaliativas, os elementos linguísticos que evidenciam apreciações por parte do enunciador são explícitos. São afirmações ou declarações acerca do que o enunciador considera desejável ou indesejável, bom ou ruim, importante ou irrelevante etc. e se materializam nas escolhas de adjetivos, de verbos, de advérbios ou mesmo do sinal de exclamação (FAIRCLOUGH, 2003; VIEIRA; RESENDE, 2016). Alguns enunciados que circulam em nossa sociedade sobre as línguas, os falantes e a comunicação são atravessados por avaliações específicas, como, por exemplo, em: (A) “essa língua, variedade, maneira de falar/escrever é feia/desagradável”, “o português é uma língua difícil/complicada”, “a língua francesa é maravilhosa/linda”, “o inglês é uma língua prática/imprescindível”, em que os elementos avaliativos estão nos adjetivos; (B) “os jovens estão arruinando a língua portuguesa”, “os traços africanos e indígenas enriqueceram o português brasileiro”, em que os elementos avaliativos estão nos verbos; (C) “As pessoas que falam de acordo

¹⁶ (1) Evaluative statements; (2) Statements with deontic modalities; (3) Statements with affective mental process verbs; (4) Value assumptions (FAIRCLOUGH, 2003, p. 171).

com modalidade escrita, falam corretamente”, “apenas em Portugal se fala bem a língua portuguesa”, em que os elementos avaliativos estão nos advérbios; (D) “as pessoas sem educação/instrução/cultura falam tudo errado!”, “esse povo do Nordeste tem um sotaque horrível!”, “essas formas de comunicação (africanas, indígenas) não são línguas de verdade!” em que os elementos avaliativos estão também no uso do sinal de exclamação.

Em afirmações com modalidade deôntica, os elementos linguísticos que evidenciam apreciações são verbos que conotam obrigação, desejo, aspiração etc. Esse tipo de avaliação aparece, segundo Fairclough (2003), por exemplo, quando Tony Blair, diz: “os valores nos quais acreditamos devem refletir nas nossas ações no Afeganistão”, ele quer dizer, de um modo geral, que agir com base nesses valores é algo desejável, é uma boa coisa a ser feita¹⁷. Em afirmações afetivas, também conhecidas como avaliações de apreço, os elementos linguísticos que evidenciam valores são verbos com processos mentais afetivos (HALLIDAY, 2001; FUZER; CABRAL, 2014) que evocam sentimentos, percepções, reflexões dos produtores do texto. Como exemplos desse tipo de avaliação, temos: “gosto deste livro”, “detesto este livro”. São, portanto, avaliações de carácter pessoal e subjetiva como em “este livro me fascina” e “este livro é fascinante”.

Em presunções valorativas, não estão explícitos os elementos linguísticos que evidenciam os valores dos produtores de textos. Dito de outro modo,

foi reservada a categoria de presunções de valores para os casos que não possuem marcadores de avaliação claros (afirmações avaliativas, afirmações com modalidades deônticas, afirmações com verbos de processos mentais afetivos), onde os valores se encontram em uma esfera muito mais profunda no texto” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 153).

Portanto, dizer que os valores podem ser presumidos equivale a dizer que podem ser inferidos, seja pelo contexto situacional, seja pelas relações semânticas entre as palavras usadas em um enunciado ou texto ou mesmo pela matriz de convenções sociais de onde emana um dado discurso. Por exemplo, quando alguém enuncia “ela é uma comunista”, mesmo que não haja

¹⁷ The values we believe in should shine through what we do in Afghanistan’, he implies, in more general terms, that acting on the basis of values is desirable, a good thing to do (FAIRCLOUGH, 2003, p. 172).

marcas linguísticas explícitas (para um determinado discurso e/ou situações específicas), percebemos/inferimos que esse enunciado orienta-se por avaliações negativas sobre a pessoa referida.

Na sequência, irei discutir mais sobre a noção de presunções, primeiro, em seus desdobramentos entre pressupostos e subentendidos e, depois, em suas relações com a categoria de intertextualidade.

3.5.2 Implícito e suposição

Uma característica bem conhecida dos textos é, precisamente, que eles sempre são constituídos, simultaneamente, por sentidos explícitos e por sentidos implícitos (VAN DIJK, 2008b). Dessa forma, nem tudo está dito (literalmente) explicitamente nos textos. Portanto, o processo de compreensão e interpretação textual depende da recuperação e do reconhecimento de informações e sentidos “não ditos”, ou seja, um trabalho de inferência semântica sobre o material textual empírico.

Importantes contribuições sobre a noção de “não ditos” advêm das reflexões da tradição de estudos em Pragmática sobre a língua(gem) em uso. Nessa área, noções como “pressupostos”, “subentendidos”, “acarretamentos”, “implicaturas conversacionais” são utilizadas para o entendimento a respeito da questão dos sentidos e das informações não explícitas em frases e em enunciados. Sobre essa questão Fiorin (2015, p. 37) pontua que

um texto diz mais do que está na sua superfície, pois ele não somente transmite conteúdos explícitos, mas também conteúdos implícitos, marcados no enunciado ou na situação de comunicação, que aprendemos a fazer inferências. Os conteúdos implícitos podem ser pressupostos e subentendidos.

Segundo esse pesquisador, os diferentes implícitos (pressupostos e subentendidos) têm suas características específicas. Enquanto os pressupostos são identificados (marcados) por elementos linguísticos que evidenciam os conteúdos implícitos, os implícitos subentendidos só podem ser recuperados através da situação de uso linguístico.

Fiorin (2015, p. 38) nos apresenta os principais marcadores de pressuposição, entre eles estão: (A) adjetivos, como em “Paulo ganhou sua segunda medalha (o pressuposto é o de que Paulo já havia ganhado uma medalha antes)”; (B) verbos, como em “Pedro deixou de trair a mulher (o

pressuposto é que Pedro traía na mulher antes) (C) advérbios, como em: “O Brasil não é mais o melhor futebol do mundo (o pressuposto é o de que o Brasil já teve o melhor futebol do mundo)”; (D) conjunções, como em: “Ela casou com um homem rico, mas é feliz (o pressuposto é o de que o casamento com uma pessoa rica sempre é por interesse e, portanto, não é feliz)”.

Os sentidos implícitos subentendidos, por outro lado, estão relacionadas com determinadas situações contextuais. Quando, por exemplo, um sujeito está com um cigarro na mão e se dirige a outra pessoa dizendo “você tem fogo”, ela (a primeira pessoa) não está somente proferindo palavras literais, ou seja, querendo constatar algo, mas, nessa situação, o principal sentido do dizer está subentendido e significa algo como “acenda-me o meu cigarro”. Fiorin (2012, p. 184) nos apresenta exemplos semelhantes. Um deles produzido por Álvaro Dias, presidente do Partido Progressista (PP) durante os anos de 1993 e 1994, se referindo aos ministros escolhidos ao governo por Itamar Franco no mesmo período, qual seja: “o governo não escolhe ministro por currículo, mas por prontuário” (insinuando que tais ministros tinham passagem pela polícia). Portanto, subentendidos podem ser percebidos em alusões que são feitas, como na frase “André é delicado” (para fazer alusão ao fato de que é homossexual). De acordo com Fiorin (2012, 2015), por meio de subentendidos, diz-se sem dizer, sem se comprometer, fazem-se alusões, insinuações, sugestões, porém não afirmações diretas. Para esse autor, os implícitos (tanto os pressupostos como os subentendidos) são importantes recursos argumentativos.

A noção de que os textos dizem mais do que apresentam em seus contextos, isto é, transmitem conteúdos implícitos e, dessa forma, produzem sentidos para além do literal e do explícito é trabalhada por Fairclough (2003) através do conceito de suposições (*assumptions*). Nas reflexões sobre implícitos efetuadas por esse pesquisador, a noção de suposição é utilizada para categorizar todas as noções estudadas pela Pragmática Linguística sobre os não ditos, ainda que Fairclough (2003), eventualmente, faça equivaler os termos suposição e implícito em diferentes momentos de suas argumentações teóricas. Esse pesquisador distingue três tipos de suposições: as existenciais (suposições a respeito do que existe), as proposicionais (suposições sobre o

que é, pode ser ou será), e as avaliativas (suposições sobre o que é bom ou desejável) (FAIRCLOUGH, 2003).

O que distingue a discussão sobre os “não ditos” efetuada pela ADC é precisamente o interesse desta área em relacionar suposições com as ideologias. Assim, a noção de que as suposições são importantes instrumentos para a naturalização e para a universalização de sentidos particulares. Nesse sentido, as suposições estão associadas aos discursos ideológicos. Fairclough (2003) exemplifica com as suposições pertencentes aos discursos econômicos neoliberais, que frequentemente supõe o neoliberalismo como inevitável (suposições proposicionais) e julga como indesejável ou negativo (suposição avaliativa) qualquer questionamento a respeito de máximas como “eficiência” e “adaptabilidade” ao momento neoliberal em que vivemos. Nas palavras do próprio autor:

O trabalho ideológico sobre os textos é conectado ao que eu disse em outro momento do texto sobre a hegemonia e a universalização. A busca por hegemonia é uma questão de buscar universalizar sentidos particulares no trabalho de atingir e manter a dominação, e isto é um trabalho ideológico. Portanto, por exemplo, textos podem ser vistos como desempenhando um trabalho ideológico ao supor, tomando como uma realidade inquestionável e inevitável, a faculdade da economia global (Ex: supor a existência de um ‘mercado global’ na sentença referida na discussão sobre hegemonia; ‘há estudantes com quem nossos jovens têm de competir por trabalhos e vagas universitárias num ‘mercado global’). Similarmente, no texto da União Europeia, ambos, a suposição de que globalização é a realidade e a suposição de que globalização é progresso econômico podem ser vistos como fazendo um trabalho ideológico.¹⁸ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 58).

Para a ADC, portanto, as suposições ou os implícitos dos discursos têm propriedades persuasivas bastante acentuadas. Notadamente porque introduzem e transmitem crenças, valores e axiologias (isto é, ideologias) sem afirmá-las diretamente, ou seja, simplesmente assumindo-as (supondo-as)

¹⁸ The ideological work of texts is connected to what I said earlier about hegemony and universalization. Seeking hegemony is a matter of seeking to universalize particular meanings in the service of achieving and maintaining dominance, and this is ideological work. So for instance texts can be seen as doing ideological work in assuming, taking as an unquestioned and unavoidable reality, the factuality of a global economy (e.g. assuming the existence of a ‘global marketplace’ in the sentence referred to in the discussion of hegemony: ‘These are the students with whom our young people must compete for jobs and university places in a global marketplace’). Similarly in the European Union text, both the assumption that globalization is a reality and the assumption that globalization is economic progress might be seen as doing ideological work (FAIRCLOUGH, 2003, p. 58).

como dadas, como verdades inquestionáveis. Esse processo pode, eventualmente, ajudar a naturalizar hegemonias no mundo social.

3.5.3 Intertextualidade

O conceito de intertextualidade provém das reflexões filosóficas da linguagem iniciadas pelo Círculo Bakhtiniano a respeito das noções de dialogismo e de polifonia. Os pensadores do referido Círculo pontuaram que os enunciados (orais e escritos) são produzidos em resposta a outros enunciados (orais e escritos) e, dessa forma, antecipam respostas futuras, isto é, ainda que aparentemente monológicos, um enunciado está sempre relacionado a outros enunciados, bem como cada enunciado em particular apresenta heterogeneidades internas, visto que são compostos por diferentes vozes. Portanto, em termos bakhtinianos, os enunciados participam de uma cadeia dialógica, integram o simpósio universal da comunicação humana e são híbridos, constituídos por variadas vozes.

A referida discussão apareceu no ocidente através das reflexões da teórica Julia Kristeva sobre intertextualidade em textos literários. A partir das ponderações da referida autora sobre as funções da intertextualidade na produção de sentidos dos textos, estudiosos críticos de discurso passaram a considerar o potencial analítico dessa categoria (FAIRCLOUGH, 2001a). Dessa forma, a partir da noção de intertextualidade é que se passou a pensar o dialogismo e a polifonia no âmbito dos textos. Nas palavras de Fairclough (2001a, p. 134) “todos os enunciados são povoados e, na verdade, constituídos por pedaços de enunciados de outros, mais ou menos explícitos ou completos”. Para esse pesquisador, as teorizações bakhtinianas sobre os enunciados podem ser transpostas para o entendimento que temos hoje sobre o funcionamento social dos textos em um enquadramento de estudo crítico dos discursos: “isto é, enunciados – “textos” em meus termos — são inerentemente intertextuais, constituídos por elementos de outros textos” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 134). Dito de outro modo, a intertextualidade é basicamente:

A propriedade que tem os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante. Em termos da produção, uma perspectiva intertextual acentua a historicidade dos textos: a maneira

como eles sempre constituem acréscimos às “cadeias de comunicação verbal” existentes (Bakhtin, 1986: 94), consistindo em textos prévios aos quais respondem. (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 114).

Em ADC, a dialogicidade nos textos é pensada a partir dos conceitos intertextualidade manifesta e intertextualidade constitutiva (interdiscursividade) (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 114). Muitas vezes, essas duas categorias são tomadas uma pela outra, no entanto, em algumas situações (sobretudo, para efeitos de análise) se faz necessário sua distinção. A rigor, o que diferencia essas duas categorias é precisamente o fato de que, na primeira, a intertextualidade manifesta, “se recorre explicitamente a outros textos específicos”, enquanto na intertextualidade constitutiva ou interdiscursividade, a constituição dos textos está relacionada às convenções e às ordens de discurso em representações discursivas. Nesta seção, priorizo a intertextualidade manifesta (de agora em diante, intertextualidade), na próxima, discuto a intertextualidade constitutiva (de agora em diante, interdiscursividade).

Através da intertextualidade como categoria de análise, pode-se observar quais vozes são articuladas e quais são silenciadas em um texto (FAIRCLOUGH, 2003; RESENDE; RAMALHO, 2006; VIEIRA; RESENDE, 2016). As articulações intertextuais podem, por exemplo, aparecer em relatos diretos, em relatos indiretos (resumos, paráfrases), em relatos indiretos livres, em relatos narrativos de ato de fala e em retomadas irônicas sobre o que foi dito. O **relato direto** apresenta-se como “as próprias palavras usadas em um outro enunciado/texto”, com marcas de citação, geralmente antecipadas por um verbo introdutor (Exemplo: Ela disse: “ele já chegou lá nesse momento”). O **relato indireto** resume o conteúdo que foi falado/escrito em outro enunciado/texto, sem o uso de marcas de citação (Exemplo: Ela disse que ele já tinha chegado lá a partir de então), com mudanças em relação ao relato direto, especificamente, no tempo verbal (“chegou”, torna-se “já tinha chegado”) e no dêitico (“agora” torna-se “então”). Ecos irônicos e menções a ditos também se manifestam por meio de relatos indiretos. O **relato indireto livre** é um intermediário entre os dois supracitados, mais comum em textos literários. Esse tipo de relato se caracteriza por apresentar também mudanças de tempo verbal

e de dêixis, tal como o relato indireto, mas sem o verbo introdutor (Exemplo: Mery estava parada ante a janela olhando para o nada. Ela já estaria lá. Ela sorriu para si mesma). O **relato narrativo** de ato de fala retoma um ato de dizer sem relatar seu conteúdo (Exemplo: Ela fez uma profecia¹⁹).

Segundo Resende e Ramalho (2006), a intertextualidade é uma categoria que permite ao analista examinar quais os objetivos, os propósitos ou as perspectivas dos produtores de texto no ato de articular determinadas vozes e não outras. O analista se pergunta, por exemplo, se há cooperação ou conflito entre as porções, trechos, pedaços de textos relatados e os textos que relatam? De acordo com Resende; Ramalho (2006, p.67)

A representação do discurso não é uma mera questão gramatical, ao contrário, é um processo ideológico cuja relevância deve ser considerada. Analisar em textos quais vozes são representadas em discurso direto, quais são representadas em discurso indireto e quais as consequências disso para a valorização ou depreciação do que foi dito e daqueles(as) que pronunciaram os discursos relatados no texto pode lançar luz sobre questões de poder no uso da linguagem.

Nessa perspectiva crítica de análise, busca-se apontar como as estratégias mobilizadas pelos atores sociais em seus textos podem ter implicações na abertura ou no fechamento para diferença e para dialogicidade. Assim, a forma como representamos outras vozes podem: (1) abrir para incluir as perspectivas do(s) outro(s), de modo a incluir a dialogicidade, como também podem (2) anular/apagar vozes do(s) outro(s) e, dessa forma, silenciar a dialogicidade. Dito de outro modo, em ADC, a categoria intertextualidade é pensada como um instrumental analítico que permite lidar com representações discursivas que têm sido usadas em textos visando acentuar, ressaltar, negociar ou apagar a diversidade de vozes que permeiam a vida social (FAIRCLOUGH, 2001a, 2003; MAGALHÃES, 2010).

Elementos de outros textos podem, portanto, ser incorporados sem ou com a atribuição de outras vozes. Para abordar essa questão, Fairclough (2003) sugere um contínuo que vai do mais ao menos dialógico. Integram o contínuo (1) as citações; (2) as asserções modalizadas; (3) as asserções não modalizadas e (4) as suposições. A categoria mais dialógica é a citação,

¹⁹ Exemplos baseados em Fairclough (2003).

precisamente, por atribuir explicitamente os ditos aos atores sociais (as vozes sociais). Em seguida, estão as asserções modalizadas (com usos de recursos linguísticos que evidenciam o não comprometimento total do produtor do texto em relação à asserção), uma opção um pouco menos dialógica. Depois, menos dialógica ainda, estão as asserções não modalizadas ou categóricas e, por fim, aparece a suposição, esta última sendo a opção menos dialógica, sobretudo, por fechar-se para a diferença/dialogicidade e tomar como dadas certas “verdades” que poderiam ser entendidas como discutíveis, como, por exemplo, através de suposições naturalizadas em discussões sobre assuntos em que há uma pluralidade de pontos de vista.

3.5.4 Interdiscursividade

A interdiscursividade é o conceito usado por Fairclough (2001a, 2003, 2012) para fazer referência ao que é conhecido como intertextualidade constitutiva em algumas abordagens de estudos da linguagem que operam a partir de reflexão sobre dialogismo iniciadas no Círculo Bakhtiniano. Com essa noção, sinaliza-se que um discurso é sempre atravessado por outros discursos, o(s) discurso(s) do(s) outro(s). A partir deste conceito, sinaliza-se que vivemos em um mundo repleto de ideias, crenças, pensamentos, conceitos, compreensões etc. que nos chegam através de interações via linguagem, ou seja, que é através de encontros interpessoais languageiros que temos acesso a esse mundo simbólico. E, dessa forma, nossos discursos não são só nossos e, a rigor, não estão ligados a aspectos como individualidade ou originalidade.

A formulação desse conceito se deve também as reflexões sobre interdiscurso desenvolvidas no interior das elucubrações filosóficas de Michel Foucault, bem como de pesquisadores influenciados por ele, tais como as análises de discurso desenvolvidas por Pêcheux (1990) e por Maingueneau (2001, 2015). Lógico, após um processo de apropriação que a ADC faz do trabalho desenvolvido por esses pesquisadores.

Efetivamente, em Fairclough (2003), a interdiscursividade refere-se às relações dialógicas entre discursos – entendidos como ações (gêneros), representações (discursos) e identificações (estilos). Apesar de frequentemente as pesquisas salientarem muito mais a dimensão das representações, daí porque Vieira e Resende (2017) argumentarem que essa é uma categoria de

análise, a princípio, relativa ao significado representacional. Quer dizer, há pesquisas interessadas em abordar a interdiscursividade em relação aos gêneros discursivos e em relação aos estilos discursivos. No entanto, a grande maioria têm focalizado a interdiscursividade em relação às representações discursivas.

Como visto em seção anterior, um discurso (no sentido de representações discursivas) é fundamentado por posições, perspectivas, pontos de vista, visões de mundo etc. que as pessoas vão se apropriando e se identificando durante a vida. A partir disso, a interdiscursividade tem sido o lugar da teoria reservado para, por um lado, pensar como o texto está recheado de discursos (representações discursivas) e, por outro, como tais discursos (representações discursivas) são atravessados por outros discursos que com eles estabelecem contatos, competições, acordos, mesclas etc. Nos termos aqui adotados, por meio da noção de interdiscursividade, objetivoo entender como as representações discursivas (bem como as ideologias linguísticas por elas fundamentadas) que circulam na vida social estão envolvidas em hibridizações, embates e consensos com outras representações discursivas e, além disso, como essas transcendem aos textos concretos. Dito de outro modo, um mesmo texto pode ser formulado através da mobilização de diferentes representações discursivas.

Nesse sentido, parte da tarefa de analisar a interdiscursividade se encontra precisamente na identificação de quais representações discursivas são utilizadas e como são articuladas nos textos. Segundo Fairclough (2003), na análise textual, esse processo de identificação pode partir de dois pontos: (1) detectar os principais aspectos do mundo que são representados, ou seja, os “temas” principais e (2) detectar a perspectiva, o ângulo adotado ou o ponto de vista a partir do qual se aborda esses “temas” ou aspectos do mundo.

Após leituras sistemáticas do trabalho de analista de discurso críticos (FAIRCLOUGH, 2001a, 2003; MAGALHÃES, 2005, 2010; VIEIRA; RESENDE, 2017), argumento que uma forma de encontrar características da presença de uma representação discursiva em um texto seria através de um olhar atento sobre os aspectos de sua própria tessitura. Entendo que traços textuais, sobretudo, no âmbito do vocabulário, das relações semânticas, das colocações e dos implícitos são centrais nessa questão. Quer dizer, o léxico ou vocabulário

utilizado, visto que, frequentemente, representações distintas “nomeiam” ou “lexicalizam” o mundo de modos distintos; as relações semânticas entre palavras e estruturas oracionais, uma vez que, por exemplo, o que é sinônimo em uma representação pode ser antônimo em outra; as colocações entre itens lexicais. Em outras palavras, em determinadas representações, algumas palavras sempre aparecem próximas, muitas vezes, uma ao lado da outra; os implícitos, dado que representações discursivas diferentes, geralmente, pressupõem ou subentendem coisas diferentes.

Como exemplo, pode-se citar as pesquisas desenvolvidas por Fairclough (2001a, 2001b, 2012) sobre o surgimento de práticas discursivas que emergiram em meados dos anos noventa nas universidades britânicas referentes ao que esse pesquisador chamou de mercantilização ou comoditização do ensino superior público.

Segundo Fairclough (2001b), processos interdiscursos complexos jogaram um papel central nas mudanças discursivas que estavam em curso em instituições de ensino superior naquele momento histórico. Após analisar textos como: programas de conferências a serem realizadas nas universidades, anúncios de seleções para cargos acadêmicos, modelos de currículos vitae dos concorrentes aos cargos e programas dos cursos de graduação, Fairclough (2001b) argumenta que, de fato, havia articulações e mesclas de gêneros, discurso e estilos nos documentos oficiais das principais universidades britânicas. Universidades essas que historicamente se consagraram por prezar tão somente pela produção e o ensino/aprendizagem de conhecimentos.

Como parte dessa mistura interdiscursiva, o pesquisador encontrou hibridizações em tais textos e suas práticas discursivas, com a presença, simultânea, de representações sobre o papel tradicional da universidade aliadas às representações relativas às novas formas de pensar a universidade, em grande medida, como negócios. Tudo isso evidenciado por meio de recursos como modalizações, transitividades, nominalizações, lexicalizações, pressupostos e, sobretudo pelas características dos gêneros discursivos, notadamente híbridos, uma vez que, por um lado, apresentavam traços formais e funcionais de discurso administrativo e, por outro, apresentavam aspectos formais e funcionais de discurso promocional, funcionando como anúncio de bens de consumo.

Em síntese, nesse caso, a articulação interdiscursiva operou via colonização de um discurso por outro. Elementos da voz da universidade tradicional fundada em uma identidade institucional estável, como, por exemplo, autoridade acadêmica na relação professor-aluno, agora passava a conter traços de um investimento em uma identidade institucional cada vez mais empreendedora. Em consequência disso, tais identidades passaram se modificar, envolvendo uma tecnologização de práticas discursivas notadamente de professores em relação aos estudantes, uma vez que havia pressões para que os acadêmicos, agora entendidos como prestadores de serviços, passassem a desenvolver metodologias de ensino centradas no aluno e, dessa forma, os tratassem como “clientes” em potencial.

Na próxima seção discutirei os passos metodológicos que foram utilizados para desenvolver esta pesquisa.

4 DESENHO METODOLÓGICO ETNOGRÁFICO-DISCURSIVO

4.1 Paradigmas metodológicos

O modo de fazer pesquisa que se convencionou chamar de etnográfico-discursiva (MAGALHÃES, 2000, 2006; MAGALHÃES, MARTINS, RESENDE, 2017), em muitos aspectos, relaciona-se aos princípios e aos procedimentos da metodologia qualitativa de base etnográfica. Para situar a etnografia discursiva como conjunto de recursos e de técnicas que adoto nesta pesquisa, considero necessário refletir sobre as principais características dos paradigmas metodológicos na ciência de forma geral (FLICK, 2009; SANTOS, 2010). Por conseguinte, atento para como esses paradigmas de pesquisa têm influenciado as pesquisas no domínio dos estudos da linguagem (RAJAGOPALAN, 2004; BORTONI-RICARDO, 2008; BLOMMAERT, RAMPTON, 2011; MOITA LOPES, 2013; PAIVA, 2019).

Segundo pesquisadores como Flick (2009) e Santos (2010), diferentes áreas e abordagens de pesquisa têm características específicas de produzir conhecimento científico, características essas que se refletem em posturas metodológicas, epistemológicas, ontológicas etc. Tais diferenças são, frequentemente, categorizadas em duas grandes tradições: a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa.

Pesquisadoras como Bortoni-Ricardo (2008) e Paiva (2019) apontam que as ciências da linguagem seguem essa tendência, de modo que, nessa área, por um lado, há algumas correntes que procuram “estabelecer relações de causa e consequência entre um fenômeno antecedente, que é a variável explicação, também chamada de variável independente, e um fenômeno consequente, que é a variável dependente” e, a partir disso, objetivam “testar relações de causa e consequência entre fenômenos” e “gerar leis causais que podem ter um alto grau de generalização” enquanto, por outro lado, diferentes correntes ou perspectivas de estudo objetivam “entender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto” com interesse, em grande medida, sobre o que acontece em um processo situado e com a finalidade de “saber como os atores sociais envolvidos nesse processo o percebem, ou seja: como o interpretam” (BORTONI-RICARDO, 2008, p. 34). Essas tradições têm suas histórias já bastante documentadas.

Santos (2010a) ressalta que o fazer científico teve início no século XVI e se desenvolveu nos séculos seguintes, seus proponentes buscavam explicar fenômenos considerados naturais, utilizando a matemática (mais especificamente, a estatística) como método de base. Esse tipo de produção de conhecimento surge no âmbito das Ciências Naturais (principalmente, Física, Química e Biologia) e foi fundamentado com ideias (ou ideais) de objetividade e de neutralidade científica, o que posteriormente ficou conhecido como positivismo científico. Por conta do prestígio alcançado nas ciências naturais, os postulados desse modo de fazer ciência, até hoje, em grande medida, são tidos como “A Ciência”. No entanto, como será pontuado, o avanço da reflexão resultou em compreensões científicas distintas – advindas de diferentes concepções – que se opõem as primeiras, sobretudo, no âmbito da vida social.

De acordo com Santos (2010a), o que se convencionou chamar de positivismo são características metodológicas, epistemológicas e ontológicas específicas, quais sejam: (1) um ideal de objetividade, isto é, a noção de que fazer ciência é seguir passos rigorosos que estão relacionadas com ações como: observação, levantamento de hipóteses, experimentação, comprovação ou não das hipóteses levantadas e apresentação dos resultados à comunidade científica e (2) um ideal de neutralidade, ou seja, a concepção de que o cientista busca única e exclusivamente descobrir “a verdade” ou “as leis da natureza” e nunca deveria ou poderia se posicionar sobre os fenômenos investigados. Isto é, fazer ciência seria quantificar, medir, comparar, descobrir e nunca, em hipótese alguma, opinar e valorar etc. Dito de outro modo, a perspectiva positivista de ciência “privilegia o *como funciona* das coisas em detrimento de *qual o agente* ou *qual o fim* das coisas” (SANTOS, 2010a, p. 30) ou, acrescento, quais sentidos são atribuídos às coisas ou como pode-se melhor compreendê-las ou repensá-las.

Com o surgimento das ciências humanas e sociais, a perspectiva positivista-quantitativa passou a servir como modelo a ser adaptado/aplicado nas pesquisas sobre eventos e fenômenos humanos. De acordo com Santos (2010), nesse momento, pesquisadores em Sociologia, em Antropologia, em História, em Psicologia etc. passaram a observar as ações humanas recorrendo-se a essa racionalidade hegemônica, isto é, a partir, por exemplo,

da noção de “leis sociais”, ou seja, “a existência de leis que governam deterministicamente a evolução das sociedades e tornam possível prever os resultados das ações coletivas” (SANTOS, 2010a, p. 32). Rajagopalan (2004), nos dá um exemplo disso ao citar os linguistas que, com o desejo de obter lucros e prestígio social junto à população mais ampla, como nas chamadas Ciências Naturais, passaram a adotar métodos científicos fundamentados em procedimentos considerados “exatos” e “seguros” com vistas à formulação de “leis naturais” para as línguas (que, em grande medida, são fenômenos sociais), isto é, a postulação de verdades generalizáveis para as línguas e seus usos, tudo isso aliada a uma suposta maneira objetiva de relatar os resultados.

Muitas críticas têm sido feitas a essa adaptação, visto que as ciências humanas e sociais não lidam com leis universais, uma vez que os fenômenos investigados são, em sua maioria, influenciados, entre outras coisas, por aspectos históricos, socioculturais, emocionais e subjetivos. Em outras palavras, as ações humanas e as significações que os agentes lhes conferem não são determinísticas, e, por conta disso, se faz “necessário utilizar métodos de investigação e mesmo critérios epistemológicos diferentes dos correntes nas ciências naturais” (SANTOS, 2010a, p. 38). Segundo Flick (2009, p. 28) a incorporação do ideal positivista pelas ciências humanas e sociais é problemática, sobretudo, pela ontologia de mundo que essa concepção adota, nas palavras desse pesquisador, “o positivismo costuma ser associado ao realismo”, principalmente porque “pressupõem que as ciências devam e possam aplicar os mesmos princípios à coleta e à análise de dados, e que existe um mundo (uma realidade externa) separado das descrições que fazemos dele”. Esse pesquisador pondera que “a pesquisa qualitativa usa o texto como material empírico (em vez de números, por exemplos), parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo” (FLICK, 2009, p. 16). No que diz respeito à legitimidade da pesquisa qualitativa em termos de amostragem e generalização, destaca que

Os pesquisadores qualitativos estão interessados nas pessoas que estão “realmente” envolvidas e têm experiência com a questão em estudo. Portanto, estamos em busca de casos fundamentais em

função da experiência, do conhecimento, da prática etc., que queremos estudar. Assim, nossa amostra deve ser representativa, não no sentido estatístico ou por representar a realidade em uma população básica; nossos casos devem ser capazes de representar a relevância do fenômeno que queremos estudar em termos de experiência e envolvimento dos participantes de nossa pesquisa com esses fenômenos. (FLICK, 2009, p. 47).

Quer dizer, o objetivo das pesquisas que operam com uma abordagem qualitativa nas ciências humanas e sociais (aqui efetivamente incluo esta pesquisa) é a obtenção de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objetivo, explicativo e universal (SANTOS, 2010a). Segundo, Paiva (2019), nos estudos linguísticos, o modo qualitativo de produzir conhecimento científico fica evidente nas pesquisas devolvidas por meio de métodos como (1) pesquisa bibliográfica; (2) estudo de caso; (3) pesquisa-ação; (4) etnografia; (5) pesquisa narrativa. Considerando esses diferentes métodos qualitativos de pesquisa, a seguir, detalharei a abordagem em específico que adoto nesta pesquisa.

4.2. Etnografia e etnografia discursiva como abordagens qualitativas

Ao adotar uma concepção de linguagem como prática social que se dá sempre vinculada às dimensões socioculturais e geopolíticas vigentes (WOOLARD, 1998, 2007; FAIRCLOUGH, 2001a, 2003; RAJAGOPALAN, 2003, 2004; BLACKLEDGE, 2012; MAKONI; PENNYCOOK, 2015), uma perspectiva teórica engajada em pensar problemas sociais contemporâneos advindos das práticas discursivas e das naturalizações e legitimações de relações de poder e dominação, parece-nos necessário pensar metodologias de pesquisa que nos forneçam bases para entender como se processam, em contextos situacionais de comunicação, práticas discursivas e convenções sociais a elas relacionadas. Isso significa entender, como dados discursos e ideologias são legitimados e acabam por se constituir em “verdades” que se tornam amplamente aceitas por grandes segmentos da população.

Tal abordagem reclama uma perspectiva metodológica condizente com a postura teórica que aqui assumida, isto é, um estudo do discurso que considera com igual relevância no debate político os saberes de leigos e especialistas a respeito de crenças e conhecimentos sobre as línguas (RAJAGOPALAN, 2003). Nesse sentido, esta pesquisa reclama a aproximação com metodologias

etnográficas de produção de conhecimento, notadamente, por seu interesse em compreender os sentidos construídos pelos atores sociais que vivenciam a realidade que estudamos (ANGROSINO, 2009; FLICK, 2009).

A pesquisa etnográfica tem como característica fundamental a busca de perspectivas êmicas presentes no contexto social investigado, ou seja, como os participantes da pesquisa compreendem as coisas a sua volta. Nesta pesquisa, estudantes e professores da UNILAB, provenientes de diferentes países que compõem essa instituição internacional de ensino superior. A aproximação com metodologias etnográficas tem sido corrente em discussões nos Estudos Críticos da Linguagem (MAGALHÃES, 2000; BLOMMAERT, 2010, MOITA LOPES, 2013a). Para Moita Lopes (2013b), modelos ou visões de linguagem que pretendem dar conta de questões que atravessam a vida social deveriam considerar o que pensam aqueles que vivem as práticas sociais estudadas. Segundo esse pesquisador, em tempos de fluxos e de superdiversidade torna-se vital trabalhar com

Teorizações informadas por pesquisas etnográficas sobre os usos interacionais situados da linguagem, que dão conta de como a vida social é levada a efeito nas práticas locais onde o significado é gerado no aqui e no agora, por meio de *performances* identitárias contingentes e de reflexividade metapragmática sobre as práticas de uso da linguagem. (MOITA LOPES, 2013b, p. 111).

Nesse sentido, procuro aqui seguir os passos metodológicos da perspectiva qualitativa de cunho etnográfica que vem sendo, nos últimos anos, defendida e incorporada aos estudos de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros filiados à Análise do Discurso Crítica (MAGALHÃES, 2006, VIEIRA, RESENDE, 2016; MAGALHÃES, MARTINS, RESENDE, 2017). Em contraponto aos modelos positivistas de fazer ciência, essa perspectiva tem promovido uma articulação entre tradição etnográfica e análises textuais, isto é, por uma lado, promove um olhar atento sobre as práticas socioculturais através de um trabalho de imersão e vivência que possibilita a construção e a coleta de dados via procedimentos como observações, entrevistas e seleções de artefatos textuais diversos e, por outro, uma interpretação sistemática sobre a construção de sentidos presentes nos dados, entendidos como textos que mediam as ações dos sujeitos como parte de práticas e eventos sociais específicos.

Segundo seus proponentes (MAGALHÃES, 2006, VIEIRA, RESENDE, 2016; MAGALHÃES, MARTINS, RESENDE, 2017), a pesquisa etnográfico-discursiva é uma perspectiva científico-metodológica transdisciplinar que busca, mais do que combinar tradições metodológicas, estabelecer diálogos profundos entre os princípios e os procedimentos da Análise de Discurso Crítica (sobretudo, técnicas de análises textualmente orientadas) com os princípios e os procedimentos etnográficos como uma maneira de melhor entender o discurso como prática social, inserido em ações sociais situadas, constitutivas de identidades, percepções, crenças e relações sociais.

É, portanto, uma perspectiva metodológica que busca ultrapassar relações e imaginários disciplinares com vistas à transdisciplinaridade nos modos de produzir conhecimento. Dito de outro modo, a etnografia discursiva é “um arcabouço para análise sistemática de dados textuais capaz de mapear conexões entre as escolhas linguísticas de atores ou grupos sociais e categorias sociais mais amplas, como hegemonia e ideologia” (MAGALHÃES, MARTINS, RESENDE, 2017, p. 164).

As pesquisadoras e os pesquisadores que operam a partir da abordagem etnográfica-discursiva, argumentam que para “explicar a forma como as pessoas produzem e interpretam significados sociais, é imperativo conhecer bem o contexto e as práticas socioculturais”, em outras palavras, como ressaltam seus proponentes, “é por isso que defendemos o estudo da linguagem e das multimodalidades (semiose) como discurso, mediante a pesquisa etnográfico-discursiva” (MAGALHÃES, MARTINS, RESENDE, 2017, p. 109). Nessa abordagem, procura-se, como procedimento, triangular os dados obtidos (de diferentes fontes) a fim de estabelecer contrastes e comparações que permitam compreensões mais profunda possíveis sobre os processos sociais e linguísticos investigados.

De maneira semelhante, Blommaert e Rampton (2011, p.10) argumentam sobre a necessidade de que os estudos discursivos adotem metodologias que lhes permitam compreender as ideologias em performances de sentidos relacionadas simultaneamente às estruturas e aos eventos concretos, ou seja, analisar o texto e sua vinculação sociocultural.

Os contextos de comunicação devem ser investigados em vez de supostos. O Significado toma forma dentro de lugares específicos, atividades, relações sociais, histórias interacionais, trajetórias textuais, regimes institucionais e ideologias culturais, produzidas e interpretadas por agentes encarnados com expectativas e repertórios que tem que ser aproveitados etnograficamente²⁰.

Os procedimentos metodológicos etnográfico-discursivos (semelhante a outras abordagens etnográficas e qualitativas) concebem a intersubjetividade como uma das características centrais em sua produção de conhecimentos. Isto é, negociações, diálogos, construções e re-construções de inter-relações constantes entre os saberes e as crenças de todos os atores sociais envolvidos (seja entre pesquisadores e participantes, seja entre pesquisadores e instituições, seja entre instituições e participantes) são muito importantes nessa metodologia de pesquisa. De acordo com Rajagopalan (2004b, p. 200), a pesquisa que segue essa linha “procura compreender ações e pensamentos humanos em sua complexidade, prestando atenção redobrada às palavras dos próprios sujeitos” de modo que “o informante não é mais um simples fornecedor/fonte de dados, mas um parceiro, um participante ativo, um cúmplice na pesquisa”. Uma das militâncias de Rajagopalan (2003, 2004a) tem sido debater a urgência de repensarmos as posturas dos pesquisadores (cientista da linguagem) frente aos leigos.

Para esse pesquisador, não escutar o leigo, as pessoas comuns (não linguistas), sobretudo, os informantes de nossas pesquisas, constitui um dos pilares da moderna ciência da linguagem. Segundo Rajagopalan (2004b), a linguística se edificou como ciência a partir de um postulado base, qual seja: as opiniões do leigo sobre a sua língua são baseadas em credices, superstições, mitos etc. e, por esse motivo, o cientista não deveria perder seu tempo com elas. Contrapondo-se a essa diretriz disciplinar, Rajagopalan (2004b), defende a prática do diálogo com o cidadão comum, a necessidade de abordar o outro como um ser tão racional como nós pesquisadores. Em síntese, “as ciências sociais e humanas só terão pleno êxito se começarem a olhar para os seres humanos como agentes dotados de inteligência e discernimento próprios, com

²⁰ The contexts for communication should be investigated rather than assumed. Meaning takes shape within specific places, activities, social relations, interactional histories, textual trajectories, institutional regimes and cultural ideologies, produced and construed by embodied agents with expectations and repertoires that have to be grasped ethnographically.

direito às próprias opiniões e direito também de serem ouvidas” (RAJAGOPALAN, 2004, p. 171).

Seguindo essa linha de raciocínio, esta pesquisa, interessa-se pela cosmovisão de atores sociais que vivenciam a realidade em estudo, isto é, os saberes produzidos em contextos situados ligados às vivências e às experiências cotidianas dos sujeitos (as habilidades de refletir a respeito de crenças, ideias, valores sobre línguas, variedades linguísticas, práticas comunicativas, falantes, comunidades linguísticas, identidades linguísticas etc.) que os atores sociais na UNILAB carregam em seus repertórios. Esta pesquisa, portanto, alinha-se à compreensão de que as visões de mundo são muito mais diversificadas do que as visões ocidentais de mundo (SANTOS, 2010). Dessa forma, considero os participantes de nossas pesquisas não como simples informantes aos quais se recorre para coletar dados, mas sim como seres humanos dignos de respeito (MAGALHÃES, 2000, 2006), como atores sociais conhecedores, indivíduos que possuem conhecimentos e saberes vinculados às suas práticas, às suas vivências e às suas experiências cotidianas.

Nesse sentido, considero que a abordagem metodológica qualitativa que se convencionou chamar de Etnografia Discursiva aparece como chave para abordar, a partir de perspectivas êmicas e éticas, a produção, a reprodução e a interpretação de ideologias linguísticas no contexto situado de diversificação de diversidades atualmente encontrado na UNILAB.

4.3 Ética na pesquisa

Considerações sobre questões e preocupações éticas são, sem dúvida, essenciais para qualquer pesquisa. Discussões sobre os princípios e os procedimentos básicos relativos a essas questões são bastante presentes na pesquisa qualitativa internacional (FLICK, 2009; ANGROSINO, 2009). Nos últimos anos, em âmbito nacional, regulamentos como a Resolução 466/12 e a Resolução 510/16, tratam, respectivamente, dos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos e desses (aspectos) em relação às especificidades das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Esta pesquisa buscou um alinhamento com essas concepções que, em última instância, consideraram uma série de questões que estão relacionadas à dignidade humana (das pessoas envolvidas), isto é, à proteção dos participantes da pesquisa.

De acordo com Flick (2009), alguns princípios para o desenvolvimento ético de pesquisas qualitativas devem ser seguidos, em síntese: (1) o consentimento informado; (2) a privacidade dos participantes; (3) a precisão dos dados; (4) o respeito pelos participantes; (5) consideração pela relação de benefícios e ônus para os participantes. Vejamos como nossa pesquisa se relaciona como cada um desses tópicos.

Nesta pesquisa, tive o cuidado de preparar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em linguagem simples e direcionada ao público alvo, ou seja, uma linguagem que considere os aspectos culturais, econômicos, etários etc. daqueles que iriam participar da pesquisa. O TCLE visou assegurar que os participantes estivessem totalmente cientes a respeito de tópicos como: tema da pesquisa, pesquisadores envolvidos (seus contatos e endereços), objetivos (geral e específicos), procedimentos metodológicos adotados, eventuais riscos envolvidos (esclarecendo como serão contornados), liberdade de se recusar ou desistir de participar a qualquer momento, garantia de sigilo. Entendo que por meio do TCLE estou assegurando direitos dos participantes, de forma a esclarecer, entre outras coisas, sobre como poderiam acompanhar, de maneira esclarecida, e terem a assistência que necessitavam.

Os demais tópicos são bastante relacionados ao consentimento informado. Como, por exemplo, a noção de que “a privacidade dos participantes deve ser respeitada e sua confidencialidade, garantida e mantida” (FLICK, 2009, p. 96). Para isso, utilizo nomes fictícios como procedimento para garantir o anonimato dos participantes, bem como, tive a sensibilidade de não incluir, em nossas análises e posterior apresentação dos resultados, informações concretas sobre essas pessoas que possam de alguma forma identificá-las.

Esse procedimento garantiu a confidencialidade e a privacidade dos participantes. Com isso, busquei proteger a imagem deles. Tudo isso está vinculado a nossa busca por eliminar qualquer possibilidade de causar prejuízo às pessoas que tão gentilmente aceitaram participar da pesquisa, como, por exemplo, danos relativos à autoestima, à desvalorização, ao desprestígio ou mesmo ligados aos aspectos econômicos, entre outros. Concordo com a reflexão de Magalhães (2006) sobre a necessidade (como uma implicação ética) das pesquisas que utilizam a Análise Crítica de Discurso como

perspectiva teórico-metodológica de atentar para as representações discursivas (em análises e divulgação de resultados) em que os participantes da pesquisa são posicionados de maneira problemática no que diz respeito a suas subjetividades e identidades pessoais e coletivas. Sobretudo, em relação a representações que desfavorecem ou estigmatizam pessoas específicas, grupos ou setores da sociedade que participam de nossas pesquisas. Acredito que a reflexão supracitada trata, especificamente, do respeito pelas pessoas e consideração por seu bem-estar.

Considero que uma importante dimensão do respeito para com os participantes da pesquisa se dá quando se reconhece que ao propor que participem de nossas pesquisas estamos conscientes do fato de que nossas práticas de pesquisa se intrometem em suas rotinas cotidianas. Nesta pesquisa em específico, nossas perguntas abordaram temas que poderiam não ter sido pensados, refletidos ou ponderados antes pelas pessoas que vivenciam o contexto situado por nós investigado (professores e estudantes da UNILAB) e, dessa forma, tais perguntas poderiam reativar memórias sobre questões que envolvem valores relacionados com assuntos sobre línguas, falantes e práticas comunicativas (como, por exemplo, estigmas e preconceitos que, eventualmente, os participantes tenham vivenciado) e isso pode perturbá-los ou incomodá-los. Dessa forma, tive sempre em consideração o desejo dos participantes em tematizar ou não determinadas temas em nossas entrevistas e conversas informais.

Nesse sentido, fez-se imprescindível “desenvolver uma sensibilidade em relação aos limites dos participantes, quando se trata de questões das quais eles não podem ou não querem falar, e em relação à quando devemos parar de insistir” (FLICK, 2009, p. 102). Dito de outro modo, “temos de aprender a ouvi-los quando nos dizem o que é ou não é aceitável para eles, pessoal ou coletivamente, em nome da sua comunidade” (ANGROSINO, 2009, p. 111). Por isso, frisei constantemente a total liberdade que os participantes da pesquisa teriam de seguir ou não participando.

Também busquei deixar claro para os participantes a que fins se destinam os dados coletados nas entrevistas com eles. Por exemplo, ressaltei que esses dados serão utilizados única e exclusivamente para fins de pesquisa, bem como que terei o cuidado de manter essas informações em um

lugar seguro e que esses dados serão eliminados em cinco anos posteriores ao final da pesquisa. Dessa maneira, como orienta Magalhães (2006), forneci informações imprescindíveis para tranquilizar os participantes e não (prática inaceitável) esconder ou distorcer informações visando enganá-los.

No que diz respeito à relação entre benefícios e ônus para os participantes da pesquisa, penso não em termos de benefícios diretos para os entrevistados, mas sim em contribuições mais amplas (para a sociedade em geral e/ou para as instituições educacionais específicas que lidam com a diversidade), por meio de uma reflexão sistemática sobre respeito à pluralidade em contextos multilíngues e formas de lidar com a diversidade em tais contextos, visando uma experiência positiva com a multiplicidade linguística, étnica e cultural. Tais benefícios justificam o ônus do incômodo aos participantes.

Por fim, o último aspecto ético que ressalto aqui é, notadamente, o caráter de comprometimento empírico e suas relações com a dimensão crítica deste estudo. Em outras palavras, analiso os dados que compõem o *corpus* da pesquisa com o máximo de compromisso possível, isto é, evitando interpretações que não estejam ancoradas em padrões realmente observados (discursos recorrentes, valores sobre línguas e falantes etc.). Cabe ressaltar, portanto, que os argumentos científicos aqui utilizados foram sempre baseados naquilo que pode ser sustentado pelos dados.

4.4 Procedimentos de coleta/produção de dados

Nesta pesquisa, enfoco as ideologias linguísticas no espaço da UNILAB. A escolha da referida instituição para realização da pesquisa, em grande medida, deve-se à concentração de distintas configurações de falantes bilíngues e/ou multilíngues ali presentes que têm em seus países a língua portuguesa como oficial. Em consequência disso, o alcance da diversidade linguística e cultural que isso proporciona, é fator imprescindível para uma análise sobre ideologias linguísticas em disputa (WOOLARD, 1998; KROSKRITY, 2000, 2004). ||

Nossa entrada no contexto investigada foi auxiliada por algumas pessoas, notadamente, duas professoras da instituição ajudaram bastante em meu acesso ao campo, *locus* da pesquisa, refiro-me, sobretudo, às professoras

vinculadas ao curso de graduação em Letras Língua Portuguesa da UNILAB: Cláudia Ramos Carioca e Ana Paula Rabelo. Cláudia, por um lado, deu-nos toda uma assistência inicial para que fosse possível realizar a pesquisa na universidade. Ana Paula, por outro lado, sempre nos motivou durante todo o período da pesquisa, inclusive, oferecendo carona para ir de Fortaleza – CE a Redenção – CE.

De março de 2017 a maio de 2019 se deu a pesquisa de campo. Nesse período, frequentei regularmente a UNILAB, em Redenção – CE. Durante esse tempo, em alguns momentos, tive mais assiduidade do que em outros, especificamente entre agosto de 2017 à junho de 2018, período em que nossa presença nesse contexto se intensificou, sobretudo, por intencionalmente dedicar mais tempo às visitas, facilitadas pelo fato de estar ministrando um curso de extensão nessa universidade, bem como por, a cada semana, ir estabelecendo contatos com pessoas que vivenciavam aquele contexto e que poderiam fazer parte da pesquisa. Nesse momento, formulei alguns critérios para a coleta e a construção de dados.

A definição da amostragem desta pesquisa se deu após idas e vindas ao campo (que compreende os oito primeiros meses do percurso etnográfico da pesquisa). Dessa forma, grande parte dos critérios para a coleta de dados previamente existentes e construção de dados com os participantes foram sendo feitas após as nossas experiências com o contexto pesquisado, de modo flexível e gradativo. Com a finalidade de estabelecer comparações e contrastes entre as perspectivas encontradas no campo e, inclusive, a minha como observador/pesquisador, recorri ao que Flick (2009, p. 106) denomina de três procedimentos básicos e mais comuns em coleta e produção de dados qualitativos.

A *primeira* está centrada principalmente na evocação de dados verbais – em entrevistas, na estimulação de narrativas e em grupos focais. A *segunda* abordagem se concentra na produção de descrições do que se observou na etnografia ou em uma observação (na maioria dos casos, participante). Os dados a serem analisados são notas de campo mais ou menos ampliados, registros e coisas do tipo. A *terceira* abordagem está baseada na transformação de documentos em dados (qualitativos) das ciências sociais – textos, arquivos, fotos, filmes etc. Em alguns casos, esses documentos são produzidos na pesquisa e para ela; em muitos, usa-se documentos existentes. Por fim, encontramos abordagens baseadas na análise de

materiais produzidos por uma das três outras abordagens. Esses materiais podem ser analisados com ênfase em uma perspectiva de análise de narrativa ou discurso /conversação orientada à codificação.

Seguindo essa direção, o *corpus* desta pesquisa foi composto a partir de três procedimentos metodológicos: (1) as observações em campo, com registros e anotações em diários; (2) a seleção de os documentos oficiais da instituição e (3) as entrevistas elaboradas com os sujeitos participantes e atuantes no contexto situado da UNILAB. Após termos coletado/construído os três conjuntos de dados, iniciei os procedimentos de triangulação dos dados, com o intuito de analisar os discursos recorrentes ali presentes e visando ter uma compreensão mais profunda possível dos processos discursivos e ideológicos que atravessam o contexto da UNILAB, Redenção-CE.

O primeiro passo metodológico foi observar as representações discursivas que se repetiam nos dados investigados, de modo a focalizar temas e modos de abordá-los que se apresentavam como constantes e/ou recorrentes. Isso me orientou a estabelecer relações entre discursos e nos auxiliou a formular questões para as entrevistas.

A escolha do quadro de atores sociais que iriam participar da pesquisa foi, em grande medida, influenciada pelo percurso de descoberta do campo, suas características e suas relações. Inicialmente, com a finalidade de delimitar a pesquisa, defini que as entrevistas seriam somente com estudantes da UNILAB, unidade de Redenção-CE. Posteriormente, a experiência do campo me fez repensar essa resolução, de modo que passei a incluir professores da instituição. A partir de um determinado momento da pesquisa, passei a acreditar que estudantes e professores são os atores sociais que têm acesso com mais profundidade aos que eu estava interessado em investigar. Dito de outro modo, esses seriam os papéis de atores sociais que vivenciam (como produtores e/ou interpretes) mais frequentemente ideologias linguísticas que circulam nesse espaço universitário.

Para tanto, busquei criar estratégias que me permitiram conhecer o maior número de atores sociais do tipo supracitado²¹, que

²¹ Além de com regularidade do grupo de pesquisa Interação e Diversidade Discursiva na Lusofonia, ofertamos um curso de extensão que abordou a dimensão política da linguagem.

vivenciam/vivenciavam o contexto da UNILAB, com a finalidade de conhecer participantes “que tornam a experiência relevante para o estudo” (FLICK, 2009). Dessa forma, procurei aproximação com atores sociais que julguei aptos a refletir sobre sua experiência de contatos linguísticos e culturais e verbalizar essa reflexão.

Definidos os tipos de atores sociais que iriam fazer parte da pesquisa, passei aos outros critérios. Nesse sentido, dentro desse quadro (estudantes e professores) procurei na construção da amostragem, evidenciar a variedade e a heterogeneidade dos sujeitos que vivenciam o contexto social da UNILAB, em Redeção – CE, e, portanto, que têm contato com o assunto/fenômeno objeto de nossa pesquisa. Dessa forma, conseqüentemente, tive o cuidado e o interesse de garantir a pluralidade de percepções êmicas criadas no contexto estudado (ANGRISINO, 2009; FLICK, 2009), visto que, como ressalta Flick (2009, p. 46), “levar a sério a amostragem na pesquisa qualitativa é uma maneira de administrar a diversidade, de forma que a variação e a variedade do fenômeno em estudo possam ser captadas no material empírico com o maior alcance possível”.

Nesse sentido, após todo um estágio de conversas informais (com muitos desencontros por conta mesmo da agenda das pessoas), fui selecionando os participantes. Em um determinado ponto, defini nove pessoas para participar da pesquisa, que estão em uma faixa etária entre 22 a 47 anos. O primeiro critério para selecioná-los foi o interesse demonstrado pelas pessoas que fui conhecendo no processo. O segundo critério foi a heterogeneidade dos participantes, já que, como já mencionado, busquei uma amostra que contemplasse o maior número de países (dos sete) que compõem a UNILAB.

Nesse sentido, portanto, desenhei um quadro de participantes composto da seguinte forma: um grupo de seis estudantes e um grupo de três professores. O primeiro grupo (dos estudantes) é composto por dois estudantes brasileiros e quatro estudantes dos demais países (entre eles: um guineense, um moçambicano, uma angolana e uma tomense). O segundo grupo (dos professores) foi formado por uma professora guineense, um professor brasileiro e um professor português. Conheci alguns dos estudantes participantes da pesquisa durante um curso de extensão que ministrei na UNILAB durante o

segundo semestre de 2016, no *campus* da Liberdade sobre a dimensão política da linguagem.

O conjunto de ações e de procedimentos utilizados na construção dos dados foi efetuado por meio de instrumentos como caderno de notas, diário de campo e gravador, bem como por meio de leituras sistemáticas dos documentos oficiais e do que eu estava observando em campo. Meus dados resultam, portanto, da execução de três procedimentos de pesquisa, quais sejam: leitura sistemática dos documentos oficiais da UNILAB, observações situadas e entrevistas com os participantes. Na sequência, descrevo algumas características dos participantes da pesquisa e, para que fique mais claro, descrevo, de modo específico, cada um dos três procedimentos metodológicos supracitados.

4.5 Participantes

As informações sobre os participantes foram obtidas durante as próprias entrevistas e em conversas informais com eles:

Ramires: estudante guineense. Na época da entrevista tinha 24 anos, cursava o 7^a semestre da Licenciatura em Letras Língua Portuguesa e residia em Redenção, Ceará. Conheci Ramires através de sua participação no curso de extensão que ministrei na UNILAB, durante o primeiro semestre de 2017. Um dos traços marcantes da personalidade desse participante é sua constante reflexão sobre eventos e práticas sociais que acontecem em seu entorno, bem como a forma como apresenta suas visões, suas opiniões e suas posições sobre crenças e representações que circulam no espaço da UNILAB, sempre de maneira direta e problematizadora. Suas compreensões situadas ajudaram bastante na ampliação de nossas próprias interpretações sobre o fenômeno investigado. Ramires posiciona-se como alguém que usa em diferentes momentos quatro línguas, a saber: pepel (primeira língua, língua étnica), crioulo guineense (língua nacional), português (língua oficial) e francês (língua adicional).

Drogba: estudante moçambicano. No período da entrevista tinha 23 anos, cursava o 7^a semestre do Bacharelado em Ciências Humanas e residia em Redenção, Ceará. Drogba também participou do curso de extensão que ministrei na UNILAB e foi ali que tivemos nossas primeiras conversas. Uma de

suas características principais é a simpatia, a amabilidade e a serenidade. Minhas conversas informais com esse participante (nos corredores da universidade, na cantina etc.) eram sempre muito descontraídas e enriquecedoras. Drogba define-se como alguém que usa em diferentes momentos três línguas, a saber: crioulo moçambicano (língua nacional), português (língua oficial) e inglês (língua adicional).

Larissa: estudante angolana. No período da entrevista tinha 22 anos, cursava o 6ª semestre de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa e residia em Redenção, Ceará. Larissa foi uma das últimas pessoas com quem tive contato, e, por conseguinte, uma das últimas entrevistas. Algumas pessoas que conheci durante o processo da pesquisa (inclusive, alguns dos que já participavam) me indicaram Larissa como alguém que poderia contribuir bastante com suas compreensões situadas sobre o fenômeno investigado. Posso dizer que com ela (suas vivências e experiências) aprendi bastante sobre como ideologias linguísticas podem, na prática, ter efeitos estimatizantes e excludentes. Larissa posiciona-se como alguém que usa em diferentes momentos duas línguas, a saber: português (primeira língua, língua oficial) e inglês (língua adicional).

Luciana: estudante tomense. Na época da entrevista tinha 23 anos, cursava o 8ª semestre da Licenciatura em Letras Língua Portuguesa e morava em Redenção, Ceará. Mais uma das participantes que conheci graças ao curso de extensão supracitado. Luciana se destaca por sua concisão, objetividade e clareza na maneira de relatar suas vivências e experiências. Ainda que, por vezes, parecesse um pouco tímida, Luciana demonstrou sempre bastante propriedade e segurança ao externar suas compreensões situadas. Essa participante posiciona-se como alguém que usa somente a língua portuguesa (primeira língua).

Alison: estudante brasileiro. No período da pesquisa tinha 25 anos, cursava o 8ª semestre do curso de Bacharelado em Enfermagem e residia em Redenção, Ceará. Esse foi um dos participantes com quem mais convivi. Já conhecia esse participante antes mesmo de iniciar a pesquisa, por meio de contatos próximos, uma vez que somos da mesma região, Maciço de Baturité. Ficamos amigos e, inclusive, antes mesmo de iniciar a pesquisa eram frequentes às vezes em que nos encontrávamos nos corredores na UNILAB.

Alison prontamente aceitou participar e demonstrou bastante interesse em contribuir com suas interpretações sobre o objeto desta pesquisa. Ele se define como falante de duas línguas, a saber: português (primeira língua) e inglês (língua adicional).

Regina: estudante brasileira. No período da entrevista tinha 23 anos, cursava o 8^a semestre do curso de bacharelado em Administração e residia em Aracoiaba. Regina foi uma das primeiras pessoas com quem tive contato ao participar de eventos acadêmicos organizados pela UNILAB em áreas das ciências humanas, sociais e letras-linguística. Já nesses primeiros contatos, ela se mostrou bastante interessada e aberta a uma possível participação na pesquisa. Essa participante posiciona-se como falante apenas de língua portuguesa.

Terry: professor brasileiro. No período da entrevista tinha 35 anos e morava em Fortaleza, Ceará. Está lotado e desenvolve atividades acadêmicas no Curso de Licenciatura em Letras. Conheci Terry em congressos da área de Linguística um ano antes de iniciar esta pesquisa. Sua participação foi constantemente negociada, por conta, sobretudo, de nossas agendas conflitantes. Uma vez tendo conseguido conversarmos, esse participante demonstrou profundo conhecimento sobre a realidade linguística que caracteriza o contexto da UNILAB. Ele nos relatou suas experiências em entrevista sempre com colocações pertinentes e relevantes. Terry define-se como falante de quatro línguas, a saber: português brasileiro (primeira língua), espanhol, inglês e francês (línguas adicionais).

Rebeca: professora guineense. No período da entrevista tinha 43 anos e morava em Fortaleza, Ceará. Está lotada e desenvolve atividades acadêmicas no Curso de Bacharelado em Ciências Humanas. Após indicações de participantes dessa pesquisa, entrei em contato por e-mail com Rebeca e expliquei os objetivos da nossa pesquisa para, em seguida, formalizei o convite de participação na pesquisa. Ao lembrar dessa participante, o que mais fortemente nos vem a memória é, precisamente, a sensação de justiça, firmeza e compromisso que ela nos passou durante nossos diálogos. Em outras palavras, ficou-nos a impressão de que é uma pessoa bastante consciente dos processos e das relações sociais presentes na UNILAB. Na grande maioria das vezes, Rebeca orienta seus relatos (compreensões e interpretações) no sentido

de apontar frequentes desigualdades que atravessam o espaço dessa universidade e, de maneira mais ampla, da cidade/região que recebeu a essa instituição. Foi umas das pessoas com quem mais aprendi durante a pesquisa. Essa participante posiciona-se como alguém que usa, com diferentes proficiências, três línguas, a saber: fula (primeira língua, língua étnica), crioulo guineense (língua nacional) e português (língua oficial).

Rafael: professor português. No período da entrevista tinha 42 anos e morava em Fortaleza, Ceará. O participante solicitou que não fosse revelado o curso em que ele desenvolve suas atividades acadêmicas. Desde o início da pesquisa, pretendia contemplar o máximo possível de perspectivas sobre o fenômeno da ideologia linguística na UNILAB, em um dado momento da pesquisa percebi que estava sendo muito difícil encontrar alguém que falasse de um ponto de vista europeu, por exemplo, foi então que, após buscas por contatos de professores no site da UNILAB, consegui conversar com Rafael. Esse participante aceitou o convite e gentilmente deu sua contribuição. Rafael define-se como alguém que usa, em diferentes momentos, quatro línguas, a saber: português (primeira língua), espanhol, francês e inglês (línguas adicionais).

4.5.1 Observações situadas

Na observação participante, busca-se perceber e registrar com detalhes os contextos investigados, dito de outro modo, caracteriza-se por investigar “a vida como ela é vivida” (ANGROSINO, 2004, p. 74). Nas palavras desse autor, este tipo de pesquisa é “feita em campo, em cenários de vida real. O observador tem assim, em maior ou menor grau, um envolvimento com aquilo que está observando”. Nesta pesquisa, essa estratégia metodológica foi efetuada de maneira sistemática visando compreender melhor meu problema de pesquisa.

Apesar de já conhecer e frequentar a UNILAB desde o ano de 2015, se fazia necessário um maior contato com essa universidade, visto que era imprescindível uma experiência direta que ajudasse na geração de dados relevantes para posterior análise e interpretação como tentativa de compreensão do meu problema de pesquisa. O primeiro passo metodológico foi conhecer com maior profundidade a comunidade a ser estudada, o espaço

da UNILAB, e entrar em contato com pessoas que poderiam ser participantes da pesquisa. Durante minhas primeiras visitas a Redenção, tomei a iniciativa de estabelecer constantes conversas informais com pessoas que vivenciam cotidianamente aquele contexto, ao mesmo tempo em que procurei atentar ao que se passavam ao meu redor, como, por exemplo, quais discursos sobre línguas, falantes, comunicação eram mais recorrentes. De 2016 a 2017 frequentei assiduamente esse espaço. No segundo semestre de 2016 inteiro ministrei um curso de extensão as sextas-feiras no *Campus* da Liberdade, o que me possibilitou passar ainda mais tempo nessa universidade.

Após esse primeiro passo, engajei-me em uma perspectiva êmica²² e frequentei com assiduidade a UNILAB para realização de observações situadas variadas: (1) visitas de rotina para observação participantes; (2) visitas para frequentar o grupo de pesquisa Interação e Diversidade Discursiva na Lusofonia, os encontros do curso de extensão, as participações em eventos acadêmicos diversos e outras visitas de complementares pude observar e registrar muitas informações importantes. Durante esse tempo, tive a preocupação e o cuidado de me aproximar de atores sociais que aceitassem (e que considere como essenciais em termos de experiências situadas) participar da pesquisa.

Nesse momento, registrei em caderno de notas e diário de campo tudo aquilo que julgava relevante para compreender as regularidades discursivas em tópicos conversacionais que versassem sobre questões ideológico-linguísticas. Entendo essa estratégia como apropriada para descrever detalhes qualitativos do entorno discursivo que investigado. As observações continuaram até quando alcançado um ponto de saturação de informações, ou seja, até quando as informações vindas das novas descobertas reproduziram consistentemente as anteriores (MAGALHÃES, 2000; ANGROSINO, 2009). Por fim, em seguida, preparei o caminho para a realização de entrevistas com os participantes.

Depois de um bom tempo de observação situada, o segundo passo foi, precisamente, conseguir o consentimento informado dos atores sociais com os quais já estava mais familiarizado e tinha desenvolvido certa confiança, atentando para o fato de que, em pesquisa de natureza etnográfica, devemos

²² Êmica aqui está sendo usado no sentido de como os atores sociais, participantes desta pesquisa, compreendem e dão sentido às coisas a sua volta (ANGROSINO, 2009).

sempre levar em consideração que os participantes têm suas próprias agendas pessoais (MAGALHÃES, 2000; 2005; FLICK, 2009; ANGROSINO, 2009²³). Nesse sentido, tornava-se imprescindível demonstrar para eles os objetivos da investigação e seu papel como participantes, ao mesmo tempo que deixar clara que eles têm liberdade de desistir de sua participação a qualquer momento da pesquisa. Os participantes que aceitaram participar foram advertidos de seus direitos e que nos interessava dialogar com eles, tanto em modalidade formal, em entrevistas, como em conversas informais.

4.5.2 Seleção dos documentos oficiais

Selecionar documentos como fonte de dados, segundo pesquisadores como ANGROSINO (2009) e FLICK (2009), constitui uma parte importante do processo da pesquisa qualitativa. Para esses pesquisadores, os dados qualitativos podem ser encontrados em documentos como arquivos históricos, registros estatísticos, diários, biografias, jornais, revistas, projetos de leis, relatórios de órgãos governamentais, atas de reuniões de casas legislativas, sentenças judiciais, documentos registrados em cartórios entre outros. Nessa perspectiva, esses documentos são considerados como potenciais fontes de informações capazes de proporcionar aos pesquisadores dados suficientemente relevantes para o desenvolvimento de variadas pesquisas.

Em nossa investigação, explorei o site oficial da UNILAB (<http://www.unilab.edu.br/>) com a finalidade de coletar os seguintes documentos dessa instituição: (1) Diretrizes gerais, doravante UNILAB (2010a); (2) Estatuto geral, doravante UNILAB (2010b); (3) Regimento Geral, doravante UNILAB (2016) e o Livro “UNILAB: Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul”, doravante UNILAB (2013). Esses quatro documentos constituem parte dos dados desta pesquisa. A justificativa para a escolha desses documentos, e não outros, se deve a natureza oficial que eles apresentam. Isto é, são textos que figuram como arquivos institucionais que organizam administrativamente a posição oficial da UNILAB.

²³ De acordo com Angrosino (2009, p. 57), “algumas técnicas de observação são consideradas não participantes ou não intrusivas, e isso tradicionalmente significa que os informantes não sabem que estão sendo observados. Os padrões modernos de ética na pesquisa, que incluem procedimentos para ‘consentimento informado’, restringiram muito o âmbito à observação realmente não participante”.

4.5.3 Entrevistas

Na perspectiva etnográfica, de acordo com Angrosino (2004), as entrevistas são consideradas um componente do processo de investigação como um todo e são realizadas sempre em conexão com o problema de pesquisa. Nesse sentido, meu problema de pesquisa estabeleceu e orientou o que pretendia conhecer por meio da realização de entrevistas com os participantes.

A realização das entrevistas se deu após um maior aprofundamento com o problema de pesquisa, isto é, quando já tinha desenvolvido conhecimentos empíricos, via observações situadas e leitura dos documentos oficiais, de questões ideológico-linguísticas presentes na posição oficial da UNILAB. Bem como após estabelecer um ambiente de confiança com as pessoas que vieram a ser participantes da pesquisa. Dessa forma, a criação dos roteiros da entrevista (tópicos, temas) demandou grande preparação antecipada.

Após esse primeiro contato e depois de termos coletado/produzido um número razoável de informações em registros no diário de campo, convidei nove pessoas para participar da pesquisa, sendo entrevistadas. Utilizei um gravador para captar os dados dos diálogos entre pesquisador e participantes. As entrevistas nos permitiram ter acesso a informações importantes e valiosas, do tipo: percepções, cosmovisões e valores de atores sociais que vivenciam o cotidiano da UNILAB. Essas foram posteriormente úteis para nossas comparações e contrastes com outras fontes de dados de nossa pesquisa.

Nesse sentido, procurei estabelecer, nas entrevistas, um clima de diálogo de modo a permitir fluência interativa entre pesquisador e participantes. As entrevistas foram compostas a partir de três grandes tópicos: (1) relações entre discursos sobre as diversidades e discursos sobre as línguas; (2) relações entre discursos sobre a língua portuguesa e discursos sobre um identidade transnacional, denominada de Comunidade Lusófona; (3) relações entre discursos sobre a língua portuguesa e integração (situada e geopolítica). Os tópicos gerais supracitados foram explorados através de questões abertas, de maneira a permitir um aprofundamento maior dos participantes sobre esses temas.

4.6 Síntese

Como procedimento para a análise do *corpus*, textos resultantes da observação participante, entrevistas e documentos oficiais, estabeleci cruzamento entre os dados coletados e produzidos nas três esferas investigadas, com o intuito de incrementar uma descrição e interpretação mais consistente do que se verificou como padrões ou regularidades discursivas que emergem dos dados (MAGALHÃES, 2000; ANGROSINO 2009; FLICK, 2009; MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017). Visto que, como ressalta Angrosino (2009, p. 90), “os fatos não falam por si. Mesmo dados qualitativos precisam ser interpretados. Os dados precisam ser analisados para que surja algum tipo de sentido de toda aquela informação”.

Para conduzir a nossa descrição e interpretação dos dados, recorri à codificação e à categorização que nos auxiliaram a buscar, com mais clareza, partes relevantes dos dados e analisá-los. Seguindo Flick (2009), explorei o procedimento de articular um balanço contrastivo-comparativo entre categorias e casos. Como categorias, estabeleci: (1) estudantes; (2) professores e (3) instituição. Como casos, estabeleci: (1) estudante X, (2) professor Y e (3) documento Z. Isso significa dizer que, o interesse foi no que os aproxima ou os distancia em termos discursivos e ideológicos. Assim, a análise contrastivo-comparativa foi formulada em três níveis: (A) dentro de uma categoria – o que se considera relevante para determinada categoria; (B) dentro de um caso – o que este diz sobre diferentes temas, quais as convergências ou contradições das declarações nas três categorias investigadas e (C) entre casos – quão diferentes ou semelhantes são os discursos entre os vários entrevistados ou entre os documentos investigados.

Por meio desses procedimentos, visou dar confiabilidade à pesquisa, justificando que a interpretação sobre os dados coletados, foi baseada em materiais empíricos e em suas análises, ou seja, foi regulada teórica e metodologicamente. Portanto, em vista disso, são plausíveis e têm credibilidade como um modo de fazer científico qualitativo-interpretativista. Na próxima seção, discutirei os dados da pesquisa a partir de uma análise crítica de discursos que os constitui.

5 ANÁLISE DOS DADOS

5.1 Uma descrição preliminar

Esta seção tem a finalidade de apresentar alguns aspectos dos textos, entendidos como pertencentes a gêneros discursivos específicos, que integram esta pesquisa. Dito de outro modo, aqui apresento os primeiros passos e início a descrição sobre os textos como dados qualitativos que compõe esta pesquisa.

O que diferencia as descrições presentes nesta seção das que aparecem no capítulo sobre os procedimentos metodológicos é, sobretudo, o fato de que aqui meu propósito é voltado para a descrição, de forma relativamente detalhada, dos textos que constituem o *corpus* da pesquisa (a saber: os documentos institucionais da UNILAB e as entrevistas qualitativas com os participantes da pesquisa), tendo em vista alguns conceitos e categorias de análise que embasam meu olhar sobre esses dados. É, portanto, uma introdução à análise discursiva (qualitativa) dos dados.

Em resumo, pontuo aqui as características gerais (1) dos documentos institucionais da UNILAB como gêneros de governança e (2) das entrevistas qualitativas como encontros interacionais situados entre pesquisador e atores sociais participantes da pesquisa. Como já mencionado anteriormente, os dados são compostos por textos pertencentes a gêneros discursivos distintos, o que aproxima os textos dessas duas fontes; é, sobretudo, nossa compreensão sobre seu carácter de eventos sociais situados.

Documentos oficiais da UNILAB como gêneros de governança

Como já dito, os documentos institucionais da UNILAB selecionados para esta pesquisa foram: as diretrizes gerais da UNILAB (2010a), o estatuto da UNILAB (2010b), o regimento da UNILAB (2016) e o livro “UNILAB 5 anos de luta” (2015). A leitura atenta desses documentos me fez perceber interinfluências entre eles, principalmente pelo fato de ter encontrado trechos, citações, ideias retomadas, alusões etc. de um documento em outro. Considero que os documentos institucionais estão recheados de interdiscursividades e intertextualidade, esse ponto será desenvolvido nas próximas seções, por hora, vejamos um pouco de cada um desses documentos.

O primeiro documento institucional são as **Diretrizes Gerais** da UNILAB,

doravante UNILAB (2010a), que foi publicado em julho de 2010. Por costumar ser comum em documentos do gênero, este texto, não apresenta autoria individual, ao invés disso, logo na segunda página, é apresentada uma lista de vinte e oito nomes que integram, respectivamente, a Comissão de Implantação da UNILAB, a Assessoria Acadêmica e a Assessoria Técnica, fato que nos faz interpretá-lo como um arquivo de autoria coletiva.

O texto é composto por 69 páginas e possui oito capítulos divididos em duas grandes partes, a saber: (1) Missão, Objetivos e Diretrizes da UNILAB e (2) Das Diretrizes à Estrutura, Políticas Acadêmicas e de Infra-Estrutura, *Projeto de Formação*. Essa primeira parte, em nossa compreensão, é a que apresenta mais diretamente representações que suscitam debates em torno de ideologias linguísticas. A segunda parte; enfoca muito mais questões relacionadas à estrutura e à infra-estrutura institucional, no entanto, tangencialmente, toca em questões aqui investigadas.

O segundo documento é o **Estatuto** da UNILAB, doravante UNILAB (2010b), com resolução datada no ano de 2016 e, assim como as Diretrizes Gerais, sem autoria individual. Esse documento apresenta, logo na segunda página, o símbolo do Ministério da Educação, fato que também sinaliza seu caráter de texto coletivo e oficial pertencente ao Estado brasileiro. O documento contém um total de 39 páginas e é subdividido em sete partes, denominadas de “títulos” e numeradas em algarismos romanos, a saber: (I) Da universidade, missão, princípios e objetivos; (II) Da universidade e de sua estrutura organizacional; (III) Do regime didático e científico; (IV) Do patrimônio e das finanças; (V) Da comunidade universitária; (VI) Dos órgãos suplementares e complementares; (VII) Das disposições gerais e transitórias. A especificidade desse documento está em seu caráter de lei institucional. Portanto, boa parte de seu conteúdo é formulado em termos de um “dever fazer”.

O terceiro é o **Regimento Geral** da UNILAB, doravante UNILAB (2016). Esse arquivo também dispõe de sete partes que levam o nome de “títulos” e são numeradas em algarismo romano, são elas: (I) Das Disposições Preliminares; (II) Dos Órgãos Colegiados; (III) Do Ensino, Pesquisa e Extensão; (IV) Da Comunidade Universitária; (V) Da Revisão; (VI) Da Ordem Econômico-Financeira; (VII) Das Disposições Gerais e Transitórias. No total, esse

documento é composto por 41 páginas.

Os três documentos supracitados são “oficiais” no sentido de serem textos que, por um lado, apresentam princípios, objetivos, metas e, por outro, estruturam e organizam o funcionamento institucional da UNILAB. O quarto documento é um livro que foi publicado, em 2015, para celebrar os cinco primeiros anos desta universidade, intitulado “**UNILAB: caminhos e desafios acadêmicos da cooperação Sul-Sul**”. Também classifico como um documento oficial, visto que integra a lista de documentos sobre a universidade presente no próprio site dessa instituição e apresenta muita intertextualidade com os três primeiros, com citações em discurso direto e indireto e/ou com trechos inteiros iguais ou semelhantes aos demais documentos ou mesmo com passagens que sumarizam as visões oficiais dessa instituição de educação superior.

Nossa leitura e posterior análise (descrição e interpretação dos dados) consideram esses documentos como gêneros de governança (FAIRCLOUGH, 2003), isto é, um conjunto de textos com traços comuns que são importantes para o gerenciamento e a sustentação da engrenagem de determinadas organizações ou instituições. É importante pontuar que o termo “governança” se refere aos textos administrativos que põem em funcionamento uma política de governo como, por exemplos, políticas de saúde pública, políticas educacionais, políticas de segurança pública, políticas linguísticas etc.

Nessa perspectiva, esse gênero discursivo está relacionado diretamente ao aspecto administrativo e político de determinados textos, ou seja, o carácter de “voz oficial” de uma entidade coletiva que “está no comando”, seja ela relacionada à esfera educacional, à esfera da saúde, à esfera econômica, à esfera midiática, à esfera acadêmica entre muitas outras. Em outras palavras, é por meio de textos pertencentes ao gênero de governança que uma dada política é praticada, como, por exemplos, políticas de saúde pública, políticas da educação básica, políticas de segurança pública, políticas acadêmicas etc.

Como será visto mais à frente, outro aspecto que particulariza aquilo que se convencionou chamar de gêneros de governanças são, em grande medida, os *links* que os textos institucionais como eventos sociais situados estabelecem entre escalas locais, regionais, nacionais e globais, precisamente, quando se apropriam de discursos que circulam em outros contextos sociais.

Entrevistas qualitativas como eventos situados

A primeira questão que se pode salientar sobre as entrevistas é que foram diversificadas. Refiro-me tanto aos posicionamentos adotados pelos atores sociais (estudantes e professores da UNILAB) que delas participaram, quanto às relações que fui estabelecendo com cada um deles. Como apontado no capítulo de metodologia, tais relações foram, aos poucos sendo criadas no processo da pesquisa (como costuma acontecer nesse tipo de investigação). Aqui, focalizo, especificamente, algumas características gerais das entrevistas como textos coproduzidos (entre entrevistador e entrevistados) em eventos sociais situados. Tais características gerais antecipam e preparam o entendimento sobre alguns aspectos relacionados à produção de sentidos em tais textos, discutidos nas próximas seções.

Portanto, a compreensão da entrevista como um evento de linguagem construído conjuntamente, um encontro interacional mediado por uma língua ou mais de uma, foi uma constante, apesar de, eventualmente (como ficará claro em seções posteriores a esse capítulo de análise-interpretação), percebo diferenças no que diz respeito ao aspecto organizacional (composicional) das entrevistas.

Um olhar retrospectivo nos faz perceber as diferentes dinâmicas que cada evento-entrevista foi tendo. Em alguns casos, esse encontro interacional pautou-se por constantes reformulações de perguntas/respostas já feitas/dadas de ambos os lados; algumas entrevistas tiveram mais interrupções, outras menos (de ambos os lados), seja pelo interesse no tópico em pauta, seja pela vontade de pontuar uma informação, uma opinião ou uma posição.

Por outro lado, algumas entrevistas foram compostas com uma acentuada concentração nos dizeres do/a entrevistado/a, isto é, com pouca participação do entrevistador, sobretudo, por julgar que as respostas dadas na conversa condensavam o conteúdo de várias outras possíveis perguntas a serem feitas e, portanto, o mais interessante nessas ocasiões seria escutar atentamente. Enfim, esta era uma questão de característica dos atores sociais envolvidos na pesquisa e de estabelecimento de relações interacionais e situadas.

Acredito que isso se deve ao fato, óbvio por sinal, de que, como uma atividade comunicativa humana situada, a interação entre entrevistador e entrevistado/a é uma relação humana semelhante a outras e, portanto, não se pode esperar que fosse diferente. Ou seja, diversa.

Pontuadas as principais características dos textos que integram os dados, é imprescindível lembrar que, como enfatizam sempre as perspectivas de ciência que focalizam um olhar qualitativo, a apresentação dos dados em si mesmo não são evidências ou fatos que se pode chamar de produção de conhecimento científico. Desse modo, portanto, esses dados precisam ser analisados com critérios tendo em vista a interpretação dos sentidos coletadas/produzidas (MAGALHÃES, MARTINS, RESENDE, 2017; ANGROSINO, 2009; FLICK, 2009).

Um primeiro empreendimento que fiz para analisar/interpretar foi, precisamente, ler de forma sistemática os textos que compuseram o *corpus*: tais leituras possibilitaram-nos ter uma visão geral sobre quais os sentidos são produzidos a respeito dos principais temas trabalhados na literatura acadêmica internacional sobre ideologias linguísticas. Ao mesmo tempo, as leituras também me fizeram atentar para questões que são centrais neste contexto situado, sobretudo, temas que se mostraram recorrentes nas três fontes pesquisadas, isto é, tópicos que são importantes e significativos para a posição oficial e para os atores sociais que vivenciam (produzem e interpretam) ideologias linguísticas no espaço da UNILAB.

Nesse sentido, nossa percepção sobre os padrões, as regularidades e as temáticas constantes sobre questões ideológico-linguísticas são fruto dessa atividade analítica. Entre eles estão algumas relações entre determinados discursos, quais sejam: (A) relações entre discursos sobre diversidade e discursos sobre as línguas; (B) relações entre discursos sobre a língua portuguesa e discursos sobre uma identidade transnacional, a Lusofonia; (C) relações entre discursos sobre a língua portuguesa e discursos sobre integração. Integração entendida em seus aspectos geopolíticos (integrar os governos dos países da CPLP, falantes de língua portuguesa) e situacionais (respeitar e conviver nas salas de aula e corredores da universidade, integrando-se).

Em meus termos, tais constantes são compreendidas como constantes discursivas, isto é, ações discursivas, representações discursivas e identificações discursivas em percepções que circulam no espaço da UNILAB e que apontam posicionamentos tanto da instituição como dos participantes da pesquisa. Nas próximas seções detalho e mapeio mais sistematicamente as ideologias linguísticas que orientam esses discursos.

5.2 Relações entre discursos sobre diversidade e discursos sobre as línguas

Como descrito no capítulo de metodologia, os temas que fui encontrando com mais recorrência sobre questões relacionadas, de alguma forma, com ideologias linguísticas em nossas observações situadas de eventos sociais e práticas sociais no contexto investigado, bem como em nossas leituras dos documentos oficiais da UNILAB, serviram, após um período de saturação, para ancorar nossas compreensões sobre quais tópicos abordar nas entrevistas.

Nesta seção, a ordem em que os tópicos são discutidos está organizada em uma sequência semelhante. Ou seja, vou da observação participante aos documentos oficiais e depois até as entrevistas tentando mapear a produção de sentidos sobre tais questões ideológico-linguísticas. A partir de categorias como presunções (implícitos), interdiscursividade e avaliação (FAIRCLOUGH, 2001a, 2003), busco aqui analisar o que estou chamando de relações entre discursos sobre diversidade e discursos sobre as línguas na UNILAB.

Sobre a observação participante, várias lembranças podem ser retomadas, no entanto uma, especificamente, é bastante adequada para a reflexão sobre esse tópico. Refiro-me à lembrança de uma manifestação artística no pátio do *Campus* da Liberdade²⁴. O dia era 20 de março de 2017, às quatro e vinte e cinco da tarde, dia em que fui ao *campus* supracitado com a finalidade de iniciar uma série de visitas para realizar observações situadas das práticas e relações vividas na instituição, sobretudo, com interesse na perspectiva dos atores sociais que vivenciam aquele entorno

Ao adentrar o espaço físico do *Campus* da Liberdade fui logo surpreendido por sons e imagens de uma manifestação artística que acontecia

²⁴ Av. da Abolição, número 3, centro de Redenção, Ceará.

já na entrada. Apesar daquilo não ser novidade, uma vez que já conhecia um pouco das rotinas dessa universidade, de outras ocasiões. Chegar e dar de cara com aquele evento repercutiu em mim de tal forma que fiquei pensando sobre a energia daquele lugar: as várias linguagens (semioses), musicalidades, corporeidades em ação na construção desse espaço simbólico me faziam acreditar que esse era realmente um lugar que transpirava diversidade(s) em suas diferentes formas. Isso tudo nos passava a mensagem de que esse local era, realmente, um ambiente de pluralidades, de misturas, hibridismos, de encontros e/ou contatos entre línguas, nacionalidades, culturas, etnias etc.

Após alguns minutos observando a referida manifestação artística e, sobretudo, após algumas conversas informais, fui percebendo a recorrência de determinados discursos que ali circulavam com livre trânsito a respeito dos países (isto é, das pessoas vindas desses países) que integram a UNILAB. Dois desses discursos nos chamaram bastante atenção. O primeiro, sobre a ideia de que esses eventos eram uma forma dos estudantes (estrangeiros e brasileiros) e moradores locais viverem a cultura e, por conta disso, a universidade propõem esse diálogo cultural entre os diferentes povos, a fim de iniciar um processo de integração, ou seja, a cultura seria uma forma de integrar esses estudantes entre si. O segundo, sobre a ideia de que essas pessoas falam a mesma língua, mas não vivenciam a mesma cultura, portanto, faziam-se necessários eventos cuja finalidade fossem fazer com que os atores sociais que irão vivenciar aquele contexto conhecem as culturas uns dos outros²⁵.

Ao mesmo tempo em que ia observando o evento, questionava-me sobre as representações sobre língua(s), povo(s), cultura(s) que os referidos discursos atualizavam. Esses dizeres ficaram, por um bom tempo, ecoando em minha memória.

Depois de um tempo maior de imersão e reflexão sobre o mundo da UNILAB, sobretudo, a respeito dos sentidos que os atores sociais constroem para sustentar suas interpretações, fui percebendo que essa ideia: “todos os

²⁵ Só algum tempo depois eu soube, por meio de conversas informais com estudantes e professores, que as referidas manifestações artísticas tinham como objetivo, declarado oficialmente: receber bem os estudantes recém-ingressos no início de semestre, com foco, sobretudo, nos estudantes estrangeiros.

países integrantes da UNILAB falam a mesma língua, porém não professam a mesma cultura” era uma visão assentada, um truísmo que circulava pelos quatro cantos dessa instituição, bem como estavam presentes em documentos oficiais dessa instituição. Essa compreensão foi tomando forma a cada vez que escrevia em as notas de campo, inclusive, durante as análises prévias que fui fazendo no decorrer das observações.

Uma primeira análise a ser feita a respeito da crença de que “todos falam a mesma língua no espaço da UNILAB”, é, precisamente, que esta crença é uma ideia apresentada como evidente, natural, ou seja, uma ideia tácita, uma suposição existencial (FAIRCLOGH, 2003), que não está sujeita a maiores discussões. No entanto, um maior aprofundamento sobre essa questão revelará elementos simbólicos que estariam submersos em uma trama discursiva um pouco mais complexa.

Em minha percepção, o referido discurso é construído por meio de suposições que deixam implícito outras informações e produzem sentidos, simultaneamente, ligados à valorização da diversidade cultural (ou mesmo, valorização da “cultura”, entendida como sinônimo de artes como literatura, música, teatro etc.) e minimização da diversidade linguística. Em outras palavras, esse discurso pressupõe que a língua portuguesa é a língua de todos. A “cultura” seria, nesse discurso de respeito às diferenças culturais, uma das maneiras de se educar para a integração.

Tais representações são bastante perceptíveis em trechos do documento UNILAB (2013), livro lançado em comemoração aos cinco primeiros anos da universidade. Esse documento é recheado de passagens dos demais documentos oficiais que compõem o *corpus*, isto é, citações (em discurso direto), alusões e resumos são muito presentes como modos do documento UNILAB (2013) retomar ditos e escritos oficiais.

No referido documento, por exemplo, é apresentado como o projeto de integração da universidade se relaciona, em termos culturais, com o ambiente regional (região do maciço de Baturité) em que se estabeleceu e com os contatos entre os diversos estudantes. Ou seja, “ressaltar o respeito e o reconhecimento das diferenças culturais entre os países-membros da CPLP” (UNILAB, 2015, p. 20) e “valorizar a cultura local” (UNILAB, 2015, p. 20) estão na proposta da UNILAB para auxiliar, respectivamente, o processo de inserção

da universidade na região e o processo de integração entre os sujeitos envolvidos no convívio da universidade. Nas palavras dos próprios autores desse documento, a integração que é visada pela instituição somente tornar-se-á possível com o

Excerto 1

Reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial, religiosa, cultural e de gênero; inclusão social com qualidade acadêmica; interdisciplinaridade; articulação teórico-prática; e reconhecimento das diferenças como meio de cooperar e integrar. Esses princípios que abrangem toda a proposta da universidade, no âmbito da CPLP, têm um reflexo mais direto na realidade do Maciço, por estar fazendo parte do convívio diário, inseridos na cultura e nos hábitos da população. (UNILAB, 2015, p. 20).

Dizem ainda que

Excerto 2

A instituição pretende formar estudantes com conhecimentos científicos, além de buscar ser um local de difusão das culturas dos países parceiros, respeitando e valorizando as diversidades culturais por meio de práticas e vivências sociais, culturais, esportivas e artísticas. A UNILAB também é um espaço para o reconhecimento das diferenças entre povos e culturas, ampliando visões a partir das experiências de discentes e docentes. (UNILAB, 2015, p. 21).

Um aspecto destacável do excerto oficial 1 e, como será visto mais a frente, também de outros fragmentos presentes nas posições ideológico-linguísticas contidas nos documentos oficiais da UNILAB é a forma como o vocábulo “diversidade” é preenchido semanticamente. Em específico, nesse excerto, observo que alguns elementos do escopo da noção de diversidade (ou das diversidades) são destacados para serem reconhecidos e respeitados, quais sejam: a diversidade étnico-racial, a diversidade religiosa, a diversidade cultural e a diversidade de gênero, enquanto outros são atenuados ou ocultados como é o caso da diversidade linguística ou diversidade de línguas. Obviamente, é sabido que as palavras podem ser definidas de diferentes maneiras, o que quero pontuar é que essa formas de definir são atreladas a discursos particulares relacionadas com determinadas ideologias linguísticas. Aqui, as palavras que acompanham ou que vem junto da palavra diversidade (e que com ela estabelecem dadas relações semânticas) dizem muito sobre a

forma como a posição oficial entende o que seria a diversidade no âmbito da UNILAB.

No documento supracitado, expressões como “disseminar a língua portuguesa” e “língua portuguesa como meio estratégico” são apresentadas como condições evidentes para se promover o desenvolvimento das regiões e para a integração da CPLP. Em linhas gerais, esse texto discorre sobre o surgimento e o estabelecimento das políticas públicas que permitiram a criação da UNILAB na cidade cearense de Redenção. São relatados, por exemplo, as reuniões da comissão de implementação com a finalidade de desenvolver estratégias operacionais e pedagógicas com vistas a instalação da Universidade. Segundo as informações ali contidas, a referida comissão de implementação, após pesquisas e visitas constantes aos Estados nacionais que compõe a CPLP, conseguiu levantar as principais demandas e carências comuns aos países, entre elas são apresentados: a agricultura, a saúde coletiva, a educação básica, a gestão pública, as tecnologias e o desenvolvimento sustentável. Segundo o documento UNILAB (2013), essas demandas passaram a ser o interesse principal para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão da referida instituição.

O documento salienta ainda que a escolha da região Nordeste, especificamente o estado do Ceará, deve-se a sua localização estratégica, isto é, fica mais próxima de alguns dos países-parceiros. Além disso, ressalta que a perspectiva integradora, intercultural, interdisciplinar e crítica que sustenta a política educacional da instituição é profundamente ligada ao vínculo linguístico entre os países, ou seja, enfatiza-se o papel desempenhado pela língua portuguesa como fundante no processo de promoção da cooperação solidária entre os países que têm essa língua como oficial. Cito palavras dos próprios autores

Excerto 3

[...] a UNILAB é a primeira universidade criada especificamente para unificar o idioma português, consolidar a integração e disseminar o ensino a distância, entre os países da CPLP (UNILAB, 2015, p. 13, grifo nosso).

Excerto 4

Durante todo o processo de implantação, a língua portuguesa foi vista como um meio estratégico para estreitar vínculos e estimular ações de cooperação com países na África que a têm como língua oficial ou que nela se expressam, assim como intensificar as relações

diplomáticas entre os países do Hemisfério Sul (UNILAB, 2015, p. 27, grifo nosso).

Nos trechos supracitados, enfatiza-se que para se buscar consolidar a integração e a cooperação entre os povos de expressão portuguesa, foi criada, como projeto de extensão, uma programação artística e cultural “que envolve música, dança, teatro e literatura” (UNILAB, 2015, p. 62) em apresentações semanais que ocorrem na instituição. Essa seria, na opinião dos autores, mais uma estratégia visando à integração dos estudantes estrangeiros com contexto da região, em específico, os eventos semanais estariam voltados à valorização da diversidade de manifestações culturais dos países que compõem a CPLP. Em última instância, a referida programação, visa salientar que “a diversidade cultural é uma das marcas da UNILAB” (UNILAB, 2015, p. 62). Em outras palavras, os autores acrescentam que

Excerto 5

Além dos eventos semanais, a UNILAB promove atividades especiais em datas comemorativas. Nessa perspectiva, são promovidos atos nos dias da independência dos sete países que formam o quadro de estudantes, Dia da Consciência Negra, Dia da Poesia, Dia da África, lançamentos de livros de escritores da região ou que tratam de temas lusófonos, entre outros. (UNILAB, 2015, p. 63).

De maneira idêntica ao documento UNILAB (2013), as diversidades são também avaliadas positivamente nas **Diretrizes Gerais** e no **Estatuto da UNILAB**, respectivamente: UNILAB (2010a) e UNILAB (2010b). Na primeira parte das Diretrizes Gerais da UNILAB são apresentadas as missões, os objetivos e os princípios que orientam essa universidade internacional. É precisamente nesse ponto que são evidenciados os discursos que orientam as posições oficiais da instituição a respeito desse tópico.

A) Sobre a missão institucional consta que

Excerto 6

A universidade tem por objetivo promover avanços na produção e disseminação do conhecimento em atendimento à demanda de formação e de pesquisa de países de expressão em língua portuguesa, em um ambiente de respeito às distintas identidades, ao

pluriculturalismo e à cooperação solidária. (UNILAB, 2010a, p.10, grifo nosso).

Excerto 7

Produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão em língua portuguesa [...]. (UNILAB, 2010a, p.12).

B) O objetivo geral é

Excerto 8

Promover, por meio de ensino, pesquisa e extensão de alto nível e em diálogo com uma perspectiva intercultural, interdisciplinar e crítica, a formação técnica, científica e cultural de cidadãos aptos a contribuir para a integração entre Brasil e membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e outros países africanos visando ao desenvolvimento econômico e social. (UNILAB, 2010a, p. 13).

C) Os princípios adotados para a formação superior são:

Excerto 9

- 1º. Desenvolvimento da ciência e da tecnologia, com caráter humano e social;
- 2º. Reconhecimento das diferenças como meio de cooperar e integrar;
- 3º. Reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial, religiosa, cultural, de gênero etc.;
- 4º. Inclusão social com qualidade acadêmica;
- 5º. Interdisciplinaridade;
- 6º. Articulação teórico-prática;
- 7º. Articulação ensino-pesquisa-extensão. (UNILAB, 2010a, p.26).

O Estatuto da universidade apresenta explicitamente essa questão da diversidade/pluralidade ao dizer em seu artigo dois que tem um “compromisso com a interculturalidade, a cidadania e a democracia nas sociedades”. Nas palavras do texto:

Excerto 10

A Unilab, universidade pública federal brasileira, é vocacionada para a cooperação internacional e compromissada com a interculturalidade, a cidadania e a democracia nas sociedades, fundamentando suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos. (UNILAB, 2010a, p. 2).

Nesse sentido, a integração e a cooperação entre os “países lusófonos” (UNILAB, 2015, p. 72), necessitariam, segundo esse discurso, do reconhecimento da(s) diversidade(s), ou seja, da valorização das manifestações (étnico-raciais, religiosas, culturais e de gênero) (UNILAB, 2010a). No entanto, uma questão no mínimo curiosa é que a questão da diversidade linguística (não só da pluralidade de variedades linguísticas, mas também da pluralidade de línguas) que permeia o cotidiano dos atores sociais que vivenciam o cotidiano dessa instituição seja menosprezada como um elemento das diversidades que precisam ser reconhecidas, respeitadas e promovidas. Isto é, os discursos que defendem a diversidade linguística, pelos menos em nível oficial, são silenciados. Em outras palavras, os textos oficiais supracitados projetam a imagem de uma instituição preocupada com sua pluralidade, mas, ao não tematizar a pluralidade linguística, simultaneamente, deixa implícita a compreensão de que se orienta pelo ideal monolíngue de uma “língua única” (europeia, evidentemente).

É precisamente a isso que me referi ao falar de relações entre discursos sobre diversidade e discursos sobre as línguas. Nos discursos oficiais não há considerações sobre a pluralidade linguística característica dos povos que integram a UNILAB, ou seja, só há espaço para referências a uma língua, que pode ser entendida como uma entidade simbólica que uniria os povos considerados lusófonos. Será que os lusófonos só são lusófonos se forem monolíngues ou homogêneos linguisticamente? Implicitamente essa parece ser a sugestão da posição oficial.

A discussão sobre as diversidades na universidade foi primeiro tema abordado durante as entrevistas. Nesse momento, propus como tópico geral que os participantes falassem sobre suas experiências de contato com a(s) diversidade(s) na UNILAB e, à medida que eles fossem contando, faria, se julgasse necessário, outras questões sobre o mesmo tópico, como, por exemplo, sobre a questão da diversidade linguísticas ou sobre os valores mais recorrentes a respeito das línguas dos atores sociais que vivenciam esse espaço.

Ao serem incitados a expor suas experiências a respeito das diversidades na UNILAB, a grande parte dos participantes revelou suas avaliações e posicionamentos sobre tais questões. Em seus relatos, os

participantes são unânimes em apontar, de maneira mais ou menos detalhada, contatos com múltiplas diversidades (linguísticas, culturais, étnicas, sociais etc.) em suas vivências no espaço da UNILAB. Alguns participantes operam com visões negativas sobre as diversidades (sobretudo, as diversidades linguísticas), outros se posicionam sobre o tema a partir de concepções positivas e há ainda aqueles que buscaram apresentar pontos de vistas indiferentes sobre o assunto. Terry, por exemplo, dá uma visão geral sobre a questão:

Excerto 11

Gustavo: Terry... fala um pouco sobre a tua experiência com a diversidade na UNILAB... **Terry:** a diversidade na UNILAB é do ponto de vista étnico e do ponto de vista linguístico né... uma coisa está relacionada a outra... nós lidamos ainda com a diversidade inerente aos estudantes brasileiros do ponto de vista da diversidade linguística partindo da concepção de que ninguém fala do mesmo modo em qualquer circunstância e cada um dos alunos têm suas experiências de vida... pertence a comunidades linguísticas diferentes né... somando-se a isso aos estudantes estrangeiros né... ahm essa diversidade tem um uma amplitude muito maior porque nós recebemos estudantes do dos países parceiros dos PALOP... Guiné, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Angola, Moçambique né... ah e do Timor Leste também... que cada um de cada um desses essas comunidades têm diferentes configurações linguísticas (...) *vejo em sala de aula... é muito comum que às vezes a gente tem um grupo de de vinte e trinta estudantes... com a presença dos estudantes africanos... nós tenhamos em sete línguas oito línguas dez línguas diferentes ali no mesmo ambiente... obviamente que a língua utilizada para a instrução né para as aulas e de fato a língua portuguesa... mas a gente não pode desconsiderar essas experiências linguísticas.* Do ponto de vista étnico como eu já falei além dos africanos cada terem diferentes etnias e isso está relacionado às diferentes culturas e modo de se portar... práticas culturais que são que são que identificam uma etnia... por exemplo... o papel e o balanto no caso da Guiné que são diferentes né ah isso também eles trazem essas experiências para dentro da sala de aula né então nós vemos um contexto de multiculturalidade [...].

Por sua vez, Larissa, no excerto 12, ressalta muitas novidades propiciadas em seu encontro com as diversidades na UNILAB e, de maneira geral, as caracteriza como positivas, por meio de avaliações em afirmações adjetivas “é uma experiência boa” e afirmações afetivas “eu gosto disso”, apesar de ressaltar em muitos outros momentos de seu relato, desconhecimentos mútuos, conflitos e hierarquizações entre os atores sociais ou grupos de atores sociais que vivenciam esse espaço:

Excerto 12

Gustavo: então... o primeiro tópico eu queria que tu Larissa falasse... falasse da tua experiência com a diversidade na UNILAB... **Larissa:** No caso... eu falaria... eu falo sobre a experiência?... **Gustavo:** a tua experiência como... com a diversidade encontrada aqui... **Larissa:** ah... eh... assim... em termos de diversidade são muitos aspectos aqui na UNILAB... a primeira diversidade marcante é a junção de povos de diferentes países... eu não conhecia antes de vir pra UNILAB... eu não conhecia nenhum cabo-verdiano... nenhum guineense... são tomense... brasileiros conhecia pouquíssimos... pessoalmente eu digo... eu via a partir das mídias esse pessoal... mas não conhecia... não sabia o sotaque de cada país... eh foi o primeiro aspecto da diversidade aqui na UNILAB... depois eu me deparei também com como posso dizer... com o universo um pouco mais liberal... diferente daquilo que é o contexto de onde eu saio onde tudo é muito formalizado... influências de Portugal né... da colonização portuguesa... mas é uma experiência boa... eu gosto disso... eu aprendi muito... todo mundo aqui com todas as nacionalidades e todos aqui temos algo de novo pra pra mostrar pra apresentar pra o pra os outros e eu acho que isso é muito enriquecedor pra quem está aqui na UNILAB... eu gosto disso.

Sobre esse tópico, os relatos de Alison, Regina, Ramires e Larissa se destacam. Suas falas são bastante elucidativas a respeito de jogos de poder que circulam naquele contexto situado via crenças sobre as línguas e os atores sociais que as utilizam em suas práticas. O estudante brasileiro Alison, no

excerto 13, pontua que “apesar de termos uma língua em comum” a pluralidade linguística existe e se nota, por exemplo, nas diferenças em relação à maneira em que os brasileiros e os não brasileiros da UNILAB vivem a língua portuguesa:

Excerto 13

Alison: em um primeiro momento né... a gente fica um pouco surpreso... apesar de termos uma língua em comum... mas é uma língua muito instrumentalizada... forçada... não é a língua comum do dia-a-dia... o português pra eles... eles ainda estão no processo de aprimoramento... pela minha visão... eles veem a língua portuguesa como uma coisa obrigatória... é tanto que quanto estamos com eles... *eles só falam os dialetos...* e quando eles chegam aqui... eles perguntam pra a gente qual a outra língua que a gente fala além do português... *porque eles pensam também que nosso português é que nem o deles... que é a língua da escola... a língua da empresa... a língua dos departamentos... não é a língua do dia-a-dia...* aí quando eles chegam aqui eles pensam “poxa, eles também falam português nos momentos livres”... eu vejo muita diferença das nossas línguas em relação a isso... a gente tem uma gramática igual... a gente tem uma ortografia igual... a gente tem uma escrita igual... *é uma língua única...* mas em relação a adotar a língua como realmente objeto do cotidiano... como objeto das conversas informais... com o uso de gírias... a gente não vê isso... tanto que quando eles podem... no primeiro momento que eles podem falar... *eles falam com a língua deles.*

Na percepção de Alison, temos (nós e eles, recurso retórico utilizado pelo próprio participante) uma língua em comum, com gramática e ortografia iguais. No entanto o estatuto dessa língua difere entre os países em que ela é usada, isto é, para ele: nós (brasileiros) a usamos no dia-a-dia; enquanto eles (as pessoas dos demais países que compõem a UNILAB) recorrem a essa língua somente em situações formais. Os binarismos estruturam grande parte do raciocínio avaliativo implícito desse participante. Em outras palavras, segundo Alison, nós usamos a língua portuguesa como “objeto do cotidiano”, em situações informais, em momentos não monitorados; já para eles, a língua

portuguesa é uma “coisa obrigatória”, uma língua que se aprende na escola, utilizada somente em contextos formais como empresas e departamentos. Em suas definições sobre as especificidades de nós e eles, Alison opera, intencionalmente ou não, com avaliações positivas para o “nós” e avaliações negativas para o “eles” (VAN DIJK, 2017). O aparecimento de noções como língua e dialeto para nomear dadas formas de comunicação é, notadamente, outra manifestação desse raciocínio binário e aparece, propriamente, quando ora Alison chama de “dialetos”, ora chama de “línguas” as práticas comunicativas dos estudantes não brasileiros, bem como o fato de, em seu relato, em nenhum momento, aparecer a forma “dialeto” para se referir ou qualificar a forma de falar dos brasileiros.

Entendo que noções como língua, dialeto, sotaque e até mesmo variação linguística são, em grande medida, conceitos ideológicos e politicamente investidos (WOOLARD, 1998; GAL, 1998; BLACKLEDGE, 2005) e, portanto, não espero que as pessoas na vida cotidiana saibam defini-los com rigor, porque mesmo os ditos especialistas no assunto, os linguistas, até hoje não encontraram uma solução para a complexidade dessa questão (RAJAGOPALAN, 1998, 2004). No entanto, pode-se dizer que Alison, eventualmente, está sem se dar conta filiando-se a um discurso (representação discursiva) específico sobre as línguas, isto é, a uma longa tradição de pensamento que procura hierarquizar os termos “língua” e “dialeto” a partir de critérios socioculturais específicos. Nesse discurso, as línguas são definidas como pertencentes a “linhagens nobres”, ou seja, fazem parte de famílias linguísticas que, geralmente, possuem modalidade escrita e manifestações literárias. Quer dizer, são legítimas ou legitimadas e são pensadas como línguas de cultura, porque são precisamente por meio delas que os povos que se consideram superiores se expressam; enquanto os dialetos seriam formas primitivas de comunicação que não atingiram o posto de línguas legítimas, entre outras coisas, por não possuírem tradição escrita e/ou por serem faladas (somente faladas) por aquelas pessoas, segundo esse discurso, consideradas inferiores (MAKONI, PENNYCOOK, 2015).

Em seu relato sobre esse tópico, Regina demonstra uma posição bastante orientada por suas experiências situadas no espaço da UNILAB. Por um lado, assim como Terry e Alison, Regina pontua a existência de

pluralidades linguísticas entre os atores sociais que vivenciam a universidade. Por outro lado, aponta também certa imposição para se usar somente a língua portuguesa nesse ambiente.

Excerto 14

Regina: *ouve um tipo de estranhamento* né... por você ter um contato assim com pessoas estrangeiras... principalmente... porque... de início, *eles não tinham uma familiaridade ainda é... de falar a língua portuguesa como é falada aqui no Brasil...* depois de um determinado convívio... de um determinado contato que *eles foram assimilando a variedade portuguesa/brasileira* né... que eles foram tendo mais desenvoltura em conversar com a gente... mas até então... havia um estranhamento... porque eles *falavam o português de Portugal... falavam pouco até...* por perceberem que havia essa diferença do português de Portugal com o português do Brasil... das variedades né... *eles preferiam muitas vezes comunicar-se entre si... falando na língua materna deles...* porque apesar do *português ser esse elo né... que une a gente... que trouxe a UNILAB pra cá... éh:: ...* essas pessoas que vieram pra cá... desses variados países... têm suas línguas maternas... apesar de terem sido colonizados por portugueses e terem a língua portuguesa como língua oficial... eles têm os variados dialetos e línguas deles né... então... nesse primeiro momento... foi assim de estranhamento... falo pessoalmente e acredito que pra eles também...

Gustavo: Aham.... **Regina:** há situações em que os meninos estrangeiros são bem julgados por determinadas situações... principalmente... porque nas situações impessoais eles preferirem conversar na língua deles... entendeu? aí eles são bem julgados “a eles tão aqui então eles têm que se adaptar... têm que falar na nossa língua” e a gente vê nessa questão a variedade e a pluralidade linguística não sendo respeitada né.

Regina, falando sobre sua vivência situada nesse espaço institucional, percebe que, ao mesmo tempo em que há uma pluralidade linguística e cultural que a rodeia no entorno da universidade “essas pessoas que vieram pra cá... desses variados países... têm suas línguas maternas... apesar de terem sido colonizados por portugueses e terem a língua portuguesa como língua oficial...

eles têm os variados dialetos e línguas deles”, há, em sua compreensão, a necessidade de respeito às práticas comunicativas dos estudantes estrangeiros.

Por meio de uma intertextualidade do tipo relato indireto “os meninos estrangeiros são bem julgados por determinadas situações... principalmente... porque nas situações impessoais eles preferirem conversar na língua deles”, ela deixa subentendido que não pensa assim e nem faz isso, projetando para si a imagem de que respeita e valoriza as práticas linguísticas heterogêneas, e isso é evidenciado, sobretudo, quando a participante avalia negativamente os julgamentos relacionados com a suposição de que em contextos plurais como esse (multilíngues, multiculturais, multiétnicos etc.) os participantes teriam que se adaptar aos modos locais de se comportar linguisticamente. Ainda que haja um resquício mínimo de uma ideologia assimiladora em seu dizer “eles não tinham uma familiaridade ainda é... de falar a língua portuguesa como é falada aqui no Brasil... depois de um determinado convívio... de um determinado contato que eles foram assimilando a variedade portuguesa/brasileira”, a semântica global da narrativa de Regina vai na direção de avaliar positivamente a diversidade linguística.

A suposição de que eles deveriam se adaptar ao nosso jeito de falar perpassa, com mais centralidade, o relato de Alison, como visto acima, quando o participante lamenta o fato dos estudantes estrangeiros falarem, em algumas situações, no “dialeto” deles, ou seja, Alison avalia negativamente a mudança de códigos (línguas, variedades linguísticas etc.). Nestas passagens, ficam subentendidas ideologias (em graus variados de compreensão pelos próprios atores sociais que as reproduzem) sobre as línguas, os falantes e a comunicação dos estudantes (brasileiros e estrangeiros).

Na minha compreensão, a noção de respeito e de valorização das diversidades (exceto a linguística) apresenta-se como um discurso bastante legitimado no contexto da UNILAB. Discurso esse que, como comentado acima, é frequentemente retomado e atualizado por diferentes atores sociais. No entanto, Ramires, em oposição, conta sobre recorrentes conflitos que muitos atores sociais como ele vivenciam nesse espaço. Para tanto, esse participante recorre à negação de um discurso (há respeito à diversidade linguística nesse espaço) e à afirmação de outro (a diversidade linguística é

negada), umas das maneiras mais recorrentes da interdiscursividade se manifestar.

Excerto 15

Ramires: (...) quando eu cheguei na UNILAB não era uma estranheza esse tipo de espaço... porque eu já vivenciei esse tipo de espaço... o que que eu encontrei aqui... há diversidade linguística e cultural na UNILAB... mas essa diversidade sempre é conflituosa... não digo conflito no sentido de que há briga... mas no caso... se falarmos língua crioula... ou o que podemos chamar de língua guineense aqui as pessoas perguntam “Por que você não fala em português?”... isso já mostra que há diversidade... mas é negada... todos nós temos que ser homogêneos... temos que falar só a língua portuguesa... não outras línguas... então é aqui que vai entrar o conflito... **Gustavo:** Aham... **Ramires:** olha... veja... nós sentimos melhor falar o crioulo em relação ao português... eu me sinto melhor falar papel ((língua da etnia de Ramires)) em relação ao português... quando há possibilidade de eu falar com alguém crioulo ou papel... eu vou usar essas línguas... porque eu sou melhor nessas línguas... mas alguém que não conhece essa realidade vai dizer “não... você tem que falar português porque é a língua que eu vou entender”... mas eu não preciso falar para você entender... eu preciso falar com alguém para ele me entender... nesse contexto... é aqui que há o conflito dentro desse espaço da universidade.

De maneira similar, Larissa acentua o aspecto conflituoso das crenças sobre as línguas, notadamente a respeito dos desencontros, estigmas e exclusões causados por ideologias fundamentadas em representações discursivas sobre usos linguísticos e seus falantes.

Excerto 16

Larissa: (...) eu chegava pra pra os lugares... e só de saber que eu sou africana... eh:: até hoje isso acontece por exemplo eu chego em uma loja pergunto algo e a pessoa a quem eu pergunto eh:: ... pergunta pra uma outra pessoa “o que que ela tá falando”... eu fico com RAIVA... não outro

sentimento é raiva... porque a pessoa não faz nem um esforço de tentar entender o que eu tô a falar... sendo que eu não tô falando uma outra língua... apenas é um sotaque... eu abro... fecho mais as vogais... talvez mais mais cantado... talvez mais lento... mas são as mesmas palavras que eu tô a usar... obviamente uma outra palavra vai mudar... mas não vai ser suficiente pra que ela não perceba... **Gustavo:** dá pra entender muito bem... **Larissa:** isso... é isso... não vai ser suficiente pra que a outra pessoa não perceba e isso pra mim é chato... pra mim era chato isso... as pessoas fingiam que não tão entendendo... não faz um esforço.

Como argumenta Fairclough (2001a, 2003), muitos discursos frequentemente estão em processos de competição. Acredito que os atores sociais recorrem aos discursos como recursos para agir e se posicionar em questões controversas presentes no mundo social. Pode-se constatar isso nos relatos de Ramires. A posição da UNILAB sobre as diversidades (ou melhor, o discurso de respeito e de valorização de algumas diversidades que circula pelos quatro cantos da universidade, sobretudo, em seus documentos oficiais, em eventos acadêmicos e em manifestações artísticas) é desafiada por Ramires. Esse ator social se contrapõe às representações discursivas ligadas à percepção de que falamos uma só língua na CPLP (e, por conseguinte, na UNILAB). Ao fazer isso, ele coloca em pauta o desconhecimento por parte de muitos (sobretudo, dos brasileiros) a respeito das distintas realidades plurilíngues que também fazem parte desse imaginário simbólico que a instituição se apoia como justificativa de sua criação, a chamada lusofonia.

Ramires salienta ainda que frequentemente é interpelado a falar em determinada língua “Por que você não fala em português?”, pois essa seria a “nossa língua”, a língua da lusofonia, e em última instância a língua da UNILAB, discurso presente, como visto anteriormente, no relato de Regina. Essa questão também é apontada por Larissa em sua crítica à exclusão que ela foi e é levada a vivenciar por não falar as variedades locais de português, isso tudo combinado com aspectos como estereótipos étnicos e de origem geográfica “eu chegava pra os lugares... e só de saber que eu sou africana... as pessoas fingiam que não tá entendendo”. Esses relatos sinalizam que ideologias

linguísticas tanto podem construir e causar sofrimento através de práticas que buscam ressaltar a igualdade e/ou homogeneidade que com frequência descaracterizam o(s) outro(s), quanto por práticas que buscam salientar a diferenciação e acabam subordinando os diferentes, considerados, em dados discursos, como inferiores e/ou estranhos tão somente por não serem iguais ao suposto “nós”.

Alguns atores sociais durante as entrevistas ou mesmo em nossas conversas informais demonstraram certa consciência sobre ideologias a respeito das línguas (e dos usos linguísticos) que eles mesmos reproduzem ou reproduziram em determinados momentos de suas vidas. Como, por exemplo, no trecho abaixo:

Excerto 17

Gustavo: (...) e sobre as visões mais comuns... são essas... essa de que todos falam a mesma língua ou tem uma outra visão sobre as línguas ou o português aqui na aqui na UNILAB?... **Larissa:** olha... nós já não temos a visão... porque estudamos o preconceito linguístico... estudamos variação linguística... então nós já não temos a visão de que todo mundo fala a mesma língua... porque nós já temos estudado isso aqui na universidade... já sabemos que temos sotaques diferentes... eh:: além do sotaque que tem tem mesmo expressões que a gente usa... termos completamente diferentes pra falar uma mesma coisa... mas quando eu cheguei aqui eu cheguei ainda com preconceito linguístico... eu tive preconceito até com os os outros eh:: colegas africanos que nem eu... **Gustavo:** de outros países?... **Larissa:** isso... de outros países por conta do sotaque... **Gustavo:** aham::... **Larissa:** porque a ideia que eu trouxe é que o português é o português o o português puro é o português de Portugal e em Angola ainda impera isso... uma pureza linguística... o mito da pureza linguística impera em Angola... **Gustavo:** ah... **Larissa:** é isso... é algo que que impera ainda em Angola.

Na passagem supracitada, Larissa faz uma autorreflexão sobre suas próprias práticas anteriores ao seu contato com a UNILAB, práticas essas consideradas por ela como preconceituosas. A participante lembra que logo ao

chegar aqui no Brasil, discriminou os outros “colegas africanos que nem eu” pelo modo como falam. Isso aconteceu, segundo ela, por acreditar que haveria uma maneira de usar a língua portuguesa que fosse a medida de todas as outras, isto é, a língua tal como falada e escrita em Portugal. Em outros momentos e em conversas informais após a gravação da entrevista, Larissa deixa transparecer que acreditou durante muito tempo que em Angola se usava o Português de Portugal “o mito da pureza linguística impera em Angola [...] é algo que impera ainda em Angola”, mas ela diz que agora sabe que não é bem isso. A participante faz questão de pontuar que já não mais pensa assim, visto que aprendeu bastante ao estudar na UNILAB, entre outras coisas, sobre questões relacionadas ao que se convencionou chamar de variação linguística.

A ideia de que nos países africanos se usa o português de Portugal apareceu bastante em minhas observações situadas. Em um determinado dia, antes do início do curso de extensão que ministrei na UNILAB, escutei um comentário de um estudante proveniente de um dos países africanos enquanto esperava na fila do almoço, o comentário era sobre a forma escrita de um cartaz afixado no restaurante universitário. Em resumo, aquele estudante reclamava da “falta de lógica da sintaxe do português aqui do Brasil”. Essa reclamação provavelmente estava orientada pela ideia de que o português usado no continente africano é melhor por ser puro, tal como o de Portugal. Segundo Terry, essa é precisamente uma das mais recorrentes compreensões que muitos estudantes africanos têm de si mesmos ao chegarem aqui, que são falantes de uma versão de língua portuguesa superior.

Excerto 18

Terry: eles não têm essa noção de que a variedade na Guiné tem características... embora se aproxima em questões eh:: do sotaque questões fonológicas e fonéticas mesmo né tem uma similaridade uma similaridade maior com português europeu e diferente do português brasileiro né... e no caso da Guiné mais ainda porque eles aprendem o português em situação de escolaridade e com um método utilizado nos livros... a experiência deles é com o português europeu... é natural que eles reproduzam essa variedade né... e desconhecem o contato com a variedade brasileira... é menor né...

Gustavo: ah... **Terry:** então eles têm eh:: a impressão de que eles utilizam a

variedade do português europeu e até porque a variedade que é ensinada na escola é uma variedade mais... mais engessada né... mas baseada na gramática normativa nas nos usos de experiências da escrita... então é uma variedade um tanto mais eh:: um tanto menos natural do que uma variedade vernacular como é o caso da variedade brasileira.

O estudante da fila do Restaurante Universitário naquele momento reproduziu uma dada ideologia linguística com fortes conotações colonialistas, assim como Larissa antes de seu contato com a UNILAB. No entanto, essa última posiciona-se agora como uma combatente desse tipo de crença. Como se pode ver, Larissa revela consciência a respeito de formas de discriminação através de ideias sobre as línguas e os seus usos. Em minha compreensão, provavelmente, isso se deve muito por ela ter uma boa formação sobre questões desse tipo no curso de Letras da UNILAB. No entanto, a minha percepção geral após todas as observações situadas e as leituras dos documentos oficiais é que essa compreensão se circunscreve aos integrantes das licenciaturas relativos ao ensino de línguas (materna e estrangeira), isto é, apenas os interessados em línguas (seu funcionamento e/ou seu ensino/aprendizagem etc.), são quem consideram a problemática do estigma que determinadas crenças acarretam para segmentos sociais específicos da população.

Em eventos acadêmicos da grande área de Ciências Humanas que frequentei naquele ambiente, percebi grande preocupação em tematizar discussões sobre discriminações com base no gênero, no sexo, na raça, na origem geográfica, na idade entre outras. No entanto, ao mesmo tempo, também percebi a ainda escassa discussão sobre discriminações com base em questões ligadas às línguas, seus falantes e seus usos. Os próprios documentos oficiais não abordam essa questão. Portanto, essa discussão parece não ser uma questão pertinente para a posição oficial da UNILAB.

A análise dos dados triangulados permite-nos afirmar que os ditos e escritos relativos às línguas, às práticas linguísticas e aos falantes/escritores que circulam no contexto da UNILAB são orientados por determinadas ideologias. Tais ideologias são construídas através de dadas articulações discursivas (interdiscursos) que são produzidas, reproduzidas e/ou desafiadas

de maneira específica por diferentes atores sociais. Em outras palavras, há diferenças na maneira de interpretar a realidade vivenciada. Enquanto a posição oficial não apresenta a pluralidade linguística como uma realidade de seu espaço institucional, os atores sociais participantes da pesquisa são unânimes em apontar essa questão como um dado vivido e vivenciado por eles no cotidiano da UNILAB. No entanto, o reconhecimento da diversidade não basta, visto que ainda assim os relatos mostram que determinadas ideologias linguísticas têm produzido conflitos e relações de poder, e sedimentado estigmas e discriminações.

Tais conflitos são evidenciados nas estratégias discursivas presentes nos textos analisados. Como, por exemplo, quando Regina, em um tom de reprovação, reporta (negando, não se identificando) a ideologia assimilacionista do enunciado “eles tão aqui então eles têm que se adaptar, têm que falar na nossa língua” dito com frequência naquele espaço institucional. Como também, quando Alison, ao dizer que “eles só falam em dialetos” deixa transparecer implicitamente o seu desejo de que “eles” falem e ajam como “nós”. Por outro lado, Larissa relata um caso não implícito, mas bem explícito de ideologia assimilacionista, quando conta a exclusão que sofreu pelo simples fato de ser diferente. Sobre o assimilacionismo, Ramires faz questão de ressaltar seu descontentamento quando se insurge contra a imposição da língua portuguesa aos falantes africanos em alguns contextos situacionais intramuros da universidade.

Por que a posição oficial da UNILAB compreende que há várias cosmovisões, distintas etnias e culturas, diferentes maneiras de viver a sexualidade, no entanto, haveria somente uma língua no espaço da UNILAB? O que é considerado língua nos discursos até aqui discutidos? As respostas para essa questão nem sempre são encontradas explicitamente nos dados. Para a posição oficial da UNILAB, implicitamente, a diversidade linguística não é uma questão relevante, a ponto desse assunto não ser mencionado nos textos oficiais. Assim, fica subentendido que a instituição opera com uma concepção monolíngue, uma ideologia linguística que, como pretendo mostrar mais à frente, têm efeitos práticos para a vida social. Em outras palavras, a ideologia linguística monolíngue, nesse contexto, age articulada ao discurso de respeito às diversidades. Parece-nos que algumas compreensões acima

operam, precisamente, com percepções apolíticas e a-históricas sobre questões linguísticas. Por que nem toda forma de comunicação é considerada língua? Por que as línguas de prestígio, dicionarizadas, gramaticalmente descritas e, principalmente, com o estatuto de língua padrão, oficial, nacional, língua de cultura, língua com literatura etc., jamais têm seu *status* de língua questionado? Enquanto as línguas desprestigiadas – frequentemente denominadas de dialetos, de pidgins e de crioulos entre outras lexicalizações estigmatizantes – são consideradas como não-línguas? Essas são indagações que, se contempladas, poderiam tornar o projeto intercultural da UNILAB ainda mais plural e inclusivo.

Segundo Blackledge (2005), mesmo em contextos institucionais que reivindicam para si a identidade tolerante e orgulhosa de sua diversidade, podem muitas vezes sem se darem conta, operarem com ideologias hegemônicas de homogeneização. Em nossa compreensão, isso pode estar acontecendo com a posição oficial da UNILAB. Visto que, a ideologia da língua única presente nos discursos materializados nos documentos oficiais analisados, camufla a realidade plurilíngue dos estudantes estrangeiros que vivenciam os corredores da instituição. Tal ideologia linguística simplifica um contexto sociolinguístico bastante complexo e opera com apagamentos que silenciam vozes sociais, que, no caso em questão, aparenta estar sendo julgadas como prejudiciais a homogeneidade da UNILAB e da lusofonia. Como salienta Gal (1998), muitas vezes, em contextos multilíngues, ideias hegemônicas sobre as línguas têm o poder de apagar elementos considerados inconvenientes com vistas à consolidação de dados projetos político-linguísticos, isso acontece quando “a ideologia simplifica um campo sociolinguístico, forçando a atenção não só para uma parte o uma dimensão do mesmo, mas invisibilizando algumas formas linguísticas ou grupos e recomendando a imagem de sua presença e de suas práticas que encaixem melhor na ideologia²⁶” (GAL, 1998, p. 328).

Acredito que o que está em jogo nos discursos materializados nos textos supracitados é, precisamente, aquilo que Martín Rojo (2017) chama de

²⁶ Erasure occurs when an ideology simplifies a sociolinguistic field, forcing attention on only one part or dimension of it, thereby rendering some linguistic forms or groups invisible or recasting the image of their presence and practices to better fit the ideology.

normalização dos comportamentos linguísticos. Em outras palavras, os discursos que circulam na instituição sobre as línguas, sobretudo a língua portuguesa, interdiscursivamente retomados por Alison, comentados por Regina e criticados por Ramires fazem parte de processos mais amplos. Processos ligados a velhos e a novos discursos sobre questões linguísticas, discursos que incluem considerações sobre a maneira “normal” e “natural” de agir no mundo e que acabam tendo efeitos na vida social. Esses efeitos estão ligados à regulação das maneiras de atuar, isto é, moldam o comportamento, sobretudo o comportamento linguístico das pessoas, e, como consequência, moldam as suas subjetividades. Tais processos estão, inescapavelmente, relacionados com questões de poder.

A descrição dos documentos oficiais da UNILAB e dos relatos de alguns atores sociais que vivenciam o cotidiano dessa universidade, nos permite identificar os discursos que estão na fonte de compreensões sobre questões linguísticas que circulam nesse espaço. Entre eles: (1) um discurso que argumenta que falamos uma só língua; (2) um discurso que postula o respeito às diversidades, mas que não inclui a diversidade linguística em seu escopo; (3) um discurso que pensa as línguas como superiores às outras formas de comunicação, consideradas primitivas; (4) um discurso que defende que “eles”, uma vez estando aqui, devem se adaptar aos “nossos” costumes, inclusive linguísticos; (5) um discurso que desafia as representações oficiais, a pensa a Lusofonia como plural e diversa.

Esses discursos são simultaneamente maneiras de agir, de representar e de identificar. Isto é, são maneiras de produzir sentidos que organizam e orientam práticas sociais cotidianas enquanto ações discursivas, bem como orientam representações discursivas formadas por concepções, crenças, valores, posições que os atores sociais adotam para si em determinados momentos de suas vidas, e, por fim, os atores sociais se identificam com tais representações e ações. No entanto, é importante ressaltar que esses discursos transcendem os eventos sociais nos quais foram proferidos, além de presentes em contextos sociais situados, como demonstram as variadas pesquisas internacionais sobre o tema (WOOLARD, 1998; BLACKLEDGE, 2005; DEL VALLE, 2007; BLOMMAERT, 2014; MARTIN ROJO, 2010, 2017),

tais discursos fazem parte de práticas e estruturas mais amplas que permanecem e permeiam as sociedades contemporâneas.

Em meu ponto de vista, os discursos supracitados ativam, organizam e fundamentam quatro ideologias linguísticas. A primeira delas é a ideologia de que o espaço lusófono é monolíngue. Como defendem muitos pesquisadores, essa ideologia teve como efeitos práticos a eliminação, visando homogeneização, da pluralidade de línguas e de vozes que caracterizava muitas sociedades. Aqui essa ideologia é retomada por meio de discursos que operam com a compreensão de que falamos uma só língua e, portanto, a diversidade ou pluralidade linguística não necessitaria ser defendida, respeitada ou valorizada.

A segunda, uma ideologia eurocêntrica/colonial que pensa a língua portuguesa como superior tanto em relação às variedades linguísticas não europeias como em relação às formas de comunicação que para muitos não chegam a ser consideradas línguas de fato. A terceira é precisamente o que se convencionou chamar de “ideologia da assimilação linguística” e seus postulados de normalização das condutas do(s) outro(s). Essa ideologia se manifesta nas regulações, imposições linguísticas e discriminações sofridas por africanos em solo brasileiro pelo fato de serem (falarem, agirem) diferentes. A quarta é a ideologia linguística que defende lusofonias no plural e questiona que a noção de lusofonia tal como tradicionalmente tem sido pensada possa representar a todos os ditos “lusófonos”.

Em minha visão como analista crítico de discursos, a maioria das ideologias linguísticas supracitadas (a exceção a ideologia que procuram diversificar as concepções de Lusofonia) pode contribuir para a disseminação e a naturalização de ideias prejudiciais ao bom convívio com a pluralidade. Isso quer dizer que essas ideologias podem legitimar concepções, práticas e experiências negativas e conflituosas para com as diversidades, diversidades essas que, como se pode perceber, são marcas registradas desse contexto social situado.

5.3 Lusofonia: uma identidade baseada na língua

Nesta seção, focalizo ideologias linguísticas que embasam compreensões a respeito de uma identidade lusófona (da lusofonia entendida como identidade). Dito de outro modo discuto, em diálogo como as percepções institucionais e as percepções dos atores sociais que vivenciam a universidade, as relações entre discursos sobre a língua portuguesa e discursos sobre uma identidade transnacional baseada em representações relativas a essa língua. Faço isso observando as estratégias discursivas mobilizadas nos textos analisados, atentando, sobretudo, para as categorias analíticas interdiscursividade, intertextualidade e avaliação.

Esses temas são recorrentes, sobretudo, nos documentos institucionais que estou chamando de posição oficial da UNILAB. Nesta seção, o percurso analítico vai das políticas (documentos oficiais), passando pelas observações situadas e chegando às percepções dos participantes da pesquisa.

De acordo com Woolard (1998), muitas maneiras de imaginar as identidades (sejam elas nacionais, regionais ou locais) passam por ideologias linguísticas. Os espaços geográficos (e as identidades construídas em torno de representações sobre eles) são, em grande medida, pensados como tendo uma língua, uma variação linguística ou um dialeto que os caracteriza. Ou seja, há fortes vínculos entre as ideias construídas sobre as línguas e os sentimentos de pertencimento identitário. Tais ideias são sempre valorativas e, por vezes, politicamente investidas. Encontra-se a materialização de ideologias linguísticas dessa estirpe em textos que compõem a posição oficial da UNILAB.

Uma das questões que mais nos chamaram a atenção nas ideologias linguísticas produzidas pelos discursos oficiais da UNILAB foi, precisamente, a construção de relações entre língua e identidade através de escolhas lexicais e as relações semânticas que elas estabelecem (FAIRCLOUGH, 2003). Isso acontece, por exemplo, com a recorrência de uso do adjetivo lusófono na caracterização e categorização de pessoas, de objetos e de imagens: “mundo lusófono”, “países lusófonos”, “povos lusófonos”, “estudantes e professores lusófonos”, “temas lusófonos”, “comunidade lusófona” etc. O termo lusófono nessas passagens é usado como um adjetivo englobante, um hiperônimo que agrupa em seu interior as diferentes nacionalidades, grupos, pessoas, temas, entendidos como hipônimos dessa categoria maior. Um olhar atento sobre essa

lexicalização nos mostra uma dada maneira de compreender a lusofonia, isto é, uma compreensão que produz uma ligação identitária entre os países que compõem a UNILAB (povos lusófonos), utilizando, sobretudo, um investimento em sentimentos de pertencimento vinculados à língua portuguesa. Os trechos abaixo exemplificam isso.

Excerto 19

O mundo lusófono tornou-se, então, região privilegiada na estratégia das relações internacionais brasileiras e, na perspectiva de ampliar o relacionamento e o conhecimento sobre o mundo de Língua Oficial Portuguesa, nasce o projeto de uma Universidade Integrada Internacionalmente.(UNILAB, 2013, p. 7, grifo nosso).

Excerto 20

Recebo com emoção o título de Doutor Honoris Causa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Considero que esta homenagem se estende a todos aqueles que lutaram e ainda lutam para promover a integração dos povos da lusofonia, no espírito de uma cooperação fraterna entre países soberanos (UNILAB, 2013, p. 100, grifo nosso).

Excerto 21

Como princípio norteador das ações da UNILAB, enquanto universidade da integração no mundo lusófono, a concepção de Cooperação Solidária é fundamental para a condução de uma proposta de novas práticas nas relações com os países de língua portuguesa. Construída a partir da interlocução com órgãos cujas atribuições encontram a educação como finalidade, a cooperação solidária se desenvolve de modo que os parceiros tenham, dentro das ações e projetos, a mesma proporção de participação e visibilidade. (UNILAB, 2013, p.111, grifo nosso).

A noção de Lusofonia, evidentemente, não nasceu com a UNILAB. Ela surgiu com o imperialismo português (FARACO, 2012, 2016) e, há mais de vinte anos, tem sido retomada por discursos institucionais no interior da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (SIGNORINI, 2013; SEVERO, 2015, 2016). A CPLP é um órgão internacional criado em 1996 que se autodenomina de gestor dos interesses dos chamados “países lusófonos”, entre eles: Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Timor Leste. A CPLP seria responsável, entre outras coisas, por gerir, promover e difundir a língua portuguesa. Segundo Faraco (2012), a lusofonia é um produto da CPLP, e é em nome da lusofonia que diferentes projetos políticos visam

congregar todos os países de língua portuguesa, mais a Galiza e as diversas diásporas de fala portuguesa, na construção de políticas linguísticas que permitam uma gestão coletiva da língua com vistas a sua promoção, seja no interior do bloco (em que ela é, na maioria dos países, minoritária, embora oficial), seja globalmente. (FARACO, 2012, p. 32).

Além disso, a Lusofonia faz parte, assim como a Anglofonia, a Francofonia e a Hispanofonia de conceitos políticos construídos para discursivamente sobre o papel que as línguas, respectivamente, português, inglês, francês e espanhol têm em montar agrupamentos simbólicos ligados aos imaginários de língua comum que estão relacionados com planos e projetos estratégicos de geopolítica. Nesses projetos, é a língua que, em grande medida, justifica impérios neocoloniais contemporâneos (FARACO, 2012; RAJAGOPALAN, 2012; HELLER, 2012; DEL VALLE, 2007, 2015; SEVERO, 2015). São precisamente alguns traços do discurso lusófono que tenho percebido na articulação interdiscursiva operada pela posição oficial da UNILAB.

Como estou argumentando, em nossa concepção, o discurso é compreendido como simultaneamente uma maneira de inter(agir) através de um dado gênero discursivo; uma forma de construir representações discursivas sobre ideias, conceitos, objetos, eventos, pessoas etc. e um modo de construir identidades ou identificações. Desse modo, o discurso tem diferentes dimensões. Fairclough (2003, p.123) aponta que as representações discursivas são, em grande medida, constituídas por visões, perspectivas, posições, sentimentos, crenças concretizados em eventos comunicativos ou textos específicos. Nessa dimensão, “diferentes discursos são diferentes perspectivas de mundo, e elas estão associadas às diferentes relações que as pessoas têm com o mundo, que, por seu turno, dependem de suas posições no mundo, suas identidades sociais e pessoais, e das relações sociais com outras pessoas²⁷”.

Portanto, diferentes discursos podem se opor, concorrerem, disputarem espaço em uma dada ordem social. Um discurso pode dominar outros, e, comumente, distintas representações discursivas podem ser articuladas por sujeitos ou instituições específicas na construção de sentidos sobre eventos

²⁷ Different discourses are different perspectives on the world, and they are associated with the different relations people have to the world, which in turn depends on their positions in the world, their social and personal identities, and the social relationships in which they stand to other people (FAIRCLOUGH, 2003, p.123).

sociais como um meio de atingir determinados objetivos. Muitas vezes “novos discursos emergem através da combinação de discursos existentes em maneiras particulares²⁸” (FAIRCLOUGH, 2003, p.35). Entendo que é, em parte, nesse âmbito da combinação de discursos que ideologias linguísticas são produzidas na posição oficial da UNILAB. Como, por exemplo, a combinação de discursos críticos sobre desigualdades sociais relativos ao gênero, à sexualidade, à raça, à região de origem com discursos históricos e naturalizados sobre a língua portuguesa.

No documento oficial que estou chamando de UNILAB (2013), aparece um capítulo intitulado “A UNILAB e a comunidade dos países de língua portuguesa”, em que são destacados os compromettimentos dessa instituição de ensino superior com as nações que integram a CPLP. Em outras palavras, é evidenciado, sobretudo, como o Brasil (com a criação da UNILAB, entre outras ações diplomáticas) tem tido iniciativas políticas protagonistas no processo de adotar compromissos para promover o desenvolvimento dos países-membros da CPLP. O texto apresenta algumas missões da UNILAB com a CPLP, entre elas estão a “cooperação solidária, no sentido de promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional da região e dos demais países de origem dos estudantes”, e a busca de promover a mobilidade acadêmica, sobretudo, por meio da ampliação da “formação em nível superior dos países-parceiros, na proposta de intercâmbio acadêmico, visando compartilhar conhecimentos adquiridos reciprocamente” (UNILAB, 2013, p. 12). A referida cooperação e a proposta de intercâmbio acadêmico estão profundamente conectadas ao compromisso da UNILAB em “unificar o idioma português, consolidar a integração e disseminar o ensino a distância, entre os países-parceiros da CPLP” (UNILAB, p. 13). Dito de outro modo, essa instituição de ensino superior procura efetuar suas ações acadêmicas e administrativas apoiando-se na ideia de que para integrar as nações pertencentes à CPLP se faz imprescindível disseminar a língua portuguesa. Nas palavras do próprio texto, “a UNILAB é a primeira universidade criada especificamente para unificar o idioma português, consolidar a integração e

²⁸ New discourses emerge through combining existing discourses together in particular ways (FAIRCLOUGH, 2003, p. 127).

disseminar o ensino à distância, entre os países da CPLP” (UNILAB, 2013, p. 13).

Um dos fatores que melhor caracterizam o imaginário de comunidade lusófona que tem lugar na posição oficial da UNILAB é sua constante (re)elaboração de representações discursivas (interdiscursivamente trabalhadas) sobre um passado de experiências comuns entre os membros dessa comunidade.

Excerto 22

A UNILAB aponta também para um encontro da nacionalidade brasileira com sua história. (UNILAB, 2010a, p. 5, grifo nosso).

Excerto 23

A UNILAB, ao fomentar e concretizar a cooperação Sul-Sul, atende a diretrizes internacionais que apontam tanto a importância de ampliar a oferta de cursos superiores em regiões carentes, quanto de ampliar as relações de cooperação com o continente africano (UNESCO, 2009). A universidade busca, em específico, construir uma ponte histórica e cultural entre Brasil e países de língua portuguesa, majoritariamente os da África, capaz de buscar e compartilhar soluções inovadoras para processos históricos similares. (UNILAB, 2010a, p. 17, grifo nosso).

Excerto 24

Ao fomentar a Cooperação Sul-Sul, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira atende à diretrizes internacionais de ampliação da oferta de cursos superiores em regiões carentes, das relações de cooperação com o continente africano (UNESCO, 2009). A universidade busca construir uma ponte histórica e cultural entre o Brasil e os países de língua portuguesa, especialmente os da África, compartilhando soluções inovadoras para processos históricos similares. E, ainda deseja auxiliar no fortalecimento de uma rede internacional que, com respeito à soberania dos países parceiros, permitirá a realização de ações e intervenções de apoio técnico, acadêmico, científico, cultural e humanitário. (UNILAB, 2015, p.7, grifo nosso).

Os trechos supracitados evidenciam a retomada de um discurso específico presente na posição oficial da UNILAB sobre a ideia de uma comunidade identitária transnacional que tem sido chamada de comunidade lusófona. Discurso esse que utiliza, nos excertos 22, 23 e 24, determinadas palavras-chave (encontro com sua história, ponte histórica e cultural entre Brasil e os PALOP, processos históricos similares). Essas formas de lexicalizar projetam textualmente um “nós” identitário, através, sobretudo, da (re)criação de imaginários históricos e experiências postuladas como compartilhadas por esse “nós” que é, em nossa compreensão, reivindicado no próprio discurso.

Como se sabe, a noção de lusofonia reveste-se de aspectos inescapavelmente políticos (FARACO, 2012; GONÇALVES, 2012; CARNEIRO, 2013; SIGNORINI, 2013) que emergiram “no âmbito do projeto colonial português forjando ligações imaginadas (ANDERSON, 2008) entre povos de lugares muito diferentes e que contribuíram para outra construção imaginária, a da própria língua portuguesa, como patrimônio unitário e comum desses diferentes povos” (CARNEIRO, 2013, p. 193).

Dito de outro modo, essas passagens estão embasadas, sobretudo, em um discurso eurocêntrico-lusófono que atualiza interdiscursivamente sistemas de conhecimento e crenças ligados, em termos semânticos, aos tempos imperiais de uma “missão civilizadora”, sobretudo, por meio de uma retórica de fortalecimento de uma suposta “comunidade de sentimentos” entre os países que têm a língua portuguesa como oficial. Daí porque a constante menção, por um lado, às missões da CPLP (palavras recorrentes) em se comprometer com o desenvolvimento, a unificação, a disseminação da língua portuguesa e a consolidação da integração e, por outro, sobre “encontro da nacionalidade brasileira com sua história”, sobre uma imaginada “ponte histórica e cultural entre Brasil e países de língua portuguesa”, e sobre “processos históricos similares”.

Aqui a língua constitui-se como uma das dimensões da pertença identitária. Essa pertença identitária é reivindicada, sobretudo, via argumentos investidos de ideologias linguísticas que projetam essencialismos linguísticos, principalmente por meio de representações discursivas ligadas à ideia de lusofonia. Vejamos mais alguns trechos:

Excerto 25

Durante todo o processo de implantação, a língua portuguesa foi vista como um meio estratégico para estreitar vínculos e estimular ações de cooperação com países na África que a têm como língua oficial ou que nela se expressam, assim como intensificar as relações diplomáticas entre os países do Hemisfério Sul. (UNILAB, 2015, p. 27).

Excerto 26

De acordo com o projeto, a universidade deve ter a língua portuguesa como idioma comum e levar em conta cursos de formação pelos quais os países africanos têm maior interesse, como as licenciaturas em Ciências da Saúde, Física e Biologia, além de áreas como a Tecnologia, Engenharia, Administração e Agronomia. (UNILAB, 2015, p. 30).

Percebi, portanto, nos segmentos supracitados, uma ideologia linguística que buscar reivindicar uma identidade. Nas lexicalizações dessa ideologia, a língua portuguesa é apresentada como um elemento central que permitiria “estreitar vínculos” e criaria o elo identitário entre os povos que a falam, inclusive, por vezes, com a marcação deôntica “a universidade deve ter a língua portuguesa como idioma comum” que revela que o compartilhamento da língua portuguesa é mais que um desejo (ou uma realidade concreta), é uma necessidade, é uma exigência, é uma determinação. A UNILAB que enquanto instituição tão lucidamente se opõe a discursos patriarcais, racistas e eurocêntricos, no que se refere às questões linguísticas, parece reproduzir ideias naturalizadas há centenas de anos sobre a língua portuguesa e sobre as demais línguas da lusofonia. Em síntese, esses textos estão enredados por ideologias linguísticas que ajudam a sedimentar uma cadeia de discursos sobre lusofonia, projetando a imagem de que todos os países para serem aceitos nessa imagem devem endossar o discurso modernista sobre comunidade lusófona.

Como já bastante discutido em pesquisas anteriores (SEVERO, 2015; CARNEIRO, 2013; FARACO, 2012) sobre o tratamento do assim chamado mundo da língua portuguesa no Brasil, há, quase sempre, um discurso idealizado de exaltação da língua como um bem simbólico altamente elevado, ou, como explica Faraco (2016, p. 316):

Nesse discurso de exaltação e celebração, não há, evidentemente, espaço para uma leitura crítica da exploração colonial. Ou do papel central que os luso-brasileiros (a par de governantes africanos) exerceram no tráfico internacional de escravos africanos durante trezentos anos; não há espaço para discutir o estado de imensa miséria social, econômica e cultural em que foram deixados, no momento da independência, os territórios africanos e asiáticos que estiveram sob o domínio português; não há espaço para deixar visíveis a ideologia e as práticas racistas do colonialismo português na África; não há também espaço para compreender a heterogeneidade dos diferentes países, salvo se ela puder ser reduzida ao exótico e devidamente folclorizada (a culinária, por exemplo); e, mais ainda, não há espaço para se reconhecer e discutir o fato de que a língua portuguesa funciona socialmente também como forte fator de discriminação e exclusão nas sociedades em que é falada. Desse modo, não há espaço, neste discurso, para referências críticas aos preconceitos e à exclusão social que afetam os falantes das variedades do chamado português popular no Brasil,

ou os imigrantes pobres que falam variedades não europeias da língua em Portugal.

Dessa forma, a integração lusófona, sobretudo, por meio de uma língua hegemônica, nesse contexto, aparece-nos como uma ideia tácita, não problematizada, visto que, nesse discurso, é, em grande medida, por meio da reivindicação dos processos de “desenvolvimento”, “unificação” e “disseminação” da “nossa língua” que se conseguiria a ligação entre os povos considerados lusófonos e, portanto, daí viria a consolidação da almejada integração. Em nossa perspectiva, essa imagem suprime o caráter ideológico de colonialismo linguístico que lhe é subjacente e, sobretudo, os seus efeitos de homogeneização (outra palavra para unificação) que são operacionalizados por meio da atualização e da naturalização de discursos relativos à construção de uma identidade harmoniosa, em termos linguísticos, que contemple todos os países. A linguista moçambicana Gonçalves (2012, p.1) apresenta essa questão da seguinte forma:

Uma das razões que torna mais discutível o uso do termo “lusofonia” para designar os países africanos de língua oficial portuguesa é que ele faz tábua rasa da realidade linguística. Ao usar esse termo homogeneizante, apagam-se do mapa linguístico as outras línguas faladas por vastas comunidades de todos estes países, deixando entender que o português é a língua materna maioritária das suas populações e, por conseguinte, é a língua de cultura e de identidade a nível nacional. [...] devemos lutar contra a tendência simplista de recusar a diversidade como forma de realizar a unidade. Fazer isso é considerar, erradamente, que a diversidade é um elemento negativo da criação da unidade; é pensar, erradamente, que a unidade nacional significa uniformidade.

Assim como em Gonçalves (2012), encontrei nas interações com os participantes desta pesquisa certa resistência na aceitação do conceito de lusofonia por grande parte dos atores sociais advindos dos países africanos. As representações sobre lusofonia recebem diferentes interpretações por parte dos atores sociais participantes da pesquisa. Como veremos abaixo: alguns participantes destacam mais aspectos positivos; enquanto outros observam tanto aspectos positivos quanto negativos. Durante as entrevistas, os participantes definiram lusofonia orientados por determinadas representações discursivas sobre essa noção. Definir um dado objeto conceitual requer fazer

escolhas que vão além de seus aspectos objetivos (VIEIRA, RESENDE, 2016), visto que há uma dimensão retórico/argumentativa e, sobretudo, avaliativa/valorativa relacionada à forma como as pessoas elegem construir suas definições. Em outras palavras, definições são mais do que explicações claras e neutras sobre como são as coisas, uma vez que são explicações que, em parte, revelam o modo como escolhemos compreender essas coisas e, portanto, relacionam-se com posições que adotamos baseadas em valores que orientam nossas ações no mundo.

O relato de Alison é um dos mais significativos no que se refere às posições mais alinhadas com as representações sobre lusofonia produzidas pelos documentos oficiais da UNILAB. Esse participante sinaliza sua posição sobre essas questões por meio de variados recursos. Uma delas é a frequência com que define o que seria lusofonia em sua compreensão “A lusofonia é o objetivo da formação da universidade”, “Lusofonia é o elo que liga todo mundo”, “O que é comum entre todo mundo”.

Excerto 27

Gustavo: que sentimentos o termo lusofonia te evoca?... **Alison:** é o porquê... ciou-se a universidade por conta da lusofonia... é o motivo... por exemplo... porque assim... já criaram essa uma universidade trazendo países diferentes... de diferentes lugares por quê? O que que vai unir esses países? pra mim é a Lusofonia... a apesar de ser um termo que quando se cê vai destrinchar ele não não é um termo que fortifica bem o sentido né? Porque a gente não tem a mesma fala... NÃO TEM A MESMA FALA... mas é o termo que une a universidade que é é que sustenta.

Nesse trecho da entrevista como evento interacional, Alison usa com recorrência verbos epistêmicos com alto grau de comprometimento (FAIRCLOUGH, 2003). Em nossa compreensão, isso marca o envolvimento do participante com aquilo que está dizendo. Tais escolhas léxico-gramaticais estão alinhadas com a postura corporal do participante, sempre altivo, me olhando fixamente e com uma forma bastante ordenada de sentar na cadeira, coluna ereta e pés completamente apoiados no chão, interpretei que ele investia bastante esforço, por um lado, em me passar uma mensagem de

interesse e compromisso com o evento comunicativo e, por outro, com a verdade de suas proposições.

Quando perguntado sobre que sentimentos o termo lusofonia lhe evocam, o participante retoma (via intertextualidade: seja em forma de discurso direto, seja resumindo o que foi dito em outros lugares e momentos), compreensões bastante relacionadas ao que estou chamando de posição oficial da UNILAB, como por exemplo, a ideia de que “a lusofonia é o objetivo da formação da universidade”; “lusofonia é o elo que liga todo mundo”; “Criou-se a universidade por conta da lusofonia”. Tais representações são máximas reiteradamente repetidas pelos quatro quantos da universidade: em eventos acadêmicos, em solenidades, em encontros estudantis etc. bem como por muitos atores sociais que vivenciam o local diariamente.

Luciana, por sua vez, lembra que a noção de lusofonia está presente no conjunto de políticas para internacionalização do português e nota, com afirmações avaliativas e o intensificador “muito”, aspectos positivos no termo: “pra mim... é como se fosse uma riqueza entendeu”, “cada um falando do seu jeito... mas nós nos entendemos pra mim é muito rico”.

Excerto 28

Gustavo: me fala sobre a tua experiência com a noção de lusofonia na UNILAB... **Luciana:** assim... inicialmente você não pensa muito na lusofonia até tá imerso nesse contexto da UNILAB né... do da questão da diversidade do português no mundo... no meu trabalho de TCC eu fiz um mapeamento basicamente do português no mundo... na África também... então acabei entrando um pouco nessa questão da lusofonia... mas não é uma experiência assim muito pessoal porque basicamente me interessa mais o português de São Tomé... claro é importante conhecer a situação do português no mundo... mas meu interesse sempre foi São Tomé... **Gustavo:** mas assim... como tu se relaciona com essa ideia de lusofonia... de que somos todos pertencentes à mesma comunidade?... **Luciana:** pra mim... é como se fosse uma riqueza entendeu?... **Gustavo:** aham... **Luciana:** cada um do seu jeito... mas nós nos entendemos... cada um falando do seu jeito... mas nós nos entendemos... pra mim é é muito rico... **Gustavo:** aham legal... eh::... na tu na tua opinião esse termo lusofonia contempla toda a pluralidade dos

países?... porque há muita muita diversidade né... **Luciana:** é se nós entendemos lusofonia no contexto de políticas que são feitas para manutenção do português no mundo... para internacionalização no mundo... sim... **Gustavo:** aham... **Luciana:** mas se nós entendemos a lusofonia nessa questão de que um bloco é mais importante do que o outro aí não né... porque algumas línguas ficam desprestigiadas.

Para Terry, o conceito de lusofonia, ou melhor, determinadas representações sobre lusofonia e sobre a língua portuguesa garantiram e garantem unidade tanto internamente, dentro dos países africanos; como externamente, na relação entre essas nações em que o português é língua oficial. Isto é, de acordo com Terry, esse conceito permitiria a integração entre os considerados países lusófonos e, na sequência, nos fala que não há como abrir mão desse termo, ainda que necessitemos de uma visão crítica sobre ele.

Excerto 29

Gustavo: fala tua experiência com a noção de lusofonia... tua experiência com essa noção na UNILAB... **Terry:** pois é... minha experiência como pesquisador ou como pessoa comum?... **Gustavo:** tanto faz... tu que sabe... **Terry:** se pensarmos *do ponto de vista da integração né da proposta da lusofonia dentro dos PALOP considerando a língua portuguesa como língua oficial com como a língua né que garante essa unidade dentro dos PALOP... o conceito de lusofonia é positivo né... mas é claro que não se pode desconsiderar o passado de colonização... essa violência concreta que foi a colonização na África e também aconteceu no Brasil com os indígenas... isso não está em foco aqui né... mas as nações para se reerguerem depois do processo de independência precisavam tomar um projeto de nacionalidade e isso só era possível naquele tempo... por exemplo no caso da Guiné e de Cabo Verde... tomando a língua do colonizador como a língua de fato da administração... a língua oficial... a língua dos trabalhos... porque nenhuma das línguas autóctones... nenhuma das línguas nacionais de fato estavam equipadas suficientemente para assumir essa função da administração pública e estar a serviço do do novo país na comunidade... porque seria um novo país na comunidade internacional né... então sobre esse ponto de vista*

é claro que o conceito de lusofonia é bastante positivo né... de servir aos propósitos do estado de servir aos propósitos do novo país nessa inserção na comunidade internacional... ahm::... sem cair no numa dificuldade operacional que seria dentro de um contexto multilíngue... num país multilíngue... escolher uma das línguas para ser... para ser alçada à condição de língua oficial... isso necessariamente colocaria as outras línguas em uma situação de desprestígio de né de menor importância e não representaria nenhuma delas teria condição de representar a unidade do país então daí a escolha da língua portuguesa.. então tem esse ponto esse ponto é bastante positivo né... agora... pensando na concepção um tanto mais crítica da lusofonia... nós vamos pensar no imperialismo português... nós vamos pensar na imposição de uma cultura eurocentrada... nós vamos pensar numa imposição de uma língua de um modo de viver que foi o que orientou... que foi o que orientou de fato todo o processo imperial de Portugal tanto na América quanto em África... isso é inegável... isso é história né e logicamente essa imposição imperialista nas colônias portuguesas tinha como consequência o silêncio né... a segregação... e isso feito ou dito por meio de violência concreta ou de violência simbólica quer proibindo o uso de determinadas línguas né... então sob esse ponto de vista o conceito tem que ser visto de um modo um tanto mais crítico... não é tão romântico assim...

Gustavo: aham... **Terry:** numa concepção um tanto mais crítica né... numa concepção tanto mais mais cuidadosa... porque nós somos levados... se considerarmos sucesso comum de que *lusofonia seria uma espécie de transnacionalidade que uniria os povos que têm em comum a língua portuguesa né... mas se isso for feito for visto numa visão um tanto romântica idealizada do termo descaracteriza todo o processo ah:: de colonização desses povos e que está associado também a a segregação ao apagamento né a uma violência concreta sobre as outras línguas... as línguas autóctones que foram silenciadas...* essas línguas não adquiriram um status nesses países no caso da Guiné... no caso do Timor Leste né... no caso de Cabo Verde... porque o processo de colonização foi muito muito violento com essas línguas e também logicamente violento com essas culturas... violento com essas comunidades né... então esse conceito da lusofonia como uma grande irmandade... uma grande comunidade não pode ser vista de maneira

romântica... idealizada.

Por um lado, as representações discursivas adotadas por Terry são bastante próximas da posição oficial da UNILAB “lusofonia seria uma espécie de transnacionalidade que uniria os povos que têm em comum a língua portuguesa”, avaliando, no excerto 29, a identidade lusófona como “positiva”. No entanto, por outro lado, ele ressalta o passado de violências simbólicas e materiais que os povos considerados lusófonos sofreram, com a imposição de uma língua e de uma cultura eurocêntrica, ações próprias de um imperialismo, tal como o projeto colonial português.

Ao retomar um pouco do processo histórico de formação dos países africanos de língua oficial portuguesa, percebe-se que Terry produz sentidos de concordância e assentimento com a ideologia linguística que defende que o plurilinguismo seria contraproducente para os desafios de unidade da nação “o conceito de lusofonia é bastante positivo né de de servir aos propósitos do do estado de servir aos propósitos do novo país” “sem cair no na numa dificuldade operacional que seria dentro de um contexto multilíngue... num país multilíngue... escolher uma das línguas para ser para se alçada à condição de língua oficial”. Nesse raciocínio discursivo, algumas línguas são consideradas “equipadas” (como é o caso da língua do colonizador português), enquanto outras, por inferência, são consideradas “não equipadas” (como é o caso das línguas autóctones africanas). Em nossa concepção, há aqui resquícios discursivos de ideologias que tiveram como um de seus efeitos o apagamento da pluralidade linguística em vários países ao redor do mundo (MARTÍN ROJO, 2017; PENNYCOOK, 2013; MAHER, 2013; GAL, 2012). Ainda que nos sentidos globais (VAN DIJK, 2017) pretendidos por Terry, esses apagamentos sejam considerados negativos, visto que, em muitos outros momentos de seu relato, ele salienta que valoriza a diversidade linguística. Essa mescla e/ou esse hibridismo nas percepções de Terry é mais uma evidência do papel da interdiscursividade na (re)produção e na interpretação de ideologias linguísticas.

Assim como Terry, Larissa, em suas estratégias discursivas profundamente avaliativas, não considera a lusofonia como um conjunto de ideias que seriam essencialmente positivas. Em sua definição, lusofonia se

caracteriza por “agregar os países lusófonos que são os países que tenham o português como língua oficial, mas eu acho que é só mesmo isso que nos une enquanto lusófonos... apenas a língua”. Essa participante pontua que não se identifica totalmente com essa categoria identitária e isso fica evidente em sua avaliação negativa por meio do adjetivo “utópica”.

Excerto 30

Gustavo: Larissa... e sobre a tua experiência com a noção de lusofonia aqui na UNILAB... **Larissa:** eu acho que aqui entende-se por lusofonia o fato de agregar os países lusófonos que são os países que tenham o português como língua oficial... mas eu acho que é *só mesmo isso que nos une enquanto lusófonos... apenas a língua...* o fato de termos o português como uma língua oficial... mas ainda assim nós não reconhecemos... eu acho que enquanto lusofonia... nós *não reconhecemos a variedade linguística um do outro...* não conhecemos não reconhecemos a realidade linguística um do outro ainda dentro da própria lusofonia... há quem quer estar no topo dessa lusofonia... *eu vejo que existe disputa entre quem comanda e quem não comanda a lusofonia...* então por isso que eu acho... que eu digo que é algo utópico... ao mesmo tempo que se entende que a lusofonia pelo fato de unir eh:: os países de língua oficial portuguesa... eh:: afim de de mantermos o nosso relacionamento e trabalharmos em prol da nossa língua... também sinto que existe um pequeno embate de quem vai ficar no topo... de quem vai liderar esse espaço da lusofonia... **Gustavo:** aham... tipo Brasil e Portugal?... **Larissa:** ISSO... ainda existe... quando existe essa essa rixa entre o Brasil e Portugal é:: por exemplo... eu que sou angolana e sei que no meu país tem muitos angolanos na mesma condição que eu... que têm o português como língua eh:: materna não só como língua oficial do país... mas como língua materna... eu fico pensando... será que num tá a colocar todos os países africanos dentro do mesmo patamar?... no mesmo nível?... tem os meus colegas que não aprendem o português na escola... existem colegas de outros países que aprendem o português na escola... vão nos colocar no mesmo nível de quem tem português como língua segunda? quem tem o português como língua materna? eu acho que é uma visão reduzida.

Um fato bastante interessante do trecho acima é precisamente a recusa de Larissa em relação ao discurso oficial da UNILAB sobre lusofonia, isto é, um discurso que ressalta sempre as semelhanças a partir de ideias como irmandade, comunidade, passado e histórias comuns etc. Na perspectiva de Larissa, o que temos em comum é somente a “língua oficial”, porém, “nós”, os supostos lusófonos, nem mesmo “reconhecemos a variedade linguística um do outro”. E vai além em sua avaliação sobre a noção de lusofonia, para ela, esse termo seria marcado por disputas e relações de poder, sobretudo, tendo Brasil e Portugal no centro, enquanto os demais países são colocados em um mesmo patamar inferior.

Drogba e Ramires pontuam aspectos positivos e negativos da lusofonia, no entanto, enfatizam bem mais os negativos e ressaltam o quê, na visão deles, poderia ser diferente no interior das ações práticas e das representações discursivas em torno dessa noção.

Excerto 31

Gustavo: Drogba... fala um pouco da tua experiência com noção de lusofonia... essa noção que é tão utilizada aqui na UNILAB... **Drogba:** sempre eu ouvi que são países que falam a língua portuguesa... países africanos... país da Europa que é Portugal e da América... o Brasil... essa é uma coisa que eu sempre escutei sobre lusofonia... depois que eu cheguei aqui na UNILAB e vivenciei com esses países de lusofonia... percebi várias coisas né... as riquezas desses países... sobre o termo lusofonia... vão dizer que são “os conjuntos dos países de língua portuguesa... que falam língua portuguesa”... mas essa lusofonia que eu percebi agora é uma lusofonia imaginária ((incompreensível)) é uma lusofonia que não passa de uma utopia... no meu entender... na minha experiência que eu vivenciei... tu vais encontrar essa imaginação a partir de discursos... se resume em discursos né?... **Gustavo:** só discursos?... **Drogba:** como eu disse... de uma forma assim concreta... isso foi o que eu percebi até agora o que é lusofonia... lusofonia é uma utopia que existe só no papel... que não se concretiza... no caso de cooperação... você vai ver muitas coisas que só existe no papel... no caso de circulação livre entre os países de lusofonia... só existe no papel...

mas só que existe também riquezas que é a diversidade cultural, linguística e étnica.

Algumas estratégias interacionais são centrais no relato de Drogba: a utilização de marcações temporais, o recurso da intertextualidade em relato indireto como forma de não se identificar com determinados discursos, a representação negativa a respeito de compreensões hegemônicas sobre lusofonia e a reiteração de posições durante a interação narrativa.

O participante inicia seu relato utilizando índices linguísticos dêiticos como “antes” e “agora” para falar da mudança em sua compreensão sobre os sentidos vinculados à ideia de lusofonia. Dito de outro modo, no desenvolvimento interacional, percebe-se que o movimento e a mudança entre o antes (em seu país) e o agora (aqui na UNILAB, no Brasil) em sua compreensão sobre o tópico em questão (lusofonia) estrutura toda sua argumentação posterior. Isso é evidenciado quando o participante recorre à intertextualidade (ditos e escritos sobre o tema) notadamente de modo a se afastar de uma possível responsabilidade sobre uma determinada maneira de compreender o que seria a lusofonia, com a construção oracional “vão dizer que são países que falam a língua portuguesa”. Nesse ponto, o estudante revela as representações que sempre escutou (dos outros) sobre esse assunto (lusofonia) em seu país. Em outras palavras, Drogba, nessa passagem, fala do “antes”, de como uma visão sobre esse construto ideológico-linguístico era majoritariamente entendido e reproduzido em suas primeiras socializações, de como dados discursos sobre lusofonia lhe chegavam “sempre ouvi isso”.

No entanto, como já pontuado, o relato de Drogba ressalta o movimento e isso é sinalizado, sobretudo, no momento em que o participante menciona sua chegada ao Brasil e, por conta disso, suas vivências com pessoas advindas de diferentes lugares. Com isso, o participante orienta sua argumentação no sentido de acentuar que sua experiência como estudante da UNILAB é/foi fundamental para que ele entrasse em contato e conhecesse mais as riquezas culturais, étnicas e linguísticas dos demais países que compõem o que se convencionou chamar de lusófonos.

Apesar de Drogba enfatizar bastante as riquezas dos países lusófonos (isso acontece em várias passagens de seus turnos conversacionais), ele

posiciona-se contrário às maneiras consensuais de definir o que seria a tal lusofonia. Ele conta que após sua experiência como sujeito situado e suas leituras sobre o assunto, a definição padrão de lusofonia lhe pareceu simplista. O estudante sugere que essa definição (que a UNILAB adota para si como instituição filiada à CPLP) pode ser questionada “será que esses países falam a língua portuguesa?”. O participante é ainda mais enfático ao dizer que a lusofonia, ou melhor, as representações sobre lusofonia, parecem-lhe agora ilusórias, nas palavras dele “é uma lusofonia imaginária... uma lusofonia que não passa de utopia... se resume a discursos... não existe em uma forma concreta”. Nesse momento da entrevista, Drogba enfatiza bastante sua compreensão e seu posicionamento “circulação livre só existe no papel” (fazendo menção aos discursos sobre integração e solidariedade entre os países). Sua estratégia é precisamente caracterizar os discursos a que não se identifica como falsos ou enganadores (fica subentendido que nesse ponto ele está se referindo aos discursos sobre língua portuguesa e lusofonia produzidos pela CPLP e que circulam bastante em sua universidade) e, em contrapartida, apresenta as representações sobre lusofonia que ele considera positivas, ou seja, a riqueza da diversidade nesses países.

As posições de Ramires seguem uma linha de raciocínio semelhante. De acordo com esse participante, a lusofonia ou a identidade lusófona não é tão homogênea tal como nos apresentam, uma vez que, segundo ele, desigualdades e questões políticas então envolvidas nos discursos sobre lusofonia.

Excerto 32

Gustavo: Ramires... me fala agora da tua experiência com a noção de lusofonia aqui na UNILAB... **Ramires:** quando eu estava na Guiné... eu pensava sobre lusofonia... eu pensava em uma noção mais limitada... eu pensava de que falamos uma só língua... mas quando eu cheguei aqui vi que a questão da lusofonia não é uma questão só linguística... mas é uma questão ideológica e política... quais os interesses está por trás dessa lusofonia? e o que o meu país tem a ganhar com isso? eu percebi isso... o que o Brasil tem a ganhar com isso? Portugal introjeta políticas através da noção de lusofonia?... **Gustavo:** aham... você acha que o termo lusofonia

contempla a pluralidade dos países que hoje que hoje fazem parte da UNILAB?... **Ramires**: não contempla todos... mas isso não significa que não deve ser usado... deve ser revisto... para ver que contextos os outros países também têm opinião sobre a lusofonia... se verificarmos... lusofonia está ligada à CPLP... mas toda a articulação da CPLP... as iniciativas é entre Portugal e Brasil... os dois blocos hegemônicos... então nesse contexto outros países ficam só a reboque desses países... também não há uma iniciativa tão forte... tem a questão da língua... se verificarmos a questão do novo acordo ortográfico... tudo é feito entre a Academia Brasileira de Letras e a de Portugal entendeu? não há uma articulação com os outros países... como se aqueles países não têm importância... como se a língua portuguesa não fosse necessidade daqueles países... essa que é a questão... a política linguística ((incompreensível)) sempre somos empurrados para aceitar a política do Brasil e de Portugal... não há iniciativas para também nos contemplar nessa questão... então é aqui que deve ser repensado essa lusofonia... **Gustavo**: Aham ((demonstrando entusiasmo))... **Ramires**: não basta só ser membros da CPLP... mas o nosso papel dentro dessa instituição também tem importância... **Gustavo**: sim sim... **Ramires**: há grande discussão sobre essa noção de lusofonia... isso é do tempo da colonização... nós não podemos aceitar a noção de lusofonia... temos que desconfiar dessa noção... será bom para nós? se for... vamos apoiar... mas se não for tão benéfico para nós é melhor rever isso.

Como diz Fairclough (2003), as relações entre discursos diferentes são um elemento das relações entre posicionamentos diferentes, uma vez que eles (os discursos) podem se complementar, competir entre si ou mesmo um pode dominar o(s) outro(s). No relato de Ramires sobre as relações entre lusofonia e UNILAB, percebe-se mais claramente os conflitos discursivos em torno de compreensões sociais e situadas sobre lusofonia.

O participante sinaliza, logo no início do excerto 32 cima, uma gradação em seu entendimento sobre o tema, que vai desde “uma compreensão limitada” que “dizia respeito somente à língua” até uma visão mais holística a qual,

segundo ele mesmo, deu-se após chegar ao Brasil, momento em que passou a reconhecer outros aspectos (políticos e ideológicos) envolvidos nessa questão.

A composição textual do depoimento de Ramires é repleto de perguntas retóricas “o que está por trás?”, “o que o meu país tem a ganhar com essa questão?”, “será bom para nós?”, penso que tais perguntas ao mesmo tempo em que ensaiam questionamentos, pontuam sua posição de contraponto a respeito da forma como tradicionalmente a lusofonia tem sido representada em discursos oficiais da CPLP e da UNILAB. Esse participante investe bastante na ideia de que a “lusofonia não é só uma questão de língua”.

Em determinado ponto de seu relato, Ramires é bastante enfático, sobretudo, ao pontuar, com verbo deôntico, que a lusofonia “deve ser revista”, acrescentando que esse construto ideológico-linguístico precisaria ser pensado a partir de uma ótica mais pluralista, isto é, “lusofonias”. Uma vez que “como nós falamos... o português é diferente”, minha compreensão situada no momento de nossa conversa foi que o pronome “nós” faz referência tanto à relação interacional entre o pesquisador (eu) e o entrevistado (ele) como também aos nossos países e/ou a nossa comunidade. Isso aconteceu, sobretudo, porque em sua compreensão não há igualdade de condições entre os países que compõem a CPLP, órgão que mais difunde o discurso de lusofonia, isso porque, em sua perspectiva de ator social, a voz dos países africanos e de Timor-Leste, em grande medida, não são ouvidas “como se aqueles países não tivessem importância, como se a língua portuguesa não fosse necessidade daqueles países”. Em outras palavras, a essas nações são impostas (empurradas) as políticas linguísticas gestadas por Portugal e pelo Brasil.

Acredito que todas essas questões supracitadas fazem com que Ramires não se relacione bem com o discurso da lusofonia como entidade homogênea e monolíngue. Para ele, “nós não podemos aceitar a noção de lusofonia... temos que desconfiar dessa noção”. O “nós” aqui, inclui o dizer desse participante em um discurso de um grupo mais amplo, ou seja, nós que pensamos assim. Portanto, uma ideologia. Dito de outro modo, nós que pensamos, acreditamos e defendemos ideologias linguísticas mais horizontais, mais equitativas.

Como estou argumentando, as ideologias linguísticas são, em grande medida, atravessadas por valores, sentimentos e percepções culturais. Um exemplo prototípico dessa questão encontra-se no relato de Larissa sobre as crenças que circulam em seu país, isto é, crenças de que o português legítimo é o de Portugal e de que em Angola se fala o português europeu.

Excerto 33

Larissa: nós temos a ideia em Angola... temos a ideia de que o português é o português de Portugal... e o português que a gente fala é o português de Portugal... mas você você sabia que o português angolano já já influencia o português de Portugal?... **Gustavo:** no Brasil... há quem chame de português brasileiro... na linguística né... **Larissa:** eh:: *é que ainda existe muito a relação... diferente do Brasil... eu vejo que praticamente já tem relações cortadas com Portugal... nós ((angolanos)) ainda não cortamos o cordão umbilical... ainda estamos muito ligados...* e por conta disso mesmo existem palavras que são do português angolano que o português ((pessoas de Portugal))... o português adotou... por exemplo... tem uma palavra “bouy” é uma palavra que pra nós é muito... é uma palavra do português angolano que hoje você ouve todo português ((pessoas de Portugal)) falando... **Gustavo:** por que?... **Larissa:** é porque nós temos mesmo contato direito... nós estamos sempre viajando pra lá ((para Portugal))... os portugueses vão pra lá ((para Angola)) nós vamos pra Portugal enfim... **Gustavo:** eh:: no no teu país há algo semelhante a essa questão de chamar de português brasileiro?... **Larissa:** nós ainda não temos... infelizmente... ainda não temos essa visão... se tem essa ideia impera apenas no meio dos linguistas... pessoas que discutem isso... o funcionamento das línguas... mas nós ainda temos a ideia de que o português que nós falamos é de Portugal... que o português NÃO É NOSSO... isso ainda é muito comum... **Gustavo:** de certa forma... nós aqui também... **Larissa:** lá se diz muito “*você vai matar a língua de Camões!*”.

O trecho acima faz parte da continuação da longa resposta de Larissa sobre as representações a respeito da lusofonia. Aqui, ela posiciona-se com um tom um pouco mais crítico sobre os aspectos envolvidos nas

representações sobre a questão. Larissa relaciona a lusofonia com os sentimentos que seus conterrâneos em Angola têm sobre a língua portuguesa, que falariam um português superior (não contaminado ou mestiço), ou seja, o português de Portugal. Para Larissa, muitos angolanos se percebem como, ao mesmo tempo, falantes de uma língua de prestígio (europeia), mas que essa língua não lhes pertence “nós ainda temos a ideia de que o português que nós falamos é de Portugal que o português não é nosso”, “lá se diz muito... ‘você vai matar a língua de Camões!’”. No entanto, essa participante tem o cuidado de mostrar que não compartilha dessas opiniões e crenças (por meio da estratégia intertextual da retomada irônica), e, portanto, não adota como suas. Larissa apresenta essas ideias como problemáticas, tanto por não considerarem as interinfluências que as línguas têm através dos contatos entre pessoas de diferentes lugares, como por reproduzirem uma visão colonial “nós ainda não cortamos o cordão umbilical ainda estamos muito ligados”. Subentende-se que Larissa está defendendo uma visão de que os angolanos se percebiam como falantes legítimos de um português específico, o português angolano, e que nossas práticas e concepções sobre a língua portuguesa deveriam ser menos atravessadas por colonialidades do saber (SEVERO, 2015; MOITA LOPES, 2013).

Ainda sobre o tópico da lusofonia, Luciana adota um posicionamento semelhante a Larissa, ou seja, de que já não se pode sustentar a ideia (ou o senso comum) de que a língua portuguesa pertence apenas ao Brasil e a Portugal. Ideia essa que vigorou por muito tempo no Brasil (SEVERO, 2015).

Excerto 34

Luciana: no contexto de se reunir pra divulgação da língua para a internacionalização da língua... eu acho eu acho o conceito rico... **Gustavo:** e há privilégios?... **Luciana:** sempre teve... na verdade... assim... antigamente havia os grandes blocos né... português brasileiro... português europeu... e os países africanos seguiam a Europa... hoje não... **Gustavo:** o português dos outros países é mais afinado com o português europeu?... **Luciana:** ah::... hoje já não é mais assim... **Gustavo:** tu percebeu muito diferença entre tua configuração de português e a do português dos brasileiros? porque parece que o português do Brasil é bem distinto de todos os outros...

Luciana: assim... os brasileiros olham para o português que eles falam... olham para a variante deles e pra eles as outras variantes parecem mais semelhantes... mas pra nós todas são diferentes... **Gustavo:** ah tá... isso é uma forma de estereotipar né? ah... tipo eles são todos iguais... **Luciana:** é... nós sabemos que é diferente.

No trecho acima, Luciana ressalta a diversidade de versões da língua portuguesa nos diferentes países em que é usada e apresenta isso como um valor positivo, ou seja, alinhando-se a um dado discurso sobre as línguas. Por conta disso, pontua como problemática minha definição essencialista sobre as variedades linguísticas lusófonas não brasileiras. O interessante aqui é justamente isso: o pesquisador, apesar de longas leituras sobre o tema, acaba incorrendo na reprodução de uma dada ideologia, a homogeneização que descaracteriza o(s) diferente(s), fato esse que é prontamente apontado pela participante “assim... os brasileiros olham para o português que eles falam... olham para a variante deles e pra eles as outras variantes parecem mais semelhantes... mas pra nós todas são diferentes”. Na próxima seção de análise, discutirei mais detalhadamente a questão das relações entre ideologias linguísticas e noções de integração.

5.4. Língua portuguesa, integração e cooperação

Como tenho argumentado até aqui, a posição oficial da UNILAB utiliza bastante determinadas representações discursivas ligadas à língua portuguesa como um recurso para sustentar suas posições. São notáveis, por exemplo, os investimentos dessa instituição em tematizar, em seus textos oficiais, questões de integração (por vezes apresentada como cooperação). Esse, inclusive, é um termo que está presente no próprio nome da universidade. Em nossa compreensão, as noções de cooperação e de integração são, nesse discurso, fortemente envolvidas com ideologias mais amplas sobre as relações entre línguas, sentimento de pertença e estratégias de legitimação de certos discursos.

Em síntese, para a posição oficial, a integração pode ser entendida como interação, intercâmbio, ação conjunta (1) no nível situado das relações locais de socialização e (2) no nível geopolítico, no sentido de integrar, de

maneira cooperativa, política e educacionalmente os países lusófonos (cooperação aqui sendo uma das formas de se executar a integração). O discurso da integração pressupõe uma ligação identitária entre os povos considerados dessa comunidade que falaria a mesma língua e, portanto, partilhariam interesses comuns. Assim, a retomada interdiscursiva das representações sobre língua e identidade, ou melhor, “nossa língua” e “nossa identidade”, sustentam, em grande medida, compreensões sobre o papel dessa universidade, compreensões essas que estão, fortemente, involucradas às concepções ou ideologias sobre as línguas e sobre os seus falantes. As Diretrizes Gerais da UNILAB (2010, p. 6), por exemplo, dizem que

Excerto 35

Este documento tem por objetivo apresentar, em linhas gerais, como a Comissão de Implantação da UNILAB compreende estes desafios. As páginas iniciais trazem a missão e objetivos da universidade e explicitam suas diretrizes e princípios político-acadêmicos, os quais foram constituídos por meio da identificação das demandas de formação de uma universidade do futuro, aliadas à perspectiva *da cooperação solidária com países de língua portuguesa*. E, em seguida, são apontados os desdobramentos destes princípios na estrutura e organização da instituição, delineando os espaços e a proposta de desenvolvimento das atividades acadêmicas (Grifo nosso).

E ainda,

Excerto 36

A universidade tem por objetivo *promover avanços na produção e disseminação do conhecimento em atendimento à demanda de formação e de pesquisa de países de expressão em língua portuguesa, em um ambiente de respeito às distintas identidades, ao pluriculturalismo e à cooperação solidária*. Busca tornar-se, portanto, um novo centro de referência e integração destes países por meio da ciência e da cultura, constituindo-se espaço de cooperação, acúmulo e transferência recíproca de ciência e tecnologia, de intercâmbio de culturas e de promoção do desenvolvimento sustentável. (UNILAB, 2010, p. 10, grifo nosso).

A noção de “cooperação solidária” presente nesses dois trechos supracitados é precisamente o que nos chama mais atenção. Dois nomes (o primeiro como substantivo e segundo como qualificador, portanto, adjetivo) que em grande parte dos documentos oficiais aparecem juntos, ou seja, aparecem como itens lexicais em colocação preferencial (FAIRCLOUGH, 2003). Isso tem implicações na produção de sentidos. Uma vez que a associação dessas

palavras evoca determinadas ideias. Para esse discurso, a noção de “cooperação” seria mais do que ajuda, auxílio, assistência, visto que, é “solidária”, isto é, vai além, pois seria ligada, por exemplo, à caridade, à generosidade, ao altruísmo etc. Em outra passagem, o documento oficial UNILAB (2013) explica melhor o que entende por cooperação solidária, vejamos:

Excerto 37

O comprometimento com as ações acadêmicas e administrativas, englobando o contexto da contemporaneidade, busca uma cooperação solidária, no sentido de promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional da região e dos países de origem dos estudantes. (UNILAB, 2013, p.12).

De acordo com esse texto, é precisamente por meio de uma atitude de “cooperação solidária” com “países de expressão em língua portuguesa” que a universidade “compromete-se” em desenvolver cultural, científico e educacionalmente tais países e a região onde a UNILAB está localizada.

Sabe-se que as línguas não se resumem a instrumentos de comunicação, visto que elas têm funções simbólicas importantes nas sociedades em que são usadas. Frequentemente, é atribuída às línguas a representação simbólica de responsável por unir as nações. Essas representações simbólicas imputadas às línguas carregam, evidentemente, aspectos políticos e ideológicos e, por vezes, econômicos. Em nossa compreensão, o posição oficial da UNILAB, em grande medida, apega-se aos discursos sobre a língua portuguesa como uma entidade que permitiria a comunhão dos povos da lusofonia.

O raciocínio de um poder simbólico da língua como aquilo que nos irmana e nos torna uma unidade comum, uma comunidade, está naturalizado em vários discursos sobre as línguas (BLACKLEDGE, 2005; MARTÍN ROJO, 2010), e no caso da UNILAB isso parece não ser diferente. Esse raciocínio é complementado com a apresentação da ideia de “integração e cooperação com o continente africano”.

Excerto 38

A UNILAB, ao fomentar e concretizar a cooperação Sul-Sul, atende a diretrizes internacionais que apontam tanto a importância de ampliar a oferta de cursos superiores em regiões carentes, quanto de ampliar

as relações de cooperação com o continente africano (UNESCO, 2009). A universidade busca, em específico, construir uma ponte histórica e cultural entre Brasil e países de língua portuguesa, majoritariamente os da África, capaz de buscar e compartilhar soluções inovadoras para processos históricos similares. (UNILAB, 2010a, p. 17).

A maneira de se auto apresentar como instituição responsável e compromissada com a alteridade é operacionalizada com o recurso da interdiscursividade, sobretudo, através de representações que remetem ajuda ao próximo. Na passagem supracitada, evidencia-se isso na menção à cooperação com o continente africano. Com isso, intencionalmente ou não, evoca-se novamente a ideia de altruísmo e generosidade (tal como faz a UNESCO, por exemplo) com os demais países que compõem o projeto UNILAB. Essa é, inclusive, uma estratégia discursiva ligada à legitimação do próprio discurso. Visto que, em um plano retórico-discursivo, o discurso oficial ganha bastante credibilidade ao construir dessa maneira sua identidade institucional, ao salientar sua preocupação com os povos lusófonos.

Aliado às representações discursivas sobre uma integração/cooperação entre os países lusófonos possibilitadas pelo imaginário da língua compartilhada, há também representações sobre um imaginário identitário entre esses países. O discurso oficial da UNILAB faz questão de apresentar seu ambiente físico como agradável, um local de harmonia e comunhão, um lugar de integração entre todos os envolvidos.

Excerto 39

A vivência na universidade entre os funcionários, estudantes e professores fortalece o objetivo da integração, proporcionando um enriquecimento cultural que é parte da formação dos estudantes. Essa relação não se contabiliza com créditos de disciplinas e obrigações formais que tem uma universidade, mas em um conjunto de oportunidades que vai além das obrigações formais como a convivência no restaurante universitário, na biblioteca, na residência estudantil, palestras e seminários extra curriculares que integram as diferentes culturas. (UNILAB, 2013, p. 8).

Na mesma direção temos,

Excerto 40

Para quem participa do cotidiano da UNILAB é algo que impressiona todos os dias, e é perceptível a beleza do lugar diariamente. É impactante a presença e a riqueza da interação que existe,

principalmente, para quem acompanha o crescimento da UNILAB desde o início. Lembro-me das primeiras impressões quando chegamos à Redenção (CE), uma cidade no interior do Ceará, pequena, sem infraestrutura, sem recursos e carente de hotel e estabelecimento para instalação da universidade. Hoje, essa realidade vem sendo superada e vemos a cidade crescendo, os estudantes circulando nas ruas, nos restaurantes, nas igrejas, nos bares e supermercados. Isso chama a atenção de todos! (UNILAB, 2013, p. 8).

O ponto em questão aqui não é, em absoluto, que uma universidade pública internacional não deva se mostrar preocupada – e (re)produzir discursos nesse sentido – com a cooperação e com a integração com continente de onde vêm parte de seu público discente e docente. O que mais me interessa aqui é precisamente o fato de tais representações sociais serem fortemente ligadas à língua portuguesa como a articuladora de uma identidade, de uma coletividade lusófona. A língua portuguesa seria a condição para a cooperação e para a integração. Tais representações têm, em nossa compreensão, matizes coloniais. Segundo Carneiro (2013), discursos contemporâneos produzidos pela CPLP fazem bastante uso dessa representação lusófona, como comunidade imaginada, e suas ideias de cooperação e integração, (apesar das gritantes diferenças sociais, culturais, étnicas, religiosas, linguísticas entre os países membros do assim chamado mundo lusófono) com a finalidade, muitas vezes, de reforçar a ideia de unidade possibilitada pela língua. Para esse pesquisador, tais discursos são, em grande medida, conectados aos projetos e/ou processos políticos mais amplos que estão em curso. Pesquisas semelhantes têm mostrado como países considerados potências mundiais (Inglaterra, Espanha, França entre outras) têm procurado estabelecer novos mercados em áreas do antigo império com base na língua compartilhada (DEL VALLE, 2007; HELLER, 2010; FARACO, 2012). De acordo com Heller (2010), nesse cenário, a língua compartilhada é apresentada como a chave para o acesso privilegiado a novos mercados, ou velhos, sob novas condições. A integração e a cooperação funcionam, nesse discurso, como formas de legitimar uma dada compreensão sobre a realidade lusófona.

Os relatos dos participantes sobre essa questão revelam posicionamentos variados. Enquanto, por um lado, Terry e Jéssica ressaltam os pontos positivos do trabalho de integração desenvolvidos entre as

diversidades na UNILAB, por outro lado, Rebeca, Larissa, Regina e Rafael são mais ou menos categóricos em pontuar a não existência de relações de integração no referido espaço. Além desses, Ramires, Alison e Drogba pontuam que há sim processos de integração na universidade, mas que precisam ser aperfeiçoados e/ou melhorados.

Em seu relato, Terry retoma, em grande medida, o posicionamento presente nos textos oficiais da UNILAB, pontuando que a integração e a cooperação são dois aspectos muito relacionados e que a própria universidade resulta de uma política de cooperação entre os países envolvidos. Terry diz que ainda não se sabe quais os resultados dessa política nos países africanos e asiático, mas que no que diz respeito às relações locais é perceptível uma integração, ou seja, é notável “a convivência desses alunos... né a experiência entre eles é uma experiência saudável né... da convivência entre alunos estrangeiros e alunos brasileiros”.

Excerto 42

Gustavo: fala um pouco sobre a tua experiência com a noção de integração na UNILAB... **Terry:** nós até já falamos um pouquinho sobre isso né... a integração como o próprio projeto da UNILAB... de fato é resultado dessa cooperação dessa política de cooperação de integração Sul-Sul... na verdade... a UNILAB sobre esse aspecto eh:: cumpri muito dos propósitos que estão lá na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) né... da cooperação... inclusive da mobilidade de estudantes da mobilidade de pesquisadores... né? e na verdade não sabemos ainda os resultados concretos dessa política nos países parceiros... nos países que que enviam alunos para nós... os PALOP... também isso é muito recente né... a UNILAB foi criada em 2010... nós estamos ainda em 2019... é uma instituição nova ah:: não sei também se há algum alternância na orientação da política externa brasileira... na alternância de governo... se isso não ah:: de fato se as políticas de cooperação de integração em termos de lusofonia se isso não será até certo ponto modificada ou uma nova visão... o que é natural quando se muda também ah::... quando se muda o governo se costuma mudar a política né? Mas o fato é que nós temos professores e estudantes oriundos desses países... dos PALOP... nós temos ah:: aqui dentro da UNILAB a

convivência desses alunos né a experiência entre eles é uma experiência saudável né... da convivência entre alunos estrangeiros e alunos brasileiros... guardadas as devidas diferenças.

Terry fala ainda (tal como a posição oficial) que a universidade tem feito esforços no sentido de promover a integração via atividades artísticas (muitas vezes durante eventos acadêmicos) que permitiriam que um maior número de pessoas passasse a conhecer as variadas culturas (músicas, culinárias, vestimentas etc.) dos diferentes grupos de atores sociais pertencentes aos países que fazem parte da UNILAB.

Excerto 43

Terry: essas diferenças não são empecilhos entende?... pra conhecer a cultura do outro e conviver bem com essa cultura e também mostrar sua cultura... dar conhecimento da sua própria cultura... e isso acontece... porque nós temos alguns projetos de extensão né... desenvolvidos pela Pró-reitora de Extensão... eh:: que que faz com que isso se torne mais evidente... nós celebramos... a universidade celebra eventos como a independência dos países né... nos eventos culturais... mesmo que participamos por exemplo... se fizermos um congresso... uma grande palestra... esses meninos são convidados a recitar poesias... a apresentar suas músicas... a apresentar suas danças né... o tempo todo eles têm a oportunidade de mostrar sua culinária de falar sobre o seu país e falar sobre a sua cultura de uma de uma maneira mais ampla... isso tanto em eventos mais pontuais como um congresso... um uma Semana de Letras... uma coisa dessa natureza... quanto no nos eventos promovidos pela própria Reitoria de Extensão né... quer pra celebrar por exemplo o dia da Guiné... quer pra celebrar o dia da Independência de Cabo Verde.. que pra celebrar o dia da independência de Angola... então esses eventos acontecem... é muito comum também que que um evento ocorrido por exemplo uma defesa de TCC... eles se vistam a caráter com roupas prototípicas de seu país... todos nós acabamos por conhecer tanto o modo de se vestir quanto quanto as músicas... as manifestações culturais e as danças... coisas dessa natureza é muito comum se vê nos corredores da UNILAB.

Na entrevista com Terry, é perceptível a utilização de palavras, expressões e estruturas linguísticas que constroem uma avaliação e uma imagem positiva da integração, da UNILAB e da integração na UNILAB, a utilização da forma verbal “celebramos” é um indício disso, a universidade, segundo esse ponto de vista, celebra a integração. Além disso, há a retomada de um discurso (como argumentei nas seções anteriores) que pressupõe a união de uma comunidade fundada na língua “a UNILAB sobre esse aspecto... cumpro muito dos propósitos que estão lá na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), né, da cooperação”. Jessica, de maneira semelhante, realça o bom andamento da integração nessa universidade, para ela “as relações na UNILAB são muito bem desenvolvidas”.

Diferente de Terry e Jéssica, para as participantes Rebeca, Larissa, Regina e para o participante Rafael não haveria de fato uma integração entre os distintos grupos sociais na UNILAB. Esses últimos avaliam as práticas e os discursos sobre integração na UNILAB como utópicos, ilusórios ou mesmo problemáticos em termos de uma operacionalização sistemática. Larissa ressalta que esse é um tema com vários pontos de vista e logo em seguida pontua que a noção de que a integração não se concretiza é mais percebida por ou está mais ligada à percepção dos estudantes africanos:

Excerto 44

Gustavo: e sobre a tua experiência com as noções de integração e de cooperação?... **Larissa:** eh... eu acho que a ao pensar o projeto UNILAB pensaram muito na integração... mas eu acho que a integração aqui na UNILAB não se faz sentir... nós não temos a integração de fato... e eu acho que essa mesma ideia que eu apresento agora é variada para cada pessoa... mas eu acho que quem pensa mais nisso... que não existe a integração... somos nós os estudantes estrangeiros.

De forma mais categórica, Rebeca defende explicitamente que “não existe uma integração na UNILAB”, posição que, de maneira idêntica, também é sinalizada por Rafael quando diz que “simplesmente não existe... não existe a

integração”. Segundo Rebeca, um olhar atento sobre o que se passa na UNILAB revelará a verdade de suas proposições. Essa participante cita o Restaurante Universitário e o próprio ambiente de sala de aula como espaços constituídos pela separação e/ou distanciamento entre os atores sociais de diferentes origens.

Excerto 45

Gustavo: vamos falar um pouco sobre a tua experiência com a noção de integração na UNILAB... **Rebeca:** essa aqui é o que pega mesmo na UNILAB... a integração... a UNILAB fala carrega a integração no nome... mas não existe uma integração na UNILAB... eh:: seria uma questão de criar um projeto pra estimular isso... promover porque existe um uma grande barreira entre brasileiros e africanos... então você vê se você... não sei se você apreciou isso no restaurante da universidade... você vê assim mesas de africanos... mesas de africanos raras vezes você vê brasileiros e africanos na mesma mesa... então não integra... não integra... até os professores brasileiros não integram... não integram porque na sala de aula... eu te dei o exemplo do restaurante universitário agora vamos pra sala de aula onde nós mesmo... todos nós... exercemos porque alguns professores não almoçam nem jantam no restaurante da universidade podem até dizer que não há isso... mas eu vejo... na sala de aula... a configuração da sala de aula como sentam é dessa forma... senta um grupo de africanos um próximo ao outro e os brasileiros sentam um próximo ao outro e você tem logo fronteiras... quando você pede pra formarem grupos pra apresentação de trabalho aí você também vai ter essa questão de brasileiros se juntar entre eles e africano entre eles... aí como que se promova integração?... aí eu aviso logo... o grupo tem que ser mesclado entre africanos e brasileiros... não não aceito... é uma dificuldades... aí ficam falando isso.

O trecho supracitado revela que o discurso (ou interdiscurso) a que se filia Rebeca a fim de problematizar as relações de integração na UNILAB (ou mais adequadamente a falta da integração) recorre a metáforas como “fronteiras” e “barreiras” para caracterizar suas vivências e experiências cotidianas na UNILAB. Dito de outro modo, Rebeca sente que (e sinaliza que

muitos outros atores sociais também) está diante de fronteiras e barreiras todos os dias, fronteiras que separariam e dividiriam e barreiras que imporiam obstáculos e dificuldades de modo que impediriam ou dificultariam um bom convívio entre os distintos grupos sociais. O uso de lexicalização metafórica nessa ocasião dá um valor mais concreto a elementos abstratos como os sentimentos e as percepções de Rebeca, é, por definição, um uso persuasivo da língua diante de uma tomada de posição sobre uma questão controversa.

Já os participantes Alison, Drogba e Ramires preferem ressaltar diferentes lados da questão. Ramires, por exemplo, pontua que há sim processos de integração entre os grupos sociais no âmbito dessa universidade, mas precisam ser melhorados, visto que muitas pessoas têm resistência a ideia de interação entre os diferentes.

Excerto 46

Gustavo: Agora eu queria que tu falasse um pouco sobre a tua experiência com a questão... que é tão falada aqui na UNILAB... da da integração...

Ramires: eu acho que... muitas pessoas dizem que é só falácia... que não há integração... eu digo “há integração... mas precisa ser melhorada”... dentro de sala de aula... você percebe que há ainda resistências... pessoas não querem fazer trabalho com você porque você não é da da você não é brasileiro... há também pessoas que não querem fazer trabalho com brasileiro porque não compreendem eles... isso é falta de compreensão ou é proposital? no início... quando eu cheguei aqui... eu percebi isso... em seminários as pessoas não querem nos escolher... nós africanos... mas depois houve momentos que fizemos trabalhos juntos... há momentos que há resistência... passamos por isso.

Alison, por sua vez, argumenta que existe sim integração naquele espaço acadêmico, mas que não parece ser algo natural entre os envolvidos no cotidiano da instituição. Para ele, a integração na UNILAB é comparável a uma receita de bolo. Intencionalmente ou não, o relato de Alison produz sentidos que vão na direção de uma recusa de estabelecer contato ou aproximação com o(s) outro(s) que aqui chegam.

Excerto 47

Gustavo: Queria te perguntar sobre a tua experiência com a questão da integração... **Alison:** Pronto... eh:: querendo ou não a gente se aproxima daquelas pessoas que você tem algum tipo de coisa comum né... eu gosto de usar o termo coisas em comum porque ele justifica muito a aproximação da gente com pessoas que são diferentes de você... por exemplo... cê vai conhecer uma pessoa nova... cê vai viajar pra um outro país... você vai ter preferência de conhecer pessoas que tenham hábitos ou comportamentos parecidos com o seu... isso é intrínseco do ser humano... você não vai fazer amizade com pessoas que tenham o comportamento diferente... você vai se sentir melhor com pessoas que tenham comportamentos iguais... porque você vai ter assunto você vai ter experiência a serem trocadas e a amizade vai ter um uma duração maior... eu acho que há uma integração na universidade... porém uma integração sistemática... como se tivesse uma receita de bolo da universidade pra se criar a integração e não há uma receita de bolo... eu preciso colocar esses alunos... eh:: no sentido em que eles observem o contexto uns dos outros... brasileiros observaram o contexto dos estrangeiros e os estrangeiros também observando o contexto dos brasileiros e aí seria uma troca... a gente não vê essa troca... a gente tem uma receita de bolo que a universidade tenta criar... uma dessas etapas desse receita de bolo... que é uma coisa que eu critico muito na graduação.. por exemplo... formações de grupos de trabalho dentro das salas de aula... os professores nos obrigam... eu falo isso com muita propriedade porque isso não aconteceu uma duas vezes comigo... aconteceu VÁRIAS vezes durante todo o tempo do curso em que a gente é obrigado a ter pelo menos um ou dois estrangeiros no nosso grupo... como se nós segregássemos aquelas populações... **Gustavo:** em grupo de de trabalho?... **Alison:** grupo de trabalho... por exemplo... se vamos fazer um seminário de seis pessoas... Gustavo... aí os professores falam que é obrigatório ter um ou dois alunos estrangeiros... aí muitas vezes isso é uma imposição... a universidade tenta criar uma espécie de receita de bolo para a integração (...) a gente não pode forçar uma integração... mas aqui a gente vê uma integração forçada... é o que eu penso... que os professores façam isso porque eles veem que

algumas turmas pode sim haver uma segregação... eu falo com propriedade que na minha turma não há... é intrínseco nosso Gustavo você se aproximar de pessoas porque você tem algo em comum (...). Cê não pode ser obrigado a dividir a dividir um grupo e isso eu falo em geral... não só com os estrangeiros nada não... mas você não é obrigado a fazer um grupo com fulano de tal porque fulano é menor é mais ruim do que você... por você ser melhor que você tem que estar com ele que é pra ter um contrabalanço... NUM É ASSIM... você tem que ter o livre poder de decisão de ficar entre as pessoas que você se sente melhor... com aquelas pessoas que você sabe que vão trabalhar... vão ali tá a frente... na nossa turma quanto os professores faziam isso a gente dizia... não preciso o senhor obrigar porque todo mundo aqui se dá bem com todo mundo e sabe que todo mundo que que tá aqui no curso são pessoas capacitadas... ao mesmo tempo que eles também formam grupos só de africanos... mas é uma escolha deles... porque não obrigar também colocar brasileiros? Não há esse respeito. Não há.

No trecho supracitado, Alison apresenta seus sentimentos (na grande maioria, negativos) em relação à forma como a integração é tratada na UNILAB, ressaltando o que, para ele parece ser, muitas vezes, uma imposição institucional. Algo como uma norma que deve ser seguida. Isso é evidenciado pelo uso de verbos e expressões deônticas como “obrigar”, “ter que”, “é obrigatório”, “forçar”. Já Drogba, com um tom modalizador, fala que a integração depende do esforço conjunto de ambos os lados. Assim, para esse ator social, tanto os habitantes locais quanto os que aqui chegam precisariam trabalhar e se esforçar a fim de que essa integração de fato possa acontecer.

Excerto 48

Drogba: eh:: Gustavo... pra falar de da integração... é algo que é é legal falar né por fora... mas quando você vivenciar né... vivenciar essa realidade... aí você vai perceber que a integração depende de ambas partes... não é apenas uma parte... por exemplo... muitas das vezes né é criticado... por exemplo... vão dizer que os brasileiros são preconceituosos não querem aproximar dos africanos né... mas pra você ver também né... por outro lado vai ver que essa integração vai depender de essas ambas partes que já falei

aqui... muitas vezes também os africanos não aproximam né dos brasileiros... então... cada um fica ao seu canto... cada um cada um fica ao seu canto... essa é uma realidade... é uma realidade... mas tem pessoas que se integram né de maneira como deve ser... de maneira muito muito legal muito muito adequada... então eu digo assim... quando você criticar que não há uma integração... você pode criticar em ambas partes... porque isso não vai depender de uma parte só... por exemplo... um brasileiro não pode integrar enquanto um africano não quer... assim também como o africano não pode integrar ao brasileiro enquanto o brasileiro não quer... então vai depender de ambos pra prover essa integração.

Um aspecto que nos chama bastante atenção nos trechos supracitados (nas ideologias que eles remetem) é que o discurso da lusofonia como uma comunidade do tipo irmandade que teria a língua como o encontro das alteridades não é vivido e/ou vivenciado de igual modo por todos na prática de socialização entre os distintos atores sociais na UNILAB. Os relatos dos participantes e nossas observações situadas nos levam a acreditar que, ainda que a ideologia de integração seja um objetivo a ser alcançado (apresentado quase como um princípio institucional), acaba sendo bastante presente a atualização de ideologias linguísticas de assimilação e segregação (e em menor medida, de marginalização) em muitas práticas discursivas nesse espaço institucional.

Como já mencionado, além de relativa ao âmbito situado, isto é, da convivência e de interação entre os diferentes no espaço da universidade e da cidade de acolhida, a noção de integração muitas vezes faz referência também a esse objetivo de união entre as nações ditas lusófonas, no sentido de integrar os Estados nacionais partícipes da lusofonia. Nesse segundo sentido, integração e cooperação aparecem como similares, isto é, integrar para desenvolver uma interlocução, um troca, uma ação conjunta mais ampla ligada às questões educacionais e geopolíticas.

Com alguns participantes, a conversa seguiu no sentido de pontuar essa visão mais ampla de integração e o papel da língua portuguesa para a integração tanto situada como geopolítica. É nesse sentido que Rebeca nos

fala que é nos discurso sobre lusofonia que opera essa ideia de integração, segundo discursos, “a lusofonia permitiria essa integração”.

Excerto 49

Gustavo: eh:: assim... qual o papel da língua... a língua tem algum papel na integração?... **Rebeca:** sim... a lusofonia né... a lusofonia que permitiria essa integração... por isso que colocaram a lusofonia... a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira... integrar a lusofonia... essa lusofonia desperta a língua com força... a língua como se fosse homogênea e aqui no Brasil chegamos e vimos que a língua não é homogênea... **Gustavo:** isso... nem entre os brasileiros... nem entre nós cearenses... **Rebeca:** com certeza... com certeza.

Por outro lado, Alison relembra que os cursos da UNILAB foram criados visando os interesses profissionais dos países africanos e asiático e acredita que o desenvolvimento conjunto de todos os países envolvidos está em processo, ainda que não se tenha muitos resultados sobre isso.

Excerto 50

Gustavo: E a integração de forma mais ampla... entre os países... porque parece ser uma questão também fundamental na da UNILAB... **Alison:** Sim sim... exatamente... tanto que até a própria intenção desses cursos foram pautados não só em nós... nas necessidades do contexto brasileiro... mas nas necessidades desses países também né... em relação ao desenvolvimento agrário desenvolvimento da saúde a formação de professores... enfim... o que eu vejo ainda na universidade é que ela ainda se prepara pra isso... é como se eles se enxergassem ainda pequenos com uma universidade ainda de seis anos em que ainda eles são chamados a isso... porque a gente ainda tá formando profissionais... agora acho que tá na segunda turma de de entrada... a universidade nós estamos com poucos profissionais... então eu vejo que a universidade tá investindo em uma coisa que ela não tá tendo ainda resultado... por conta do tempo... e acredito que integração de sucesso é uma integração em que eu veja a diferenciação de desenvolvimento desses país... realmente educação desses países

melhorou?... a saúde melhorou por conta dessa integração que tá havendo lá numa cidade do no interior do Brasil?... então são dados ainda que a UNILAB tá tentando descobrir pra ver se realmente a integração que ela se propõe a fazer realmente tá surtindo efeito ou não tá... mas ela tá tentando.

Em outra passagem, Alison diz que a língua portuguesa foi pensada como a própria justificativa da união e da formação da universidade e, sobretudo através de perguntas retóricas, argumenta que não entende e/ou não concorda muito com cooperação na UNILAB, notadamente por acreditar que seja unilateral. Para ele, só o Brasil auxilia e, em contrapartida, não teria o retorno quanto a isso.

Excerto 51

Gustavo: E assim... qual o papel da língua portuguesa nesse projeto de integração?... **Alison:** eu vejo a língua portuguesa como a justificativa da união... por que unir os povos? porque falam língua portuguesa... mas até hoje eu não encontrei um raciocínio que explique... então por que essa cooperação? porque eu vejo muito o Brasil como referências desses países... mas por que haver a cooperação? que eles falam na cooperação Sul-Sul que é a cooperação entre os países da região sul do hemisfério... mas pra mim a cooperação seria uma via de mão dupla... eu te ofereço recursos e tu me oferece os recursos que tu pode me oferecer... e eu vejo muito uma universidadezinha como se fosse até filantrópica assim podemos dizer... porque ela dá ela contribui só ela faz só ela manda... e qual o retorno que nós temos ao Brasil em relação a essa cooperação? quais os benefícios dessa cooperação?... eu sinceramente não não sei se é por falta de conhecimento... mas eu não consigo enxergar... eu já tentei várias vezes... mas eu não consigo entender... como é que você traz pessoas de fora pra dar um ensino de qualidade... que aqui nosso ensino é de qualidade... eu sou uma pessoa que toco muito nessa tecla... que dá auxílios estudantis a esses alunos toda uma estabilidade... mas esse aluno volta pro país dele e qual o retorno que temos pro Brasil?... eu não tenho um retorno... se é uma universidade de cooperação Sul-Sul deveria ter investimentos desses países também... porque eles não podem criar universidades... mas eles têm

recursos... eles têm matéria prima por exemplo... por que não mandar esse recurso para o Brasil ou particularmente mesmo pra a UNILAB?... Nós não temos condições pra criar uma universidade... então a gente vai ajudar vocês nas que vocês têm pra que vocês nos deem uma uma força... uma mão de obra qualificada que a gente possa se desenvolver... é uma cooperação... é todo mundo... só que eu não vejo... eu vejo um país de portas abertas oferecendo graduação licenciatura para as pessoas... mas sem retorno... eu não vejo retorno.

Entendo o relato supracitado como uma maneira de descrever a cooperação que revela uma avaliação negativa sobre a questão. Ou seja, para Alison, as representações discursivas que propõe uma identidade transnacional baseada na língua portuguesa servem/serviram como embasamento para outras representações discursivas ligadas à própria criação da universidade, como, por exemplo, o objetivo de cooperação e desenvolvimento dos países, ainda que ele não entenda e/ou não concorde com o discurso oficial da cooperação ou, mais precisamente com o *modus operandi* dessa cooperação.

Outro tópico bastante salientado nos relatos dos participantes quando perguntados sobre a integração foi precisamente os estereótipos, os estigmas e os preconceitos que muitas vezes estão presentes nas relações sociais que vão se estabelecendo nesse espaço universitário multilíngue e multicultural e que, de algum modo, acabam atrapalhando a própria integração almejada. Drogba fala dessa questão de modo enfático:

Excerto 51

Drogba: aconteceu um afastamento né... de tentar nos afastar tentar ficar longe de nós... então isso aconteceu... mas aconteceu por quê? porque aqueles brasileiros não entendiam que nós somos capazes... para eles confessarem depois... eles achavam que nós não somos capazes de estudar e tirar boas notas de né ter o mesmo sucesso na faculdade... porque eles... o que eles sabem da África é aquelas coisas ruins né que a mídia mostra sobre a África... então eles conhecem isso... para eles o africano não tem essa capacidade de estudar na faculdade... não tem essa capacidade de tirar boas notas né... de ser bem sucedido na faculdade... então... essa é a concepção

que eles que eles tinham... os colegas brasileiros... mas por por final né... ao longo do nosso curso né... vindo a gente tão ativo na sala participando na aula tirando boas notas... então eles acabaram eles confessaram o que eles pensavam de nós... uma menina falou que... não vou dizer chamar o nome dela... ela disse que para que a gente perdoasse ela que ela tinha uma concepção contra africano... achando africano como pessoa inferior a pessoa que não tem capacidade de tirar boas notas... então ela achava que talvez era melhor afastar de nós... então nessa vivência... nós percebemos que as vezes a concepção o preconceito que a gente tem faz com que você vá se afastar duma pessoa pensando no que você acha que essa pessoa é... então isso é uma situação que a gente se deparou com isso logo nos primeiros tempos na UNILAB... essa exclusão... mas hoje somos grandes amigos... na sala de aula a gente compartilha conhecimentos... a gente provoca discussões... a gente já tem esse senso crítico contra os pensamentos pensamentos ou ideologias que são impostas às vezes né pra tentar estigmatizar uma certa coisa... uma certa cultura... uma certa pessoa... então isso fez com que nós entendêssemos isso a partir dessa convivência que a gente já teve.

Drogba se apresenta como crítico das visões estereotipadas e estigmatizantes que muitos universitários brasileiros tinham/têm sobre o continente africano e sobre os atores sociais que de lá tem chegado na UNILAB. Esse participante pontua que os conceitos negativos (conceitos prévios) que são reproduzidos sobre o(s) outro(s) muitas vezes podem contribuir para o afastamento das relações entre esses grupos sociais (questão tão debatida nos estudos sobre ideologias linguísticas) e frisa que isso aconteceu quando chegou aqui no Brasil, momento em que muitos estudantes brasileiros acreditavam que os africanos não tinham capacidades cognitivas e intelectuais “achando africano como pessoa inferior... a pessoa que não tem capacidade de tirar boas notas”. O relato de Regina vai na mesma direção, ao pontuar que muitas visões e crenças (todas de base avaliativas, diga-se de passagem) que se têm no Brasil sobre os africanos são estereotipadas.

Excerto 52

Regina: É outra questão... além da da questão linguística... outra questão assim né que pesa mesmo na nessa questão da integração é o preconceito... é o preconceito né da visão de África que se tem... que apesar de estarem na universidade a maioria dos estudantes ((brasileiros)) têm né... essa essa carga negativa de que o negro o africano é aquela coisa obscura... aquela coisa ruim aquela coisa que não presta aquela coisa que vai trazer né pontos negativos... ou... as questões religiosas influenciam também porque apesar do catolicismo ser muito forte a super maioria ou não são adeptos de nenhuma prática religiosa ou são evangélicos né... tem as religiões também deles lá de matrizes africanas... isso é um fator também que acaba sendo muito forte na quando a gente pensa no fator integração né... no fator convivência mesmo.

Os relatos supracitados de Drogba e Regina inserem-se em uma rede de discursos que, em alguma medida, questionam uma idealizada comunidade de sentimentos baseada em uma identidade linguística. Além disso, argumentam que o preconceito, o senso comum bem como outras crenças negativas a respeito do(s) outro(s) são importantes fatores que impossibilitam os processos de convivência e de integração.

Sobre essa questão, Larissa e Rebeca procuram exemplificar bastante suas experiências e vivências em solo cearense. No âmbito das práticas discursivas, dar exemplos concretos sobre o que se está falando conceitualmente é uma estratégia discursiva poderosa nas práticas de linguagem que ajudam a memorizar melhor argumentos abstratos. Situações, casos específicos, histórias curtas podem servir para ilustrar um argumento e tornar a posição ou o ponto de vista do enunciador mais crível (VAN DIJK, 2005). Larissa, por exemplo, nos fala que

Excerto 53

Larissa: ao pensar o projeto UNILAB pensaram muito na integração... mas eu acho que a integração aqui na UNILAB não se faz sentir... nós não temos a integração de fato e eu acho que essa mesma... essa ideia que eu apresento agora é variada para cada pessoa... mas eu acho que quem

pensa mais nisso... que não existe a integração... somos nós os estudantes estrangeiros... **Gustavo:** aham... **Larissa:** e não os brasileiros... eu acho que nós pensamos mais nisso porque nós ainda sofremos discriminação aqui dentro da universidade por parte de colegas... de professores... eu por exemplo eu sou negra e eu tenho colegas brasileiros negros que têm preconceito comigo... **Gustavo:** sério?... **Larissa:** negro também... não é nem... nem tô falando de uma pessoa branca... mesmo negro... mas então eu acho que o próprio conceito de integração aqui ainda não se faz sentir... nós... se formos para os grupos de pesquisa por exemplo... na maior parte dos grupos nós vamos encontrar mais brasileiros do que africanos... se a ideia era pra integrar?... **Gustavo:** bolsistas tem mais brasileiros?... **Larissa:** É... nos grupos de pesquisa... **Gustavo:** os brasileiros não percebem isso?..... **Larissa:** NÃO PERCEBEM ISSO... você vai encontrar um grupo de pesquisa por exemplo que tem dez bolsistas... dos bolsistas... principalmente se for o professor quem escolhe quem vai ser... quem vai tem bolsa remunerada e não remunerada... se for o professor quem escolhe... a maior parte dos remunerados são brasileiros... **Gustavo:** será que isso tem alguma coisa haver com a questão linguísticas?... o jeito de falar por exemplo? **Larissa:** eu senti isso no início... no início tanto é que eu sinto que eu adotei pelo menos a variantes escrita do português brasileira... eu adotei... **Gustavo:** aham... **Larissa:** e eu fui atrás de adotar porque eu sentia que eu tinha notas... no início eu sentia que eu tinha notas baixas por conta disso... eu escrevia... eu apresentava o assunto do jeito que foi pedido mas chega na hora a nota é baixa... eu tive que adotar um outro critério que de início aquilo foi me incomodando muito e eu adotei a norma escrita ou a variante escrita do português brasileiro... **Gustavo:** você teve que se adequar ao jeito que se escreve aqui?... **Larissa:** eu acho que sim... os professores da nossa área de linguística não... alguns outros professores ... **Gustavo:** não falo nem só de professores e aluno... mas das pessoas da cidade de forma geral... na rua... **Larissa:** tem... tem muito isso... eles perguntam se nós já aprendemos o português já... se já fala o português direito... e meu sotaque já até mudou um pouquinho... não mudou muito porque eu já vim formatada no português... pensa pra quem não veio ainda formatado?... pra quem só tinha um domínio de quarenta por cento de português... eu sinto que muda mais

pros colegas que num num tem o português como língua materna por exemplo... de que eles vão aprendendo umas palavras e também vão adotando o sotaque a medida que vão aprendendo.

Assim como Drogba e Remires, Larissa ressalta que o preconceito é um problema social que atravessa sua experiência como estudante migrante no espaço da UNILAB. Para essa participante, isso acontece e é perceptível por parte dos estudantes africanos, seja em processos seletivos de formação de grupos de pesquisa, seja em provas e avaliações nas disciplinas do curso de graduação, seja na rua ou em outros espaços da cidade de Redenção. Os exemplos dados por Rebeca assemelham-se aos supracitados.

Excerto 54

Gustavo: A senhora tem alguma coisa a acrescentar... sei lá... uma coisa que eu deveria ter perguntado ((risos))... **Rebeca:** eu acho que a importância do projeto da UNILAB dentro desse universo brasileiro... **Gustavo:** sim sim eu reconheço que é muito importante... que a UNILAB atenta e faz muitas coisas que não existe em todas as universidades... mas é sempre bom contribuir... aprimorar... **Rebeca:** sim sim sim é isso... exatamente... e menos preconceito racismo eh:: com o africano inclusive... como ele é visto... racismo linguístico e racismo pela cor da pele... **Gustavo:** sim sim... **Rebeca:** quando dizem “você tá falando tão bem... você nasceu aqui?” essas coisas... então brasileiros têm muito desse preconceito... desse racismo linguístico somado muito ao racismo da cor da pele da procedência... então eu acho que a questão toda que ficou pra fechar essas suas perguntas é a questão da sociabilidade que esse racismo linguístico traz e e faz com que afasta e diminui esse processo de integração por conta desse racismo linguístico e somando-se a isso um racismo eh:: cultural e da cor da pele... então aí você tem nesse processo dentro da lusofonia... é um dos países mais racista o Brasil entendeu?... nesse processo você tem a cidade onde está UNILAB... é uma cidade que não acolheu a UNILAB em termos da sua internacionalização... mas sim em termos do que a UNILAB pode oferecer eh:: na geração de emprego e acessibilidade... acesso ao ensino superior mas não na na recepção dos estudantes africanos... então isso eu falo

porque eu tenho dados de um projeto de pesquisa que a gente vê grandes conflitos de sociabilidade entre africanos e a comunidade local não só na:: dentro da UNILAB como fora dela no seu entorno... então você tem um lugar onde os preços da do aluguel variam conforme se é pra brasileiro ou se é pra pra africano é outro preço... você tem um supermercado onde se nega parcelar compra ao africano porque pensa que pode não pagar não sei o quê... “não paga então não passa no cartão de crédito”... dizem “não a gente prefere que você pague em dinheiro”... então são várias questões que a gente pode tá trazendo como complementares a essa questão linguística mas tem relações sociais amplas aí... históricas ideológica a questão do africano como um poço de doenças... o africano não pode ir pra médico só pra controle pra uma questão de check up... é sempre porque tem alguma doença tem tem aids tem tem alguma doença eh:: infecto contagiosa que pode transmitir pra pra o brasileiro... então o africano em si é novidade... é tudo é tudo negativado em termos da sua da sua condição... os brasileiros não gostam de ouvir isso mas é a realidade ((dizem)) “nada também é exagero né tudo isso não” mas é a verdade é verdade você tem isso nas igrejas... nos mercantis... nas ruas enfim... (...) mas nós vemos a parte positiva também... mas estamos dizendo também a parte que é negativa que nos interpela... a parte que nos interpela diretamente é essa parte da própria do comportamento dos próprios professores na sala de aula com os alunos africanos do comportamento dos brasileiros com os alunos africano e da comunidade onde a UNILAB está... isso é inegável isso é inegável agora que é a UNILAB é importante na VIDA DESSES AFRICANOS É... porque tá promovendo uma capacitação e uma e a formação dos seres humanos do recursos humanos pra esses países... agora que tem algumas falhas que precisam ser melhorados... isso não vai nos deixar de apontar por conta da sua importância... ela é importante... mas existem grandes falhas principalmente umas coisas que nas diretrizes falta é só falta de um de uma duma duma reunião anual entre professores institutos e a direção pra entender como é esse processo... **Gustavo:** os que falam que não não há esses preconceitos não passam por isso né?... **Rebeca:** pois é... eu ouvi de uma professora inclusive da UNILAB perguntando “não sei porque que os africanos se escandalizam tanto com o racismo brasileiro... no país deles não

tem racismo?” aí eu fico imaginando... que tipo de racismo que a gente... é diferente... nós não somos discriminados pela cor da pele... não somos discriminados por sermos africanos... então aí você vê... aqui você é discriminado pela cor da pele... pela sua aparência e por ser africano (...) então eu acho que essas são questões que não se pode perder de vista dentro disso... o racismo linguístico ele é relacionado a outras formas de racismo também.

No extenso relato supracitado, Rebeca recorre aos exemplos da vida na universidade e na cidade de Redenção para reforçar seus argumentos. Para ela, as várias crenças avaliativas relativas às línguas e à linguagem discutidas nesta pesquisa são formas específicas de discriminação, ou, mais precisamente, fazem parte do que ela chamou de “racismo linguístico” e compreendeu como estando relacionado a outras formas de discriminação, isto é, “racismo linguístico somado muito ao racismo da cor da pele da procedência”. Para evidenciar o que está dizendo, a participante alia suas vivências de atriz social situada a sua experiência como pesquisadora social, quer dizer, uma especialista em observar cientificamente a vida em sociedade.

Um aspecto que nos chamou muita a atenção no trecho de entrevista acima são os exemplos de estigmas e preconceitos comentados por Rebeca. Aqui a participante faz questão de problematizar determinados discursos atualizados nesse contexto situado sobre o(s) outro(s), discursos em os estudantes africanos geralmente são vistos como potenciais repositórios de doenças e como potenciais espertalhões e/ou trapaceiros. Rebeca frisa que são por questões como essas de “conflitos de sociabilidade” que a integração ainda não se faz sentir na UNILAB e na cidade de Redenção de maneira mais ampla. São questões que essa participante entende como articuladas e/ou complementares ao que estou pesquisando, uma vez que, segundo ela, “o racismo linguístico é relacionado a outras formas de racismo também”.

5.5. Discussões dos resultados

Nesta seção, destaco os resultados de nossa análise e interpretação sobre os dados, de modo a discutir as principais características dos discursos e ideologias linguísticas predominantes nos documentos oficiais, em nossas

observações situadas e nos relatos dos atores sociais (professores e estudantes) que participaram da pesquisa.

Começo apontando que nossa análise demonstrou que a posição oficial reproduz e/ou retrabalha, de maneira recorrente, uma ideologia linguística comum entre outros espaços e momentos históricos, qual seja: a crença avaliativa e coletivamente compartilhada (daí porque ideologia) de uma comunidade identitária formada por laços e heranças linguísticas, isto é, uma comunidade (a lusofonia) fundada por noções, crenças e percepções em que a língua portuguesa figuraria como o vínculo identitário dos diferentes países que integram essa universidade.

Como mostrado na seção anterior, essa ideologia linguística é formada por representações discursivas que reivindicam uma identidade, de modo a justificar a própria criação/construção da instituição. Recorre-se, por exemplo, às noções de “passado de experiências comuns”, “língua portuguesa como meio estratégico”, “necessidade de integração e cooperação entre os países parceiros” entre outros motes.

Nessas representações são incluídas considerações sobre a diversidade e a pluralidade que caracteriza a Comunidade Lusófona na UNILAB, notadamente, em termos étnicos, religiosos, sexuais, culturais e artísticos. Sobre esse aspecto, pontuo que as construções de sentidos relativos às questões de respeito e valorização da pluralidade parecem não incluir a diversidade de línguas e/ou configurações linguísticas (noções como português brasileiro, português angolano, português moçambicano, por exemplo). Em nossa concepção, tanto explicitamente como implicitamente (ao não tematizar a questão) a posição oficial passa a mensagem de que fala-se somente a língua portuguesa na lusofonia. Esse é tanto um discurso de ampla circulação na instituição como um pressuposto e/ou um subentendido dos enunciados oficiais sobre a(s) língua(s). Nisso estaria implicado um desejo de homogeneização linguística? Será mesmo que só seríamos uma comunidade se usarmos a mesma língua? Os atores sociais se identificam com a identidade lusófona nesses termos? Esses e outros questionamentos foram feitos durante o processo de análise dos dados.

A análise dos dados nos mostrou que os vínculos entre língua e identidade são bastante complexos, uma vez que, enquanto para alguns as

representações sobre a língua portuguesa e a comunidade lusófona podem ser marcadores de pertencimento identitário, para outros, sobretudo os estudantes e os professores africanos, tais representações podem ser e são desafiadas ou, no mínimo, passam por processos de disputas sobre os sentidos identitários da lusofonia. Em outras palavras, a ideia de lusofonia é interpretada por alguns atores sociais (sobretudo, Larissa e Ramires) como uma imposição que é exercida pelos brasileiros sobre os migrantes “você está aqui então tem que falar como nós, em português” e esses mesmos atores sociais negociam sentidos a respeito da dita lusofonia.

Dito de outro modo, algumas ideologias linguísticas constroem sentidos identitários que, por vezes, podem ser interpretados como estereotipantes e/ou estigmatizantes. São identidades impostas e ocorrem quando são atribuídos sentidos sobre os sujeitos e grupos sociais e culturais independente de seus interesses, identificações, concepções etc. e é precisamente aí que constato lutas, oposições e embates discursivos que se apresentam como resistências. O termo lusofonia em si é alvo de debates por parte de quase todos os atores sociais migrantes que participaram desta pesquisa. A lusofonia está sujeita a negociações identitárias. Para eles, a adesão à noção de lusofonia encontra-se carregada de reservas, desconfianças e ponderações “o que temos a ganhar com isso?”, “a lusofonia nos parece algo utópico”, “circulação livre só existe no papel”. Esses participantes preferem conceber e pensar em uma visão mais ampla de comunidade, uma concepção em que a complexidade e a heterogeneidade, e não uma língua específica, seja seu marco comum, isto é, uma concepção que assumi a existência de contradições, desigualdades, relações de poder no âmbito da CPLP e reconhece que a lusofonia “não é só uma questão de língua”, por isso mesmo melhor pensá-la sempre no plural, isto é, como lusofonias.

A noção de “lusofonias” pode ser apontada também como núcleo de um discurso fundamentado em uma ideologia linguística específica, a ideologia que valoriza, incentiva, avalia positivamente e cria identificações com as pluralidades/diversidades inerentes a essa comunidade. Essa é uma identidade assumida tanto pelos atores sociais que participaram da pesquisa, quanto pelos documentos oficiais, ainda que, como já apontado, esse último conjunto de dados pareça sugerir que não considera a diversidade linguística como

propriamente uma questão tão relevante como as outras diversidades. Em síntese, nesse contexto, a grande maioria das identidades são *negociadas*; algumas são *assumidas* e outras são *impostas*, isto é, são interpretadas como imposições.

Nossa análise identificou também discursos e ideologias relacionados a processos de socialização no contexto da UNILAB. São discursos e ideologias relativos à ideia de integração entre os lusófonos, falantes de língua portuguesa. Sobre essa questão, percebo que aquilo que a tradição de estudos em Antropologia Linguística chamou de ideologia integracionista aparece na posição oficial como, simultaneamente, um princípio norteador e um desejo de sua efetivação. Dito de outro modo, os documentos oficiais investem na concepção de que a integração (o respeito e a valorização da diversidade e o incentivo às relações intergrupais) é em si um meio para se conseguir o enriquecimento mútuo entre os sujeitos participes desse multifacetado contexto institucional. Essa posição é defendida, em variados graus e matizes, também por alguns participantes da pesquisa, embora haja oposições à essa noção e seu conjunto de práticas.

No que diz respeito à experiência dos participantes brasileiros sobre as práticas e ideologias relativas à integração, não foi constatado um discurso dominante. Nesse grupo, o tópico supracitado é pensado a partir de uma variedade de posições ou representações discursivas, em nossa visão, bastante contraditórias.

Com relação aos participantes migrantes, a percepção que mais apareceu durante as entrevistas foi a de que há problemas com os processos de integração em curso na UNILAB e justamente por isso esses processos precisariam ser melhorados e/ou aperfeiçoados. Nesses relatos, a matriz global dos discursos vai na direção de argumentar que suas experiências como estudantes estrangeiros é atravessada por estigmas, preconceitos e estereótipos ou, de acordo com Rebeca, racismos de cor da pele e de procedência geográfica, racismos esses que, segundo essa participante, são relacionados e complementares ao racismo linguístico. Aparece ainda a ideia de que esses preconceitos acabam retardando e atrapalhando a própria integração buscada. Nesses discursos, ver-se explicitamente uma avaliação positiva sobre a integração, no entanto, se crítica seus *modos operandi*, isto é,

a maneira tal como tem sido efetivada em práticas e eventos concretos nas interações cotidianas entre os atores sociais migrantes e os atores sociais brasileiros que vivenciam esse contexto situado.

Esses relatos evidenciam que a percepção de que há problemas na integração é bem maior entre os participantes migrantes. Ao lexicalizarem processos sociais com termos como “preconceitos”, “estigmas” e “racismos”, esses atores sociais demonstram que se sentem incomodados com os rumos das interações reais, do dia a dia, da integração que acontece de fato nesse contexto institucional e em seu entorno. Tais relatos nos dizem, portanto, que, muitas vezes, as práticas sociais que eram para ser orientadas pela noção de integração (concepção explicitamente defendida pela instituição), acabam sendo, na prática cotidiana vivida e vivenciada pelos migrantes, orientadas por ideologias assimilacionistas ou mesmo, como nos conta os relatos de Larissa e Rebeca, culminam em processos e ideologias de segregação e de marginalização entre os diferentes atores sociais envolvidos nesse espaço universitário.

Como comentado durante a análise, o posicionamento supracitado está fundamentado em um discurso que questiona a integração real e, ao mesmo tempo, defende uma integração mais saudável, mais informada sobre as peculiaridades, complexidades e pluralidades que marcam esse espaço. Um discurso que, mais do que idealizar uma comunidade de sentimentos fundada em uma pressuposta língua comum, aponta problemas como as desconfianças, os receios e os preconceitos para com o(s) outro(s) que integram a dita lusofonia e, ao fazer isso, defende que se faz necessário incentivar melhores maneiras de abordar a(s) outriedade(s) lusófona(s).

Nossa análise evidenciou que as ideologias linguísticas que fundamentam as percepções tanto da posição oficial quanto dos atores sociais que participaram da pesquisa são mobilizadas através de determinados recursos textuais, entre eles, sobretudo, estratégias ligadas às articulações discursivas (interdiscursividade), às crenças implícitas (pressupostas e subentendidas) e às avaliações axiológicas sobre as línguas, os falantes e suas práticas comunicativas. Tais recursos e estratégias textuais são intrinsecamente relacionados aos modos de agir, de representar e de identificar-se dos sujeitos

e da instituição em questão. Daí porque considero que formas e funções/sentidos são inseparáveis na análise de discursos e ideologias.

Como dito anteriormente, a crença ideológica de que compartilhamos uma língua e a partir disso seríamos uma comunidade/identidade que justamente tem nesses laços linguísticos sua razão de ser é pressuposta por dados atores sociais e, principalmente, pela posição oficial da UNILAB. São implícitos que estão na base de um dado discurso sobre as línguas (relativo ao que, nesse espaço institucional situado, mas também em contextos socioculturais mais amplos, se considera língua legítima). Esse discurso, de alguma forma, mesmo que não explicitamente, acaba avaliando negativamente a própria diversidade de línguas que caracteriza a dita Comunidade Lusófona. Como mostrei, aí reside, precisamente, uma dada representação discursiva sobre a pluralidade linguística, fundamentada por uma ideologia monolíngue e, a partir disso, a imagem passada é que a UNILAB se vê como uma instituição que fala somente em língua portuguesa. Como observei, nas práticas e nos eventos sociais do cotidiano da universidade e, sobretudo, em textos que configuram o que estou chamando de posição oficial, esse discurso monolíngue (falamos língua portuguesa) é articulado, e muitas vezes entrelaçado, ao discurso que advoga o respeito e a valorização de outras diversidades.

No que diz respeito aos elementos simbólico-identitários dos sentidos sobre a lusofonia, percebi uma interdiscursividade relativa aos conflitos e às oposições de discursos. Em específico, nossa análise mostrou que a representação discursiva que sustenta, como vínculo identitário, uma Lusofonia do tipo comunidade monolíngue, unida por uma língua imaginada como comum (que orienta práticas como, por exemplo, a imposição de um monolinguismo em português), sofre resistência e é desafiado por discursos alternativos sobre a dita comunidade, discursos esses que apregoam uma visão mais pluralista, por lusofonias, como ideologia de oposição e dissidência em relação a uma concepção assentada. Há aí uma luta pelos sentidos ideológicos do termo lusofonia, sentidos esses que jogam um papel relevante na configuração identificacional de muitos atores sociais que, cotidianamente, vivenciam práticas e interpretam ideologias e discursos relativos à CPLP.

Os sentidos identitários em sua maioria estão, nesse contexto situado, em constante negociação. Muitos olham com desconfiança para uma suposta identidade lusófona, e, por vezes, essa categoria lhes parece uma identidade imposta e precisamente por conta disso não há uma aceitação tácita, os agentes negociam essa identidade, tentam extrair o que é bom dessa categorização em termos de recursos simbólicos e materiais, ao mesmo tempo em que buscam repensá-la, aprimorá-la, sofisticá-la em termos de ainda mais valorização e respeito ao diferente e à diversidade.

Uma questão bastante relacionada as visões identitário-lusófonas é justamente as avaliações sobre a integração. A impressão que fica é que todos os textos e relatos avaliam positivamente a integração. Nos entanto, sobre essa questão, percebi que em dados discursos e práticas que a integração é compreendida como assimilação, isto é, se concebe a integração muitas vezes através de algo como “seja como nós para conseguir se integrar”. Essa é uma mensagem implícita de dados posicionamentos presentes no contexto estudado. Em contraposição, há a compreensão de que a integração não é como deveria ser. Esse último posicionamento, ainda que avalie positivamente a integração como conceito e como conjunto de práticas, aponta problemas na integração real, efetivamente vivenciada na instituição e em seu entorno. Aqui, interdiscursividade, implícitos e avaliações específicas agem simultaneamente na construção dos discursos e das ideologias linguísticas que circulam na UNILAB situada nas cidades de Redenção e Acarape no estado do Ceará.

Nesse sentido, a interpretação dos dados da pesquisa por meio de uma Análise de Discurso Textualmente Orientada nos mostrou alguns elementos importantes: como valores, posicionamentos, compreensões individuais e sociais podem ser inferidos (via pressupostos e subentendidos) através da observação do uso de dados formas linguísticas; como a escolha de certos itens lexicais (metáforas, por exemplo) e/ou estruturas linguísticas específicas são em si mesmas (ou servem para os sujeitos imprimirem) avaliações de fenômenos da vida social; como posições contrastantes se materializam em textos e revelam hibridismos ou articulações discursivas; como diferentes vozes (intertextualidades) são mobilizadas para reforçar ou enfraquecer pontos de vista específicos.

Dessa forma, por meio de uma ADTO, foi possível examinar como dadas ideologias linguísticas são constantemente (re)produzidas em contextos sociais específicos. Pude entender como, de maneira geral, os discursos relacionados a essas ideologias estão, eventualmente, na base da produção de preconceitos e estigmas, mas também, como não poderia ser diferente, podem ser formulados visando posicionamentos de resistência. Dito de outro modo, pude compreender como as práticas discursivas mobilizadas via dados recursos e estratégias textuais desempenham papéis vitais na transmissão e no compartilhamento (e, por vezes, na perpetuação e naturalização) de valores e compreensões sobre a vida social, sobre nós e sobre o(s) outro(s) etc. e, no caso aqui em questão, sobre o universo de crenças sobre as línguas, os falantes e suas práticas comunicativas em um contexto social específico.

Em nossa compreensão, os elementos discursivos supracitados utilizados para a interpretação dos dados nos autoriza a argumentar que algumas ideologias linguísticas que circulam na UNILAB são duradouras e atravessam contextos sociais, são ideologias que estão presentes em outros espaços geográficos e em outros períodos históricos (BLACKLEDGE, 2005; MARTÍN ROJO, 2010, 2017; PINTO, 2014; CAVALCANTI; MAHER, 2019). Funcionando como uma estrutura social naturalizada sobre o domínio das línguas.

Em outras palavras, as ideologias linguísticas em questão fazem parte de determinadas estruturas sociais que alimentam os eventos sociais atuais, funcionando como reprodução de posicionamentos e compreensões e, simultaneamente, esses eventos sociais, de alguma maneira, retroalimentam ordens discursivas ligadas a essas estruturas sociais convencionadas e/ou naturalizadas sobre o âmbito lusófono, suas línguas e seus falantes. Nossa percepção é que, no contexto situado da UNILAB, o acúmulo de certas ideologias e discursos inseridos em eventos – parte constitutiva dessas – movimentam estruturas sociais passadas (historicamente pensadas sobre as línguas e os falantes) no sentido de naturalizá-las e legitimá-las.

Por meio de uma ADTO voltada para um olhar situado sobre as práticas e os eventos discursivos, pode-se também mostrar como essas ideologias influenciam dados atores sociais, em ações específicas, ao passo que não influenciam outros (ou o fazem em menor grau) e, ao mesmo tempo, como os

indivíduos compreendem essa complexa rede de ideologias que lhes chegam cotidianamente de modo que, a partir disso, construam sentidos e interpretações situadas para guiar suas ações nesse espaço.

6 CONCLUSÃO

No decorrer desta pesquisa, deparei-me, fundamentalmente, com a atualização de determinados discursos. Como argumentei na seção de análise, nos dados desta pesquisa encontrei três relações entre discursos que, em minha compreensão, são pontos chave para entender o funcionamento de ideologias linguísticas que circulam no âmbito da UNILAB em Redenção-CE. A primeira, a relação entre discursos que defendem o respeito e a valorização das diversidades que compõem a UNILAB (e a Lusofonia) e discursos específicos sobre as línguas. A segunda, a relação entre determinados discursos sobre a língua portuguesa e discursos sobre lusofonia como identidade transnacional. A terceira, a relação entre discursos particulares sobre a língua portuguesa e discursos específicos sobre integração entre os lusófonos.

No capítulo de análise, apontei que a primeira dessas relações entre discursos evidencia dadas compreensões situadas simultaneamente sobre a(s) diversidade(s) e sobre as línguas. A representação discursiva que pontua a necessidade de respeitar as diversidades étnico-raciais, as culturais, as religiosas, as artísticas e as de gênero, tal como aparece nos documentos oficiais é recorrente, sobretudo, na posição oficial e apresenta-se como uma representação discursiva consensual, legitimada e de ampla circulação no contexto investigado. Acredito que as observações êmicas dos participantes da pesquisa, atores sociais que vivenciam esse contexto situado sobre a também evidente pluralidade linguística, podem ampliar o potencial reflexivo e a atuação crítica da UNILAB no combate às distintas formas de discriminação, visando ao entendimento de que a diferença e/ou a pluralidade não pode ser nunca uma justificativa para o fomento às hostilidades, aos preconceitos, aos estigmas e às segregações.

Argumentei que, no contexto investigado, a representação discursiva que propõe o respeito e a valorização da(s) diversidade(s) convive com outras representações discursivas, por vezes entrelaçando-se com peculiaridades, propriedades e minúcias dessas outras representações. Pode-se apontar entre elas: (1) uma representação discursiva que não tematiza e/ou silencia a diversidade de línguas; (2) uma representação discursiva que supõem que na UNILAB se fala uma só língua; (3) uma representação discursiva que projeta a

comunidade lusófona como monolíngue; (3) uma representação discursiva que, implicitamente, considera algumas línguas e variedades linguísticas como superiores a outras; (4) uma representação discursiva que postula que “eles”, uma vez estando aqui, deveriam se adaptar aos “nossos” costumes e/ou comportamentos linguísticos.

A análise dos discursos supracitados permitiu compreender que, geralmente, no contexto investigado, ainda não há uma ênfase na tematização e na discussão da diversidade de línguas da Lusofonia. Frequentemente, nesse espaço, quando se trata de pensar as diversidades a serem conhecidas, respeitadas e valorizadas, o aspecto plural da lusofonia em termos linguísticos não é convocado para compor o quadro das diversidades existentes na UNILAB. A hegemonia da língua portuguesa aparece como um dado da realidade que não precisa ser considerado ou problematizado, não precisa ser tratado em seus aspectos históricos e ideológicos. Há uma suposição existencial e naturalizada de que a língua portuguesa é “a língua” da lusofonia.

No que diz respeito às relações entre discursos sobre a língua portuguesa e discursos sobre lusofonia, constatei a presença de ideologias linguísticas que (re)produzem a noção da identidade coletiva fundamentada em uma língua considerada comum. Uma das representações discursivas mais legitimada presente nas relações entre discursos supracitados é, notadamente, a representação que investe na ideia da língua portuguesa como elemento central, primordial, elementar e indispensável para a união da comunidade lusófona. Essa representação discursiva recorre ao simbolismo identitário da noção de lusofonia como o fundamento da própria existência de uma comunidade dos países falantes de língua portuguesa. Em outras palavras, aqui, percebe-se um discurso identitário que recria experiências e imaginários coletivos históricos sobre o papel das línguas na formação e na consolidação de comunidades (imaginadas), no caso em questão, uma comunidade internacional. Na minha compreensão, essa identidade é um reflexo dos discursos que lhe deram origem.

Nos dados desta pesquisa, constatei uma representação discursiva bastante afinada ao discurso supracitado, qual seja: a representação que assume a lusofonia como a “nossa identidade”. Como discutido anteriormente, em contextos de pluralidade linguística, as identidades podem ser assumidas,

impostas ou negociadas. Nesse sentido, identifiquei também alguns outros discursos, a saber: uma representação discursiva que vê com reservas e desconfianças a suposta lusofonia; uma representação discursiva que constantemente negocia sentidos a respeito da lusofonia como “nossa identidade” (isto é, que consente em parte com a ideologia que fundamenta essa noção e, sobretudo, que busca a praticidade, objetivando perceber sempre as possíveis vantagens e as possíveis desvantagens da filiação a essa noção); e, por fim, muitas vezes relacionado com essa última representação, uma representação discursiva que propõe repensarmos a comunidade lusófona, considerando sua pluralidade em todos os aspectos (sobretudo, o linguístico).

A análise desses discursos mostra como práticas discursivas específicas relativas aos modos de representar o pertencimento identitário lusófono podem jogar um papel decisivo em práticas sociais que, por um lado, relacionam-se com a marcação da identidade/mesmidade ou, por outro, com a reivindicação da alteridade/outridade. Ou mesmo, como esses processos se relacionam com o direito dos atores sociais de, quando convêm, reconhecerem-se como pertencente ou não a essa categoria ideológico-linguística que é a lusofonia.

Nesse sentido, em alguns desses discursos, percebi ações, representações e identificações que colocam em funcionamento a (re)produção, o estabelecimento e a naturalização de determinadas formas de subjetividade identitária em que o monolinguismo é considerado a condição para a existência da comunidade. Nesse caso, os sentidos projetados são de uma identidade lusófona coesa e homogênea linguisticamente. Por outro lado, em outros desses discursos, percebi estratégias discursivas que põem em ação práticas de resistência em relação às maneiras dominantes de conceber essa identidade, os lusófonos. Nesses casos, os sentidos projetados são de posições ideológico-linguísticas que defendem a necessidade de cada vez mais espaço para considerações sobre o carácter linguisticamente multifacetado e heterogêneo da lusofonia. Entre essas últimas posições, constatei, inclusive, a reivindicação para que todos os países que integram a CPLP possam ter o direito de opinar sobre os destinos da comunidade, sempre tão restrita a Portugal e ao Brasil, de modo a redistribuir acessos e descentralizar estruturas de poder ainda presentes no âmbito das ações político-linguísticas lusófonas.

No que diz respeito às relações entre discursos sobre a língua portuguesa e discursos sobre a integração, constatei a presença de ideologias linguísticas que operam a partir de processos que, mais do que discursos específicos (visões, perspectivas, posições etc.), envolvem práticas sociais relativas à inclusão/aproximação e/ou à exclusão/afastamento de atores sociais que vivenciam o contexto social investigado.

A primeira representação discursiva que comentei analiticamente foi a que valoriza as diversidades e, ao mesmo tempo, incentiva as relações intergrupais na UNILAB. Essa seria, por definição, uma ideologia integradora. Em outras palavras, nessa ideologia, simultaneamente, respeita-se pluralidades e diversidades tal como são/têm sido e fomenta-se práticas de diálogo, de convívio, de contato e de interação entre os atores sociais envolvidos, inclusive, com estímulos à eliminação de relações de poder e ao enriquecimento mútuo de todos. Entendo que a inclusão de questões linguísticas em sua pauta sobre integração só enriquecerá as ações, representações e identificações críticas presentes no entorno desta universidade.

Na minha percepção, a ideologia integradora é bastante prestigiada na UNILAB, a tal ponto que um conjunto de representações discursivas e de práticas sociais a elas relacionadas, em busca de realizar a integração, simbólica e prática, acaba reproduzindo um simulacro dessas, de modo a, por um lado, valorizar as relações intergrupais (como na ideologia integradora), mas, por outro, desvalorizar a manutenção das diversidades de comportamentos e de subjetividades (sobretudo, relativos ao âmbito linguístico). Esse conjunto de práticas discursivas e sociais acaba por reproduzir ideologias de assimilação, acreditando que estão praticando a integração. São ações, representações e identificações que entendem a diferença (intencionalmente ou não, explicitamente ou não) como um problema e, eventualmente, uma ameaça. Essa ideologia opera a partir de uma concepção de unidade sem traços de pluralidade. Aqui, as condutas culturais e linguísticas valorizadas são sempre as dominantes. Nesse sentido, as pessoas que vivem a vida social com línguas, variedades linguísticas e culturas minoritárias ou desprestigiadas são levadas a se moldar (por uma pressão assimiladora implícita) às maneiras de agir/pensar/ser de um determinado “nós” para serem aceitas e integradas.

Por fim, constatei ideologias que acabam alimentando estigmas e preconceitos em relação à outridades lusófonas, de modo a fomentar discursos e práticas segregadoras e marginalizadoras que, segundo a interpretação situada da maioria dos participantes desta pesquisa, atrapalham a própria integração almejada. Considero que algumas dessas ideologias (sobretudo, essas últimas) necessitam ser discutidas e problematizadas cada vez mais por pesquisas em Estudos Críticos da Linguagem (em ADC e/ou em pesquisas sobre ideologia linguística, por exemplo), de forma que sejam tomadas como parte de realidades sociolinguísticas situadas que precisariam ser questionadas, repensadas e, se possível, modificadas. Os estudos em ideologia linguística podem fornecer dados empiricamente embasados que ajudem na formulação de propostas e de modelos alternativos para lidar com contextos plurais, multilingues e multiculturais. Isto é, tais pesquisas podem ampliar concepções que visam se opor a determinados modelos dominantes de atuar em contextos que se configuram como superdiversos.

Um dos objetivos principais das pesquisas em Análise de Discurso Crítica é fornecer evidências textuais-discursivas sobre estruturas, práticas, relações e processos sociais que estão em curso em contextos e eventos específicos, sobretudo, através da análise dos discursos mais frequentes nesses contextos. Discursos esses que, geralmente, o analista interpreta como discursos dominantes, discursos naturalizados ou discursos legitimados e que, de alguma forma, podem estar gerando estigmas, discriminações, preconceitos etc. Ao fazer isso, as pesquisas nessa área documentam como ideologias e práticas discursivas hegemônicas (e as práticas sociais a elas relacionadas) são exercidas, negociadas ou desafiadas.

Esse tipo de pesquisa se autodenomina de crítica, entre outras coisas, por problematizar discursos hegemônicos possivelmente danosos a grupos e a segmentos sociais específicos. É precisamente por meio desse modo de fazer pesquisa que se pode chegar à realização do que se convencionou chamar de consciência linguística crítica (FAIRCLOUGH, 2001). Isto significa dizer que, se pode promover um debate, na sociedade de maneira geral, a fim de possibilitar a ampliação de conhecimentos sobre conflitos simbólicos e materiais decorrentes de discursos hegemônicos que circulam em nossas sociedades. No caso da presente pesquisa, um debate que auxilie os diferentes atores

sociais a tomarem consciência sobre as ideologias linguísticas que os rodeiam como produtores e consumidores de textos. Ideologias essas presentes em ambientes situados como o aqui discutido, isto é, ao mesmo tempo, acadêmico, profissional, educacional etc.

A consciência linguística crítica é, portanto, uma forma de educação linguística crítica sobre os discursos que circulam na vida social. Nessa pesquisa, abordei, em específico, questões que nos possibilitam pensar em uma educação sobre questões ideológico-linguísticas. Após toda a discussão dos dados, considero que esta pesquisa pode contribuir de alguma forma para o fortalecimento do debate por uma educação linguística que forneça às pessoas acesso a informações alternativas que lhes permitam repensar (ou pensar pela primeira vez a respeito de) ideias, crenças, visões e perspectivas cristalizadas sobre as línguas, as identidades linguísticas, os falantes e as práticas comunicativas.

Em outras palavras, a discussão sobre ideologias linguísticas é útil para o enfrentamento de formas de poder exercidas através de discursos sobre questões linguísticas. Com discussões desse tipo, esta pesquisa contribui com reflexões que podem informar e fundamentar atitudes de combate a qualquer forma de discriminação linguística (e as questões socioculturais relacionadas), de modo a ressaltar sempre a pluralidade linguística como algo positivo da lusofonia, uma vez que as diversas línguas e configurações linguísticas dessa comunidade importam. São reflexões científicas embasadas em dados que podem contribuir para se conhecer mais a respeito de relatos, realidades, posições e concepções êmicas presentes no entorno da UNILAB, com a finalidade de considerá-las, respeitá-las e valorizá-las cada vez mais. Nesse sentido, o caminho seria, portanto, conhecer para respeitar e valorizar, de modo a respeitar e valorizar para integrar.

As pesquisas desenvolvidas no âmbito dos Estudos da Linguagem de orientação crítica (BLACKLEDGE, 2005, 2012; DEL VALLE, 2007; HELLER, 2010, 2012; MARTIN ROJO, 2010; 2013, 2019; PENNYCOOK, 2013; PINTO, 2014; MAKONI; PENNYCOOK, 2015; LOPES; SILVA, 2018; CAVALCANTI; MAHER, 2018) têm apontado que muitas ideologias linguísticas que circulam em nossas sociedades globalizadas contemporâneas têm, frequentemente, efeitos práticos na própria organização da vida social, visto que, por meio da

produção, da circulação e da legitimação de representações, crenças e saberes sobre as línguas e seus entornos culturais, tais ideologias acabam influenciando as relações sociais. Desse modo, a literatura científica tem revelado que, de diferentes modos, determinadas representações sociais sobre línguas e/ou variedades linguísticas, comunidades linguísticas, falantes etc., podem, em contextos específicos, resultarem na naturalização de relações (por exemplo, maneiras de imaginar outridades, formas de imprimir modelos de socialização entre grupos de indivíduos etc.) que, frequentemente, favorecem o aparecimento de estratificações sociais e relações assimétricas de poder.

Uma das compreensões mais consensuais nesse campo é, precisamente, que determinados valores compartilhados em contextos situados são parte (ou participam) de processos sociais, culturais e políticos mais amplos. De maneira semelhante, nossa pesquisa indica a ocorrência no contexto situado investigado de determinadas ideologias linguísticas que atravessam tempos históricos e espaços geográficos, persistindo e/ou perpetuando-se no aqui/agora de eventos e de práticas locais. Como, por exemplo, a suposição ideológica de uma comunidade lusófona imaginada como linguisticamente uniforme ou mesmo as tensões exercidas via ideologias linguísticas (e seu conjunto de práticas) normalizadoras, assimiladoras, segregadoras e marginalizadoras em relação a segmentos da população migrante. Esses processos evidenciam a reprodução de estigmas, de estratificações e de exclusões sociais provenientes da maneira como valores culturalmente situados e politicamente investidos constroem realidade(s) específicas e naturalizam relações desiguais entre línguas, variedades linguísticas e falantes no contexto da UNILAB.

Ao estabelecer redes acadêmico-científicas com pesquisas reconhecidamente de ponta em andamento no mundo sobre questões ideológico-linguísticas, almejo contribuir, ampliar e sofisticar a própria pesquisa feita no Brasil sobre o tema em questão. Nesse sentido, entendo que os resultados e as repercussões desse diálogo, potencialmente, abrirão novos canais de pesquisa e reflexões conjuntas em escala internacional que versem sobre interesses acadêmicos comuns e, com isso, facilitarão a difusão e a circulação de conhecimentos científicos relevantes sobre tensões e disputas em contextos multilíngues e multiculturais.

Considero que esta pesquisa pode colaborar tanto no sentido de fortalecer modos críticos já consolidados de refletir sobre o funcionamento das ideologias que transitam na vida social contemporânea, quanto no sentido de apontar novas possibilidades de pesquisa, sobretudo temáticas, notadamente por conta de sua atenção às especificidades que caracterizam as sociedades superdiversificadas, isto é, sociedades que veem a diversidade se diversificar exponencialmente, por conta de migrações constantes e seus respectivos contatos multilíngues, multiculturais e identitários etc. Em outras palavras, sociedades em que se faz notória a ampliação da pluralidade linguística e de valores relativos a essa pluralidade.

As reflexões desenvolvidas nesta tese podem ajudar a consolidar um espaço para os estudos sobre o tema das ideologias linguísticas (entendidas como discursos sobre as línguas e seus entornos) no campo da Análise de Discurso Crítica feita no Brasil, visto que, acredito na pertinência das pesquisas sobre esse tema para apontar como valores discriminatórios, eventualmente, podem estar inscritos em ideias e em crenças que produzimos e reproduzimos em escalas locais, regionais, nacionais e internacionais. Dessa forma, portanto, espero que esta pesquisa traga uma colaboração relevante para o aparato conceitual (teórico, metodológico e analítico) de analistas de discurso de vertente crítica que almejam compreender o papel simbólico que joga as línguas e as identidades linguísticas em práticas discursivas que, por vezes, hierarquizam sujeitos e, com isso, acabam constituindo-se em fonte de estigmas e discriminação.

Esta pesquisa contribuirá ainda para colocar na agenda dos estudos sobre ideologias linguísticas em contextos de pluralidade étnica, linguística e cultural (WOOLARD, 1998, GAL, 1998, BLACKLEDGE, 2005, 2012) pesquisas que tematizem e tenham como meta de suas reflexões a língua portuguesa ou mesmo contextos em que essa língua figura como uma das línguas alvo de ideologias em disputa. Sempre considerando que as línguas, as variedades linguísticas e os falantes têm diferentes valores no chamado mercado linguístico e, por conta disso, muitas vezes, discursos oficiais e cotidianos podem invocar esses valores de modo que, intencionalmente ou não, acabam descapitalizando ou fragilizando atores sociais, suas línguas e/ou variedades linguísticas e suas identidades sociais (MARTÍN ROJO, 2010).

Como discutido durante a tese, a UNILAB tem como uma de suas características principais a preocupação em combater formas de discriminações, exclusões, estigmas e preconceitos executados, sobretudo, com base em questões identitárias e, simultaneamente, políticas e sociais, tais como elementos étnico-raciais, papéis de gênero, orientações sexuais, aspectos de classe social e visões sobre origem geográfica. Comungando com esses ideais, os resultados discutidos na pesquisa podem auxiliar na ampliação desse debate, de modo a combater qualquer forma de discriminação para com o(s) outro(s), ponto, por exemplo, ênfase nas formas de discriminação que estão fundamentadas em ideologias sobre questões de língua e de linguagem.

Nesse sentido, após interpretações sistemáticas embasadas em dados etnográfico-discursivos a respeito de ideologias que constituem as percepções oficiais e as percepções não oficiais sobre o âmbito linguístico no contexto situado da UNILAB, compreendo que a principal contribuição substantiva dessa pesquisa se relaciona à possibilidade de ampliarmos esse debate no sentido de promover, cada vez mais e ao maior número de pessoas, consciências pluralistas (interculturais e plurilíngues) condizentes com as expectativas exigidas em tempos de superdiversidade e globalização, em que os conflitos são mais evidenciados.

A ampliação qualitativa desse debate seria uma forma de educar para a cidadania. Uma educação cidadã que respeite e valorize a diversidade, que, por exemplo, pontue a natureza heterogênea das línguas e do que a elas está intrinsecamente relacionado, como, por exemplo, as culturas e as identidades sociais dos atores que usam tais línguas e, ao mesmo tempo, interrogue os processos que produzem e naturalizam desigualdades vinculadas ao âmbito linguístico.

Penso que analisar discursos é essencial para essa educação cidadã. Quer dizer, é essencial uma educação linguística que potencialize uma consciência crítica para lidar com variados e diversificados valores que temos contato cotidianamente nas relações que estabelecemos com os demais. Em outras palavras, é fundamental uma educação linguística que possibilite pensar o papel dos discursos na elaboração e na reelaboração de noções, construtos, objetos, concepções, ideias, posições etc. isto é, que pontue que as noções e as percepções humanas são frutos (em parte) de processos discursivos

específicos. Portanto, é fundamental uma educação linguística que ofereça recursos interpretativos para os atores sociais sobre os poderes dos discursos e, ao mesmo tempo, os discursos investidos de poder.

Deste modo, os resultados dessa pesquisa podem capitalizar e distribuir capital simbólico interpretativo ao maior número possível de atores sociais (MARTÍN ROJO, 2013) tanto em uma escala situada, quer dizer, os atores sociais que vivenciam o contexto investigado, quanto em uma escala mais ampla, isto é, pessoas que vierem a ter contato com o estudo. Deste modo, podem equipar tais atores sociais com ferramentas conceituais capazes de fomentar visões críticas sobre as práticas discursivas, permitindo-lhes interagir criticamente com ideologias linguísticas a quem tenham contato em textos que produzem e interpretam cotidianamente. Assim, possibilitar o acesso ao maior número de pessoas sobre compreensões a respeito de como determinados projetos discursivos (orientados e embasados por dadas ideologias linguísticas) têm construído imagens sobre as línguas e os atores sociais que as usam, sobretudo, em contextos em que a língua portuguesa figura como uma das línguas que compõem os cenários sociolinguísticos contemporâneos.

Nesse sentido, ao interrogar determinadas representações discursivas que se mostram naturalizadas ou consensuadas, estamos, de alguma forma, estimulando esse debate e essa consciência crítica, de modo a almejar que ele transborde o domínio acadêmico e se dissemine de maneira mais ampla em outros campos da vida social. Acredito que novas pesquisas podem ser desenvolvidas a partir de questões semelhantes às discutidas aqui. Ou seja, que, entre outras coisas, pontuam as ações, as representações e as identificações discursivas fundantes de ideologias linguísticas que são reproduzidas e interpretadas em um dado contexto social e situado. Uma vez que há ainda muito a ser pesquisado sobre as dimensões político-ideológicas da linguagem e das línguas no mundo contemporâneo. Dessa forma, pode-se afirmar que há uma demanda por essa temática, uma necessidade de cada vez mais pesquisas que detalhem com profundidade o funcionamento de processos sociolinguísticos (sociais e linguísticos) específicos e, a partir disso, ressaltem como, muitas vezes, as ideias que adotamos sobre as línguas podem estar conectadas a questões sociopolíticas mais amplas e a desigualdades do tipo que reproduzem racismos linguísticos e suas respectivas fronteiras e

exclusões.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BAGNO, M. Para desmistificar a história da língua portuguesa. **Cadernos de Estudos Linguísticos** (UNICAMP), v. 58.1, p. 185-192, 2016.

_____. Do galego ao brasileiro passando pelo português: crioulização e ideologias linguísticas. In: MOITA LOPES, L. (Org.). **O português no século XXI**. São Paulo: Parábola Editorial. 2013.

BAKHTIN, M (Volochninov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 14^a. ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.

BAUMAN, R; BRIGGS, C. Poética e performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. **Revista de Antropologia**. Florianópolis: EDUFSC, v. 8, n. 1, 2006.

BLACKLEDGE, A. Language ideologies in multilingual contexts. In: BLACKLEDGE, A. **Discourse and power in a multilingual world**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005.

_____. Negotiation of identities across times and spaces. In: GARDNER, S; MARTIN-JONES, M. **Multilingualism, discourse and ethnography**. New York: Routledge, 2012.

BLACKLEDGE, A; PAVLENKO, A. Negotiation of identities in multilingual contexts. **International journal of bilingualism**. v. 5 (3), 243–259, 2001.

BLOMMAERT, J. Contexto é/como crítica. In: SIGNORINI, I (Org). **Situar a língua(gem)**. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. **The sociolinguistics of globalization**. Cambridge: University Press, 2010.

_____. Ideologias linguísticas e poder. In: SILVA, D; MARTINS FERREIRA, D; ALENCAR, C (Orgs). **Nova pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014a.

_____. From mobility to complexity in sociolinguistic theory and method. **Tilburg papers in culture studies**. v. 103, p. 1-25. 2014b.

BLOMMAERT, J; RAMPTON, B. Language and superdiversity. **Diversities**. v. 13, n. 2, p. 122. 2011.

BLOMMAERT, J; VERSCHUEREN, J. The role of language in european nationalist ideologies. In: SCHIEFFELIN, B; WOOLARD, K; KROSKRITY, P (Orgs.) **Language ideologies: practice and theory**. New York: Oxford University Press, 1998.

BORTONI-RICARDO, S. **Professor pesquisador: uma introdução à metodologia da pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola, 2008.

BOURDIEU, P. Economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, R (Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

CANCLINI, N. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Belo Horizonte: Editora UFRJ, 2008.

CARNEIRO, A. **Políticas linguísticas e identidades sociais em trânsito: língua(gem) e construção da diferença em Timor-Leste**. 2014. 277 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Estudos da Linguagem/ IEL, Universidade Estadual de Campinas/ UNICAMP, Campinas, 2010b. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000935983&fd=y>>. Acesso em: 30 de março de 2016.

CAVALCANTI, M. Educação linguística na formação de professores de línguas: interincompreensão e práticas translíngues. In: MOITA LOPES, L (Org.). **Linguística Aplicada na modernidade recente**. São Paulo: Parábola, 2013.

CAVALCANTI, M. MAHER, T. **Diferentes diferenças: desafios interculturais na sala de aula**. Campinas: CEFIEL/MEC, 2009.

CAVALCANTI, M; MAHER, T. **Multilingual Brazil: language resources, identities and ideologies in a globalized world**. New York: Routledge, 2018.

COSTA, D. **Cidadãos e cidadãs em situação de rua: uma análise de discurso crítica da questão social**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2009.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

DAVIES, B; HARRÉ, R. Positioning: the discursive production of selves. **Journal for the theory of social behaviour**, 20 (1), 43–63, 1990.

DEL VALLE. **La lengua, ¿patria común?** Madrid: Iberoamericana, 2007.

DEL VALLE, J; ARNOUX, A. Las representaciones ideológicas del lenguaje: discurso glotopolítico y panhispanismo. **Spanish in context**. Vol. 7.1, p.1-24, 2010.

DEL VALLE, J; MEIRINHO, V. Ideologías lingüísticas. In: GUTIÉRREZ-REXACH, J (Org). **Enciclopedia de Lingüística Hispánica**. New York: Routledge, 2016.

DIAS, A; PINTO, J. Ideologias lingüísticas e regimes de testes de língua para migrantes no Brasil. **Revista brasileira de Linguística Aplicada**. Vol.17, n.1, p.61-81, 2017.

DURANTI, A. Language as culture in U.S. anthropology: three paradigms. **Current Anthropology**. Vol. 44, N.3, pp.323-347. 2003.

EAGLETON, T. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Editora da USP, 1997.

FABRÍCIO, B. A “outridade lusófona” em tempos de globalização: identidade cultural como potencial semiótico. In: MOITA LOPES, L (org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013.

FABRÍCIO, B; PINTO, J. Inclusão e exclusão sociais em práticas discursivo-identitárias: microrresistências e possibilidades de agenciamento. In: PINTO, J; FABRÍCIO, B (Orgs.). **Exclusão social e microrresistências: a centralidade das práticas discursivo-identitárias**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001a.

_____. A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: MAGALHÃES, C (Org). **Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2001b.

_____. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. Londres: Routledge, 2003.

_____. A dialética do discurso. In: MAGALHÃES, I. (Org.). **Discurso e práticas de letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012.

FAIRCLOUGH, N; WODAK, R. Análisis crítico del discurso. In: VAN DIJK, T. A. (Org). **El discurso como interacción social**. Barcelona: Gedisa Editora, 1997.

FARACO, C. Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política. In: LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J; ALMEIDA, A; RIBEIRO, S; (Orgs.). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012.

_____. Rumo à lusofonia. In: FARACO, C. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FIORIN, J. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

FIRMINO, G. **A “questão linguística” na África pós-colonial.** O caso do português e das línguas autóctones em Moçambique. Maputo: Texto Editores, 2006.

FLIK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa.** Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUZER, C; CABRAL, S. **Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em língua portuguesa.** Campinas: Mercado de Letras, 2014.

GADELHA, N. **A hibridização do discurso médico/paciente no evento discursivo parto.** 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

GAL, S. Multiplicity and contention among language ideologies. In SCHIEFFELIN, B; WOOLARD, K; KROSKRITY, P (Orgs.) **Language ideologies: practice and theory.** New York: Oxford University Press, 1998.

GAL, S. Sociolinguistic regimes and the management of “diversity”. In: HELLER, M; DUCHÊNE, A (Org.). **Language in late capitalism: Pride and profit.** Routledge: New York, 2012.

GOMES, N; VIEIRA, S. Construindo uma ponte Brasil-África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Luso-Afrobrasileira (UNILAB). In: **Revista Lusófona de Educação**, v. 24, 2013

HALLIDAY, M. **El lenguaje como semiótica social: la interpretación social del lenguaje y del significado.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP & A Ed, 1997.

HANNA, V; BRITO, R; BARBOSA, B. **Políticas de língua e lusofonia: aspectos culturais e ideológicos.** Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, v. 1, p. 159-175, 2010.

HELLER, M. The commodification of language. **Annual review of anthropology.** Vol. 39:101-114, 2010.

_____. Rethinking Sociolinguistic Ethnography: from community and identity to process and practice. In: GARDNER, S; MARTIN-JONES, M. **Multilingualism, discourse and ethnography.** New York: Routledge, 2012.

IRVINE, J. Ideologies of honorific language. In: In B. B. Schieffelin, K. A. Woolard; P. V. Kroskrity (eds.), **Language ideologies: practice and theory.** New York: Oxford University Press, 1998.

IRVINE, J; GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. In: KROSKRITY, P. **Regimes of language: ideologies, politics, and identities**. Santa Fe, NM: School of American Research Press, 2000.

JACQUEMENT, M. Transidiomatic practices: language and power in the age of globalization. **Language and communication**, v. 25, 2005.

JONES, K; MARTIN-JONES, M; BHATT, A. A construção de uma abordagem crítica, dialógica para a pesquisa sobre o letramento multilíngue – diários de participantes e entrevistas. In: MAGALHÃES, I. (Org.) **Discursos e práticas de letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores**. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

LIMA, B. **Múltiplos letramentos de pessoas com deficiência visual: uma pesquisa discursiva de caráter etnográfico**. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

LOPES, A; SILVA, D; Todos nós semos de frontera: ideologias linguísticas e a construção de uma pedagogia translíngue. **Linguagem em (dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 18, n. 3, p. 695-713, set./dez, 2018.

PAIVA, V. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

PILLER, I. Naturalisation language testing and its basis in ideologies of national identity and citizenship. **International journal of bilingualism**, 5 (3), 259–278, 2001.

KEATING, M; SOLOVOVA, O. **Multilingual dynamics among portuguese based migrant contexts in Europe**. Journal of pragmatics. 43: 1251–1263. 2011.

KEATING, M; SOLOVOVA, O; BARRADO, O. Políticas de língua, multilinguismo e migrações: para uma reflexão policêntrica sobre os valores do português no espaço europeu. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (Org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013.

KOCH, I. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2007.

KROSKRITY, P. Arizona tewa kiva speech as a manifestation of a dominant language ideology. In B. B. SCHIEFFELIN, K. A. WOOLARD; P. V. KROSKRITY (Orgs.), **Language ideologies: practice and theory**. New York: Oxford University Press, 1998.

_____. **Regimes of language: ideologies, politics, and identities**. Santa Fe, NM: School of American Research Press, 2000.

_____. Language ideologies. In: DURANTI, A. (ed.). **A companion to linguistic anthropology**. Blackwell Publishing, 2004.

MAGALHÃES, I. **Eu e tu**: a constituição do sujeito no discurso médico. Brasília: Thesaurus, 2000.

_____. Teoria crítica do discurso e texto. In: **Linguagem em (dis)curso – LemD**, Tubarão, v. 4, n. esp. p. 113-131, 2004.

_____. Discurso, ética e identidades de gênero. In: MAGALHÃES, I.; GRIGOLETTO, M.; CORACINI, M. J. (Orgs.). **Práticas identitárias**: língua e discurso. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. Gênero e discurso no Brasil. **Discurso & Sociedad**, v. 3, p. 714-737, 2009.

_____. Análise de discurso crítica: questões e perspectivas para a América Latina. In: RESENDE, V; PEREIRA, F. **Práticas socioculturais e discurso**: debates Transdisciplinares. LabCom Books, 2010a.

_____. Discurso e identidades: exotismo e domínio violento. **Cadernos de linguagem e sociedade**, 11 (1): 13-37, 2010b.

_____. Textos e práticas socioculturais: discursos, letramentos e identidades. **Linha d'Água**, v. 24, p. 217-233, 2011.

_____. Agenciamento e exclusão no atendimento educacional a estudantes com deficiência. In: PINTO, J; FABRÍCIO, B (Orgs.). **Exclusão social e microrresistências**: a centralidade das práticas discursivo-identitárias. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013.

MAGALHÃES, I; MARTINS, A; RESENDE, V. M. **Análise de Discurso Crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora da UnB, 2017.

MAHER, T. Políticas linguísticas e políticas de identidade: currículo e representações de professores indígenas na Amazônia ocidental brasileira. **Currículo sem fronteiras**, v.10, n.1, jan/jun. 2010.

_____. Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K; TILIO, R; ROCHA, C. (Orgs.). **Políticas e políticas linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 2013.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2015.

_____. **Análise de textos de comunicação**. Cortez. São Paulo, 2001.

MALOMALO; LOURAU; SOUZA. A Unilab na perspectiva da cooperação Sul-Sul: uma análise crítica decolonial africana. In: **Cadernos do CEAS**, Salvador/Recife, n. 245, p. 517-552, set./dez., 2018.

MARTIN ROJO, L. La diversidad cultural y lingüística en centros de enseñanza de la Comunidad de Madrid. In: MARTIN ROJO, L (Org.). **¿Asimilar o integrar?** Dilemas ante el multilingüismo en las aulas. Madrid: Centro de investigación y documentación educativa, 2003.

_____. Dilemas ideológicos. In: **Estudios de Sociolingüística**. v. 5(2), p. 191-205, 2004.

_____. **Constructing inequality in multilingual classrooms**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2010.

_____. (De) capitalising students through linguistic practices: a comparative analysis of new educational programmes in a global era. In: DUCHÉNE, A; MOYER, M e ROBERTS, C (Org.) **Language, migration and social (in)equality: a critical sociolinguistic perspective on institutions and work**. Bristol: Multilingual Matters, 2013.

_____. Language and power. In: GARCÍA, O; FLORES, N; SPOTTI, M (Orgs.). **Handbook of language and society**. Orford: Orford University Press, 2017.

_____. El difícil camino de la integración en Madrid: la lengua como herramienta de inclusión y de exclusión. **Revista de investigación de lengua y letras (ACRILL)**. Vol. II. Invierno, 2019.

MARTIN ROJO, L; MIJARES, L. **Voces del aula: etnografías de la escuela multilingüe**. Estudios Create, 2007

MARTINS, A. **A polêmica construída: racismo e discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros**. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2004.

MAKONI, S; MEINHOF, U. Linguística Aplicada na África: desconstruindo a noção de língua. In: MOITA LOPES, L (Org.). **Por uma Lingüística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

MAKONI, S; PENNYCOOK, A. **Desinventando e (re)construindo línguas**. Work. Pap. Linguistic, 16 (2): 9-34, Florianópolis, ago/dez, 2015.

MOTTA-ROTH, D; HENDGES, G. Projeto de pesquisa. In: MOTTA-ROTH, D; HENDGES, G. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MOYER, M. Sociolinguistic perspectives on language and multilingualism in institutions. In: GARDNER, S; MARTIN-JONES, M. **Multilingualism, discourse and ethnography**. New York: Routledge, 2012.

MILROY, J. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In: LAGARES, C; BAGNO, M (Orgs.) **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011.

MOITA LOPES, L. Ideologia linguística: como construir discursivamente o português no século XXI. In: MOITA LOPES, L (Org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013a.

_____. Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural. In: MOITA LOPES, L (Org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013b.

_____. **Global Portuguese: linguistic ideologies in late modernity**. New York: Routledge, 2015.

OLIVEIRA, G. Um atlântico ampliado: o português nas políticas linguísticas do século XXI. In: MOITA LOPES, L (Org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013a.

_____. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas, n.52.2: 409-433, jul./dez. 2013b.

PENNYCOOK, A. A linguística aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI, I; M. C. CAVALCANTI (Orgs.). **Linguística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

_____. Language policies, language ideologies and local language practices. In: WEE L; LIM, G (Orgs.). **The politics of english South Asia, Southeast Asia and the Asia Pacific**. John Benjamins Publishing Company, 2013.

PHILIPS, S. Language ideologies in institutions of power. In SCHIEFFELIN, B; WOOLARD, K; KROSKRITY, P (Orgs.) **Language ideologies: practice and theory**. New York: Oxford University Press, 1998.

PINTO, J. **Modernidade e diferença colonial nos discursos hegemônicos sobre língua no Brasil**. Muitas vozes. Ponta Grossa, v. 1, n. 2, 2012.

_____. Prefigurações identitárias e hierarquias linguísticas na invenção do português. In: MOITA LOPES, L (Org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013.

_____. Contradições e hierarquias nas ideologias linguísticas do conselho nacional de imigração. **Domínios de linguagem**. Uberlândia: EDUFU, v. 8, n. 3, 2014.

PRATT, M. Linguistic utopias. In: FABB, N. et al. **The linguistics of writing: arguments between language and literature**. New York: Nethuen Inc., 1987.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B; MENESES, M (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

RAMPTON, B. Continuidade e mudança nas visões de sociedade em linguística aplicada. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo. (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em línguística: é chegada a hora para uma reconstrução radical? In: SIGNORINI, I; CAVALCANTI, M (Orgs.). **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

_____. A construção de identidade e a política de representação. In: FERREIRA, L; ORRICO, E. **Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

_____. **Por uma Linguística Crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. Línguas nacionais como bandeiras patrióticas, ou a Linguística que nos deixou na mão: observando mais de perto o chauvinismo lingüístico emergente no Brasil. In: LOPES, F; RAJAGOPALAN, K. (Orgs.). **A Linguística que nos faz falhar: uma investigação crítica**. São Paulo, Parábola, 2004a.

_____. Resposta aos meus debatedores. In: LOPES, F; RAJAGOPALAN, K. (Orgs.). **A Linguística que nos faz falhar: uma investigação crítica**. São Paulo, Parábola, 2004b.

_____. Prospects for language studies in our era of globalization. In: KITIS, E et. al. (Orgs.). **Selected Papers – ISTAL 19**. Thessaloniki, Greece: Monochroma Publishing. 43-49. 2011a.

_____. Políticas linguísticas: do que é que se trata, afinal? In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K; TILIO, R; ROCHA, C. (Orgs.). **Políticas e políticas linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 2013a.

_____. Políticas de ensino de línguas no Brasil: histórias e reflexões prospectivas. In: MOITA LOPES, L (Org.). **Linguística Aplicada na modernidade recente**. São Paulo: Parábola, 2013b.

RAJAGOPALAN, K; MARTINS FERREIRA, D. **Políticas em linguagem: perspectivas identitárias**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006.

REITER, M; MARTIN ROJO, L. The dynamics of (im)mobility: (in)transient capitals and linguistic ideologies among latin american migrants in London and Madrid. In: REITER, M; MARTIN ROJO, L. **A sociolinguistics of diaspora: latino practices, identities and ideologies**. New York: Routledge, 2015.

RESENDE, V. **Análise de discurso crítica e etnografia: o movimento nacional de meninos e meninas de rua, sua crise e o protagonismo Juvenil**. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2008.

REZENDE, V; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto. 2006.

SANTOS, B. **Um discurso sobre as ciências**. 7ª Ed, São Paulo: Cortez, 2010a

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B; MENESES, M (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010b.

_____. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2010c.

SCHIEFFELIN, B; WOOLARD, K; KROSKRITY, P (Orgs.). **Language ideologies: practice and theory**. New York: Oxford University Press, 1998.

_____. **Ideologías lingüísticas**. Práctica e teoría. Madrid: Catarata, 2012.

SECO, L. **As ideologías lingüísticas em Galicia como índice de la diferencia social**. 2014. 256 f. Tese (Doutorado) – Universidade da Coruña/ Facultade de Filoloxía / Departamento de Galego-Portugués, Francés e Lingüística.

SEVERO, C. **Lusofonia, colonialismo e globalização**. Fórum linguístico, Florianópolis, v.13, n.3, p.1321-1333, jul./set, 2016.

_____. A açucarada língua portuguesa: lusotropicalismo e lusofonia no século XXI. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 15, p. 85-107, 2015.

SIGNORINI, I. Política, língua portuguesa e globalização. In: MOITA LOPES, L (Org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013.

_____. Metapragmática da língua em uso: unidades e níveis de análise. In: SIGNORINI, I (Org). **Situar a língua(gem)**. São Paulo: Parábola, 2008.

SILVA, A. **Os processos de letramento nas transformações de identidades de três gerações de mulheres escolarizadas**. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

SILVA, E. Tensões sociolinguísticas na comunidade portuguesa/lusófona de Toronto. In: MOITA LOPES, L (Org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013.

SILVA, S. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise de discurso crítica no âmbito terapêutico**. 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2014.

SOUZA, R; MALOMALO, B. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e os desafios da integração perante o racismo contra os/as estudantes africanos/as no Ceará. **Interfaces Brasil/Canadá**. v. 16, p. 256 - 293, 2016.

SILVERSTEIN, M. Whorfianism and the linguistic imagination of nationality. In: KROSKRITY, P. **Regimes of language: ideologies, politics, and identities**. Santa Fé, NM: School of American Research Press, 2000.

SPITULNIK, D. Mediating unity and diversity: the production of language ideologies in zambian broadcasting. In: SCHIEFFELIN, B; WOOLARD, K; KROSKRITY, P (Orgs.) **Language ideologies: practice and theory**. New York: Oxford University Press, 1998.

THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

VAN DIJK, T. **Discurso e poder**. São Paulo: Editora Contexto, 2008a.

_____. **Semántica del discurso e ideología**. *Discurso & Sociedad*, Vol. 2(1), 201-261, 2008b.

VÁZQUEZ; G; VARELA, L. Identidades en los márgenes de la superdiversidad: prácticas comunicativas y escalas sociolingüísticas en los nuevos espacios educativos multilingües en Galicia. In: **Discurso & Sociedad**. v. 9(1-2), 165-196. 2015.

VERTOVEC, S. Super-diversity and its implications. **Ethnic and racial studies**. v. 30, n. 6, 2007.

VIEIRA, V; RESENDE, V. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas, São Paulo: Pontes editores, 2016.

WODAK, R. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. In: **Revista linguagem em (dis)curso**, v. 4, n. especial, 2004.

WOOLARD, K. Introduction: language ideology as a field of inquiry. In: SCHIEFFELIN, B; WOOLARD, K; KROSKRITY, P (Orgs.) **Language ideologies: practice and theory**. New York: Oxford University Press, 1998.

_____. La autoridad lingüística del español y las ideologías de la autenticidad y el anonimato. In: DEL VALLE, J (Org.). **La lengua, ¿patria común?** Madrid: Iberoamericana, 2007.

WOOLARD, K; SCHIEFFELIN, B. Language ideology. **Annual reviews of anthropology**, v. 23, p. 55-82, 1994.

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado como participante da pesquisa “A *(re)produção e a interpretação de ideologias linguísticas no contexto da UNILAB*”. Esteja livre para participar ou não. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos dessa pesquisa sejam esclarecidos.

A presente pesquisa é desenvolvida pelo pesquisador Gustavo Cândido Pinheiro, responsável principal, sob orientação da professora Dra. Maria Izabel dos Santos Magalhães, com financiamento de bolsa de doutorado da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES).

A pesquisa consiste em uma análise da produção e da interpretação de ideologias linguísticas Espaço da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia (UNILAB). Em termos metodológicos, recorreremos à procedimentos da pesquisa qualitativa. O *corpus* desta pesquisa foi coletado e produzido a partir de três fontes: (1) documentos institucionais da UNILAB; (2) observações situadas na UNILAB; (3) entrevistas qualitativas com atores sociais que vivenciam a UNILAB. Em termos analíticos, utilizamos o enquadre teórico, metodológica e interpretativo da Análise Crítica de Discurso (MAGALHÃES; MARTINS, RESENDE, 2017; FAIRCLOUGH, 2012, 2003). Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em eventuais constrangimentos para os participantes por conta da temática em debate nesta pesquisa, sobretudo, por envolver questões relacionadas a ideologias, posições e valores.

Você tem total liberdade de se recusar a participar ou mesmo, se aceitar participar, retirar seu consentimento, em qualquer fase do desenvolvimento da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo. Garantimos total sigilo para assegurar sua privacidade, sendo todos os seus dados confidenciais. Informo também que os resultados desta pesquisa serão apresentados em relatórios científicos à CAPES, e em tese de doutorado a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGL/UFC). Depois que os resultados forem apresentados na defesa da tese, você será comunicado(a) e receberá um resumo dos resultados da pesquisa

via e-mail. Na mesma correspondência, será notificado do local em que um exemplar completo da tese defendida estará disponível para sua consulta.

A entrevista parte de três temas principais que, eventualmente, são desdobrados em subtemas menores. Os temas são, respectivamente: (1) a experiência do participante com a diversidade na UNILAB; (2) a experiência do participante com a noção de lusofonia na UNILAB; (3) a experiência do participante com a noção e as práticas de integração na UNILAB.

Utilizaremos nomes fictícios como procedimento para garantir o seu anonimato. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em eventuais constrangimentos para os participantes por conta da temática em debate, sobretudo, por envolver questões relacionadas a ideologias, discursos e valores que estão ligados, muitas vezes, a formas de preconceito. Tais questões podem reativar lembranças e memórias que o participante julga desconfortável. Por isso, enfatizamos sua total liberdade em seguir ou não participando.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, em sua residência, e a outra será fornecida a você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa serão guardados por um período de cinco anos, e após esse tempo serão destruídos. O pesquisador tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atentando a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Endereço d(os, as) responsável(is) pela pesquisa:

Nome: Gustavo Cândido Pinheiro

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Rua Marechal Deodoro, 464

Telefones para contato: (85) 99899619

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo

Teófilo, fone: 3366-8344. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).

O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Eu _____, ____ anos, declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Fortaleza, ____/____/____

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Temas principais

A experiência dos participantes com a diversidade na UNILAB.

A experiência dos participantes com a noção de lusofonia na UNILAB.

A experiência dos participantes com as noções e as práticas de integração na UNILAB.

A. Questões presentes em todas as entrevistas

1. Fala um pouco sobre a sua experiência com a diversidade na UNILAB.
2. Fala um pouco sobre a sua experiência com a noção de lusofonia na UNILAB.
3. Fala um pouco sobre a sua experiência com as noções de integração e cooperação na UNILAB.
4. Há alguma coisa que você gostaria de acrescentar? Por exemplo, algo que não foi perguntado ou contemplado nessa nossa conversa até aqui?

B. Questões que apareceram em algumas entrevistas

Diversidade linguística

- Como tem sido abordada a diversidade linguística presente no espaço da UNILAB?
- Quais são as visões mais comuns sobre a língua portuguesa (do Brasil) e a língua portuguesa dos demais países pertencentes a CPLP?
- Quais são as visões mais comuns sobre as variadas línguas dos países africanos e asiático (Timor-Leste) no espaço da UNILAB?
- Qual o papel das línguas no projeto dessa universidade internacional?

Noção de lusofonia

- Quais são as visões mais comuns sobre o termo lusofonia na UNILAB?
- Como você se relaciona com a noção de lusofonia?
- Por que há o termo lusofonia no próprio título da universidade?
- Como você acha que as pessoas (estudantes, professores etc.) na UNILAB se relacionam com a ideia de lusofonia?
- Na sua opinião, a noção de lusofonia contempla a pluralidade dos países que integram a UNILAB? De que maneira?

Integração e cooperação

- Quais as visões da UNILAB sobre integração?
- Como tem sido, na prática, a integração na UNILAB?
- Por que há o termo integração no próprio título da universidade?
- Qual o papel das línguas na integração?